V. 4, Jan./Dez. 2023.

REVISTA CIENTÍFICA Interdisciplinar

Faculdades Integradas Machado de Assis

Fema

CORPO EDITORIAL

OMISSÃO EDITORIAL
Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert
Prof.ª Dra. Bianca Tams Diehl
Prof.º Me. Anderson Pinceta
Prof.º Me. Marcos Rogério Rodrigues
Prof.º Dr. Nedisson Luis Gessi
Prof.ª Me. Denise Felber Chaves

CONSELHO EDITORIAL
Prof.ª Dra. Bruna Knob Pinto – FEMA/BR
Prof.º Dr. Laercio de M. Ferreira – AVEIRO/PORT
Prof.º Dr. Daniel Claudy da Silveira – UNIJUI/BR
Prof.º Dr. Edemar Rotta – UFFS/BR
Prof.º Dr. João Martins Bertaso – URI/BR

PARECERISTAS
Prof.º Me. Emmanuel Wekwert – UGD/ARG
Prof.º Dr. Leandro D. dos Santos – UFSC/BR
Prof.ª Dra. Gabriele Schek – FEMA/BR
Prof.ª Dra. Marli M. M. da Costa – UNISC/BR

COORDENAÇÃO
Prof.º Me. Anderson Pinceta
Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, Administração e Gestão de Recursos Humanos
Prof.ª Dra. Bianca Tams Diehl
Coordenadora do Curso de Direito
Prof.º Me. Paulo Mix
Coordenador do Curso de Enfermagem
Prof.ª Me. Juliane Colpo
Coordenadora do Curso de Psicologia
Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão - NPPGE

ARTE E DIAGRAMAÇÃO DA CAPA
Assessoria de Imprensa

EDITORAÇÃO
Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert
Supervisora

APOIO TÉCNICO
Prof.ª Me. Denise Felber Chaves

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Assessoria de Imprensa

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO
Anual

AUTOR CORPORATIVO
Faculdades Integradas Machado de Assis

ENDEREÇO
Rua Santos Dumont, 820
CEP: 98780109 - Santa Rosa/RS-Brasil

ENDEREÇO ELETRÔNICO
nppge@fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar/Faculdades Integradas Machado de Assis. – Santa Rosa, v. 4, jan./dez. 2023.

ISSN: **2764-8656**
Publicação Anual

1. Administração. 2. Planejamento Estratégico. 3. Tecnologia Inovadora.
4. Artigos Acadêmicos.
I. Faculdades Integradas Machado de Assis. II. Título

CDU: 378 (05)

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 06

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NA GESTÃO DOS ESTOQUES.....07
Gláucia Michelini Cherer
Adelino Pedro Wisniewski

ANÁLISE DA LUCRATIVIDADE DO CULTIVO DE SOJA.....37
Jardel Fernando Zabel
Antônio Roberto Lausmann Ternes

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS, DESEMPENHO E EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES – RS.....74
Flávia Taís Puhl Berger
Rita de Cássia Neves
Adelino Pedro Wisniewski

APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE PROGRAMAÇÃO LINEAR EM UMA AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS.....101
Dione Ismael Jahnn
Darlan Rodrigo Abegg

O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE DOS ANIMAIS E A SUA PROTEÇÃO JURÍDICA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO.....132
Eduarda Carolina de Almeida
Raquel Luciene Sawitzki Callegaro

CLIMA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....157
Alice Borré Staudt
Mônica Stormowski

ENDOMARKETING E OS IMPACTOS NA MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO.....188
Ana Paula Hüttel Ziembowicz
Jonas Bordim

IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM UMA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO WEB E SOLUÇÕES DIGITAIS.....218
Carina Borges
Emily Amanda Bruxel Pinceta

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

MERCADO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIAVEL.....250
Darlan Abegg
Diogo Felipe Dierings
Thais Haubert

O IMPACTO DA FRAUDE CONTABIL NAS LOJAS AMERICANAS.....274
Tailan da Rosa
Diego Leonardo Wietholter

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EXTINÇÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, O SURGIMENTO DE REGRAS DE TRANSIÇÃO E APOSENTADORIA PROGRAMADA NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.....300
Alan Gabriel Fernandes Padilha
Ricieri Rafael Bazanella Dilkin

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.....322
Alessandra Schröder
Rubiane Solange Gassen Assis

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

APRESENTAÇÃO

As Faculdades Integradas Machado de Assis apresentam o quarto volume da Revista Científica Interdisciplinar, vinculada ao Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão – NPPGE.

A presente revista apresenta doze artigos científicos, aprovados pelo Corpo Editorial, composto pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso de Administração, Ciências Contábeis, Gestão de Recursos Humanos, Direito e Enfermagem. Os artigos científicos publicados, acerca de temas relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Saúde orientados por professores da área, fortalecem a efetiva produção científica dos acadêmicos da FEMA. Dessa maneira, a Revista Científica Interdisciplinar materializa a intertextualidade e a interdisciplinaridade, privilegiando o desenvolvimento regional sustentável, a educação e as políticas sociais, a gestão e o desenvolvimento de pessoas, a gestão e o desenvolvimento de organizações, além da gestão da tecnologia da informação e da inovação tecnológica.

A revista é, portanto, uma oportunidade que os acadêmicos e seus orientadores têm de expor o estudo, apresentando-o para a comunidade interna e externa, além de roborar os Cursos Superiores das Faculdades Integradas Machado de Assis pela apropriação e pela divulgação constante do conhecimento.

Prof.ª Dra. Mariel da Silva Haubert
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, de Pós-Graduação e de Extensão -NPPGE
Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NA GESTÃO DOS ESTOQUES

Gláucia Michelini Cherer[1]
Adelino Pedro Wisniewski[2]

RESUMO

A relevância da auditoria para as empresas é fundamental e desempenha um papel crucial ao orientar as decisões estratégicas dentro de uma organização. Este estudo aborda a contribuição da auditoria interna na gestão dos estoques, em especial, um estudo de caso de uma empresa do ramo industrial situada na cidade de Santa Rosa/RS. A gestão eficiente do estoque é uma tarefa complexa e essencial para qualquer empresa, especialmente no setor industrial. O problema de pesquisa que se busca responder é: como as auditorias internas podem contribuir para melhorar a gestão de estoques em uma empresa do ramo industrial e quais são os impactos dessa contribuição? O trabalho teve por objetivo geral, identificar processos essenciais realizados na auditoria interna contábil, a fim de contribuir com a gestão eficiente de estoques de uma empresa do ramo industrial. São apresentados no referencial teórico conceitos sobre noções gerais de auditoria, os conceitos e definições da auditoria interna, e auditoria interna e gestão de estoques. Quanto aos procedimentos técnicos, o presente estudo consiste numa pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A metodologia utilizada foi exploratória e descritiva, foi utilizada a pesquisa qualitativa, ampliando o conhecimento sobre os processos realizados na autoria interna de estoques. Através da pesquisa realizada concluiu-se, que a auditoria interna, desempenha um papel fundamental na garantia da transparência e integridade das operações de estoque, contribuindo para a confiabilidade das informações contábeis e financeiras das empresas e para a tomada de decisões.

Palavras-chave: Auditoria Interna; Gestão de estoques; Processos.

ABSTRACT

The relevance of auditing for companies is fundamental and plays a crucial role in guiding strategic decisions within an organization. This study addresses the contribution of internal auditing to inventory management, in particular, a case study of an industrial company located in the city of Santa Rosa/RS. Efficient inventory management is a complex and essential task for any company, especially in the industrial sector. The research problem we seek to answer is: how can internal audits contribute to improving inventory management in an

[1] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis - 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. glaucia14rs@hotmail.com
[2] Orientador. Professor dos Cursos de Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. adepedrow@bol.com.br

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

industrial company and what are the impacts of this contribution? The general objective of the work was to identify essential processes carried out in internal accounting auditing, in order to contribute to the efficient management of inventories in an industrial company. Concepts on general notions of auditing, the concepts and definitions of internal auditing, and internal auditing and inventory management are presented in the theoretical framework. As for technical procedures, this project consists of bibliographical research and case study. The methodology used was exploratory and descriptive, qualitative research was used, expanding knowledge about the processes carried out in the internal authoring of stocks. Through the research carried out, it was concluded that internal auditing plays a fundamental role in ensuring the transparency and integrity of stock operations, contributing to the reliability of companies' accounting and financial information and decision-making.

Keywords: Internal Audit; Inventory management; Law Suit.

INTRODUÇÃO

O controle eficaz de estoques é essencial para fomentar a rentabilidade e o desempenho das empresas. Nesse sentido, o gerenciamento criterioso dos estoques pode ser determinante para o sucesso ou fracasso de uma organização. Diante das transformações e mudanças que ocorrem dentro de um âmbito empresarial, manter processos internos padronizados, projetar planejamentos de curto e longo prazo e, garantir o respeito as normas e diretrizes, são ações necessárias para garantir o controle de qualquer instituição.

A gestão inadequada de estoques é um desafio recorrente enfrentado por inúmeras empresas, resultando em consequências negativas para suas operações. O controle preciso das movimentações de entrada e saída de mercadorias pode se tornar uma tarefa complexa, especialmente diante da diversidade de produtos e dos diferentes pontos de armazenamento. Tal situação pode desencadear perdas financeiras e até mesmo vulnerabilidades à ocorrência de fraudes.

Com esta perspectiva, a auditoria interna se apresenta como uma das principais ferramentas de análise, conferência, avaliação e inspeção de processos. Possibilita um desenvolvimento equilibrado, a ponto de assegurar a capacidade de produção, agregando valor aos resultados e, fortalecendo fatores importantes para a atividade empresarial.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O presente estudo tem como tema: a importância da auditoria interna na gestão de estoques. Desta forma, o trabalho terá como delimitação o estudo de caso realizado em uma empresa do ramo industrial, localizada na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

A ausência de controles e processos relacionados ao estoque, e a falta de normas que estabeleçam a padronização dos procedimentos de auditoria interna a serem realizados por empresas do ramo industrial, ou de outros setores, impulsiona para a problemática de pesquisa desta investigação, que busca responder a seguinte questão: como as auditorias internas podem contribuir para melhorar a gestão de estoques em uma empresa do ramo industrial e quais são os impactos dessa contribuição?

O objetivo da pesquisa é identificar processos essenciais realizados na auditoria interna, a fim de contribuir com a gestão eficiente de estoques, especificamente, em uma empresa do ramo industrial localizada na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, onde a prática de realizar auditorias internas não é adotada, o que levanta preocupações relevantes acerca da gestão de estoques, demandando uma análise mais aprofundada. E, com objetivos específicos, o artigo buscou: estudar os processos da auditoria interna; conhecer a organização e sua política de gestão de estoques e propor melhorias que auxiliem na gestão dos estoques.

Justifica-se o estudo com base no atual cenário das organizações, onde independente do porte da empresa, toda instituição está sujeita a irregularidades e falhas em seus métodos, e necessitam realizar medidas eficientes que cumpram as normas brasileiras de contabilidade. Ao examinar processos internos, as auditorias podem identificar áreas de ineficiência, lacunas de controle e possíveis desperdícios, permitindo que a empresa implemente estratégias corretivas de forma proativa.

Para abordar o problema, foi adotada a metodologia aplicada, direcionada pelo propósito do estudo. Sobre a natureza dos dados, foi utilizada a pesquisa qualitativa. Em suma, quanto à conduta aos procedimentos técnicos, a pesquisa se classifica como uma pesquisa bibliográfica e também de estudo de caso. A geração de dados ocorrerá de duas formas: documentação direta e documentação indireta.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Quanto os principais autores que fundamentam esse trabalho foram: Attie, Crepaldi, Chiavenato, Imoniana e Gonçalves. As informações fornecidas estão organizadas de maneira a guiar o leitor de modo a adquirir conhecimento relevante sobre o assunto em questão, explorando os conceitos de Noções gerais de auditoria, Conceito e definição da auditoria interna, e Auditoria interna e gestão de estoques, na continuidade, a descrição da metodologia utilizada e, para concluir, no desfecho, serão exibidos a análise e apresentação dos resultados, seguidos da conclusão.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma compreensão mais abrangente do assunto, é essencial o conhecimento sobre noções gerais de auditoria, o conceito e definição da auditoria interna e auditoria interna e gestão de estoques, assuntos que serão abordados a seguir, iniciando com noções gerais de auditoria.

1.1 NOÇÕES GERAIS DE AUDITORIA

A palavra auditoria origina-se do latim audire, cujo significado é ouvir. Neste sentido, de forma geral e resumida, auditoria é interligada a conferência, verificação, análise, avaliação e a comunicação dos resultados para alcançar um determinado objetivo (Lins, 2017).

Conforme Crepaldi, que enuncia “o surgimento da auditoria está ancorado na necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas” (Crepaldi, 2023, p.164).

A história da auditoria é relacionada ao surgimento da contabilidade enquanto ciência. O ramo surgiu nos primórdios da humanidade e está vinculado os primeiros aspectos de apropriação de bens, tornando o seu surgimento um tanto divergente entre os doutrinadores (Imoniana, 2019).

De acordo com Pereira, a auditoria é uma técnica contábil e, como tal, surgiu a partir do momento em que terceiros começaram a examinar e emitir

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

opiniões independentes sobre os demonstrativos elaborados pela contabilidade (Pereira, 2018).

A existência da auditoria é citada há mais de 4.000 anos, sendo relacionada com atividades de verificação referentes ao capital investido, bens adquiridos e se estes, renderam o lucro previsto. Com o desenvolvimento da indústria e do comércio, a busca por transparência nas informações efetuadas pelas organizações, resultou na evolução das práticas contábeis e de auditoria (Crepaldi, 2019).

Segundo Attie, a causa da evolução da auditoria é:

> Em essência, a causa da evolução da auditoria, que é decorrente da evolução da contabilidade, foi a do desenvolvimento econômico dos países, síntese do crescimento das empresas e da expansão das atividades produtoras, gerando crescente complexidade na administração dos negócios e de práticas financeiras como uma força motriz para o desenvolvimento da economia de mercado (Attie, 2018 p.7).

A partir de 1934, quando foi criada a *Security & Exchange Commission* (SEC), a Comissão de Valores Mobiliários nos Estados Unidos, a profissão tomou outro significado, ganhando maior impulso para sua identificação. Nessa época, as empresas que tinham negócios nas Bolsas de Valores, necessitavam que as informações recebidas fossem realmente verídicas, exigindo serviços de auditoria que assegurassem tais informações, para que as mesmas, apresentassem caráter de autenticidade (Imoniana, 2019).

É imprescindível ressaltar que durante o processo de evolução, os serviços de auditoria passaram por modificações, possuindo maior relevância o aumento progressivo do volume e da velocidade das transações empresarias e, o surgimento gradativo de instrumentos de controles internos e sistemas informatizados (Pereira, 2018).

No Brasil, os métodos de contabilidade e de auditoria foram elaborados a partir do século XX, devido a instalação no país de organizações multinacionais procedentes dos Estados Unidos, do Japão e dos principais países europeus, como Alemanha, França, Suécia e Inglaterra (Ribeiro; Coelho, 2013).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O desenvolvimento da auditoria no Brasil está associado com a instauração de empresas internacionais de auditoria, uma vez que investimentos internacionais foram aqui instituídos e obrigatoriamente tiveram de ter suas demonstrações contábeis auditadas (Attie, 2018).

O surgimento da auditoria está fundamentado na necessidade de validação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômico-financeira representada no patrimônio das instituições investidas e, no aparecimento de grandes companhias. A contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para contribuir e instruir o administrador, sendo ela a formadora de uma especialidade denominada auditoria, indicada a ser utilizada como uma ferramenta de confirmação da própria contabilidade (Attie, 2018).

Para Imoniana, o conceito de auditoria refere-se à:

> A auditoria, como todas as ciências que utilizam abordagem epistemológica, estudo crítico dos princípios e conceitos, consiste em assegurar o porquê dos registros das informações, análise e reportes. Além disso, a auditoria também está enquadrada nos estudos de ciências sociais aplicadas que sustentam as tecnologias gerenciais, o posicionamento dos investidores e os usuários das informações contábeis em geral (Imoniana, 2019, p.3).

Auditoria é uma técnica contábil que surgiu da demanda em assegurar a autenticidade das informações procedentes dos registros contábeis, por meio de análises minuciosas de documentos, que envolvem a realização de procedimentos escolhidos para a obtenção de evidências, relacionando-se aos valores e divulgações desenvolvidos das demonstrações contábeis, incluindo a avaliação adequada de suas práticas (Ribeiro; Coelho, 2013).

Conforme Attie, a auditoria tem como objetivo avaliar a eficiência e a eficácia do controle patrimonial estabelecido, que visa expressar um parecer sobre determinado dado. Engloba a averiguação documental, a análise de livros e registros que possuem a particularidade de controle e adquire evidências de caráter interno ou externo que conectam o controle do patrimônio com as demonstrações resultantes (Attie, 2018).

O foco da auditoria é assegurar as demonstrações contábeis, auxiliar a administração nos processos de implementação de estratégias gerencias, a

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

emissão de resoluções unificadas sobre a compatibilidade de relatórios que representam a posição financeira e patrimonial, a apuração das operações, e as mudanças financeiras, mantendo-se sempre em acordo com as normas contábeis e de auditoria vigentes (Imoniana, 2019).

Segundo Crepaldi:

> A auditoria atualmente é um meio indispensável de confirmação da eficiência dos controles e fator de maior tranquilidade para a administração e de maior garantia para investidores, bem como para o próprio fisco, que tem na auditoria o colaborador eficiente e insuspeito, que contribui indiretamente para melhor aplicação das leis fiscais. (Crepaldi, 2019. p.13).

No transcorrer do tempo, essa modalidade contábil teve seu campo de aplicação ampliado, o uso da auditoria para assegurar a confiabilidades dos controles internos e para gerar credibilidade a entidades se tornou corriqueira. Atualmente, quanto a sua forma de realização, é dividida em auditoria interna ou auditoria externa (Ribeiro; Coelho, 2013).

Portanto, a partir dos conceitos apresentados pode-se destacar que auditoria é uma técnica contábil, processo de confrontação entre um acontecimento e um determinado critério que compara o fato, com o que realmente deveria ocorrer, sendo assim, é o conjunto de mecanismos aplicados de forma independente, sendo necessária em qualquer tipo de organização.

1.2 CONCEITO E DEFINIÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Com relação ao crescimento dos negócios, as empresas observaram que a supervisão de todas as atividades corriqueiras de suas companhias, demandavam mais assistência e acompanhamento, sendo assim, sentiram a necessidade de dar maior destaque às normas e a procedimento internos (Almeida, 2019).

Com o crescimento da auditoria, é fundamental um desenvolvimento prospectivo e mais rigoroso das normas que regulam a aplicação, com a finalidade de garantir aos usuários informações claras e acessíveis. A auditoria interna é empregada às companhias abertas, sociedades e empresas que integra o sistema de distribuição de valores mobiliários (Crepaldi, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A auditoria interna é efetuada por funcionários da própria empresa, buscam a verificação de inconformidades, que envolvem a avaliação de desempenhos, controles internos, sistemas de informação e a qualidade de produtos e serviços, esses empregados realizam a prevenção ou detecção de falhas de operações, incompatibilidades nas atividades administrativas, gerando maior credibilidade das informações formadas (Lins, 2017).

Dessa forma, Almeida enuncia que “o auditor interno é um empregado da empresa, e dentro de uma organização ele não deve estar subordinado àqueles, cujo trabalho, examina. Além disso, o auditor interno não deve desenvolver atividades que possa vir um dia a examinar” (Almeida, 2019, p. 5).

De acordo com Imoniana, a auditoria interna representa:

> A auditoria interna consiste em avaliação sistemática de efetividade dos processos de controle no tocante às transações econômicas, financeiras e contábeis e às operações correlatas para certificar-se de sua exatidão, partindo da premissa de se ver de perto e julgar quão bem os processos contribuem para eficiência gerencial (Imoniana, 2019, p.31).

Com o dever de assessorar a administração da corporação, a auditoria interna tem como função envolver e realizar a prevenção de fraudes e erros, submetendo as informações sempre por escrito e de forma reservada, sempre que abranger evidências ou comprovação de irregularidades detectadas no transcorrer das suas atividades (Lins, 2017).

Segundo Crepaldi, a atividade de auditoria deve:

> Avaliar a adequação e a eficácia dos controles, abrangendo a governança, as operações e os sistemas de informação. Essa avaliação deve assegurar que os controles internos garantam uma série de medidas: confiabilidade e integridade das informações financeiras e operacionais, eficácia e eficiência de operações, salvaguarda dos ativos, e, conformidade às leis, aos regulamentos e aos contratos (Crepaldi, 2019, p.28).

Quando as companhias têm um setor de auditoria atuando diariamente, e que acompanham a empresa por todo o período, os investidores se sentem mais convictos. As normas nacionais acompanham o Conselho Federal de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Contabilidade (CFC), sendo assim, quando se trata de empresas multinacionais, é frequente que além das normas nacionais, empreguem normas internacionais para gerar maior confiabilidade e ações mais padronizadas (Pereira, 2016).

A auditoria das demonstrações contábeis, são formadas pelo conglomerado de procedimentos técnicos, que tem por objetivo a publicação de opinião, conforme os princípios de Contabilidade e relacionado com à legislação específica. Evitam cenários que possibilitem fraudes, manipulações e subornos, através de avaliações adequadas (Crepaldi, 2019).

As demonstrações contábeis necessitam ser planejadas de forma que representem com clareza a real condição das companhias, em termos de seus direitos, obrigações e resultados das ações realizadas nos períodos em análise, devem englobar os critérios, os procedimentos contábeis aplicados em sua formulação e os princípios da contabilidade, proporcionando compreensão (Attie, 2018).

Conforme Araújo, Arruda e Barreto, o foco central dos trabalhos de auditoria são:

> Portanto, o foco central dos trabalhos da auditoria contábil são os exames das demonstrações contábeis, com o objetivo de se emitir uma opinião sobre sua adequação, principalmente no que se refere à: existência e propriedade dos bens, ocorrência das transações, abrangência das informações, avaliação dos ativos e passivos, realização de bens e apresentação, além da divulgação das informações. Isso se deve ao fato de que estas demonstrações objetivam retratar, em determinada data, as situações orçamentária, financeira, econômica e patrimonial de uma organização. Assim, a sua adequada elaboração possibilitará um diagnóstico razoável das condições econômicas e patrimoniais dessa mesma entidade (Araújo; Arruda; Barreto, 2008, p.22).

A credibilidade da opinião do auditor é baseada em documentos físicos ou eletrônicos. Analisam todo o patrimônio da empresa, em demonstrações financeiras, registros contábeis, papéis, arquivos, planilhas e anotações pertinentes aos assuntos almejados. Referências não documentadas devem ser usadas apenas por comprovações convincentes (Pereira, 2016).

Procedimentos de auditoria são os mecanismos aplicados para atingir o objetivo fundamental, utilizadas para examinar e agrupar as evidências

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

essenciais. O auditor aplica a metodologia adequada para cada evento, tendo como propósito descobrir as provas materiais que demonstrem o fato examinado (Pereira, 2016).

A posição formada pelo auditor deve estar fundamentada em bases sólidas, respaldada em atos comprovados, fatos e dados irrefutáveis. O auditor não pode aceitar chegar em conclusões precipitadas devido a interferência de opiniões divergentes das suas. Toda a análise necessita ser estudada, observando cada elemento quanto a sua assertividade, notabilidade, validade e fidedignidade (Attie, 2018).

Os processos aplicados de auditoria devem ser documentados de maneira clara, seja por escrito ou por meio de registros, a fim de proporcionar uma compreensão adequada dos procedimentos de auditoria que serão implementados. Isso não só facilita a divisão do trabalho, mas também oferece uma orientação precisa.

A auditoria possui como principais procedimentos: exame de registros, exame documental, conferência de cálculos, entrevistas, inspeção física, circularização, observação, correlação, inspeção e revisão analítica. A administração da organização auditada tem a incumbência de divulgar as informações sobre acontecimentos eventuais (Araújo; Arruda; Barreto, 2008).

Ilustração 1: Procedimentos da auditoria contábil

PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS	CONCEITOS
Exame de Registros	Verificação da adequação e oportunidade dos registros contábeis e auxiliares.
Exame Documental	Análise da adequação dos documentos comprobatórios dos fatos auditados.
Conferência de Cálculos	Entre as conferências de cálculos fundamentais está a conferência de soma, juros, impostos, receitas financeiras, depreciação e equivalência patrimonial, entre outros.
Inspeção Física	A inspeção física envolve o exame dos títulos e outros documentos comprobatórios. Na aplicação desse procedimento devem ser consideradas: identificação, existência, autenticidade, quantidade e qualidade.
Circularização	É a confirmação de saldos e informações da entidade a terceiros. Solicitada pelo auditor, a correspondência é elaborada e respondida pela entidade auditada.
Revisão Analítica	É a avaliação dos dados com base em testes globais, aplicação de índices de análise de Balanço e análise de variações.

Fonte: Araújo, Arruda e Barreto (2008, p.82)

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A auditoria interna é uma atividade de avaliação fornecida como um serviço para empresas, realizada por auditores que estão no quadro de funcionários das companhias e tem como objetivo adicionar valor, melhorar as operações de uma organização e emitir opiniões sobre as adequações necessárias, por meio de procedimentos fundamentados que demonstrem segurança aos usuários.

1.3 AUDITORIA INTERNA E GESTÃO DE ESTOQUES

As dificuldades que às empresas brasileiras estão enfrentando, vem relacionando-se ao fato das companhias sentirem a necessidade de efetivar uma gestão empresarial eficaz e que possuam capacidade para enfrentar as adversidades que ocorrem no mercado, onde a competitividade manifesta-se de maneira intensa (Junior; Sampaio; Fernandes, 2017).

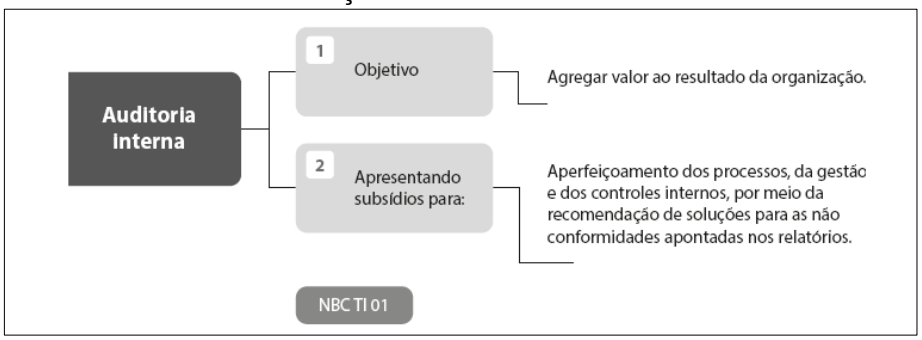
Dentro de uma organização, o planejamento está sempre sendo direcionando para o futuro, todos os passos empregados possuem um sentido, uma finalidade e um propósito a ser alcançado. Possuindo como aspectos fundamentais, o objetivo para o qual o sistema é projetado e o arranjo de componentes que é necessário para alcançar tal fim (Chiavenato, 2023).

É essencial que uma empresa estabeleça um sistema de controle interno eficiente, mas essa implementação deve ser acompanhada por verificações regulares para garantir que os funcionários estejam aderindo às normas estabelecidas e para avaliar se o sistema precisa ser ajustado de acordo com as circunstâncias atuais (Almeida, 2019).

O propósito da auditoria interna é proporcionar um valor significativo para o desempenho da organização, apresentando subsídios que promovam a melhoria dos processos, da administração e dos mecanismos de controle internos (Crepaldi, 2023).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 2: Auditoria interna



Fonte: Crepaldi (2023, p.46).

A auditoria interna atua como um instrumento de apoio à gestão, com o propósito de avaliar a eficácia dos controles internos, fornecendo recomendações para melhorias quando apropriado, inclusive sugerindo a implementação de controles, caso não estejam presentes. Abrange um conjunto de procedimentos destinados a examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, bem como das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da entidade (Crepaldi, 2023).

A gestão de estoques envolve uma série abrangente e diversificada de atividades que envolvem as fases de planejamento, execução e controle. Isso se aplica não apenas aos materiais em si, mas também aos fluxos de dinheiro e informações relacionados a todas as operações físicas envolvendo estoques (Accioly; Ayres; Sucupira, 2019).

Portanto, a gestão de estoques deve ser considerada como elemento fundamental em todo o planejamento de uma empresa, abrangendo tanto o estratégico quanto operacional. Um controle preciso dos estoques é essencial para eliminar desperdícios de tempo, custos e espaço, além de garantir a capacidade de atender às demandas dos clientes no momento em que desejarem (Paoleschi, 2019).

A definição de gestão de estoques por si só revela seus principais objetivos, que se concentram em planejar com precisão o estoque, incluindo as quantidades de materiais que entram e saem, as etapas das entradas e saídas, o período de tempo entre essas transações e a determinação dos pontos de reposição de materiais (Ching, 2010).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os estoques não são apenas um componente fundamental na cadeia de suprimentos, mas também têm implicações significativas em termos de finanças e contabilidade. Para Paoleschi, “Os estoques estão intimamente ligados às principais áreas de operação das empresas e envolvem problemas de administração, controle, contabilização e, principalmente, de avaliação” (Paoleschi, 2019, p.45).

A auditoria de estoques visa confirmar a existência real das quantidades declaradas, garantir que os bens sejam contabilizados de acordo com os princípios contábeis e que as informações relacionadas aos estoques estejam devidamente refletidas nas demonstrações financeiras, incluindo classificação, notas explicativas e mudanças na avaliação (Almeida, 2019).

Conforme Crepaldi, os estoques representam o principal item de ativo de muitas empresas, e, por essa razão, a verificação dos estoques é uma atividade que necessita e dedica-se considerável tempo. Uma vez que esses ativos são tangíveis, os auditores têm a responsabilidade de avaliar com precisão tanto as quantidades como as condições desses itens, além de verificar a exatidão dos cálculos relacionados ao seu valor (Crepaldi, 2023).

A gestão de estoque é uma parte fundamental da administração de qualquer empresa, independentemente do seu tamanho ou setor de atuação. Envolve o planejamento, controle e monitoramento de todos os itens armazenados, sejam eles matérias-primas, produtos em processo ou produtos acabados.

O planejamento e a execução de uma auditoria representam um exercício de definição, perseguição e realização de objetivos. Nesse processo prático, os auditores precisam estruturar uma tarefa inicialmente complexa: examinar uma empresa de maneira que seus objetivos e procedimentos fiquem bem definidos (Crepaldi, 2023).

Estocar implica em guardar algo para utilização futura, que pode acarretar despesas de armazenamento, pessoal, capital e seguro. Por outro lado, a falta de estoque pode levar a interrupções na produção devido a atrasos no fornecimento de matéria-prima. Sendo assim, o equilíbrio entre essas duas situações é fundamental e deve ser aplicado a todos os itens de estoque (Chiavenato, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A relevância, complexidade e magnitude dos estoques variam de forma única para cada empresa. No entanto, considerando o tipo de empresa e o setor em que opera, podem surgir padrões que simplificam a compreensão dos desafios enfrentados por cada organização (Accioly; Ayres; Sucupira, 2019).

Segundo Silva, um dos objetivos do planejamento dos estoques correspondem:

> Um dos objetivos do planejamento e controle dos estoques é a conciliação entre o fornecimento e demanda por produtos e serviços. De um lado, temos recursos disponíveis aos consumidores e, por outro lado, temos um rol de demandas de consumidores, tanto geral, quanto específicas. O cerne do planejamento e controle consiste em implantar sistemas (físicos e lógicos), decisões e procedimentos que possibilitem a conciliação, dessas duas entidades, qual seja o suprimento e a demanda (Silva, 2019, p.34).

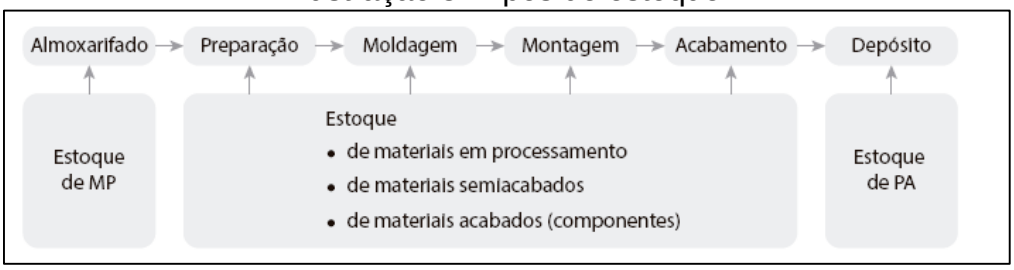
Todo o sistema de estoque requer insumos ou entradas derivado de seu ambiente externo para operar. Estes insumos ou entradas são processados pelos diferentes subsistemas e transformados em saídas ou resultados, que se destinam ao meio externo na forma de produtos ou serviços. A eficiência do sistema reside na capacidade de manter uma relação adequada entre as entradas e saídas (Chiavenato, 2022).

Conforme Silva, o planejamento e controle de estoques são processos essenciais que gerenciam as atividades operacionais e produtivas relacionadas aos estoques, possuindo como principal objetivo a garantia de satisfação contínua da demanda dos consumidores, sejam eles internos ou externos. Em qualquer operação que envolva o estoque, é fundamental realizar planejamento e controle, embora o nível de detalhamento e a formalidade necessária possam variar (Silva, 2019).

Os estoques não se limitam ao almoxarifado, mas se distribuem pelas unidades produtivas, transitando de matérias-primas em processamento para materiais semiacabados, e finalmente, para produtos acabados (Chiavenato, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 3: Tipos de estoque



Fonte: Chiavenato (2022, p.97).

Devido ao grande valor financeiro que os estoques representam para a empresa, é essencial que haja um controle adequado sobre eles. Os estoques desempenham um papel fundamental nas operações empresariais, servindo para garantir a continuidade das atividades ao neutralizar atrasos no fornecimento, sazonalidades e riscos (Chiavenato, 2022).

Os auditores estabelecem diversos objetivos na auditoria de estoques, que incluem a verificação do controle, a confirmação da propriedade, a avaliação das quantidades, a correta valoração, a identificação de quaisquer ônus associados, a análise da viabilidade de venda, e, por fim, a garantia de que as informações sobre estoques são apresentadas de forma adequada nas demonstrações financeiras (Crepaldi, 2023).

A utilização de modelos de previsão de demanda é essencial na gestão de estoques, baseando-se no histórico de consumo e em análises estatísticas para criar modelos matemáticos que representem o comportamento da demanda de cada item. Um estudo cuidadoso do comportamento da demanda não apenas permite a escolha de modelos mais precisos para projeções futuras, mas também facilita o dimensionamento dos estoques (Gonçalves, 2020).

Para Crepaldi, o subsistema de gestão de estoques requer a implementação de controles internos essenciais para uma administração eficaz desses recursos, sendo eles:

> Os procedimentos que devem ser considerados na revisão desse subsistema pela auditoria interna incluem: a) o exame dos registros físicos e financeiros dos estoques, os quais devem estar contabilizados com base nas normas de contabilidade; b) a comprovação física dos estoques, que pode ser realizada por meio de testes estatísticos, utilizando critérios estabelecidos para definição de amostragem e de extensão dos testes a serem realizados; c) a circularização dos valores constantes nos saldos dos relatórios internos, destacando as

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> quantidades em estoque, especificações completas, bem como as solicitações de certificados de depósitos em consignação ou de ônus (Crepaldi, 2023, p.491).

Na gestão das aquisições de produtos, é viável estabelecer vários grupos de estudo com o objetivo de reduzir custos e reforçar a vantagem competitiva da empresa. Esses estudos necessitam de um sólido cadastro de fornecedores que estejam alinhados com as necessidades da empresa, prosseguem com a elaboração de contratos de fornecimento bem estruturados e avançam na formulação de estratégias específicas para otimizar os processos de aquisição de materiais (Golçalves, 2020).

Para assegurar a precisão dos dados contábeis relacionados aos estoques, o auditor realiza testes que geralmente se assemelham aos conduzidos nas áreas de vendas, contas a receber, custo de mercadoria vendida e contas a pagar. Os principais procedimentos envolvem a verificação de recebimentos e remessas por meio da análise de documentos, conferência dos registros contábeis e garantia de que essas transações estejam alinhadas com as compras e vendas autorizadas (Crepaldi, 2023).

A fim de realizar a verificação dos estoques, o auditor efetua uma série de procedimentos, que incluem: conferir as contagens registradas; examinar faturas recentes de compra para verificar preços e propriedade; verificar totais e subtotais na base de teste; garantir que as vendas e compras estejam registradas; verificar itens danificados ou obsoletos; e conferir os totais de estoque na listagem com os registros contábeis, sugerindo ajustes, se necessário. Esses procedimentos são essenciais para a auditoria adequada dos estoques (Crepaldi, 2023).

Os processos realizados na auditoria interna destacam a importância de uma abordagem equilibrada na gestão de estoques, onde a empresa busca atender às demandas do ambiente externo de maneira eficiente e consequentemente evita desperdícios e custos desnecessários relacionados ao excesso de estoque e falta de planejamento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2 METODOLOGIA

Neste tópico, descreve-se a execução da pesquisa, detalhando o método de obtenção dos dados e sua subsequente análise, dividindo-se em três partes: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando os propósitos e as características deste estudo, podemos classificá-lo como uma pesquisa aplicada, por utilizar-se de estudo teórico para resolver o problema definido, destacando a importância da aplicação da auditoria interna na gestão de estoque.

Os objetivos da pesquisa envolveram abordagens tanto exploratórias quanto descritivas. A pesquisa foi de natureza exploratória, uma vez que buscou aprofundar a compreensão do problema, empregando pesquisas bibliográficas e entrevistas com o proprietário. Além disso, foi descritiva, já que os dados coletados foram descritos e analisados detalhadamente.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa adota uma abordagem predominantemente qualitativa, onde foi realizada entrevistas com o gestor da empresa, para conhecer melhor a instituição e obter informações sobre a gestão e controle de estoque da organização.

Em relação aos procedimentos técnicos, o estudo aborda técnicas de pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso, para obter uma compreensão abrangente das práticas de auditoria interna e sua contribuição para a gestão eficaz de estoques em uma empresa do ramo industrial, localizada na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados foram gerados por meio de documentação indireta, ou seja, foram obtidos por fontes secundárias. Inicialmente, uma pesquisa bibliográfica

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

foi realizada para identificar e compreender os processos essenciais da auditoria interna.

Posteriormente, utilizou-se a pesquisa direta, os dados foram coletados por meio de uma entrevista estruturada com o gestor da empresa e visitas que possibilitaram acompanhar os processos da instituição. O intuito foi de compreender a situação atual, identificar os métodos aplicados nos estoques adotados pela empresa, além de verificar a existência de auditorias internas ou revisões regulares dos registros de estoque, efetuados pela organização.

A entrevista foi realizada em formato presencial, por meio de um conjunto de perguntas estruturadas, que permitiram uma abordagem flexível para explorar perspectivas sobre o tema. Composta por 18 perguntas, buscou-se entendimento sobre a gestão de estoques da empresa, como são suas instalações, os processos de planejamento e compreensão das práticas de controle de estoque da instituição.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A abordagem utilizada neste estudo foi principalmente dedutiva, enquanto o método de procedimento adotado foi o monográfico. O enfoque dedutivo baseou-se na aplicação dos conhecimentos teóricos da revisão bibliográfica para obter soluções ao problema identificado. O método monográfico permitiu uma análise aprofundada e detalhada do tema, proporcionando uma compreensão mais ampla da importância da auditoria interna na gestão de estoques.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a conclusão do embasamento teórico e da metodologia aplicada, realizou-se o levantamento e análise dos dados coletados durante a entrevista efetuada com o gestor da empresa, os quais são apresentados nos tópicos a seguir.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3.1 HISTÓRICO DA EMPRESA

O estudo foi aplicado em uma empresa do ramo industrial, onde foram levantadas informações relevantes para o desenvolvimento deste trabalho, embora, por motivos de confidencialidade, sua identidade não foi revelada, o aceite da empresa em compartilhar suas práticas e rotinas foi fundamental para a efetivação deste projeto.

A empresa iniciou suas atividades no ano de 2008, instalada em sede própria, localizada na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Trata-se de uma empresa familiar de pequeno porte, que possui um complexo de três pavilhões interligados, cada um, projetado para acomodar diferentes etapas das operações comerciais e industriais.

Atua no ramo do comércio, serviço e indústria. Desde o seu início, a empresa tem se destacado no mercado de corte manual e mecanizado de chapas, comercializando soluções para este mercado. Conta com suporte técnico especializado de profissionais experientes, que tem como objetivo realizar seus atendimentos de forma rápida e objetiva. Fornece peças originais para máquinas de corte multimarcas e consumíveis, realiza a instalação de máquinas, treinamento e capacitação de *softwares*.

No ano de 2019, a empresa fortaleceu sua atuação no ramo industrial, redirecionando seus esforços para a prestação de serviço. Esta transição estratégica representou uma oportunidade valiosa de mercado, permitindo que a empresa expandisse suas operações.

O faturamento médio mensal gira em torno de R$250.000,00, dos quais 85% provêm de serviços direcionados ao setor industrial. Dado que a maior parte do faturamento é proveniente de serviços voltados para o setor industrial, o foco deste estudo foi direcionado especificamente para esse ramo, a fim de compreender e analisar os processos relacionados ao estoque.

3.2 GESTÃO DE ESTOQUES

Com base nos dados levantados, constatou-se que a empresa mantém vários tipos de estoque, que incluem componentes para a manutenção de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

máquinas de corte a plasma, consumíveis e matérias-primas. No entanto, o gestor ressalta que “não existe um sistema frequente de contagem cíclica dos estoques, em alguns casos é realizado uma contagem anual”. Segundo relato, a apuração dos estoques é realizada por meio de controles periódicos, onde a verificação dos níveis de estoque ocorre em períodos fixos.

O fato da empresa não utilizar um sistema permanente de contagens cíclicas, está em desacordo com as práticas recomendadas de auditoria interna, enfatizadas pelos autores Guilherme Simões Crepaldi e Silvio Aparecido Crepaldi, no capítulo 1.3, que destaca a importância da contagem como uma estratégia essencial para garantir a precisão e integridade dos dados de estoque, permitindo identificar possíveis erros e assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras (Crepaldi, 2023).

Além disso, a empresa armazena produtos de terceiros, principalmente chapas, utilizadas para o processo de industrialização. A instituição não implementa protocolos formais para garantir a precisão e integridade dos registros de estoque, limitando-se a inserir no sistema, apenas as notas fiscais correspondentes. Entretanto, coordenadores dos estoques de terceiros, realizam práticas interligadas com a auditoria, destacando-se a inspeção física dos estoques.

As práticas utilizadas pela empresa, revelam uma lacuna significativa na implementação de procedimentos padronizados e sistêmicos. De acordo com o autor Bruno Paoleschi, descrito no capítulo 1.3, a gestão eficaz de estoques envolve a aplicação de métodos precisos de controle e monitoramento, garantindo a manutenção dos estoques e a minimização de custos associados (Paoleschi, 2019).

Em relação aos procedimentos de conferência, a empresa utiliza seu sistema para registrar as entradas no estoque, embora nem todos os itens sejam monitorados por meio deste. Conforme destacado pelo sócio “o nosso sistema permite este tipo de controle, porém hoje não utilizamos esta ferramenta para controlar todos os itens”, sendo assim, alguns itens são registrados manualmente em planilhas separadas.

A ausência de procedimentos formais para assegurar a precisão e coerência dos registros de estoque, reflete uma lacuna na implementação dos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

métodos da auditoria, sugeridos por Inaldo da Paixão Santos Araújo, Daniel Gomes Arruda e Pedro Humberto Teixeira Barreto, no capítulo 1.2, que ressaltam a importância de estabelecer procedimentos da auditoria, incluindo exame de registros, exame documental, conferência de cálculos, inspeção física, circularização, observação, correlação, inspeção e revisão analítica que são vitais para garantir a precisão e integridade das informações (Araújo; Arruda; Barreto, 2008).

Alinhado com as indicações do autor Hong Yuh Ching, no capítulo 1.3, onde destaca-se que a gestão de estoques envolve uma série de objetivos interligados, como o planejamento preciso das quantidades de materiais, a eficiente administração das entradas e saídas, o monitoramento dos intervalos entre essas transações e a identificação dos pontos ideais para a reposição dos materiais. Essas práticas são essenciais para otimizar a eficiência operacional e garantir que a empresa atenda às demandas dos clientes de forma consistente (Ching, 2010).

Entretanto, as práticas atuais de registro de entrada dos estoques, especialmente a subutilização do sistema existente para o controle de todos os itens, destacam a necessidade de alinhar as operações internas com os avanços tecnológicos. A aplicação abrangente e eficaz de sistemas de controle, é essencial para garantir a precisão dos registros e a eficiência das operações de armazenamento.

A auditoria interna fortalece a estrutura de controle interno da organização, mitigando riscos potenciais e promovendo uma cultura de transparência e responsabilidade. Como sugerido por Guilherme Simões Crepaldi e Silvio Aparecido Crepaldi, no capítulo 1.3, a auditoria interna atua como suporte à gestão, avaliando e recomendando melhorias nos controles internos, incluindo a sugestão de novos controles (Crepaldi, 2023).

Essa abordagem proativa e preventiva contribui para a melhoria contínua dos processos internos. Portanto, para otimizar a gestão de estoques e melhorar a eficiência operacional, recomenda-se a implementação de práticas da auditoria interna e a adoção de sistemas de controle mais abrangentes. A realização de procedimentos formais de contagem cíclica, a utilização de sistemas de registro

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

e monitoramento, são passos fundamentais para alcançar uma gestão de estoque mais eficaz e precisa.

Desta forma, destaca-se a importância de revisar processos internos e alinhar os saldos físicos aos do sistema, garantindo que nenhuma movimentação interna cause divergências nos relatórios obtidos. Esse comprometimento com o controle interno, pode ter um impacto significativo nos resultados planejados pela empresa.

3.3 INSTALAÇÕES DA EMPRESA

Conforme dados coletados, a empresa possui três pavilhões interconectados, onde são utilizados de maneira abrangente para atendimento, gestão e armazenamento. O primeiro pavilhão comporta o setor administrativo, o estoque de materiais para revenda e processo de produção. O segundo pavilhão é dedicado ao armazenamento dos estoques de terceiros, que são submetidos ao processo de industrialização, e à distribuição dos produtos, enquanto o terceiro, também é designado para o armazenamento de estoques e maquinários.

As práticas observadas nas instalações, revelam uma abordagem de controle de acesso seletivo, relacionado apenas, com os estoques direcionados para revenda e manutenção, onde a supervisão dos estoques é compartilhada com o coordenador administrativo, segundo o gestor “somente eu e uma outra pessoa de confiança, tem acesso ao depósito dos componentes de manutenção e consumíveis”. A restrição seletiva de acesso aos depósitos de componentes de manutenção e consumíveis, refere-se à adoção de medidas de segurança para proteger os ativos mais valiosos da empresa.

Conforme relato realizado pelo gestor, os estoques próprios e de terceiros, ou seja, as chapas, como ficam dispostos entre dois pavilhões e por ocuparem maior espaço, o acesso é disponível para todos os colaboradores e clientes ao acessarem as instalações da organização.

Para proteger os estoques contra furto e manipulação indevida, a empresa implementou algumas medidas de segurança, incluindo a instalação de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

câmeras de vigilância estrategicamente posicionadas para monitorar as áreas de armazenamento.

A instalação de câmeras para monitorar os estoques demonstra um compromisso com a segurança dos ativos da empresa. No entanto, a restrição de acesso, deve ser complementada por protocolos claros de autorização e registro de entrada e saída de materiais, a fim de garantir a rastreabilidade e a segurança dos bens da empresa. O equilíbrio entre a facilitação do acesso necessário para operações eficientes e a implementação de medidas de segurança é essencial para garantir a proteção adequada dos estoques.

Com base nas informações, pode-se observar que a gestão de estoques é descentralizada, com o acesso compartilhado por mais de um colaborador. A falta de um único responsável, pode potencialmente impactar a eficiência do monitoramento, ocasionando dificuldades na coordenação e comunicação. Conforme relatado pelo autor Marcelo Cavalcantti Almeida, no capítulo 1.3, destaca-se a importância de estabelecer um sistema de controle interno eficiente, enfatizando a necessidade de monitoramento regular, para garantir que os funcionários estejam seguindo as normas determinadas (Almeida, 2019).

Consequentemente, recomenda-se que a responsabilidade de controlar o consumo de produção deve ser atribuída a um encarregado pelo estoque. Isso implica na necessidade de capacitar um colaborador existente, garantindo sua presença no mesmo ambiente de trabalho, onde ocorre o processo de consumo.

Portanto, é fundamental considerar a implementação de estratégias de gestão que promovam a comunicação eficaz e a definição clara de responsabilidades para garantir uma supervisão adequada dos estoques e uma proteção abrangente dos ativos da empresa.

3.4 PLANEJAMENTO E CONTROLE DOS ESTOQUES

De acordo com a entrevista realizada, a empresa não possui um processo de previsão de demanda. Atualmente, as reposições de estoque são realizadas com base no histórico de consumo e na percepção do gestor, sobre possíveis alterações nos preços ou manutenções planejadas com terceiros.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

As decisões de compra são tomadas pelo sócio, principalmente com base em análises históricas, sem a utilização de métodos específicos. Conforme destacado na entrevista, o gestor pontuou “procuramos manter um volume maior de estoques, mesmo sem previsão de consumo, muitas vezes aproveitando bons preços de compra”. A revisão e atualização do planejamento de compras em relação aos níveis de estoque não seguem uma periodicidade definida atualmente. A empresa tende a manter um volume maior de estoques, aproveitando oportunidades de compra favoráveis, mesmo sem uma previsão clara de demanda ou análise regular das tendências de consumo.

Embora a empresa utilize um *software* ERP, esse recurso não é empregado para monitorar os níveis de estoque em tempo real ou facilitar a tomada de decisões relacionadas à gestão de estoques, segundo destacado pelo sócio da empresa “hoje trabalhamos com um *software* ERP que pode auxiliar nestas atividades, porém não utilizamos o mesmo para este fim”.

A organização atualmente não possui procedimentos padronizados para garantir a precisão dos registros de estoque, realizam contagens conforme as necessidades surgem. Além disso, não são realizadas auditorias internas ou revisões regulares dos registros de estoque, e não há um processo consolidado para lidar com irregularidades.

O controle de estoque é predominantemente realizado pelo gestor da organização, que também autoriza as compras. As entradas e saídas de produtos geralmente são registradas por meio de notas fiscais ou em planilhas *Excel*. Apesar, das deficiências demonstradas nos procedimentos de controle de estoque, a empresa mantém registros detalhados dos pedidos de compra e das atividades de recebimento, garantindo transparência e rastreabilidade das transações. Esses registros incluem informações sobre as ordens de compra, bem como detalhes do recebimento físico, que são conferidos com base nas notas fiscais.

Com base nos dados coletados, a empresa atualmente depende fortemente de decisões baseadas no histórico de consumo e na percepção individual do responsável, o que reflete uma abordagem mais tradicional de gestão de estoques. A falta de um processo formal de previsão de demanda e a

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

dependência de análises históricas para determinar os níveis ideais de estoque, podem resultar em desafios para a empresa.

Desse modo, a falta de revisão e atualização regulares do planejamento de compras em relação aos níveis de estoque, pode limitar a capacidade da empresa em ajustar suas operações. Isso destaca a necessidade de efetuar planejamentos e controles de estoques, que atendam as demandas dos consumidores, garantindo a eficiência operacional. Segundo o autor Bráulio Wilker Silva, pontuado no capítulo 1.3, esses processos minimizam riscos de escassez ou excesso, otimizam custos e permitem decisões estratégicas baseadas em dados, impulsionando a competitividade e a satisfação do cliente (Silva, 2019).

Ainda que, a empresa utilize um *software* ERP, a pouca utilização desse sistema, para monitorar os níveis de estoque em tempo real, reflete uma oportunidade perdida para aproveitar os recursos tecnológicos disponíveis, limitando assim a capacidade da empresa de realizar uma gestão de estoques mais ágil e eficiente.

A ausência de auditorias internas e revisões regulares dos registros de estoque, juntamente com a falta de um processo formal para lidar com irregularidades, pode representar um risco significativo para a integridade dos registros e a eficácia do controle de estoque da empresa.

O autor Joshua Onome Imoniana, no capítulo 1.2, destaca a importância de avaliar os processos de controle para garantir a exatidão e eficácia das transações econômicas, financeiras e contábeis, bem como das operações relacionadas. Ao realizar uma auditoria interna, a empresa garante a conformidade com os procedimentos e padrões estabelecidos, além de identificar quaisquer áreas de melhoria ou possíveis irregularidades (Imoniana, 2019).

A implementação de um processo formal de previsão de demanda, por meio da análise de tendências e uso de métodos específicos, poderia ajudar a empresa a planejar seus níveis de estoque de forma mais eficiente. Isso poderia reduzir o risco de escassez ou excesso de estoque, garantindo uma gestão mais precisa e orientada por dados.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Desta forma, a introdução de procedimentos padronizados para garantir a precisão dos registros de estoque, incluindo contagens regulares e reconciliações, juntamente com a realização de auditorias internas e revisões periódicas, seria fundamental para fortalecer o controle e a integridade dos estoques da empresa. Isso auxiliaria a identificar possíveis irregularidades e permitir a implementação de medidas corretivas de forma precisa.

3.5 RECOMENDAÇÕES DE MELHORIAS

Considerando o embasamento teórico apresentado neste estudo, e com base na análise realizada com foco no estoque de uma empresa, ressalta a importância que as organizações, especialmente no contexto industrial, devem atribuir ao seu estoque. A gestão apropriada dos estoques não apenas contribui para a eficiência operacional, mas também desempenha um papel estratégico na sustentabilidade e resiliência de uma organização diante das dinâmicas do mercado.

A necessidade de melhores processos, vai além de simples controles operacionais. Em um ambiente, onde a competitividade é acirrada e a agilidade é essencial, contar com sistemas que permitam uma gestão precisa e em tempo real dos estoques é uma vantagem estratégica. A capacidade de identificar e corrigir desvios imediatamente não apenas preserva os recursos da empresa, mas também fortalece sua posição no mercado.

Desta forma, recomenda-se que a empresa estabeleça um depósito exclusivo, com acesso restrito, apenas a colaboradores autorizados, para mitigar possíveis riscos, roubos e fraudes. Ambientes controlados, contribuem para a segurança e integridade dos materiais armazenados.

Além disso, sugere-se a implementação de sistemas avançados de previsão de demanda, processos formais de monitoramento de estoques e a otimização do uso de seu *software* ERP, para obter *insights* em tempo real. Essa prática não só simplifica a gestão diária, tornando-a mais eficiente, mas também proporciona uma visão mais detalhada e regular dos níveis de materiais.

A realização mensal de contagem nos estoques, conduzir auditorias periódicas para assegurar a exatidão dos registros e detectar eventuais erros,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

combinada à obrigatoriedade de registrar todas as entradas e saídas de materiais no sistema, torna-se uma medida essencial a ser realizada. Ao distribuir responsabilidades de maneira adequada e implementar fiscalização, cria-se um ambiente mais transparente e responsável.

Durante a análise realizada neste trabalho, aconselha-se a implementação de um procedimento padronizado para o fluxo físico de entrada e saída de materiais. Essa abordagem assegura a rastreabilidade e a segurança dos bens da empresa, fortalecendo a proteção dos estoques. Além disso, ao estabelecer um padrão operacional, todos os participantes do processo terão diretrizes claras, reduzindo a probabilidade de dúvidas ou erros durante a execução das atividades diárias.

Sendo assim, destaca-se também que a revisão periódica das políticas internas de controle de estoque, é vital para garantir a adaptação às normas mais recentes, às necessidades e objetivos da empresa. Desse modo, as práticas relacionadas com a auditoria, demonstram comprometimento com a eficiência operacional, permitindo ajustes ágeis e identificação proativa de melhorias no sistema de controle de estoque.

CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada neste artigo aborda a importância da auditoria interna na gestão de estoques, com foco em um estudo de caso de uma empresa do ramo industrial situada na cidade de Santa Rosa/RS. A gestão eficiente de estoques é crucial para o sucesso de qualquer empresa, especialmente no setor industrial, onde a complexidade é elevada.

Através da análise e interpretação dos dados coletados, várias conclusões significativas foram evidenciadas, com destaque a importância da auditoria interna na gestão de estoques. Ficou claro que a gestão eficaz de estoques é um desafio significativo para empresas do setor industrial, e a auditoria interna desempenha um papel crucial na garantia da integridade dos registros e na melhoria do desempenho operacional.

O objetivo geral deste estudo é identificar processos essenciais realizados na auditoria interna, a fim de contribuir com a gestão eficiente de estoques,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

especificamente, em uma empresa do ramo industrial localizada na cidade de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, no qual foi verificado no item 1 e 3 deste trabalho.

Deste modo, os objetivos específicos foram atendidos ao longo deste estudo. Em relação ao primeiro objetivo específico, estudar os processos de auditoria interna, foi realizada uma pesquisa a fim de entender sobre noções gerais de auditoria, conceito e definição da auditoria interna, que abordou o conhecimento das técnicas de auditoria, procedimentos de controle interno, avaliação de riscos e práticas de conformidade.

O segundo objetivo buscou conhecer a organização e sua política de gestão de estoques, no qual foi obtida por meio de entrevistas estruturadas e semiestruturadas com o sócio proprietário, para compreender melhor sobre o funcionamento da empresa. A aquisição desse conhecimento proporcionou uma compreensão mais clara e tangível da gestão e dos procedimentos realizados.

Cumprindo o último objetivo especifico que se propôs a sugerir melhorias que auxiliem na gestão de estoques, foi atendido através de análises desenvolvidas e recomendações apresentadas no capitulo 3 desse estudo. Sendo assim, a empresa fortalecerá significativamente seu controle de estoque, melhorando a eficiência operacional e reduzindo os riscos associados à gestão de materiais.

Quanto ao problema proposto, este estudo demonstrou a importância de realizar auditorias internas e como garantem a exatidão dos registros de estoque, minimizando erros e discrepâncias. Isso resulta em uma gestão de estoque mais eficaz, com melhor rastreabilidade e otimização dos níveis de inventário. Os impactos dessa contribuição possibilitam a análise de redução de custos, aumento da eficiência operacional e melhor atendimento às demandas dos clientes, o que pode levar a um aumento da satisfação e a uma vantagem competitiva no mercado.

Dessa forma, o estudo justifica-se contendo o elemento essencial para a empresa em estudo, pois através desta pesquisa poderá estimular a empresa a adotar procedimentos que visem a segurança das ações internas, promover a veracidade dos resultados, melhorar os diferentes processos de rotina, atuar na

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

correção de falhas e definir métodos que cumpram os regimentos, as normas e as políticas internas empresariais.

Ademais o trabalho torna-se de suma importância para a autora, visto que essa pesquisa é muito valiosa para sua formação, ampliou sua visão, colaborando com todo o conhecimento que foi absorvido ao longo do curso, possibilitando assim, colocar em prática os ensinamentos recebidos, além de contribuir para o crescimento profissional e futura especialização na área de auditoria.

No âmbito acadêmico, este estudo contribui para a compreensão da importância da auditoria interna na gestão de estoques, destacando a necessidade de práticas mais estruturadas e regulares para otimizar o desempenho das organizações.

Para futuras investigações, sugere-se a realização de estudos mais abrangentes em outras empresas do setor industrial ou em diferentes contextos organizacionais. Além disso, a pesquisa poderia ser expandida para incluir análises quantitativas mais detalhadas para medir o impacto da auditoria interna na gestão de estoques.

A pesquisa também destaca a relevância contínua da auditoria interna como uma ferramenta estratégica para empresas do setor industrial e seu potencial impacto na eficiência operacional. Essas conclusões têm o potencial de enriquecer a literatura acadêmica e fornecer orientação prática para organizações que desejam aprimorar sua gestão de estoques por meio da auditoria interna.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Felipe; AYRES, Antonio de Pádua Salmeron; MIRANDA, Alexandre. **Gestão de Estoques**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 113 p.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria:** abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 497 p.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETTO, Pedro Humberto Teixeira. **Auditoria Contábil:** enfoque teórico, normativo e prático. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 137 p.

ATTIE, William. **Auditoria:** conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 749 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2023. 174 p.

CHIAVENATO, Idalberto**. Iniciação ao Planejamento e Controle da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 114 p.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia Logística Integrada.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 238 p.

CREPALDI, Silvio Aparecido**. Auditoria Contábil:** teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 512 p.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria Contábil:** teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2023. 606 p.

GONÇALVES, Paulo Sergio. **Administração de Materiais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 504 p.

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria:** planejamento, execução e reporte. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 275 p.

JUNIOR, Arlindo Philippi; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; FERNANDES, Valdir. **Gestão Empresarial e Sustentabilidade**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2017. 1142 p.

LINS, Luiz dos Santos**. Auditoria:** uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 314 p.

PAOLESCHI, Bruno. **Almoxarifado e Gestão de Estoques**. 3. ed. São Paulo: Erica, 2019. 216 p.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. 440 p.

PEREIRA, Vaniza. **Fundamentos da Auditoria Contábil**. 1. ed. São Paulo: Porto Alegre: SAGAH, 2016. 160 p.

RIBEIRO, Osni Moura; COELHO, Juliana Moura Ribeiro. **Auditoria Fácil**. 2. ed. - São Paulo: Saraiva, 2013. 163 p.

SILVA, Bráulio Wilker. **Gestão de Estoques:** planejamento, execução e controle. 2. ed. – João Monlevade: Bws, 2019. 434 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ANÁLISE DA LUCRATIVIDADE DO CULTIVO DE SOJA

Jardel Fernando Zabel[1]
Antônio Roberto Lausmann Ternes[2]

RESUMO

A soja desempenha um papel crucial na economia do Brasil, sendo um dos principais produtos de exportação e produção agrícola. Este estudo concentra-se na análise da lucratividade do cultivo de soja, numa propriedade rural localizada em Ubiretama - RS, considerando as safras de soja dos anos de 2018/2019 até 2022/2023. O principal questionamento é identificar quais variáveis influenciaram a lucratividade no cultivo da soja nas safras dos anos de 2018/2019 até 2022/2023. A metodologia empregada combina elementos de pesquisa qualitativa e quantitativa, enquadrando-se como um estudo de caso. A coleta de dados envolve análise documental, entrevistas e observações. O arcabouço teórico abrange tópicos que dizem respeito às atividades agrícolas, contabilidade rural e custos na agricultura. O objetivo central deste estudo identificar as variáveis que influenciam na lucratividade nos cultivos de soja nas safras dos períodos estudados, com o intuito de apontar ineficiência no plantio da cultura e, com isso recomendar melhorias. Essa escolha de tema possui implicações tanto no âmbito acadêmico quanto prático, permitindo a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica para aprimorar a gestão eficiente da propriedade. Verificou-se que a lucratividade neste período foi influenciada por fatores como preço de venda, custo de produção e problemas climáticos. Inicialmente, da primeira à terceira safra, houve uma variação positiva na lucratividade, na quarta safra, a situação se inverteu, e a lucratividade apresentou resultados negativos, e na quinta safra, houve uma melhora na lucratividade em comparação com a quarta safra, mas ainda assim, os resultados permaneceram negativos.

Palavras-chave: Lucratividade; Análise; Soja; Propriedade Rural.

ABSTRACT

Soybeans play a crucial role in Brazil's economy, being one of the main export and agricultural production sectors. This study focuses on the analysis of the profitability of soybean cultivation, in a rural property located in Ubiretama - RS, considering the soybean harvests from the years 2018/2019 to 2022/2023.The main question is to identify which variables influenced the profitability of soybean cultivation

[1] Acadêmico do Curso de ciências contábeis - 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.jardelzato@gamil.com.
[2] Administrador, Mestre em Engenharia da Produção, professor nas Faculdades Integradas Machado de Assis/FEMA, antonioternes@gmail.com.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

in the 2018/2019 to 2022/2023 harvests. The methodology employed combines elements of qualitative and quantitative research, framing itself as a case study Data collection involves document analysis, interviews, and observations. The theoretical framework covers topics that pertain to agricultural activities, rural accounting, and costs in agriculture. The central objective of this study is to identify the variables that influence the profitability of soybean crops in the harvests of the periods studied, with the aim of pointing out inefficiency in planting the crop and thereby recommending improvements. in order to point out inefficiency in the planting of the crop and, therefore, recommend improvements. This choice of topic has implications in both the academic and practical spheres, allowing the application of the knowledge acquired during academic training to improve the efficient management of the property. It was found that profitability in this period was influenced by factors such as sales price, cost of production, and weather problems. Initially, from the first to the third harvest, there was a positive variation in profitability, in the fourth harvest, the situation was reversed, and profitability showed negative results, and in the fifth harvest, there was an improvement in profitability compared to the fourth harvest, but still, the results remained negative.

Keywords: Profitability; Analysis; Soybeans; Rural Property.

INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo, tem-se verificado o crescente uso da contabilidade, especialmente no contexto rural. Esse fenômeno se deve a diversos fatores, com destaque para a preocupação em relação à produção de alimentos em uma escala global.

Nesse contexto, este artigo dá ênfase a contabilidade rural, uma ferramenta crucial para produtores rurais. A produção de soja desempenha um papel central na economia brasileira, sendo um dos principais produtos agrícolas em termos de exportação e produção. Ao longo dos anos de 2018/2019 a 2022/2023, o cultivo da soja enfrentou uma série de desafios influenciados por diversas variáveis. Compreender o impacto dessas variáveis na lucratividade do cultivo é de suma importância.

O objetivo geral deste estudo é identificar as variáveis que influenciam na lucratividade nos cultivos de soja nas safras dos anos de 2018/2019 até 2022/2023, com isso recomendar melhorias. Pretende-se identificar possíveis ineficiências econômicas no processo de cultivo e propor melhorias. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Em primeiro lugar, busca-se uma compreensão detalhada dos aspectos estruturais da propriedade relacionados ao cultivo de soja, uma vez que a infraestrutura da propriedade desempenha um papel fundamental na produtividade e eficiência da cultura. Em segundo lugar, é feita uma análise minuciosa dos custos e despesas associados ao cultivo de soja, com o intuito de obter uma visão completa de como esses fatores afetam a lucratividade. Por fim, o estudo sugere melhorias que aumentem a lucratividade da propriedade no contexto do cultivo de soja.

Ao explorar esses objetivos, este estudo pretende fornecer informações sobre a lucratividade da produção de soja. Isso contribuirá para facilitar processos de tomada de decisão mais eficientes e práticas aprimoradas de cultivo, promovendo o sucesso dos produtores rurais e o desenvolvimento sustentável do setor agrícola.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. (Lakatos, 2021, p.185). Esta parte é de fundamental importância para assim relatar os temas abordados durante este trabalho para obter-se de um embasamento teórico. Os tópicos abordados são: Contabilidade rural, gestão da atividade agrícola e controle gerencial.

1.1 CONTABILIDADE RURAL

A contabilidade rural no Brasil é algo novo que ainda não conseguiu se estabelecer como algo de grande relevância na gestão das propriedades rurais, ou empresas rurais. Para muitos isso é algo difícil de ser trabalhado, pelo motivo de mostrar como estão as finanças de sua propriedade. “O grande problema para utilização efetiva da Contabilidade Rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil” (Crepaldi, 2019, p.12). Conforme o autor,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> A Contabilidade Rural no Brasil ainda é pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Isso acontece devido ao desconhecimento por parte desses empresários da importância das informações obtidas através da contabilidade, da maior segurança e clareza que essas informações proporcionariam nas tomadas de decisões. Isso acontece também em função da mentalidade conservadora da maioria dos agropecuaristas, que persiste em manter controles baseados em sua experiência adquirida com o passar dos anos (Crepaldi, 2019, p.12).

Muitas são as formas de se trabalhar com a contabilidade rural, pois não é algo que é totalmente restrito, que somente pode ser feito de uma forma. “A Contabilidade pode ser estudada de modo geral (para todas as empresas) ou particular (aplicada a certo ramo de atividade ou setor da economia) ” (MARION, 2020, p.2).

> Um erro comum na contabilidade rural é a falta de controle na divisão entre despesas, causando grande confusão na contabilidade e acarretando no fracasso de muitos empreendimentos. Mas este não é único. Boa parte dos empresários deste ramo também comete outros erros graves, como não registrar todos os fatos contábeis incluindo gastos com manutenção de equipamentos, faturamento para venda futura e diversos outros. Estes dados importantes, muitas vezes são guardados apenas na memória do dono do negócio e, assim, pequenos descontroles vão se acumulando em uma verdadeira "bagunça", prejudicando todo o planejamento (Senar, 2022).

O autor Marion, tem o entendimento que no que tange a contabilidade agrícola, é preciso diferenciar qual tipo de cultura que está sendo trabalhada, pois muda a forma de como deve ser feita a contabilidade. Deve-se considerar o tipo de cultura existente, se é a cultura temporária ou cultura permanente. Em relação a isso as culturas permanentes são aquelas sujeitas ao replantio, onde é feita somente uma colheita, seu período de vida é menor que 12 meses, essas culturas são: soja, milho, arroz, trigo, batata, ainda segundo Marion, esse tipo de cultura é conhecido como anula, pois, é feito somente uma vez ao ano (Marion, 2020).

Conforme Crepaldi, na cultura temporária, durante o seu ciclo produtivo, esses produtos, são contabilizados, como ativo circulante, como se fossem um estoque em andamento, em uma empresa. Os custos, que compõem o grupo são sementes, fertilizantes, mudas, mão de obra, encargos sociais, energia

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

elétrica, combustível, todos esses custos são tratados, como custos diretos, mas quando se trabalha com mais de uma cultura, os custos devem ser alocados, o que ocorre com grande frequência, precisa ser feito o rateio proporcional a cada cultura, mas isso nos custos indiretos (Crepaldi, 2019).

Outro grande fato da contabilidade rural, é o cálculo de desgaste dos bens decorrentes dos fenômenos naturais ou não, qual é conhecido como depreciação, e os mesmos estão presentes na demonstração do resultado do exercício. “Observa-se, porém, que todas as taxas de depreciação, principalmente as fixadas pelo Imposto de Renda, são estimadas. Quando, por exemplo, a taxa de máquinas é fixada em 10%” (Marion, 2020, P. 62).

Na depreciação. “O que deve ser computado como custo não é o valor total pago pelos bens, nem as parcelas pagas de financiamentos destes e, sim, o desgaste anual com a depreciação ou perda de valor desses bens” (Cardoso, 2022. p. 29). Essa computação de desgaste da máquina como custo, pode-se chegar a um resultado muito alto em um ano, em desacordo com a realidade, distribuir valores aos sócios e, no ano seguinte, ter que trocar aquela máquina que já chegou à exaustão da vida útil e não ter dinheiro em caixa.

A DRE é fundamental para avaliar a saúde financeira da empresa é usada por investidores e analistas para tomar decisões. “A demonstração de resultado do exercício conforme a Lei no 6.404/1976 deve iniciar-se com a receita bruta das vendas e serviços, as deduções de vendas, os abatimentos e os impostos” (Ludícibus, 2017, p.50).

Desta forma de acordo com Crepaldi no momento da elaboração das demonstrações do resultado do exercício, a Contabilidade Rural alcança o objetivo de ilustrar a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa rural (Crepaldi, 2019). Conforme segue a Ilustração 1.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 1: Demonstração do resultado do exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Receita Bruta de Vendas – Produtos Agrícolas
(–) Deduções de vendas
(–) Abatimentos
(–) Tributos
= Receita Líquida de Vendas
(–) Custo de Produtos Vendidos
= Lucro Bruto
(–) Despesas com Vendas
(–) Despesas Financeiras
(+) Receitas Financeiras
(–) Despesas Gerais e Administrativas
(–) Outras Despesas Operacionais
(+) Outras Receitas Operacionais
= Resultado Operacional Líquido
(–) Imposto de Renda
(–) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
= Resultado após o IR e CSLL
(–) Despesas com participações estatutárias
= Lucro/Prejuízo do Exercício

Fonte: Crepaldi (2019, p. 95).

Na Ilustração 1, é possível analisar a demonstração do Resultado do Exercício com base em suas características intrínsecas, como depreciação, compras e despesas com funcionários. Elas não são realocadas entre funções na empresa. O método da função da despesa classifica as despesas com base em sua função, como parte do custo dos produtos ou serviços, despesas de distribuição ou atividades administrativas. É importante divulgar separadamente o custo dos produtos e serviços vendidos, destacando-o das demais despesas. Isso ajuda a diferenciar os custos de produção e venda dos gastos gerais de administração e distribuição.

A DRE é um relatório financeiro que resume o desempenho financeiro, de uma empresa em um período específico, geralmente um ano fiscal. Ela inclui receitas operacionais, custos e despesas, resultando no lucro bruto, e também apresenta outras receitas, despesas, impostos e o lucro líquido. “A demonstração de resultado do exercício é utilizada para demonstrar os resultados de cada período, que podem ser superavitários (lucro) ou deficitário (prejuízo)” (Santos, 2017, p.13).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> As demonstrações financeiras e contábeis devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Deve fazer uma exposição resumida e ordenada dos principais fatos registrados pela contabilidade que causam mutação no patrimônio das empresas, em determinado período. São elaboradas e apresentadas para usuários externos em geral, tendo em vista suas finalidades distintas e necessidades diversas (Ludícibus, 2017, p.37).

O autor Santos destaca de que forma é feita a apuração do o Lucro Bruto, é a primeira camada de lucro que uma empresa obtém, representando o valor ganho com as atividades principais, antes de considerar outras despesas, o lucro bruto, é o ganho total obtido com a venda de mercadorias, produtos e serviços, após isso é feita a subtração das despesas administrativas, financeiras e de vendas, resultando no Lucro Operacional (Santos, 2017).

O lucro operacional é usado para cobrir as despesas e impostos antes de se chegar ao Lucro Líquido. A partir desse Lucro Operacional, que representa o resultado das operações principais da empresa, são subtraídos os impostos, como o Imposto de Renda e a contribuição social sobre o lucro, resultando no Lucro Líquido. Esse Lucro Líquido é o valor final disponível para os acionistas da empresa, que podem decidir como desejam usá-lo (Santos, 2017).

Sob uma perspectiva econômica, para uma atividade ser considerada viável, o retorno que ela gera deve ser, no mínimo, igual ao valor que você obteria ao usar a terra para outra finalidade. Se o lucro que você está obtendo com a atividade for menor do que o que poderia ganhar ao usar a terra de uma maneira diferente, então essa atividade pode não ser economicamente vantajosa. “O comparativo mais seguro para ser utilizado em uma análise econômica é entre o lucro obtido na atividade e o valor que se pode receber por um arrendamento dessa terra própria” (Cardoso, 2022, p. 31). Ainda, o autor diz:

> Custo de oportunidade da terra própria: a terra nua não deprecia, mas pode ser aproveitada de forma alternativa, ou seja, de forma diferente da que eu estou usando atualmente. Em uma análise do resultado econômico de uma fazenda, deve ser considerado o custo de oportunidade, que nada mais é do que o custo das escolhas. Por exemplo, eu tenho a escolha de eu mesmo exercer uma atividade pecuária em minha área própria, ou então arrendar para terceiros plantarem soja. Se eu escolho seguir na pecuária, o valor que eu poderia receber por essa terra se a alternativa escolhida fosse arrendá-

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> la é considerado como custo de oportunidade da minha atividade pecuária (Cardoso, 2022, p.30).

O custo de oportunidade desempenha um papel fundamental na tomada de decisões na agricultura, auxiliando os agricultores a alocar recursos limitados de forma eficiente e a escolher as opções que maximizam o retorno sobre o investimento e a produtividade. “O custo de oportunidade não representa saída efetiva de caixa, mas sim uma saída, que poderíamos chamar de potencial” (Santos, 2017, p. 262).

O autor Santos destaca ainda em sua abordagem de como deve ser considerado, o custo de oportunidade, se está atividade está sendo rentável. Para saber se uma atividade é boa em termos econômicos, você precisa ver se o dinheiro que você ganha com essa atividade é pelo menos igual ao que você ganharia se investisse seu dinheiro no mercado financeiro. Se a atividade não lhe proporcionar um lucro maior do que o que você ganharia no mercado financeiro, pode ser mais sensato financeiramente investir seu dinheiro no mercado em vez de fazer essa atividade. O custo de oportunidade ajuda a avaliar se a atividade é uma escolha econômica rentável e atrativa (Santos, 2017).

A contabilidade não é apenas para efeito fiscal e que ela pode ser utilizada de forma gerencial. Justamente no sentido de ter um melhor enquadramento da propriedade, formação de preço para saber se está tendo uma lucratividade boa ou ruim. Então, a contabilidade ajuda também o produtor a tomar essas decisões da sua atividade.

1.2 GESTÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA

No processo de gestão segundo Crepaldi, todas as atividades rurais, propriedades, empresas rurais, por menor que seja, deve possuir um controle eficiente, pois as decisões deverão ser tomadas sobre a eficiência de determinada atividade em relação as demais (Crepaldi, 2019).

O controle pode ser eficaz, onde deve-se observar as oportunidades, além de ser um sistema que produz informação para acompanhar e orientar o desempenho de atividades estipuladas para o atingir os objetivos da

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

organização. “O que deve ficar claro é que qualquer sistema de controle tem características probabilísticas e não determinísticas, ou seja, não existe sistema perfeito ou completo” (Gomes, 2014, p.2).

Muito se fala em gestão, mas como a mesma deve ser feita, e qual forma de se otimizar os resultados, da propriedade, como o produtor deve se programar, para que consiga colher bons resultados. Deve observar os preços dos insumos na hora da compra, ou obter maiores descontos, antecipar a compra e/ou pagar à vista. Já para vender a produção ele deve observar a hora da alta, postergar o momento de venda, visto que, na hora da colheita, há um aumento da oferta de produção e o preço pago pelo mercado tende a ser menor (Cardoso, 2022).

A gestão de uma propriedade é um dos fatores de maior relevância que se pode ter, precisa de um profissional que busque cada vez mais se aperfeiçoar, fazendo com que a propriedade prospere, e neste caminho o que está crescendo muito são as mulheres que estão tomando a frente das propriedades, buscando cada vez mais se atualizar para que possam ajudar no seu crescimento. Hoje existem diversos cursos de forma gratuita concedidos pela Emater, Senar, Cooperativas, outras organizações, que buscam aperfeiçoar as pessoas que buscam atuar nesta profissão.

1.3 CONTROLE GERENCIAL

No que tange a lucratividade, sempre se busca, qual a melhor forma de interpretar se está tendo lucro. “O lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa” (Crepaldi, 2019, p. 346).

Os índices de lucratividade são medidas financeiras que avaliam a capacidade de uma empresa gerar lucro em relação a diferentes métricas. Alguns dos índices comuns incluem a margem de lucro bruto, a margem de lucro líquido, o retorno sobre ativos e margem operacional. Esses índices ajudam a

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

analisar o desempenho financeiro e a saúde da empresa, sendo úteis para investidores, credores e gestores. “Índice de lucratividade. Este é um indicador importante principalmente para o empresário rural traçar a estratégia de vendas de sua empresa. Isoladamente, sua importância é relativa, já que uma empresa pode compensar índices de lucratividade baixos aumentando seu volume de vendas” (Crepaldi, 2019, p. 351).

A análise vertical é uma técnica de avaliação das demonstrações financeiras de uma empresa que envolve a comparação de cada item com um item-base, geralmente a receita total ou o ativo total. Isso permite calcular a porcentagem que cada item representa em relação ao item-base, revelando a estrutura financeira da empresa e ajudando a identificar tendências e áreas de atenção. “Análise vertical do demonstrativo de resultados já relaciona uma série de itens de despesa e resultados com as vendas” (Ludícibus, 2017, p. 100).

A análise horizontal é uma técnica que avalia as mudanças nos valores de itens específicos nas demonstrações financeiras de uma empresa ao longo de vários períodos. Ela ajuda a identificar tendências e variações no desempenho financeiro ao longo do tempo, fornecendo informações valiosas para tomada de decisões estratégicas. “A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados” (Ludícibus, 2017, p. 93).

O controle gerencial é a atividade desenvolvida para assegurar que os planos a serem alcançados, metas a serem atingidas pela organização ou empresa rural. Esse conjunto de atividades para que seja executado demanda de tempo, recursos e estrutura para que as atividades sejam desenvolvidas.

2 METODOLOGIA

Na metodologia é apresentada os meios e modos que serão utilizados para a realização da pesquisa, informando sua categoria quanto a finalidade, tratamento dos dados, objetivos e sua delineamento, também apresenta a forma como se dará a coleta de dados e a análise das informações obtidas (Lakatos, 2021). Assim, a metodologia é formada por 3 partes: categorização da pesquisa, geração de dados e análise e interpretação dos dados

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Em relação a categorização da pesquisa, este trabalho é teórico empírico, o qual se dará por meio de uma pesquisa aplicada. “Abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (Gil, 2018, p. 25). Já pesquisa qualitativa é aquela que lida com os fenômenos, típicos das ciências sociais, ela busca a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno de pesquisa.

A pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Na maioria das vezes, são usadas técnicas padronizadas de coleta de dados por meio de questionário, formulário e observação sistemática” (Cordeiro Farrias Filho; Arruda Filho, 2015, p. 63).

Já a pesquisa explicativa tem o intuito de verificar os fundamentos de verdade, enfocados pelo autor geralmente, necessária para a redação de monografias ou teses (Lakatos, 2021).

Quantos aos procedimentos técnicos adota-se a pesquisa bibliografia. Conforme Cordeiro Farrias Filho e Arruda Filho, a pesquisa é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com material disponibilizado na Internet. Constitui a fase preliminar de levantamento da literatura (Cordeiro Farrias Filho; Arruda Filho, 2015).

Pesquisa documental ocorre “quando elaborada a partir de material que não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado. Trata-se de material de primeira mão, que pode ser tratado analiticamente pelo pesquisador” (Cordeiro Farrias Filho; Arruda Filho, 2015, p. 65). Estudo de caso segundo Lozada e Silva Nunes, trata-se de uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes (Lozada; Silva Nunes, 2019, p. 165).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

De acordo com Lakatos a documentação indireta é feita através de fontes de dados coletados por terceiros, podendo os materiais pesquisado estejam elaborados ou não, são fontes primárias ou secundárias (Lakatos, 2021, p. 63).

Neste estudo, as informações foram obtidas por meio de uma entrevista não estruturada com o dono da propriedade. Durante essa entrevista, todos os documentos relacionados aos gastos feitos para a produção da atividade foram examinados. Além disso, também foi investigada a abordagem ou método de trabalho utilizado na propriedade.

Com a colaboração do produtor e a utilização dos documentos fornecidos por ele, realizou-se uma investigação detalhada do inventário da propriedade. Isso foi feito examinando notas fiscais de compra e venda de produtos, recibos, registros de propriedade e informações sobre instalações. Além disso, também foi realizado um levantamento dos ativos fixos da propriedade.

Após mapear e coletar os dados, foi montado planilhas que separavam os custos e as receitas. Em seguida, foram elaboradas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) para os anos em questão. Essas DREs foram usadas para comparar as despesas e as receitas, com o objetivo de identificar quais fatores influenciaram a lucratividade no cultivo de soja durante as safras dos anos de 2018/2019 até 2022/2023 e determinar se houve lucro ou prejuízo nesse período.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O plano de análise e interpretação dos dados é o processo de análise dos dados que envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos (Gil, 2021).

Neste trabalho adota-se o método dedutivo “[...] partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente)” (Lakatos, 2021, p.95). Será construído as resoluções e informações verdadeiras para que se possa mostrar e disponibilizar estes conhecimentos e estudos.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para este estudo, foram coletados dados por meio de uma entrevista não estruturada realizada com o proprietário da propriedade. Durante essa entrevista, todos os documentos fiscais que registravam os gastos relacionados à atividade foram apresentados e analisados. Além disso, também foi feito um levantamento das técnicas de trabalho empregadas na propriedade.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após feita a revisão da literatura e a definição do método de pesquisa, procedeu-se com à coleta e análise dos dados provenientes da entrevista com o agricultor. Esses resultados estão detalhados, nos próximos tópicos, além disso, são analisados os custos e despesas associados as safras de 2018/2019 até 2022/2023, para posteriormente calcular as receitas e determinar o resultado econômico obtido pela empresa agrícola ao final do ciclo de cultivo da soja nestes referidos anos.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para atender os objetivos deste trabalho, no primeiro momento foi feita uma entrevista com o produtor rural, o qual reside no interior do município de Ubiretama-RS. O produtor fez um relato de sua propriedade, falando um pouco de como é constituída a propriedade, como funciona normalmente, o que mudou nos últimos anos e como vem mudando cada vez mais ao longo do tempo.

Nesta entrevista foi possível conhecer um pouco mais sobre a propriedade, a qual se disponibilizou, a conceder os dados necessários para o referido trabalho. Foram coletados, os dados, de todos imobilizados utilizados que são necessários para a implantação da cultura da soja, até a sua colheita, ao findar-se o ciclo, foi feita uma avalição dos bens, junto com o produtor, esta avaliação foi feita com base nos valores de mercado, que são comercializadas, atualmente é o preço que possuíam em anos anteriores, pois nos últimos anos houve um aumento significativo dos seus valores, causando uma valorização no imobilizado da propriedade.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

No segundo momento foram buscadas todas as anotações disponíveis que o produtor possuía de seus tratos culturais, além dos gastos e receitas da propriedade, o produtor disponibilizou as notas fiscais do que foi gasto que teve nos referidos anos, após feita essa busca, foi feita a coleta de dados sobre a receita, quantidade colhida juntamente, com seu valor de mercado que a mesma foi comercializada, foi feita a coleta das demais despesas, tanto administrativas como financeiras.

A propriedade teve algumas mudanças no decorrer dos anos, com aumento da área plantada e com aquisição de novos maquinários. As áreas da propriedade cultivada com a cultura da soja são próprias as quais não precisam pagar arrendamento para terceiros, mas como na contabilidade rural e para fins de análise detalhada deve se calcular o arrendamento, o mesmo foi calculado, pois para se ter essas áreas próprias, houve custos para adquiri-las, então para um fácil entendimento esse valor calculado pelo arrendamento pode ser utilizado, para fins de novas aquisições ou fins que o proprietário tiver interesse. O arrendamento em todos os anos foi calculado 18 sacas de soja a serem pagos, pois é a média que está sendo pago pelo arrendamento, na região que as áreas se localizam, esse podendo variar em determinas regiões. Além disso sabendo que a propriedade tem a implantação de culturas de inverno, como trigo e canola, foi estimada uma porcentagem do custo do arrendamento em 65% para a cultura da soja, que a mesma é implantada em meados da primavera e vai até o final do verão, com um ciclo de 4 meses a 6 meses dependendo, como o produtor faz o manejo de controle de plantas daninhas e ciclo das variedades. Os outros 35% do arrendamento foram consideradas como custo para as culturas de inverno (mas essas não possuem nenhum envolvimento com o referido trabalho).

Na parte da depreciação como os maquinários desde trator, pulverizador, colheitadeira, caminhão e implementos, esses são utilizados durante todo o ano, e nas outras culturas que a propriedade cultiva, foi feito o cálculo de depreciação de 6 meses, (exceto plantadeira de soja) que não é utilizada nas outras culturas. E os outros 6 meses fica o custo de depreciação para o restante das culturas.

Tanto a depreciação como o arrendamento para se chegar a esse entendimento de valores e porcentagem, para a referida análise realizada anteriormente, foi feita uma pesquisa e buscado informações de alguns

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

profissionais como poderia ser feita da forma mais correta possível este cálculo para que o mesmo seja valido.

Com esses dados foi possível ter início a análise que influenciaram na lucratividade da cultura da soja nas safras de 2018/2019 até 2022/2023. No próximo tópico estão as análises de DREs, análise vertical, índices de lucratividade, ponto de equilíbrio e análise horizontal.

3.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS, DEMAIS ÍNDICES

Com os dados coletados agora será apresentada a apuração e a análise do resultado final, de cada safra. Será feita a análise das DREs dos anos em que o trabalho se aplica, junto com o ponto de equilíbrio, índices de lucratividade margem bruta, margem operacional, margem líquida e análise vertical, além análise horizontal, que foi feita comparando as safras deste de 2018/2019 até 2022/2023.

Ilustração 1: Demonstração do Resultado do Exercício.

SAFRA 2018/2019		
DRE		
RECEITA DE VENDAS	**R$**	**307.500,00**
VENDA DE SOJA	R$	307.500,00
(-) DEDUÇÕES	R$	4.612,50
FUNDO RURAL	R$	4.612,50
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**R$**	**302.887,50**
(-) CPV	**R$**	**249.458,00**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$	114.068,00
ARRENDAMENTO	R$	58.500,00
MANUTENÇÃO DE MAQUINARIOS	R$	22.990,00
DEPRECIAÇÃO	R$	26.900,00
PRÓ-LABORE	R$	27.000,00
(=) LUCRO OPERACIONAL	**R$**	**53.429,50**
(-) DESPESAS	**R$**	**25.000,00**
DESPESAS FINACEIRAS /ADM	R$	25.000,00
(-) IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		0
(=)LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**28.429,50**
SEM NÃO CONTAR O CUSTO DE ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO		
RECEITA LIQUIDA COM DEPRECIAÇÃO E ARRENDAMENTO	**R$**	**28.429,50**
ARRENDAMENTO	R$	58.500,00
DEPRECIAÇÃO	R$	26.900,00
LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**113.829,50**

Fonte: produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A DRE traz os seguintes dados, receita de venda, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesa, receita líquida e por final foi feita uma apuração para demonstrar qual seria a lucro líquido se não fossem descontados o arrendamento e a depreciação.

Na safra de 2018/2019 foi plantado pela propriedade cerca de 80 hectares de soja, a qual foi alcançada uma média de 61,5 por hectare, alcançado uma produção de 4.920 sacas de soja, a qual foi comercializada pela média de R$ 62,50 reais por saca. Tendo como receita de vendas um total de R$ 307.500,00 reais, mas como um dos únicos impostos que se paga pela venda dos produtos agrícolas que é o fundo rural, foi realizado o desconto de R$ 4.612,50 reais, ficando uma receita operacional liquida de R$ 302.887,50 reais.

Para implantação da cultura se teve um custo de produção de R$ 114.068,00 reais, esses custos envolvem sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas utilizados. No arrendamento o custo ficou em R$ 58.500,00 reais, que seria os 80 hectares, com um arrendamento pago de 18 sacos sendo 65% desta quantia que seria 11,7 sacos ao valor de R$62,50. O custo de manutenção de maquinários ficou em R$ 22.990,00 reais, os quais envolvem compra de combustível, energia- elétrica gasta no galpão e peças e manutenção do maquinário no período de 6 meses. A depreciação teve um valor acumulado de R$ 26.900,00 reais durante o período de 6 meses, dos maquinários utilizados. O pró-labore foi R$ 27.000,00 reais com um total de R$4.500 reais por mês. Sendo assim o CPV foi R$ 249.458,00 reais.

Houve ainda um total de R$ 22.000,00 em despesas financeiras durante o período de 6 meses, essas despesas são contas a serem pagas de financiamentos utilizados para aquisição de bens.

A receita operacional do período ficou em R$ 53.429,50 reais descontando CPV e após a redução das despesas, houve no final da safra um lucro líquido de R$ 28.429,50.

Se não houvesse calculado arrendamento e depreciação haveria um lucro líquido de R$ 113.829,50 na safra de soja 2018/2019.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 2: Análise vertical.

ANÁLISE VERTICAL	
RECEITA DE VENDAS	100%
(-) DEDUÇÕES	1,50%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98,50%
(-) CPV	81,12%
(=) LUCRO OPERACIONAL	17,38%
(-) DESPESAS	8,13%
(=)LUCRO LÍQUIDO	9,25%
(=) LUCRO LÍQUIDO SEM CONSIDERAR O ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO	37,02%

Fonte: produção do pesquisador.

Foi uma análise vertical para verificar como está sendo lucrativa a cultura da soja, possui uma receita de Vendas de 100%, após deduções de 1,50%, a Receita Operacional Líquida é de 98,50%. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) é alto, representando 81,12% da Receita de vendas. O lucro operacional é de 17,38% sobre a receita de vendas. As despesas são relativamente baixas, totalizando 8,13% da Receita de vendas. Receita Líquida, após todas as deduções e despesas, é de 9,25%. Receita líquida sem considerar arrendamento e depreciação seria de 37,02%.

.

Ilustração 3: Índices de lucratividade.

Margem de bruta (MB)	lucro bruto/vendas	0,19	18,88%
Margem operacional(MO)	lucro operacional/ vendas	0,17	17,38%
Margem líquida (ML)	lucro líquido /vendas	0,09	9,25%

Fonte: produção do pesquisador.

Fazendo uma análise do índice de lucratividade, a Margem bruta (MB): A cultura da soja gerou 18,88% de lucro bruto em relação às vendas, indicando eficiência na produção ou aquisição de produtos. Margem operacional (MO): A margem operacional também é de 17,38%, mostrando que a mantém as despesas operacionais sob controle. Margem Líquida (ML): A margem líquida é de 9,25%, revelando que, após todas as deduções e despesas, retém 9,25% das vendas como lucro líquido.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 4: Ponto de equilíbrio.

Ponto de Equilíbrio				
Custos Totais	R$ 274.458,00	R$ 274.458,00	R$ 274.458,00	R$ 307.500,00
Total de hectares	80	R$ 55,78	4391,33	
Média de saca por hectares	61,5		54,89	
Total de sacas colhidas	4920			
Preço de Venda por Saca	R$ 62,50			
Receita de Vendas	R$ 307.500,00			

Fonte: produção do pesquisador.

Se o custo for R$274.458,00 e a saca ser vendida por R$62,50 precisa ser colhido uma média de 54,89 sacas para manter o ponto de equilíbrio. Se o custo for R$274.458,00 e foram colhidas 4.920 sacas precisa vender a saca a R$55,78 para manter o ponto de equilíbrio. Se colher 4.920 sacas e vender elas a R$62,50 o custo máximo poderá ser de R$307.500,00 para manter o ponto de equilíbrio.

Ilustração 5: Demonstração do Resultado do Exercício.

SAFRA 2019/2020		
DRE		
RECEITA DE VENDAS	**R$**	**409.400,00**
VENDA DE SOJA	R$	409.400,00
(-) DEDUÇÕES	R$	6.141,00
FUNDO RURAL	R$	6.141,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**R$**	**403.259,00**
(-) CPV	**R$**	**290.276,00**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$	127.620,00
ARRENDAMENTO	R$	83.304,00
MANUTENÇÃO DE MAQUINARIOS	R$	25.452,00
DEPRECIAÇÃO	R$	26.900,00
PRÓ-LABORE	R$	27.000,00
(=) LUCRO OPERACIONAL	**R$**	**112.983,00**
(-) DESPESAS	**R$**	**25.000,00**
DESPESAS FINACEIRAS /ADM	R$	25.000,00
(-) IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		0
(=)LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**87.983,00**
SEM NÃO CONTAR O CUSTO DE ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO		
RECEITA LIQUIDA COM DEPRECIAÇÃO E ARRENDAMENTO	**R$**	**87.983,00**
ARRENDAMENTO	R$	83.304,00
DEPRECIAÇÃO	R$	26.900,00
LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**198.187,00**

Fonte: produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A DRE traz os seguintes dados, receita de venda, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesa, receita líquida e por final foi feita uma apuração para demonstrar qual seria a lucro líquido se não fossem descontados o arrendamento e a depreciação.

Na safra de 2019/2020 foram cultivadas pela propriedade cerca de 80 hectares de soja, a qual foi alcançada uma média de 57,5 por hectare, alcançando uma produção de 4.920 sacas de soja, a qual foi comercializada pela média de R$ 89,00 reais por saca. Tendo como receita de vendas um total de R$ 409.400,00 reais, mas como um dos únicos impostos que se paga pela venda dos produtos agrícolas que é o fundo rural, foi realizado o desconto de R$ 6.141,00 reais, ficando uma receita operacional liquida de R$ 403.259,00 reais.

Para implantação da cultura se teve um custo de produção de R$ 127.620,00 reais, esses custos envolvem sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas utilizados. No arrendamento o custo ficou em R$ 83.304,00 reais, que seria os 80 hectares, com um arrendamento pago de 18 sacos sendo 65% desta quantia que seria 11,7 sacos ao valor de R$89,00. O custo de manutenção de maquinários ficou em R$ 25.452,00 reais, os quais envolvem compra de combustível, energia- elétrica gasta no galpão e peças e manutenção do maquinário no período de 6 meses. A depreciação teve um valor acumulado de R$ 26.900,00 reais durante o período de 6 meses, dos maquinários utilizados. O pró-labore foi R$ 27.000,00 reais com um total de R$4.500 reais por mês. Sendo assim o CPV foi R$ 290.276,00 reais.

Houve ainda um total de R$ 25.000,00 em despesas financeiras durante o período de 6 meses, essas despesas são contas a serem pagas de financiamentos utilizados para aquisição de bens.

A receita operacional do período ficou em R$ 112.983,00 reais descontando CPV e após a redução das despesas, houve no final da safra um lucro líquido de R$

87.983,00.

Se não houvesse calculado arrendamento e depreciação haveria um lucro líquido de R$ 198.187,00 na safra de soja 2019/2020.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 6: Análise vertical.

ANÁLISE VERTICAL	
RECEITA DE VENDAS	100%
(-) DEDUÇÕES	1,50%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98,50%
(-) CPV	70,90%
(=) LUCRO OPERACIONAL	27,60%
(-) DESPESAS	6,11%
(=)LUCRO LÍQUIDO	21,49%
(=) LUCRO LÍQUIDO SEM CONSIDERAR O ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO	48,41%

Fonte: produção do pesquisador.

Foi uma análise vertical para verificar como está sendo lucrativa a cultura da soja, possui uma receita de Vendas de 100%, após deduções de 1,50%, a Receita Operacional Líquida é de 98,50%. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) é alto, representando 70,90% da Receita de vendas. O lucro operacional é de 27,60% sobre a receita de vendas. As despesas são relativamente baixas, totalizando 6,11% da Receita de vendas. Receita Líquida, após todas as deduções e despesas, é de 21,49%. Receita líquida sem considerar arrendamento e depreciação seria de 48,41%.

Ilustração 7: Índice de lucratividade.

Margem de bruta (MB)	lucro bruto/vendas	0,29	29,10%
Margem operacional(MO)	lucro operacional/ vendas	0,28	27,60%
Margem líquida (ML)	lucro líquido /vendas	0,21	21,49%

Fonte: produção do pesquisador.

Fazendo uma análise do índice de lucratividade, a margem Bruta (MB): A cultura da soja gerou 29,10% de lucro bruto em relação às vendas, indicando eficiência na produção ou aquisição de produtos. Margem Operacional (MO): A margem operacional também é de 27,60%, mostrando que a mantém as despesas operacionais sob controle. Margem Líquida (ML): A margem líquida é de 21,49%, revelando que, após todas as deduções e despesas, retém 21,49% das vendas como lucro líquido.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 8: Ponto de equilíbrio.

Ponto de Equilíbrio				
Custos Totais	R$ 315.276,00	R$ 315.276,00	R$ 315.276,00	R$ 409.400,00
Total de hectares	80	R$ 68,54	3542,43	
Média de saca por hectares	57,5		44,28	
Total de sacas colhidas	4600			
Preço de Venda por Saca	R$ 89,00			
Receita de Vendas	R$ 409.400,00			

Fonte: produção do pesquisador.

Se o custo for R$315.276,00 e a saca ser vendida por R$89,00 precisa ser colhido uma média de 44,28 sacas para manter o ponto de equilíbrio. Se o custo for R$315.276,00 e foram colhidas 4.600 sacas precisa vender a saca a R$68,54 para manter o ponto de equilíbrio. Se colher 4.600 sacas e vender elas a R$89,00 o custo máximo poderá ser de R$409.400,00 para manter o ponto de equilíbrio.

Ilustração 9: Demonstração do Resultado do Exercício.

SAFRA 2020/2021		
DRE		
RECEITA DE VENDAS	R$	676.090,00
VENDA DE SOJA	R$	676.090,00
(-) DEDUÇÕES	R$	10.141,35
FUNDO RURAL	R$	10.141,35
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**R$**	**665.948,65**
(-) CPV	**R$**	**376.973,00**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$	123.825,00
ARRENDAMENTO	R$	163.098,00
MANUTENÇÃO DE MAQUINARIOS	R$	24.900,00
DEPRECIAÇÃO	R$	35.150,00
PRÓ-LABORE	R$	30.000,00
(=) LUCRO OPERACIONAL	**R$**	**288.975,65**
(-) DESPESAS	**R$**	**38.000,00**
DESPESAS FINACEIRAS /ADM	R$	38.000,00
(-) IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		-
(=)LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**250.975,65**
SEM NÃO CONTAR O CUSTO DE ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO		
RECEITA LIQUIDA COM DEPRECIAÇÃO E ARRENDAMENTO	**R$**	**250.975,65**
ARRENDAMENTO	R$	163.098,00
DEPRECIAÇÃO	R$	35.150,00
LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**449.223,65**

Fonte: produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A DRE traz os seguintes dados, receita de venda, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesa, receita líquida e por final foi feita uma apuração para demonstrar qual seria a lucro líquido se não fossem descontados o arrendamento e a depreciação.

Na safra de 2020/2021 foram cultivadas pela propriedade cerca de 85 hectares de soja, a qual foi alcançada uma média de 48,5 por hectare, alcançando uma produção de 4.122,50 sacas de soja, a qual foi comercializada pela média de R$ 164,00 reais por saca. Tendo como receita de vendas um total de R$ 676.090,00 reais, mas como um dos únicos impostos que se paga pela venda dos produtos agrícolas que é o fundo rural, foi realizado o desconto de R$ 10.141,35 reais, ficando uma receita operacional liquida de R$ 665.948,65 reais.

Para implantação da cultura se teve um custo de produção de R$ 123.825,00 reais, esses custos envolvem sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas utilizados. No arrendamento o custo ficou em R$ 163.825,00 reais, que seria os 85 hectares, com um arrendamento pago de 18 sacos sendo 65% desta quantia que seria 11,7 sacos ao valor de R$164,00. O custo de manutenção de maquinários ficou em R$ 24.900,00 reais, os quais envolvem compra de combustível, energia- elétrica gasta no galpão e peças e manutenção do maquinário no período de 6 meses. A depreciação teve um valor acumulado de R$ 35.150,00 reais durante o período de 6 meses, dos maquinários utilizados. O pró-labore foi R$ 30.000,00 reais com um total de R$5.000 reais por mês. Sendo assim o CPV foi R$ 376.973,00 reais.

Houve ainda um total de R$ 38.000,00 em despesas financeiras durante o período de 6 meses, essas despesas são contas a serem pagas de financiamentos utilizados para aquisição de bens.

A receita operacional do período ficou em R$ 288.223,65 reais descontando CPV e após a redução das despesas, houve no final da safra um lucro líquido de R$ 250.975,65.

Se não houvesse calculado arrendamento e depreciação haveria um lucro líquido de R$ 449.223,65 na safra de soja 2020/2021.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 10: Análise vertical.

ANÁLISE VERTICAL	
RECEITA DE VENDAS	100%
(-) DEDUÇÕES	1,50%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98,50%
(-) CPV	55,76%
(=) LUCRO OPERACIONAL	42,74%
(-) DESPESAS	5,62%
(=)LUCRO LÍQUIDO	37,12%
(=) LUCRO LÍQUIDO SEM CONSIDERAR O ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO	66,44%

Fonte: produção do pesquisador.

Foi uma análise vertical para verificar como está sendo lucrativa a cultura da soja, possui uma receita de Vendas de 100%, após deduções de 1,50%, a Receita Operacional Líquida é de 98,50%. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) é alto, representando 55,76% da Receita de vendas. O lucro operacional é de 42,74% sobre a receita de vendas. As despesas são relativamente baixas, totalizando 5,62% da Receita de vendas. Receita Líquida, após todas as deduções e despesas, é de 37,12%. Receita líquida sem considerar arrendamento e depreciação seria de 66,44%.

Ilustração 11: Índice de lucratividade.

Margem de bruta (MB)	lucro bruto/vendas	0,44	44,24%
Margem operacional(MO)	lucro operacional/ vendas	0,43	42,74%
Margem líquida (ML)	lucro líquido /vendas	0,37	37,12%

Fonte: produção do pesquisador.

Fazendo uma análise do índice de lucratividade, a margem Bruta (MB): A cultura da soja gerou 44,24% de lucro bruto em relação às vendas, indicando eficiência na produção ou aquisição de produtos. Margem Operacional (MO): A margem operacional também é de 42,74%, mostrando que a mantém as despesas operacionais sob controle. Margem Líquida (ML): A margem líquida é de 37,12%, revelando que, após todas as deduções e despesas, retém 37,12% das vendas como lucro líquido.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 12: Ponto de equilíbrio.

Ponto de Equilíbrio				
Custos Totais	R$ 414.973,00	R$ 414.973,00	R$ 414.973,00	R$ 676.090,00
Total de hectares	85	R$ 100,66	2530,32	
Média de saca por hectares	48,5		29,77	
Total de sacas colhidas	4122,5			
Preço de Venda por Saca	R$ 164,00			
Receita de Vendas	R$ 676.090,00			

Fonte: produção do pesquisador.

Se o custo for R$414.973,00 e a saca ser vendida por R$164,00 precisa ser colhido uma média de 29,77 sacas para manter o ponto de equilíbrio. Se o custo for R$414.973,00 e foram colhidas 4.122,5 sacas precisa vender a saca a R$100,66 para manter o ponto de equilíbrio. Se colher 4.122,5 sacas e vender elas a R$164,00 o custo máximo poderá ser de R$676.090,00 para manter o ponto de equilíbrio.

Ilustração 13: Demonstração do Resultado do Exercício.

SAFRA 2021/2022		
DRE		
RECEITA DE VENDAS	R$	134.532,00
VENDA DE SOJA	R$	134.532,00
(-) DEDUÇÕES	R$	2.017,98
FUNDO RURAL	R$	2.017,98
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**R$**	**132.514,02**
(-) CPV	**R$**	**500.338,50**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$	183.394,00
ARRENDAMENTO	R$	218.614,50
MANUTENÇÃO DE MAQUINARIOS	R$	24.930,00
DEPRECIAÇÃO	R$	43.400,00
PRÓ-LABORE	R$	30.000,00
(=) LUCRO OPERACIONAL	**-R$**	**367.824,48**
(-) DESPESAS	**-R$**	**38.000,00**
DESPESAS FINACEIRAS /ADM	R$	38.000,00
(-) IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		0
(=)LUCRO LÍQUIDO	**-R$**	**405.824,48**
SEM NÃO CONTAR O CUSTO DE ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO		
RECEITA LIQUIDA COM DEPRECIAÇÃO E ARRENDAMENTO	**-R$**	**405.824,48**
ARRENDAMENTO	R$	218.614,50
DEPRECIAÇÃO	R$	43.400,00
LUCRO LÍQUIDO	**-R$**	**143.809,98**

Fonte: produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A DRE traz os seguintes dados, receita de venda, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesa, receita líquida e por final foi feita uma apuração para demonstrar qual seria a lucro líquido se não fossem descontados o arrendamento e a depreciação.

Na safra de 2021/202 foram cultivadas pela propriedade cerca de 101 hectares de soja, a qual foi alcançada uma média de 7,2 por hectare, alcançado uma produção de 727,2 sacas de soja, a qual foi comercializada pela média de R$ 185 reais por saca. Tendo como receita de vendas um total de R$ 134.532,00 reais, mas como um dos únicos impostos que se paga pela venda dos produtos agrícolas que é o fundo rural, foi realizado o desconto de R$ 2.017,98 reais, ficando uma receita operacional liquida de R$ 132.514,02 reais.

Para implantação da cultura se teve um custo de produção de R$ 183.394,00 reais, esses custos envolvem sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas utilizados. No arrendamento o custo ficou em R$ 218.614,50 reais, que seria os 101 hectares, com um arrendamento pago de 18 sacos sendo 65% desta quantia que seria 11,7 sacos ao valor de R$ 185,00. O custo de manutenção de maquinários ficou em R$ 24.930,00 reais, os quais envolvem compra de combustível, energia- elétrica gasta no galpão e peças e manutenção do maquinário no período de 6 meses. A depreciação teve um valor acumulado de R$ 43.400,00 reais durante o período de 6 meses, dos maquinários utilizados. O pró-labore foi R$ 30.000,00 reais com um total de R$ 5.000 reais por mês. Sendo assim o CPV foi R$ 500.338,50 reais.

Houve ainda um total de R$ 38.000,00 em despesas financeiras durante o período de 6 meses, essas despesas são contas a serem pagas de financiamentos utilizados para aquisição de bens.

A receita operacional do período ficou negativa em R$ 367,824,48 reais descontando CPV e após a redução das despesas, houve no final da safra um lucro líquido negativo de R$ 405.824,48.

Se não houvesse calculado arrendamento e depreciação haveria um lucro líquido negativo de R$ 143.809,98 na safra de soja 2021/2022.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 14: Análise vertical.

ANÁLISE VERTICAL	
RECEITA DE VENDAS	100%
(-) DEDUÇÕES	1,50%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98,50%
(-) CPV	371,91%
(=) LUCRO OPERACIONAL	-273,41%
(-) DESPESAS	28,25%
(=)LUCRO LÍQUIDO	-301,66%
(=) LUCRO LÍQUIDO SEM CONSIDERAR O ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO	-106,90%

Fonte: produção do pesquisador.

Foi uma análise vertical para verificar como está sendo lucrativa a cultura da soja, possui uma receita de Vendas de 100%, após deduções de 1,50%, a Receita Operacional Líquida é de 98,50%. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) é alto, representando 371,91% da Receita de vendas. Lucro Operacional mostra um valor negativo de -273,41% sobre a receita de vendas. As despesas são relativamente razoáveis em relação aos demais itens, totalizando 28,68% da Receita de vendas. Receita Líquida, após todas as deduções e despesas, é ficou com um prejuízo de -301,66%. Receita líquida sem considerar arrendamento e depreciação seria de negativa com um prejuízo -106,90%.

Ilustração 15: Índice de lucratividade.

Margem de bruta (MB)	lucro bruto/vendas	-2,72	-271,91%
Margem operacional(MO)	lucro operacional/ vendas	-2,73	-273,41%
Margem líquida (ML)	lucro líquido /vendas	- 3,02	-301,66%

Fonte: produção do pesquisador.

Fazendo uma análise do índice de lucratividade, a margem Bruta (MB): A cultura da soja gerou um prejuízo de -271,91% de lucro bruto em relação às vendas, indicando que os custos diretos superam a receita de vendas. Margem Operacional (MO): A margem operacional negativa com um prejuízo de -273,41%, mostrando que não está conseguindo cobrir seus custos operacionais com a receita de vendas. Margem Líquida (ML): A margem líquida foi negativa de -301,66%, revelando que, após todas as deduções e despesas. Somando um prejuízo, de -301,66% das vendas como lucro líquido.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 16: Ponto de equilíbrio.

Ponto de Equilíbrio				
Custos Totais	R$ 538.338,50	R$ 538.338,50	R$ 538.338,50	R$ 134.532,00
Total de hectares	101	R$ 740,29	2909,94	
Média de saca por hectares	7,2		28,81	
Total de sacas colhidas	727,2			
Preço de Venda por Saca	R$ 185,00			
Receita de Vendas	R$ 134.532,00			

Fonte: produção do pesquisador.

Se o custo for R$538.338,50 e a saca ser vendida por R$185,00 precisa ser colhido uma média de 28,81 sacas para manter o ponto de equilíbrio. Se o custo for R$538.338,50 e foram colhidas 727,2 sacas precisa vender a saca a R$740,29 para manter o ponto de equilíbrio. Se colher 727,2 sacas e vender elas a R$185,00 o custo máximo poderá ser de R$134.532,00 para manter o ponto de equilíbrio.

Ilustração 17: Demonstração do Resultado do Exercício.

SAFRA 2022/2023		
DRE		
RECEITA DE VENDAS	**R$**	**362.337,50**
VENDA DE SOJA	R$	362.337,50
(-) DEDUÇÕES	R$	5.435,06
FUNDO RURAL	R$	5.435,06
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**R$**	**356.902,44**
(-) CPV	**R$**	**416.958,50**
CUSTOS DE PRODUÇÃO	R$	170.286,00
ARRENDAMENTO	R$	147.712,50
MANUTENÇÃO DE MAQUINARIOS	R$	27.310,00
DEPRECIAÇÃO	R$	44.650,00
PRÓ-LABORE	R$	27.000,00
(=) LUCRO OPERACIONAL	**-R$**	**60.056,06**
(-) DESPESAS	**R$**	**42.000,00**
DESPESAS FINACEIRAS /ADM	R$	42.000,00
(-) IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		0
(=)LUCRO LÍQUIDO	**-R$**	**102.056,06**
SEM NÃO CONTAR O CUSTO DE ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO		
RECEITA LIQUIDA COM DEPRECIAÇÃO E ARRENDAMENTO	**-R$**	**102.056,06**
ARRENDAMENTO	R$	147.712,50
DEPRECIAÇÃO	R$	44.650,00
LUCRO LÍQUIDO	**R$**	**90.306,44**

Fonte: produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A DRE traz os seguintes dados, receita de venda, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesa, receita líquida e por final foi feita uma apuração para demonstrar qual seria a lucro líquido se não fossem descontados o arrendamento e a depreciação.

Na safra de 2022/2023 foram cultivadas pela propriedade cerca de 101 hectares de soja, a qual foi alcançada uma média de 28,7 por hectare, alcançado uma produção de 2.898,7 sacas de soja, a qual foi comercializada pela média de R$ 125,00 reais por saca. Tendo como receita de vendas um total de R$ 362.337,50 reais, mas como um dos únicos impostos que se paga pela venda dos produtos agrícolas que é o fundo rural, foi realizado o desconto de R$ 5.435,06 reais, ficando uma receita operacional liquida de R$ 356.902,44 reais.

Para implantação da cultura se teve um custo de produção de R$ 170.286,00 reais, esses custos envolvem sementes, fertilizantes, herbicidas, inseticidas, fungicidas utilizados. No arrendamento o custo ficou em R$ 147.712,50 reais, que seria os 101 hectares, com um arrendamento pago de 18 sacos sendo 65% desta quantia que seria 11,7 sacos ao valor de R$125,00. O custo de manutenção de maquinários ficou em R$ 27.310,00 reais, os quais envolvem compra de combustível, energia- elétrica gasta no galpão e peças e manutenção do maquinário no período de 6 meses. A depreciação teve um valor acumulado de R$ 44.650,00 reais durante o período de 6 meses, dos maquinários utilizados. O pró-labore foi R$ 27.000,00 reais com um total de R$4.500 reais por mês. Sendo assim o CPV foi R$ 416.958,50 reais.

Houve ainda um total de R$ 42.000,00 em despesas financeiras durante o período de 6 meses, essas despesas são contas a serem pagas de financiamentos utilizados para aquisição de bens.

A receita operacional do período ficou negativa em R$ 60.056,06 reais descontando CPV e após a redução das despesas, houve no final da safra um lucro líquido negativo de R$ 102.056,06.

Se não houvesse calculado arrendamento e depreciação haveria um lucro líquido de R$ 90.306,44 na safra de soja 2022/2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 18: Análise vertical.

ANÁLISE VERTICAL	
RECEITA DE VENDAS	100%
(-) DEDUÇÕES	1,50%
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98,50%
(-) CPV	115,07%
(=) LUCRO OPERACIONAL	-16,57%
(-) DESPESAS	11,59%
(=)LUCRO LÍQUIDO	-28,17%
(=) LUCRO LÍQUIDO SEM CONSIDERAR O ARRENDAMENTO E DEPRECIAÇÃO	24,92%

Fonte: Produção do Pesquisador.

Foi uma análise vertical para verificar como está sendo lucrativa a cultura da soja, possui uma receita de Vendas de 100%, após deduções de 1,50%, a Receita Operacional Líquida é de 98,50%. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) é alto, representando -115,07% da Receita de vendas. O lucro operacional é negativo de -16,57% sobre a receita de vendas. As despesas são relativamente baixas, totalizando 11,77% da Receita de vendas. Receita Líquida, após todas as deduções e despesas, é negativa com um prejuízo de -28,17%. Receita líquida sem considerar arrendamento e depreciação seria de 24,92%.

Ilustração 19: Demonstração do Resultado do Exercício.

Margem de bruta (MB)	lucro bruto/vendas	-	0,15	-15,07%
Margem operacional(MO)	lucro operacional/ vendas	-	0,17	-16,57%
Margem líquida (ML)	lucro líquido /vendas	-	0,28	-28,17%

Fonte: produção do pesquisador.

Fazendo uma análise do índice de lucratividade, a margem Bruta (MB): A cultura da soja gerou um prejuízo de -15,07% de lucro bruto em relação às vendas, indicando que os custos diretos superam a receita de vendas. Margem Operacional (MO): A margem operacional negativa com um prejuízo de -16,57%, mostrando que não está conseguindo cobrir seus custos operacionais com a receita de vendas. Margem Líquida (ML): A margem líquida foi negativa de -28,17%, revelando que, após todas as deduções e despesas. Somando um prejuízo, negativo de -28,17% das vendas como lucro líquido.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 20: Ponto de equilíbrio.

Ponto de Equilíbrio				
Custos Totais	R$ 458.958,50	R$ 458.958,50	R$ 458.958,50	R$ 362.337,50
Total de hectares	101	R$ 158,33	3671,67	
Média de saca por hectares	28,7		36,35	
Total de sacas colhidas	2898,7			
Preço de Venda por Saca	R$ 125,00			
Receita de Vendas	R$ 362.337,50			

Fonte: produção do pesquisador.

Se o custo for R$458.958,50 e a saca ser vendida por R$125,00 precisa ser colhido uma média de 36,35 sacas para manter o ponto de equilíbrio. Se o custo for R$458.958,50 e foram colhidas 2.898,7 sacas precisa vender a saca a R$158,33 para manter o ponto de equilíbrio. Se colher 2.898,7 sacas e vender elas a R$125,00 o custo máximo poderá ser de R$362.337,50 para manter o ponto de equilíbrio.

A seguir, apresenta-se uma análise horizontal comparativa dos anos de 2018/2019 em relação aos anos subsequentes de 2019/2020 e 2020/2021.

Ilustração 21: Análise horizontal.

análise horizontal	2018/2019	2019/2020	2020/2021
receita de vendas	100%	133%	220%
receita operacional liquida	100%	133%	220%
CPV	100%	116%	151%
lucro operacional	100%	211%	541%
despesas	100%	100%	152%
receita liquida	100%	309%	883%

Fonte: produção do pesquisador.

A receita de vendas e a receita operacional líquida apresentaram um crescimento expressivo, com aumentos de 33% em 2019/2020 e 120% em 2020/2021 em relação a 2018/2019. O custo dos produtos vendidos (CPV) aumentou em 16% em 2019/2020 e 51% em 2020/2021 em comparação com 2018/2019, sugerindo um aumento nos custos diretos de produção ou aquisição. O lucro operacional teve um aumento de 111% em 2019/2020 e 441% em 2020/2021, em relação a 2018/2019. As despesas permaneceram estáveis em 2019/2020 e tiveram um aumento de 52% em 2020/2021 em relação a 2018/2019, indicando um aumento significativo nos gastos operacionais. A

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

receita líquida, após todas as deduções, teve um aumento impressionante de 209% em 2019/2020 e 783% em 2020/2021 em relação a 2018/2019.

Em geral, a empresa experimentou um rápido crescimento nas vendas e na receita líquida, mas também enfrentou aumentos substanciais nos custos de produção e nas despesas. É importante analisar a eficiência na gestão de custos e despesas para manter a rentabilidade à medida que a empresa cresce.

A seguir, apresenta-se uma análise horizontal comparativa dos anos de 2019/2020 em relação aos anos subsequentes de 2020/2021 e 2021/2022.

Ilustração 22: Análise horizontal.

análise horizontal	2019/2020	2020/2021	2021/2022
receita de vendas	100%	165%	33%
receita operacional liquida	100%	165%	33%
CPV	100%	130%	172%
lucro operacional	100%	256%	-326%
despesas	100%	152%	152%
receita liquida	100%	285%	-461%

Fonte: produção do pesquisador.

A receita de vendas e a receita operacional líquida apresentaram um crescimento saudável de 65% em 2020/2021, mas sofreram uma queda acentuada de -67% em 2021/2022 em relação a 2019/2020. O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) aumentou em 30% em 2020/2021 e em 72% em 2021/2022 em comparação com 2019/2020. O lucro operacional teve um aumento de 156% em 2020/2021, mas uma redução expressiva de (-326%) em 2021/2022 em relação a 2019/2020. As despesas operacionais aumentaram 52% tanto em 2020/2021 quanto em 2021/2022 em comparação com 2019/2020. A receita líquida teve um aumento expressivo de 185% em 2020/2021, mas experimentou uma queda significativa de (-461%) em 2021/2022 em relação a 2019/2020, resultando em uma receita líquida negativa.

Verifica-se a existência de desafios significativos, incluindo aumento de custos e uma acentuada queda na receita em 2022, levando a uma receita líquida negativa. É fundamental investigar as causas desses problemas e adotar medidas para controlar custos, melhorar a eficiência operacional e buscar a recuperação financeira.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A seguir, apresenta-se uma análise horizontal comparativa dos anos de 2018/2019 em relação aos anos subsequentes de 2019/2020 e 2020/2021.

Ilustração 23: Análise horizontal.

análise horizontal	2020/2021	2021/2022	2022/2023
receita de vendas	100%	20%	54%
receita operacional liquida	100%	20%	54%
CPV	100%	133%	111%
lucro operacional	100%	-127%	-21%
despesas	100%	100%	111%
receita liquida	100%	-162%	-41%

Fonte: produção do pesquisador.

Experimentou uma redução notável na receita de vendas em 80% em 2021/2022 e uma redução de 46% em 2022/2023 em comparação com 2020/2021. Os custos diretos de produção (CPV) aumentaram significativamente, registrando um aumento de 33% em 2021/2022 e um aumento de 11% em 2022/2023 em relação a 2020/2021. O lucro operacional teve uma redução de 127% em 2021/2022, e uma redução de 21% em 2022/2023 em comparação com 2020/2021. As despesas operacionais permaneceram estáveis em 2021/2022 e aumentaram em 11% em 2022/2023 em relação a 2020/2021. A receita líquida sofreu uma queda significativa em 2021/2022 (-162%), refletindo prejuízo neste ano, mas melhorou notavelmente em 2022/2023 (-41% em relação a 2020/2021).

Enfrentou desafios em 2021/2022, mas mostrou uma recuperação expressiva em 2022/2023, com um aumento na receita líquida. Controlar os custos e as despesas operacionais continua sendo crucial para manter a trajetória positiva de crescimento e melhorar a lucratividade.

3.3 APURAÇÃO DOS RESULTADOS

Após uma análise aprofundada das cinco safras de soja em questão, tornou-se evidente a presença de flutuações significativas na lucratividade dessas colheitas. Essas variações na rentabilidade foram resultado de diversos fatores desafiadores que afetaram a propriedade de maneira recorrente.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Primeiramente, é importante observar a questão dos custos de produção, que demonstraram uma tendência a aumentar em algumas safras, criando uma pressão adicional sobre a margem de lucro. Os custos crescentes impactaram negativamente a capacidade da propriedade em manter uma lucratividade consistente.

Além disso, outro fator crítico foi a flutuação dos preços da saca de soja, que variaram ao longo das safras. Essa volatilidade nos preços de mercado tornou o planejamento financeiro ainda mais desafiador e influenciou diretamente a receita bruta da propriedade.

Os imprevistos climáticos também desempenharam um papel crucial na análise. Das cinco safras analisadas, duas sofreram com longos períodos de estiagem. Essas condições climáticas adversas afetaram adversamente o desenvolvimento das plantas e, por conseguinte, resultaram em uma redução drástica na produtividade, afetando, assim, a lucratividade da cultura da soja nesta propriedade.

Ilustração 24: As variáveis que interferiram na lucratividade.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
PREÇO DE VENDA	Em alguns dos anos analisados o preço vendido da soja, foi mais baixo que em outras safras (influência do mercado) o que influência na rentabilidade.
CUSTO DE PRODUÇÃO	Em algumas das safras analisadas houve um custo de produção bem elevado o que acaba influenciando na rentabilidade, em outras safras um custo menor mas tendo outros problemas acabou deixando a rentabilidade baixa.
DEPRECIAÇÃO	Depreciação dos bens possui um custo bem expressivo, o que influência na rentabilidade tanto em safras normais, como em safras ruins, pois é um custo fixo de
VALOR DE ARRENDAMENTO	Influência diretamente a rentabilidade tanto em safras de produção normal, tanto em safras ruins, pois se tem um alto custo.
PROBLEMAS CLIMÁTICOS	Houve duas safras analisadas onde houve uma produção muito baixa isso por causa da falta de chuva para o desenvolvimento adequado, e com a baixa produção reduz a rentabilidade ou fica negativa.

Fonte: produção do pesquisador.

O resultado mais preocupante da análise detalhada é a ocorrência de resultados financeiros negativos em algumas safras. Esses resultados negativos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

impactaram diretamente o caixa da propriedade e, por consequência, sua capacidade de manter uma rentabilidade sólida. Tais cenários exigem uma abordagem proativa na gestão financeira e operacional da propriedade, a fim de mitigar riscos e melhorar a capacidade de enfrentar desafios futuros.

Ilustração 25: As melhorias para melhorar a lucratividade.

VARIÁVEL	DESCRIÇÃO
PREÇO DE VENDA	O produtor deve considerar a estratégia de comercializar sua safra antes mesmo de iniciar o plantio (contrato de fixação de preço) ou aguardar alguns meses após a colheita para garantir, que ele possa aproveitar os preços mais vantajosos do mercado, o que vai influênciar possivitamente na rentabilidade.
CUSTO DE PRODUÇÃO	Custo de produção seja mantido sob controle para que não comprometa uma parcela significativa dos ganhos obtidos com a colheita.
BUSCAR ALTERNATIVAS	O produtor deve sempre estar a tento à sua rentabilidade, cuidando dos custos que possui para a produção de soja, que sejam os mais baixos e tragam retorno possitivo, estar em busca de capacitação na sua área de atuação, para que possa enfrentar estes problemas climáticos que acontecem, sem deixar de ter rentabilidade.
PROBLEMAS CLIMÁTICOS	Buscar sempre ter algum seguro da lavoura para que quando acontecer intempéries climáticos o produtor não tenha todo custo para pagar e que sua produção não esteja totalmente em risco, o que ajuda na rentabilidade.

Fonte: produção do pesquisador.

Com a implementação da contabilidade rural na propriedade e o levantamento de custos da safra de soja nos diferentes períodos, foi possível identificar vários benefícios para o produtor. Isso inclui uma melhor visualização dos custos e despesas de produção, receitas e consequentemente, a lucratividade. Além disso, foram considerados fatores como depreciação e custo de oportunidade.

No que diz respeito à análise dos dados, foram apresentadas demonstrações do resultado do exercício (DRE) para diferentes safras de soja, incluindo receita de vendas, receita operacional líquida, custo dos produtos vendidos (CPV), despesas e lucro líquido, considerando ou não os custos de arrendamento e depreciação.

Além disso, foram realizadas análises verticais para avaliar a lucratividade da cultura de soja em cada safra. Foi observado o percentual de deduções, CPV, lucro operacional e despesas em relação à receita de vendas. Também foram calculados índices de lucratividade, incluindo margem bruta, margem operacional e margem líquida.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Outro aspecto analisado foi o ponto de equilíbrio, que indica o número de sacas que precisam ser colhidas e vendidas a um determinado preço para cobrir os custos.

Esses dados e análises fornecem informações valiosas ao produtor para tomar decisões informadas e melhorar a rentabilidade de sua propriedade agrícola. O controle de custos e a análise detalhada dos resultados são fundamentais para o sucesso a longo prazo no setor agrícola.

A safra que teve melhor lucratividade foi 2020/2021 se beneficiou de um preço de mercado favorável para a saca de soja comparativamente, o preço recebido pela saca de soja nesse período se destacou em relação às outras safras analisadas. Essa valorização da commodity contribuiu significativamente para o aumento da receita bruta.

Embora tenha havido uma queda na produção por hectare em comparação com as duas safras anteriores, é notável que a safra 2020/2021 manteve a melhor lucratividade. Isso sugere uma gestão eficaz dos recursos disponíveis e uma capacidade de otimizar a produção, apesar dos desafios relacionados à produtividade.

As margens de lucratividade também se destacaram positivamente nesta safra, abrangendo desde os pontos de equilíbrio até as margens líquidas. Esse desempenho excepcional pode ser atribuído a uma combinação de fatores, como custos controlados, preços favoráveis e uma gestão eficiente da produção. Essa análise detalhada da safra 2020/2021 destaca a importância de entender como diversos fatores interagem para influenciar o desempenho financeiro de uma propriedade agrícola.

CONCLUSÃO

A agricultura, um setor fundamental para a economia brasileira, exige uma gestão eficaz para enfrentar os desafios dos custos de produção e as variáveis naturais que afetam a produtividade. Este trabalho concentrou-se em avaliar as variáveis que afetam a lucratividade da soja em uma propriedade rural. Os objetivos específicos foram alcançados no capítulo 3.2, onde por meio das DREs,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

análise vertical, índices de lucratividade, ponto de equilíbrio e análise horizontal, foi possível identificar as principais variáveis que influenciam na lucratividade.

Este estudo integrou a teoria acadêmica à prática do mundo real, promovendo o crescimento profissional e a aplicação efetiva da contabilidade na gestão cotidiana do proprietário. Como resultado, sugerimos que o proprietário continue realizando análises mais aprofundadas de custo, volume e lucro em períodos subsequentes, abrangendo também as outras culturas exploradas na propriedade. Essa abordagem informada será valiosa para orientar decisões futuras e o desenvolvimento da propriedade.

A compreensão detalhada dos aspectos estruturais da propriedade relacionados ao cultivo de soja, primeiro objetivo específico, está demonstrada no item 3.1.

O segundo objetivo específico que trata dos custos e despesas associados ao cultivo de soja, com o intuito de obter uma visão completa de como esses fatores afetam a lucratividade foi desenvolvido no item 3.2.

Por fim, o terceiro objetivo específico que sugere melhorias que aumentem a lucratividade da propriedade no contexto do cultivo de soja foi descrito no item 3.3.

Assim, o objetivo geral deste estudo é identificar as variáveis que influenciam na lucratividade nos cultivos de soja nas safras dos anos de 2018/2019 até 2022/2023, com o intuito de apontar ineficiência no plantio da cultura e, com isso recomendar melhorias, foi atingido.

O estudo identificou a influência de custos e despesas essenciais; como depreciação, pró-labore e manutenção de máquinas, que têm um impacto direto nos lucros. A contabilidade de custos é uma ferramenta eficaz para alocar esses elementos com precisão, permitindo ao produtor visualizar de forma clara como cada uma influência na lucratividade.

A implementação da contabilidade e da gestão de custos poderá auxiliar o proprietário na tomada de decisões mais eficaz. Em resumo, este estudo não apenas confirmou a utilidade das ferramentas de gestão em pequenas propriedades rurais, mas também enfatizou a importância de incentivar outros produtores a adotar a contabilidade rural para melhorar o desempenho econômico.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Além disso, no âmbito acadêmico, o estudo serviu como uma base sólida para a aplicação de conceitos e métodos adquiridos durante a formação acadêmica, contribuindo para o crescimento profissional dos acadêmicos e fornecendo um fundamento para futuras pesquisas e aprimoramentos contínuos.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Hugo Monteiro da C. **Guia da Gestão Rural:** gestão da informação, econômico-financeira e tributária ao seu alcance. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo GEN, 2022.

CORDEIRO FARIAS FILHO, Milton. E ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**, 2. ed., Grupo GEN, 2015.

CREPALDI, Silvio A. **Contabilidade Rural**. Disponível em: Minha Biblioteca, (9th edição). Grupo GEN, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, Josir S. **Controle de Gestão Comportamental**: textos e casos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LOZADA, Gisele. E SILVA NUNES, karina. **Metodologia Científica.** Disponível em: Minha Biblioteca, 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio D. **Análise de Balanços**, 11. ed. Grupo GEN, 2017.

MARION, José C. **Contabilidade Rural** - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda., (15th edição). Grupo GEN, 2020.

SANTOS, Joel J**. Manual de Contabilidade e Análise de Custos**, Grupo GEN, 2017.

SENAR. **Contabilidade Rural Possui Particularidades Exclusivas do Campo**. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/noticias/contabilidade-rural-possui-particularidades exclusivas-do-campo>. Acesso em: 10 nov. 2022.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS, DESEMPENHO E EFETIVIDADE DA APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DAS MISSÕES - RS

Flávia Taís Puhl Berger[1]
Rita de Cássia Neves[2]
Adelino Pedro Wisniewski[3]

RESUMO

O desempenho e a efetividade da aplicação de recursos são temáticas de destaque nos estudos que envolvem a estrutura da administração pública. O presente artigo apresenta como tema a análise de investimentos, desempenho e efetividade da aplicação de recursos públicos na educação do Município de Campina das Missões – RS, realizando um comparativo entre os anos de 2017 a 2021, com a seguinte problemática: quais os impactos desencadeados através da aplicação de recursos na educação do Município, nos anos delimitados? Diante deste questionamento, o objetivo geral buscou verificar a eficiência e impactos dos gastos públicos destinados à educação no Município. Os objetivos específicos incluíram análise do cumprimento do limite mínimo de 25% de aplicação de recursos para a educação, investigação da relação entre o montante investido na educação e o desempenho dos alunos, e formulação de estratégias de aprimoramento para a educação no Município. Após concluir o estudo e examinar os dados, verificou-se que o Município superou o limite mínimo de repasses para a educação durante o período em análise. Além disso, observou-se que, ao aumentar a destinação de recursos por aluno, o Município conseguiu ampliar seu índice de desempenho na aprendizagem. Foram formuladas recomendações visando aperfeiçoar a eficiência dos gastos públicos.

Palavras-chave: Educação; Eficiência; Desempenho.

ABSTRACT

The performance and effectiveness of the application of resources are prominent themes in studies involving the structure of public administration. This article

[1]Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. flaviabergerr@gmail.com
[2] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. ritaneves4444@gmail.com

[3] Auditor Fiscal – Orientador. Professor dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. ade.pedro.wisniewski@gmail.com

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

presents as its theme the analysis of investments, performance and effectiveness of the application of public resources in education in the Municipality of Campina das Missões – RS, making a comparison between the years 2017 to 2021, with the following problem: what are the impacts triggered through the application of resources in the Municipality's education, in the defined years? Faced with this question, the general objective sought to verify the efficiency and impacts of public spending allocated to education in the Municipality. The specific objectives included analyzing compliance with the minimum limit of 25% for the application of resources to education, investigating the relationship between the amount invested in education and student performance, and formulating improvement strategies for education in the Municipality. After completing the study and examining the data, it was found that the Municipality exceeded the minimum limit for transfers to education during the period under analysis. Furthermore, it was observed that, by increasing the allocation of resources per student, the Municipality managed to increase its learning performance index. Recommendations were formulated to improve the efficiency of public spending.

Keywords: Education; Efficiency; Performance.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a análise de investimentos, desempenho e efetividade da aplicação de recursos públicos na educação do Município de Campina das Missões - RS, tendo como base de pesquisa os anos de 2017 a 2021.

A escolha do tema torna-se relevante por conta de sua importância para o desenvolvimento da cidade, assim como, de suas crianças e adolescentes que frequentam as escolas.

Neste sentido, apresenta-se como problemática: quais os impactos desencadeados através da aplicação de recursos na educação de Campina das Missões, nos anos de 2017 a 2021?

O presente artigo tem como objetivo geral verificar a eficiência dos gastos públicos destinados à educação no Município de Campina das Missões, buscando identificar os impactos desses investimentos no desenvolvimento educacional.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Aos objetivos específicos será: a) analisado se o Município cumpriu o limite mínimo de 25% de aplicação de recursos para a educação; b) averiguando a relação entre o valor aplicado na educação e desempenho dos alunos; c) proposto estratégias de planejamento, destinação de recursos financeiros e melhorias para com a educação no Município.

Quanto à justificativa social, serão analisados os dispêndios com educação dentro do setor público municipal e verificados percentuais de valores monetários empregados, pois sabe-se que são tais recursos aplicados na educação que irão garantir seu desenvolvimento. A relevância acadêmica justifica-se com a contribuição para o fornecimento de informações, com embasamento em pesquisas bibliográficas e pesquisa documental, através do material solicitado à prefeitura municipal, oferecendo suporte e informações adicionais a outros acadêmicos e à Instituição de Ensino Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA). Para as acadêmicas, é crucial adquirir informações sobre o desempenho e a eficácia da alocação de recursos na educação, com o intuito de aprofundar entendimentos sobre o tema e, assim, aprimorar análises fornecendo sugestões de melhorias para a gestão municipal.

Em relação ao referencial teórico, serão abordados conceitos e definições em relação ao Orçamento Público; Estrutura do Orçamento Público; Aplicação em Educação; Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB); e Lei da Responsabilidade Fiscal, citando autores como Marcus Abraham, Fábio Apolinário, João Eudes Bezerra Filho, Guilherme Simões Crepaldi e Sílvio Aparecido Crepaldi, Antônio Carlos Gil, Caroline Costa Nunes Lima, Diana Vaz de Lima, Antônio César Amaru Maximiano e Irene Patrícia Nohara, dentre outros especificados no referencial teórico e referências.

A metodologia utilizada é pesquisa teórico-empírica. Em relação ao tratamento de dados, a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa é exploratória e explicativa.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos, o presente estudo aborda pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso. Essa abordagem garante uma análise profunda e abrangente em relação ao tema em questão. A pesquisa bibliográfica permite contribuições teóricas já existentes relacionadas ao assunto, oferecendo assim base sólida de investigação. A

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

pesquisa documental, por sua vez, oferece análise de fontes primárias enriquecendo também o estudo. Ainda, o estudo de caso, possibilita compreensão profunda do problema em específico.

A pesquisa conta com a utilização de recursos indiretos: embasamento em livros, documentos, manuscritos, legislações e artigos; e com a utilização de recursos diretos como: observações, entrevistas e questionamentos à própria administração pública municipal.

Quanto à análise e interpretação de dados, trabalhou-se com o método dedutivo, que se configura com abordagem sólida e sistemática para a compreensão de informações e para a extração de conclusões significativas a partir delas. Esta abordagem, fundamentada na lógica e na razão, desempenha um papel crucial no aprofundamento do entendimento e na tomada de decisões informadas com base nos dados disponíveis.

Ademais, foram realizadas a execução do estudo de caso, envolvendo etapas de geração, análise e apuração de resultados, desencadeando em conclusão embasada nos resultados obtidos e elaboração das referências bibliográficas pertinentes.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a elaboração deste artigo científico foram definidos os seguintes temas: Orçamento Público; Estruturação do Orçamento Público; Aplicação em Educação; Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB); e Lei da Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

1.1 ORÇAMENTO PÚBLICO

O desempenho corresponde a um dos temas que merece destaque entre estudos envolvendo a organização da administração pública. Organizações são sistemas de recursos feitos para cumprir objetivos e resolver problemas. À medida em que esses objetivos são cumpridos e os recursos são utilizados, temos a possibilidade de avaliar o desempenho de uma determinada organização (Maximiano; Nohara, 2017).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Todavia, para que o cumprimento dos objetivos e aplicação de recursos ocorra de forma eficiente, surge a necessidade da administração pública em criar seu orçamento.

O termo orçamento (em inglês *budget*) significa, originalmente, bolsa de dinheiro ou bolsa pública. Os primeiros registros que retratam sobre o orçamento brasileiro datam de 1830 e foram elaborados sob a vigência da Constituição de 1824 e confirmado nas constituições posteriores. Nesse período, as pessoas mudaram sua concepção de orçamento como um mero instrumento político de controle de finanças públicas, para o entendimento de que ele deve apresentar todas as atividades econômicas e financeiras do governo, tornando-se assim, um verdadeiro instrumento de administração (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Atualmente o orçamento público é um instrumento por meio do qual determinada administração pública estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano, a fim de alcançar, com eficiência, objetivos preestabelecidos (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Ainda, de acordo com Lima:

> [...] orçamento público também pode ser caracterizado como o planejamento feito pela Administração Pública para atender, durante determinado período, os planos e programas de trabalho por ela desenvolvidos, por meio da planificação de receitas a serem obtidas e dos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade (Lima, 2018, p. 01).

Pode-se entender, portanto, que o orçamento público é de extrema relevância para toda e qualquer administração pública, que busca através do mesmo, analisar e identificar possíveis alterações voltadas à coletividade e bem-estar social, visando sempre o desenvolvimento, tudo isso embasado “nos limites do montante de recursos passíveis de serem mobilizados para financiar tais gastos” (Crepaldi; Crepaldi, 2013, p.18).

Para que o orçamento público tenha real eficácia, existem os pilares da boa gestão dos recursos públicos, conhecidas na administração pública como Princípios Orçamentários (Lima, 2018).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> De acordo com o Manual Técnico de Orçamento – MTO (2018), os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, válidos para todos os Poderes e para todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios (Lima, 2018, p. 03).

Sendo assim, percebe-se que os princípios orçamentários funcionam como base normativa e legal, mas também como alicerce para o desenvolvimento social, político e econômico de toda e qualquer administração pública.

Vale citar também a existência de cinco princípios do direito administrativo sendo os mesmos: a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade ou transparência e eficiência, popularmente conhecidos como LIMPE. Começando pelo princípio da legalidade, o mesmo determina que: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. De acordo com tal princípio a administração pública deverá agir conforme com a lei, ou seja, dentro dos limites estabelecidos, uma vez que ela não dispõe da mesma liberdade de entidades particulares (Maximiano; Nohara, 2017).

Para Nohara o princípio da impessoalidade pode ser caracterizado também como imparcialidade e igualdade e proíbe que constem símbolos, imagens e nomes que dão promoção pessoal a autoridades e servidores públicos em programas e campanhas (Nohara, 2017).

Ainda, no princípio da impessoalidade: “[...] os agentes públicos devem observar, em suas decisões, critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo”, ou seja, devem agir de maneira imparcial e sem discriminação (Lima, 2018, p. 317).

Já a moralidade, assegura que a administração pública apresente comportamento legal, mas também ético, tendo em vista a ideia de que nem tudo que é formalmente legal é também, necessariamente ético (Maximiano; Nohara, 2017).

> A conduta do administrador público que viole o princípio da moralidade administrativa configura improbidade e permite ao Ministério Público a propositura de ação por ato de improbidade, com base na Lei 8.429/92, importando a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao Erário, sem prejuízo da ação penal cabível, de acordo com o disposto no art. 37, §

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> 4o, da Constituição. Também caracteriza crime de responsabilidade do Presidente da República a prática de atos que atentem contra a probidade administrativa, conforme determina o art. 84, V, da Constituição Federal (Maximiano; Nohara, 2017, p. 18).

Entende-se, portanto, que a infração ao princípio da moralidade pode desencadear complicações ao servidor público, sendo estas tanto na esfera civil como penal.

Seguindo para o princípio da publicidade ou transparência, “qualquer interessado pode ter acesso às licitações públicas e ao respectivo controle mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todo procedimento de licitação”. Para a autora, toda e qualquer variação ou mudança dentro da administração pública, deverá ser repassada para todo cidadão interessado (Lima, 2018, p. 317).

Servindo também como exemplo de publicidade e transparência, tem-se a publicação do orçamento no diário oficial, na internet e em outros meios de comunicação para dar ampla divulgação à sociedade (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

Citando como quinto princípio da administração pública, temos a eficiência, que é o dever imposto a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional (Maximiano; Nohara, 2017).

Vale ressaltar, que a eficiência é alcançada levando em conta também demais fatores como “o direcionamento à efetividade do bem comum, a imparcialidade, a transparência, a participação, a aproximação dos serviços públicos da população e a busca da qualidade” (Maximiano; Nohara, 2017, p. 23).

Apresentado isso, entende-se que a correta organização do orçamento público é de suma importância para que o desempenho da administração pública seja sempre o mais eficiente possível, além disso, os princípios do LIMPE, nasceram para garantir e assegurar uma legal conduta dos servidores públicos.

1.2 ESTRUTURA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A estrutura pode ser definida como um conjunto de elementos articulados entre si de forma que cada elemento é interdependente, ou seja, se algo afetar um elemento, isso afetará também a estrutura como um todo (Apolinário, 2011).

Já, como comentado no título primário deste referencial teórico, é através do orçamento público que um determinado governo estima as receitas que irá arrecadar e fixa os gastos que espera realizar durante o ano (Crepaldi; Crepaldi, 2013). Será através da estruturação correta e eficiente do orçamento público, que os objetivos preestabelecidos serão atingidos (Bezerra Filho, 2014).

É papel dos governos promover o desenvolvimento econômico com justiça social para a população, mas também é papel do estado modernizar a gestão pública, através da criação de estruturas que garantam o bem-estar e desenvolvimento de toda uma sociedade (Crepaldi; Crepaldi, 2013).

No Brasil, a estruturação do orçamento surgiu somente após diversas experiências e resultados, proporcionados através de planos estatais de desenvolvimento socioeconômico implementados pelo governo federal desde quase um século atrás, alguns deles tiveram êxito e alcançaram seus propósitos, outros fracassaram e foram deixados de lado, porém, todas essas experiências tiveram o mérito de tornar possível a construção da conscientização coletiva, tanto por parte dos cientistas econômicos, como dos partidos políticos brasileiros, acerca da necessidade do aperfeiçoamento e estruturação do planejamento orçamentário do nosso país (Gonçalves; et al, 2020).

Após 50 anos de intensos debates (1939-1988) e com a certeza da construção de um alicerce sólido, surge em 1988 a Seção II da Constituição Federal de 1988, composta por Leis que estabelecem caminhos e ações a serem tomadas pelos governos e conhecidas como tríade, sendo elas: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Gonçalves et al, 2020).

O Plano Plurianual é o primeiro instrumento de tal tríade a ser elaborado, e corresponde ao planejamento e metas de determinada administração dentro de um prazo médio de quatro anos, ou seja, tem vigência para os três últimos anos do mandato do governo que o elaborou, e para o primeiro ano de mandato do próximo governo. Cada programa desenvolvido pela administração pública

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

será apresentado no PPA com seus respectivos dados qualitativos e quantitativos (Lima, 2018).

O PPA constitui a síntese dos esforços de planejamento da administração pública, orientando os demais planos e programas de governo, levando em conta também o próprio orçamento disponível, visando demonstrar com clareza todas as metas que a administração pretende alcançar, com comprometimento ao desenvolvimento sustentável e evolução da sociedade. O mesmo demonstra as intenções do governo para o período (Crepaldi; Crepaldi, 2022).

Como passo seguinte existe a LDO, que serve como forma de orientação para a elaboração da Lei Orçamentária, a LOA (Bezerra Filho, 2014).

A LDO deve dispor sobre:

> [...] as prioridades e metas da administração, estrutura e organização dos orçamentos, diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos, dívidas públicas, despesas com pessoal e encargos sociais, alterações na legislação tributária, políticas de aplicação de recursos além da fiscalização sobre obras e serviços com indícios de irregularidade (Lima, 2018, p.10).

Pode-se verificar, portanto, que a LDO constitui passo fundamental dentro do planejamento orçamentário da administração pública, pois será ela que irá elaborar bem como prever dispêndios e entradas de valores monetários.

A LOA faz referência ao plano de trabalho para o exercício a que se refere, pois é nela que a administração indica recursos e prevê todas as receitas e despesas necessárias para atender as demandas da sociedade durante o período anual (Crepali; Crepaldi, 2022).

De acordo com Bezerra Filho, a LOA, apresenta algumas exigências oriundas do art. 5° da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo elas: a) o orçamento da LOA deve conter um demonstrativo de compatibilidade em relação a LDO, com planos e metas previamente previstas; b) deve conter ainda demonstrativo de acompanhamento as compensações, renúncias de receita e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado; c) reserva de contingências, cujo montante deve estar também definido conforme LDO; d) todas as despesas relacionadas a dívida pública, mobiliária ou contratual, bem como receitas, devem estar demonstradas, de forma separada, na LOA e nas

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Leis de Crédito Adicionais; e) não será permitido a consignação para investimentos maiores de 12 meses sem que esses tenham sido devidamente aprovados no PPA e f) todas as receitas devem estar devidamente vinculadas a sua origem (Filho, 2014).

Após esclarecimentos dos autores anteriormente citados, pode-se afirmar que o PPA, a LDO e a LOA correspondem a ferramentas legislativas essenciais para uma correta fiscalização do orçamento público, demonstração de receitas e despesas, bem como, servem de suporte para facilitar a gestão administrativa.

1.3 APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Nos tópicos anteriores apresentamos informações necessárias para uma melhor compreensão do leitor em relação ao funcionamento e organização de uma administração pública. Todavia, no presente artigo, pretende-se aprofundar estudos específicos em relação a repasses em favor da educação, já que, tal repasse, constitui importante papel para o desenvolvimento do Município bem como das suas crianças e adolescentes.

De acordo com a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, art. 212, o órgão público, neste caso o Município, deve aplicar um percentual mínimo de 20% em favor do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação, que também deverá realizar o repasse de pelo menos 5% do montante dos impostos e transferências que compõem sua cesta de recursos:

> Art. 1°: I - pelo menos 5% (cinco por cento) do montante dos impostos e transferências que compõem a cesta de recursos do FUNDEB, de modo que os recursos previstos no art. 3º desta Lei somados aos referidos neste inciso garantam a aplicação do mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) desses impostos e transferências em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino; II - pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos demais impostos transferências. Art. 2º Os Fundos destinam-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração, observado o disposto nesta Lei (Constituição Federal, Lei N° 14.113, de 25 de dezembro de 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Verifica-se, portanto, que o percentual de repasse mínimo para a educação faz referência a uma atual legislação e é composto por vários impostos como fontes de receitas. O FUNDEB é o principal instrumento de financiamento da educação pública em todo o país, é ainda, o principal regulador do repasse mínimo para a educação. Corresponde a um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos (Lima et al, 2019).

Ainda em relação a distribuição dos recursos do FUNDEB, 70% dos mesmos serão aplicados aos profissionais da educação básica em efetivo exercício e 30% serão aplicados para a manutenção da rede de ensino, oferecendo assim, suporte para formação dos professores e outros profissionais da educação, adequação do serviço escolar, desenvolvimento de obras escolares, entre outros (Brasil, 2020).

Controlar os recursos destinados à educação não é tarefa fácil, pois requer ações decisivas por parte do Município. Neste contexto, é essencial que sejam implementadas medidas gerenciais eficazes para assegurar que a educação não sofra com a falta de atendimento, dado o impacto significativo que a educação desempenha na vida de cada indivíduo

1.4 IDEB - ÍNDICE DE DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Levando em conta a importância do conhecimento e clareza em relação ao presente estudo abordado, torna-se de extrema relevância também, a realização de uma breve explanação sobre o IDEB (Índice de Desempenho da Educação Básica), o mesmo avalia o nível de aprendizagem dos alunos mediante parâmetros de rendimento nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, além de serem utilizados indicadores como taxas de promoção, repetência e evasão escolar (Magri, 2015).

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e foi formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino (Brasil, 2018).

Ainda, através do IDEB é possível realizar a verificação em relação aos resultados do trabalho desenvolvido pelos educadores, ou seja, se o ensino

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

transmitido pelo educador está sendo absorvido ou não pelos alunos (Lima et al, 2019).

As médias de desempenho ocorrem a partir da realização da Prova Brasil, para escolas e Municípios, realizada a cada dois anos (Brasil, 2018).

Vale ressaltar ainda que, através do IDEB a administração consegue verificar se seu ensino está em variáveis crescentes ou decrescentes.

Verifica-se, portanto, a necessidade por parte das repartições públicas e administrativas, de realizarem ações pontuais visando desenvolver a educação e melhorar tais índices, para que se alcance, ao menos, o IDEB proposto.

1.5 LEI DA RESPONSABILIDADE FISCAL

A gestão fiscal tem como princípios fundamentais: prevenção de déficits, prudência fiscal, planejamento, segurança, e publicidade ou transparência. Os déficits fiscais, estão inseridos no orçamento público, materializando receita e despesa, estas, servem para análise do desempenho da gestão administrativa (Martins; Nascimento, 2014).

A criação de uma legislação de responsabilidade fiscal no país demandava providências. A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, foi criada com a finalidade de enfatizar a política de estabilização fiscal, e realizar a regulamentação de dispositivos da constituição que precisavam de uma lei complementar acerca de matérias financeiras. A Constituição, em seus arts. 163, 165 e 169, cita a regulamentação por meio de uma lei complementar (Abraham, 2020).

O art. 163 da Constituição delibera que Lei Complementar disponha sobre matérias do direito financeiro, sendo elas:

> I – finanças públicas; II – dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público; III – concessão de garantias pelas entidades públicas; IV – emissão e resgate de títulos da dívida pública; V – fiscalização das instituições financeiras; VI – operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; VII – compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional (Abraham, 2020, p.22).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Por sua vez, o inciso II do § 9º do art. 165 da Constituição determina que: “Cabe à lei complementar: II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos” (Brasil, 1988).

Em 4 de maio de 2000 foi promulgada a Lei de Responsabilidade, que trouxe à gestão fiscal novas normas de finanças públicas direcionadas à responsabilidade (Abraham, 2020).

> § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Martins; Nascimento, 2014 p.20).

A referida lei tem por objetivo o regime de gestão fiscal responsável, através de processos legais que devem direcionar a Administração Pública. Esta, possui um código de conduta gerencial imposto à condução da gestão pública. Impõem limites, estabelece procedimentos de controle e disponibiliza elementos norteadores acerca dos gastos públicos, como também, o fluxo de recursos financeiros necessários à sua efetiva realização (Martins; Nascimento, 2014).

Ao longo dos anos, essa lei sofreu alterações. A Lei Complementar 131/2009 promoveu modificações com o propósito de incorporar diretrizes relacionadas à transparência fiscal. Isso envolveu a exigência da divulgação imediata de dados detalhados a respeito da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Abraham, 2020).

Posteriormente, a Lei Complementar 156/2016 adicionou outros instrumentos de transparência, ainda, com presciência de sanção em caso de descumprimento, evitando que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, salvo as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária (Abraham, 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> A Lei Complementar 159/2017 inseriu a previsão de prazo de validade da verificação dos limites e das condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente, e da análise realizada para a concessão de garantia pela União (Abraham, 2020, p.22).

Ainda, a Lei Complementar 164/2018 introduziu novos dispositivos com o intuito de evitar punições adicionais aos Municípios que sofrem reduções em suas receitas sem culpa própria. Isso ocorre porque tais Municípios não têm controle sobre as isenções concedidas pela União, que impactam os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), nem sobre a parcela de recursos provenientes de royalties e participações especiais na exploração de petróleo e outros recursos minerais (Brasil, 2018).

Por fim, a Lei Complementar 173/2020, foi editada com o objetivo de conceder a Estados, DF e Municípios um auxílio financeiro para o enfrentamento da COVID-19 e trouxe também a alteração de dois artigos da lei:

> O artigo 21, ampliando as restrições ao aumento de gastos de pessoal nos últimos 180 dias do mandato, passando a abranger também as parcelas de aumento a serem suportadas pelo governante sucessor em exercícios fiscais seguintes; O artigo 65, incrementando-o substancialmente, uma vez que a dimensão da crise sanitária vivida demonstrou que o dispositivo original não era suficientemente capaz, por si só, de oferecer ferramentas adequadas para a atuação rápida e eficaz do poder público (Abraham, 2020, p.22).

É de responsabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabelecer regras que resultem na conciliação do orçamento público, visando um equilíbrio entre receitas e despesas, com foco a evitar o endividamento público (Martins; Nascimento, 2014).

Quanto à prevenção de riscos e à correção de desvios, busca-se identificar acontecimentos que tenham potencial de afetar os resultados fiscais determinados para o período. Para isso, a LRF definiu ferramentas para neutralizar os riscos e reconduzir os desvios aos objetivos desejados. A efetividade do orçamento público depende do cumprimento da fixação de metas de resultados entre receitas e despesas (Abraham, 2020).

O Anexo de Metas Fiscais fixado pela LRF é parte integrante da LDO. Neste, deve constar metas anuais de receitas e despesas, resultados nominal e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

primário e montante da dívida. Ainda, conterá os processos de avaliação e demonstrativo de metas, evolução patrimonial e avaliação financeira e atuarial dos regimes de previdência e demais fundos públicos, bem como demonstrativo da renúncia de receita (Martins; Nascimento, 2014).

Essas metas serão apresentadas conforme o art. 9º, § 4º, da LRF que dispõe: "(...) Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública" (Brasil, 2022).

O atingimento dessas metas será fiscalizado pelo Poder Legislativo, diretamente ou com a assessoria dos Tribunais de Contas, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público (art. 59, I, da LRF) (Abraham, 2020).

Outro instrumento estabelecido pela legislação e a ser executado diz respeito ao Anexo de Riscos Fiscais, no qual, devem ser avaliados potenciais riscos as contas públicas. Neste, terá de constar os objetivos das políticas monetária, creditícia e fiscal e as metas da inflação para o exercício decorrente (Martins; Nascimento, 2014).

Ainda, é imposta a fixação de limites e condições de renúncias às receitas e a despesas, que não somente precisam prever o crédito orçamentário, como também devem estar dentro dos limites, prazos e condições. Estas limitações e condições, buscam coibir a irresponsabilidade do administrador público (ABRAHAM, 2020).

Ademais, a LRF restringiu algumas despesas no último ano de mandato, buscando não deixar dívidas para o sucessor. São de três ordens essas restrições:

> a) vedação ao aumento de despesas de pessoal nos últimos 180 dias do mandato, bem como proibição de aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem suportadas pelo governante sucessor em exercícios fiscais seguintes (art. 21 da LRF); b) vedação de realização, no último ano de mandato do governante, das operações de crédito por antecipação de receita, destinadas a atender insuficiência de caixa durante o exercício (art. 38, IV, b, da LRF); c) vedação à assunção de obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do mandato, que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito (art. 42 da LRF) (Brasil, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei complementar criada com a finalidade de impor um controle de gastos a administração pública, através de limites e metas a serem cumpridas, determinando formas de prevenção e correção de situações que possam comprometer o equilíbrio das contas públicas.

2 METODOLOGIA

A metodologia do referido artigo apresenta os seguintes tópicos: Categorização da Pesquisa, Plano e Produção de Dados, bem como Análise e Interpretação de Dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A natureza da pesquisa deste artigo é predominantemente teórico-empírica. No âmbito teórico, temos à aplicação e exploração de conceitos hipotéticos, enquanto, na esfera empírica, voltamos nossa atenção para a observação meticulosa da realidade, buscando validar e fundamentar as proposições teóricas por meio de dados concretos e evidências tangíveis.

Quanto ao tratamento de dados, a pesquisa abrange tanto uma abordagem qualitativa quanto quantitativa. Informações numéricas são classificadas como quantitativas, já informações retratadas por meio de imagens ou palavras são classificadas como qualitativas.

No que diz respeito aos propósitos a pesquisa adotou uma abordagem exploratória, buscando oferecer uma compreensão inicial de um problema específico para torná-lo mais explícito. Além disso, é descritiva, visando identificar características e relações entre variáveis, e explicativa, com o intuito de realizar um estudo aprofundado de um conteúdo específico para explicar as razões e os motivos por trás de determinados fatos.

Ainda, em relação aos procedimentos técnicos, este estudo abordou a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a realização de um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica envolve a busca por conceitos e definições em livros e artigos. A pesquisa documental foi conduzida com base em dados

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

fornecidos pelo Município. Além disso, um estudo de caso foi realizado em colaboração com o Município. O estudo de caso refere-se à investigação realizada através de entrevista.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Para executar o estudo de geração de dados, buscou-se fontes de pesquisas diretas e indiretas.

Os dados gerados de forma direta consistem em um questionário elaborado pelos pesquisadores e preenchidos pela administração pública onde fornecem informações relacionadas aos processos de alocação de recursos e estratégias de desenvolvimento destinadas ao aprimoramento do segmento educacional do Município.

Em relação a documentação indireta, buscou-se embasamento em livros, documentos, manuscritos, legislações e artigos bem como análise dos relatórios de gestão da administração, submetidos à apreciação pelo Tribunal de Contas do Estado –TCE e demais documentações necessárias para a realização do presente artigo.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Da análise dos dados obtidos com a entrevista sucedeu-se a interpretação, visando um entendimento maior sobre o funcionamento da organização, seus investimentos com educação, bem como, pontuar possíveis medidas visando a busca de alternativas para a melhoria do desempenho.

Segundo Gil a análise e a interpretação dos dados na pesquisa variam conforme a natureza dos documentos utilizados:

> O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de Teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (Gil, 2022, p.118).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ainda, para Apolinário, dedutivo significa chegar a uma determinada conclusão particular a partir de premissas tidas como verdadeiras “Um raciocínio dedutivo é valido quando suas premissas, se verdadeiras, fornecem provas convincentes para sua conclusão, isto é, quando as premissas e a conclusão estão relacionadas” (Apolinário, 2011, p. 42).

No que tange a análise e interpretação de dados, trabalhou-se a partir do método dedutivo, que corresponde a proposição e argumentos sobre determinado assunto.

3 DIAGNÓSTICOS DOS RESULTADOS

Da análise consolidada das contas da gestão do município de Campina das Missões, no período mencionado, com o presente estudo ratifica-se a aprovação integral das contas da gestão municipal pelos órgãos de fiscalização interna e externa constituindo-se em um indicativo sólido de conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação financeira e pela Lei de Responsabilidade Fiscal; restam atendidos os princípios contábeis e às normas específicas de controle fiscal, tais como o equilíbrio entre receitas e despesas, a transparência na divulgação de informações financeiras e o cumprimento de limites de gastos com pessoal.

Na sequência do estudo acadêmico, são apresentados os resultados e análises da pesquisa efetuada, junto ao município de Campina das Missões, de forma direcionada a avaliar a aplicação de recursos vinculados à educação, considerando-se também, o montante investido por aluno e o seu impacto na aprendizagem, além de sugerir propostas de melhorias para o município.

O Município de Campina das Missões - RS conta com 6 escolas municipais públicas em funcionamento, duas dessas sendo de educação infantil (creches) e quatro escolas de ensino fundamental. As duas escolas de educação infantil e uma de ensino fundamental localizam-se na cidade do Município, as demais escolas de ensino fundamental localizam-se no interior.

3.1 PERCENTUAL DE REPASSE MÍNIMO PARA A EDUCAÇÃO

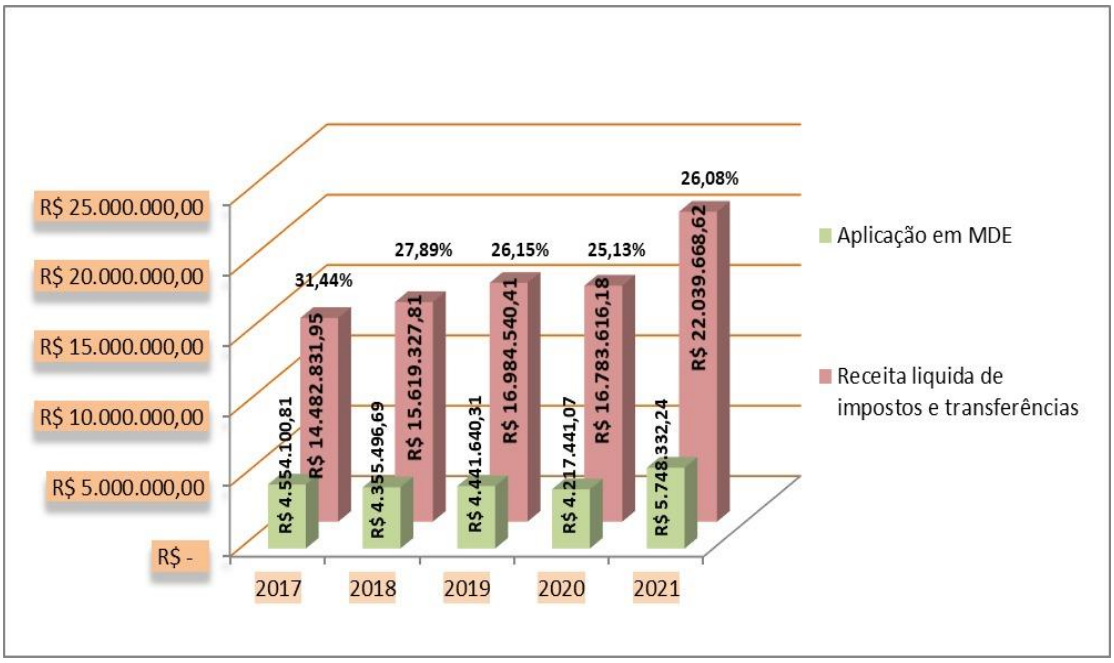
Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para atender as demandas de todas as escolas, citadas anteriormente, o Município destina parte de recursos próprios, contando ainda com repasses recebidos pelos governos Estadual e Federal indispensáveis para o bom funcionamento do sistema educacional.

Os recursos disponibilizados são utilizados para custear o transporte escolar, merenda, folha de pagamento de pessoal e professores, cursos de formação para professores, compra de equipamentos, livros, manutenção da infraestrutura, entre outros.

O gráfico abaixo, evidencia o total recursos recebidos pelo governo em incentivo a educação, bem como dispêndios efetuados pelo próprio Município:

Gráfico 1: Aplicação em MDE X Receita Líquida de Impostos e Transferências



Fonte: SICONFI e IDEB, INEP (via QEdu Dados).

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município aplicou, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2021, o montante de R$ 5.748.332,24, o qual representa 26,08% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao art. 212 da Constituição Federal. Concluímos, portanto, que foi aplicado 1,08% a mais do que o mínimo de 25% estabelecido também nesta

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

mesma legislação citada anteriormente, no exercício econômico e financeiro de 2021.

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município aplicou, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2020, o montante de R$ 4.217.441,07, a qual representa 25,13% das receitas tributárias, compreendidas as transferências atendendo a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Concluímos, portanto, que foi aplicado 0,13% a mais do que o mínimo de 25% estabelecido também nesta mesma legislação citada anteriormente, no exercício econômico e financeiro de 2020.

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município aplicou, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2019, o montante de R$ 4.441.640,31, a qual representa 26,15% das receitas tributárias, compreendidas as transferências atendendo a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020 da Constituição Federal. Concluímos, portanto, que foi aplicado 1,15% a mais do que o mínimo de 25% estabelecido também nesta mesma legislação citada anteriormente, no exercício econômico e financeiro de 2019.

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município aplicou, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2018, o montante de R$ 4.355.496,69, o qual representa 27,89% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo a Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020 da Constituição Federal. Concluímos, portanto, que foi aplicado 2,89% a mais do que o mínimo de 25% estabelecido também nesta mesma legislação citada anteriormente, no exercício econômico e financeiro de 2018.

Analisados os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, constatamos que o Município aplicou, efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2017, o montante de RS 4.554.002,11, o qual representa 31,44% das receitas tributárias, compreendidas as transferências constitucionais, atendendo ao art. 212 da Constituição Federal. Concluímos, portanto, que foi aplicado 6,44% a mais do que a mínima de 25% estabelecido também nesta mesma legislação citada anteriormente, no exercício econômico e financeiro de 2017.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Contudo, constatou-se que o Município despendeu para gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, efetivamente, no período analisado, 2,14% acima dos 25% estabelecido na Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020 da Constituição Federal.

Apresentou-se o gráfico acima realizando o seguinte questionamento à gestão municipal: Em relação aos percentuais da receita líquida que foram aplicados, houve alteração. A que se atribui? E obteve-se a seguinte resposta: “No período analisado houve uma pandemia, não havia aula presencial, transporte e merenda escolar, o que naturalmente resulta em menor percentual a ser investido”.

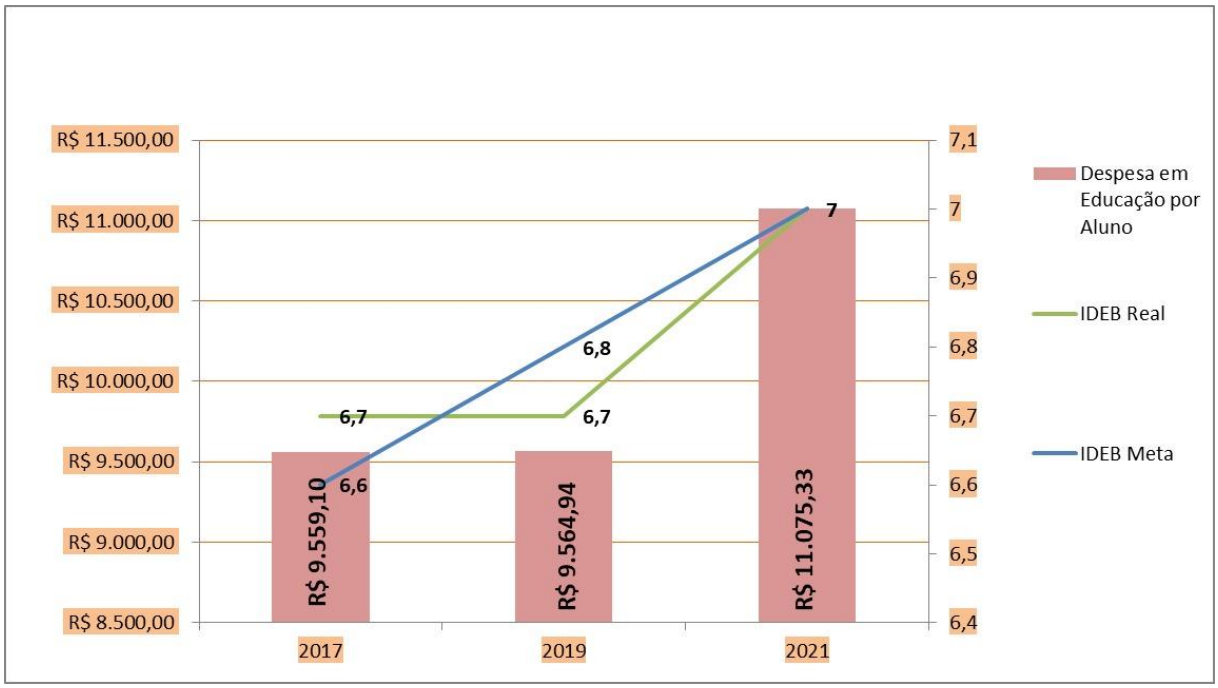
O Município, ao responder à presente questão, optou por uma abordagem concisa, deixando de lado a exploração aprofundada do assunto. As acadêmicas, no entanto, reconhecem a importância do artigo e destacam que, ao longo do período analisado, as alocações de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino se mantiveram consistentes, com a exceção notável de 2021. Neste ano específico, a receita líquida de impostos e transferências registrou um crescimento significativo, o que, por sua vez, resultou em um aumento substancial na aplicação de recursos destinados à educação.

3.2 MONTANTE INVESTIDO POR ALUNO E SEU IMPACTO NA APRENDIZAGEM

Segundo dados do período analisado, o Município de Campina das Missões despendeu uma média de R$ 9.585,58 por aluno nos últimos 5 anos (2017-2021). O gráfico a seguir demonstra a evolução do resultado de aprendizagem em relação às despesas em educação por aluno do mesmo período.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Gráfico 2: Evolução do IDEB X Despesa em Educação por Aluno



Fonte: SICONFI e IDEB, INEP (via QEdu Dados).

Analisando o exercício de 2017, constatamos que, o Município despendeu em educação por aluno R$9.559,10, tendo como resultado de aprendizagem 6,7. Concluímos, portanto, que o Município superou 0,1 acima da meta proposta para o período que era de 6,6.

Analisando o exercício de 2019, constatamos que, o Município despendeu em educação por aluno R$9.564,94, tendo como resultado de aprendizagem 6,7. Concluímos, portanto, que o Município não alcançou a meta proposta para o período que era de 6,8, ficando abaixo 0,1.

Analisado o exercício de 2021, constatamos que, o Município despendeu em educação por aluno R$11.075,33, tendo como resultado de aprendizagem 7,0. Concluímos, portanto, que o Município superou 0,2 acima da meta proposta para o período que era de 6,8.

Constatou-se que, no período analisado as despesas por aluno cresceram 15,86%, bem como, o resultado de aprendizagem evoluiu 4,48%.

Apresentou-se o gráfico acima realizando o seguinte questionamento à gestão municipal: Como a administração avalia os indicadores expostos? Quais os motivos que explicam os resultados obtidos e as perspectivas futuras. E

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

obteve-se a seguinte resposta: “O volume de recursos investidos em educação não sinaliza necessariamente uma plataforma de ensino de qualidade. A mudança do método do ensino é a nossa base de transformação, quando passamos a fazer uso de ferramentas usadas na Europa há muitos anos, a exemplo do xadrez - largamente usado, incluindo o Canadá, Austrália, Alemanha e tantos outros, o empreendedorismo - ensinado nos EUA há décadas, a ciência com robótica, o ensino da tradição gaúcha, o ensino do turismo pedagógico onde buscamos construir o conceito de pertencimento, educação financeira. E, temos percebido o aumento do IDEB de forma gradativa. Em relação às perspectivas futuras à uma caminhada de amadurecimento, consolidação e, é justamente isso que iremos buscar continuamente, a consolidação de tudo que relatamos e estamos fazendo, buscando níveis satisfatórios nas ferramentas utilizadas”.

Destacamos de forma positiva a gestão municipal por seu comprometimento no emprego de ferramentas direcionadas para promover o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades dos alunos. Foi observado que ao alocar um maior volume de recursos por aluno, o Município conseguiu melhorar seu índice de desempenho de aprendizagem.

3.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O MUNICÍPIO

A eficiência dos gastos públicos destinados à educação nos Municípios pode variar amplamente dependendo de como esses recursos são alocados e gerenciados. Os recursos devem ser investidos de maneira eficaz para atingir os objetivos educacionais estabelecidos.

A seguir, apresentamos sugestões gerais para aprimorar o funcionamento da administração municipal e garantir a efetividade da aplicação de recursos na educação.

Investimentos em infraestrutura e equipamentos: Garantir que as instituições de ensino estejam devidamente equipadas, seguras e com excelentes condições. O poder municipal pode realizar visitas de avaliação às escolas, com o intuito de examinar a infraestrutura, equipamentos e materiais disponíveis. Um ambiente propício à aprendizagem desempenha um papel fundamental na promoção e desenvolvimento do sistema educacional.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Qualidade do ensino: Investir em professores qualificados e materiais didáticos de qualidade é fundamental para melhorar a eficiência do gasto público em educação e leva a um melhor desempenho acadêmico. Uma educação de qualidade prepara os estudantes para futuras carreiras e melhorar suas perspectivas de emprego. Professores bem preparados garantem o engajamento dos alunos e a promoção de um ambiente de aprendizagem estimulante.

Programas de apoio aos alunos: Investir em programas de suporte, como tutoria, orientação vocacional e serviços de saúde, pode ter um impacto positivo no desenvolvimento educacional, resultando também em uma força de trabalho educada que é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Município.

Monitoramento e avaliação: A implementação de sistemas eficazes de monitoramento e avaliação permite que os gestores educacionais identifiquem áreas que precisam de melhorias e ajustem os gastos de acordo. Conduzir pesquisas e questionários com o propósito de obter feedback dos alunos, pais, professores e outros participantes do sistema educacional, visando à identificação e correção de possíveis deficiências não previamente reconhecidas no ambiente escolar.

Diante dos questionamentos feitos à administração municipal, enfatizamos a importância de manter ferramentas de promoção da cultura, do empreendedorismo, da ciência robótica, da educação financeira e do ensino do xadrez. Essas ações irão estimular o surgimento e aprimoramento de habilidades e conhecimentos, resultando em cidadãos mais informados, conscientes e engajados, contribuindo para uma sociedade mais próspera.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, avaliou-se o planejamento, o controle e a alocação dos recursos públicos municipais para a educação. O dimensionamento adequado dos investimentos financeiros é de extrema importância para a eficácia dos programas governamentais. Os recursos alocados para a educação

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

estão refletidos no orçamento público e representam uma parcela significativa, sendo essencial sua análise contínua.

No decorrer da pesquisa, foram examinados o Orçamento Público, a Estruturação do Orçamento Público, a Aplicação em Educação, o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB), e a Lei da Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Para as acadêmicas, foi crucial adquirir informações sobre o desempenho e a eficácia da alocação de recursos na área educacional, com o intuito de aprofundar entendimentos sobre o tema e, assim, aprimorar análises fornecendo sugestões de melhorias para a gestão municipal.

O objetivo geral deste estudo foi verificar a eficiência dos gastos públicos destinados à educação no Município de Campina das Missões, buscando identificar os impactos desses investimentos no desenvolvimento educacional, o qual foi identificado no item 3 deste artigo.

No que concerne ao primeiro objetivo específico, podemos concluir que o Município atingiu o limite mínimo de 25% de aplicação de recursos para a educação, conforme previsão constitucional ratificada pela Lei n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020, da Constituição Federal, no período delimitado.

Em relação ao segundo objetivo específico, concluímos que o Município em 2017 superou a meta proposta, em 2019 não atingiu a meta, enquanto em 2021 superou a meta. No período, as despesas por aluno aumentaram e o desempenho acadêmico também melhorou. Logo, ao alocar um maior volume de recursos por aluno, o Município conseguiu melhorar seu índice de desempenho de aprendizagem.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, foram apresentadas sugestões de investimentos em infraestrutura e equipamentos, qualidade de ensino, programas de apoio aos alunos e implementação de sistemas de monitoramento e avaliação, além disso, recomendou-se a continuidade do uso das ferramentas educacionais já empregadas pelo Município.

Com base nas análises efetuadas, destaca-se a importância de o Município continuar alocando recursos na área de educação, essenciais para o eficaz funcionamento das escolas, com o objetivo de cumprir o limite mínimo de aplicação de recursos e trabalhar em direção às metas de desempenho

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

acadêmico. Além disso, é fundamental que a gestão municipal avalie as recomendações apresentadas para efetivar melhorias na área da educação.

Dada a oportunidade de avaliar o desempenho e a eficácia da alocação de recursos públicos na educação do Município, é de suma importância que pesquisas futuras persistam na exploração desse tema. Tais investigações podem oferecer insights valiosos para a gestão municipal, estimular estudos subsequentes e contribuir para manter a relevância contínua do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus. **Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Ltda, f. 182, 2021. 364 p.

APOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica:** um guia para a produção do conhecimento científico, 2. ed. atlas: 2011, 295p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Art. 37. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/fe18d18a0ff76f9b03256561005c7adc?OpenDocument>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL, **Lei N° 14.113,** de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm>. Acesso em: 16 set. 2023.

BRASIL, **Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL, **Lei Complementar Nº 164, de 18 de dezembro de 2018.** Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a aplicação de sanções a Município que ultrapasse o limite para a despesa total com pessoal nos casos de queda de receita que especifica. Disponível em: <https://www.https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp164.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20164%2C%20DE%2018%20DE

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

%20DEZEMBRO%20DE%202018&text=Acrescenta%20%C2%A7%C2%A7%205%C2%BA%20e,queda%20de%20receita%20que%20especifica>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb#:~:text=Os%20%C3%ADndices%20de%20aprova%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%A3o,realizados%20a%20cada%20dois%20anos>. Acesso em: 02 nov. 2023.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público:** abordagem simples e objetiva**,** 2. ed. Atlas: 2014, 279p.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 6. ed. Atlas: 2017, 173p.

CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Orçamento Público:** planejamento, elaboração e controle, 1. ed. Saraiva: 2013, 250p.

MEU MUNICÍPIO. **Eficiência de Gastos.** Disponível em: <https://meumunicipio.org.br/eficiencia-gastos/4303707-Campina-das-Missoes-RS>. Acesso em: 15 set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 7. ed. Atlas: 2022, 186p.

GONÇALVES, Guilherme Correia; Et Al **Planejamento e Orçamento Público**. Grupo A: 2020, Sagah, 250p.

LIMA, Caroline Costa Nunes; Et Al. **Políticas Públicas e Educação**. Grupo A: Sagah, 2019, 198p.

LIMA, Diana Vaz De. **Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público.** Grupo Gen, Atlas: 2018, 363p.

MAGRI, Carina. **Estrutura e Funcionamento do Ensino,** Cengage Learning Brasil: 2015, 82p.

MARTINS, Ives Gandra da S; NASCIMENTO, Carlos Valder de. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal.** 7. ed. São Paulo, Saraiva: 2014, 290 p.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. **Gestão Pública.** Grupo Gen, Atlas: 2017, 412p.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru; NOHARA, Irene Patrícia. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social,** 7. ed. Grupo Gen, Atlas: 2019, 230p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar
Ano 4, v. 04, jan./dez. 2023.

APLICAÇÃO DA TÉCNICA DE PROGRAMAÇÃO LINEAR EM UMA AGROINDÚSTRIA DE EMBUTIDOS

Dione Ismael Jahnn[1]
Darlan Rodrigo Abegg[2]

RESUMO

As empresas familiares buscam pela otimização dos lucros e a redução de despesas, o equilíbrio destes desempenha papel fundamental para as empresas. Nesse aspecto, a programação linear envolve técnicas matemáticas que buscam resolver problemas de otimização e redução de despesas, alocando recursos escassos de forma eficiente. O tema do presente trabalho trata sobre a aplicação da técnica de programação linear em uma agroindústria de embutidos. O estudo teve por objetivo geral, propor uma técnica de produção linear, com o intuito de melhorar a performance e contribuir para a maximização dos lucros na empresa. Partindo deste ponto, a problemática do estudo pretende avaliar como a programação linear pode contribuir para a maximização dos lucros de produção em uma agroindústria de embutidos. A justificativa do presente estudo se dá pela busca incessante da maximização dos lucros das empresas familiares, bem como a exploração da maneira pela qual a programação linear pode colaborar para atingir esse objetivo. O artigo aborda no referencial teórico conceitos sobre administração da produção, programação linear, empresa familiar e conceitos de custos, assim, o estudo de caso utiliza uma abordagem quantitativa para analisar os dados com o objetivo de fornecer explicação. Dessarte, realizaram-se cálculos com o objetivo de evidenciar qual a necessidade de produção da agroindústria, assim, obteve-se a solução ótima do problema sendo, 29 lotes de linguiça suína defumada, 15 lotes de linguiça toscana (salsichão), 18 lotes de linguiça mista defumada e 6 lotes de morcela branca.

Palavras-chave: Empresa Familiar; Otimização; Programação Linear.

ABSTRACT

Family businesses aim for profit optimization and expense reduction, with the balance of these factors playing a crucial role for the companies. In this regard, linear programming involves mathematical techniques that seek to solve optimization problems and reduce expenses by allocating scarce resources efficiently. The theme of this paper focuses on the application of linear programming techniques in a sausage agribusiness. The overall objective of the

[1] Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Santa Rosa, Brasil. E-mail: dionejahnn@gmail.com
[2] Mestre em Matemática. Orientador. Professor do curso de Administração e Ciências Contábeis. Santa Rosa, Brasil. Faculdades Integradas Machado de Assis. E-mail: darlan.abegg@hotmail.com.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

study was to propose a linear production technique with the intention of improving performance and contributing to profit maximization in the company. From this point, the research problem aims to evaluate how linear programming can contribute to profit maximization in sausage agribusiness production. The justification for this study is driven by the relentless pursuit of profit maximization in family businesses, as well as exploring how linear programming can help achieve this goal. The article discusses theoretical concepts of production management, linear programming, family businesses, and cost concepts. The case study uses a quantitative approach to analyze the data with the aim of providing an explanation. Therefore, calculations were performed to highlight the production requirements of the agribusiness. The optimal solution to the problem was found to be 29 batches of smoked pork sausages, 15 batches of Tuscan sausages, 18 batches of mixed smoked sausages, and 6 batches of white blood sausage.

Keywords: Family Business; Optimization; Linear Programming.

INTRODUÇÃO

O cenário empresarial atual, caracterizado por uma competição acirrada e constante mudança, a busca pela eficiência e pela otimização dos resultados financeiros é uma necessidade inquestionável. As empresas estão em constante esforço para aprimorar a alocação de recursos e adotar decisões estratégicas que levem ao aumento dos lucros, garantindo, assim, uma vantagem competitiva no mercado.

Diariamente, os empresários enfrentam a tarefa de tomar decisões com o objetivo de maximizar lucros, reduzir custos e perdas, gerenciar estoques, planejar o transporte e entrega de produtos, determinar a necessidade de funcionários para atender a demanda de produção ou pedidos, otimizar o mix de produção, gerenciar fluxo de caixa e lidar com uma série de outros desafios operacionais. Essas decisões são cruciais para o sucesso e eficiência das empresas (Virgillito, 2018).

Nesse contexto, a programação linear se destaca como uma das técnicas mais empregadas na resolução de problemas. Essa abordagem da Pesquisa Operacional é um método científico de tomada de decisões que evoluiu a partir de suas raízes na Segunda Guerra Mundial, quando foi originalmente desenvolvida para otimizar a alocação de recursos escassos em várias operações militares. Hoje em dia, ela continua a desempenhar um papel vital em

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

cenários operacionais, administrativos e organizacionais, fornecendo soluções práticas e eficientes para a maximização de resultados.

A programação linear é um método fundamental na gestão do processo produtivo de empresas, onde, por meio de modelos matemáticos, visa alocar recursos e tempo da forma mais eficiente possível. Seu objetivo principal é obter uma solução ótima, permitindo a maximização dos lucros ou a minimização dos custos empresariais.

Neste artigo, optou-se em empregar essa ferramenta em uma agroindústria familiar. Essa escolha está relacionada ao desenvolvimento do empreendimento e da constante necessidade de aprimoramento das operações. O estudo de caso terá um enfoque específico na análise da produção de embutidos nesse empreendimento familiar.

Deste modo, o tema deste trabalho é: aplicação da técnica de programação linear em uma agroindústria de embutidos. Tendo como delimitação a aplicação da técnica de programação linear para a maximização dos lucros de produção em uma agroindústria de embutidos localizada no município de Santa Rosa-RS, durante o segundo semestre de 2023.

Partindo deste contexto, a pesquisa pretende responder a seguinte problemática: como a programação linear pode contribuir para a maximização dos lucros de produção em uma agroindústria de embutidos?

Esse tema se justifica pela importância do segmento da agroindústria, em particular a produção de embutidos, e a busca incessante pela maximização dos lucros é uma prioridade constante para as empresas atuantes nesse ramo. Assim, a exploração da maneira pela qual a programação linear pode colaborar para atingir esse objetivo é de extrema relevância econômica e empresarial.

Segundo Fachin, os objetivos gerais “[...] indicam uma ação muito ampla do problema” (Fachin, 2017, p. 101). Deste modo, o objetivo geral da pesquisa consiste em propor uma técnica de produção linear, com o intuito de melhorar a performance e contribuir para a maximização dos lucros na empresa estudada. Além de que, especificamente, apresentar conceitos relacionados à programação linear; realizar o levantamento de dados para a aplicação da técnica de programação linear; modulação do problema e análise dos resultados obtidos a partir da programação linear.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O presente estudo tem como objetivo principal a busca da otimização dos recursos disponíveis para maximizar os lucros da empresa. Quanto à sua natureza, adota uma abordagem de pesquisa teórico-empírica ou aplicada. A metodologia utilizada segue uma abordagem dedutiva e quantitativa, com procedimentos de pesquisa descritiva e estudo de caso. Para a coleta de dados, utiliza-se entrevistas e pesquisa bibliográfica, com ênfase na pesquisa quantitativa.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é tanto exploratória quanto descritiva. Neste projeto, os dados coletados serão tratados na forma de estudo de caso. Os principais autores utilizados como referência incluem Rocha, Nonohay, Slack, Brandon-Jones, Johnston, Moreira, Colin, Fávero, Belfiore, Hillier, Lieberman, Chiavenato, Mamede e Mamede.

Em resumo, este artigo é composto pela atual introdução, pelo referencial teórico, pela metodologia da pesquisa, pela análise e apresentação dos resultados, e, ao final, pela conclusão do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com, Henriques e Medeiros “[...] referencial teórico que embasa a pesquisa, esclarecendo termos e categorias que serão utilizados na redação da pesquisa” (Henriques; Medeiros, 2017, p.124.).

Com base nas contribuições de diversos autores, será viável trazer a interpretação, análise e integração dessas perspectivas, permitindo, assim, a elaboração de interpretações embasadas em pesquisas científicas. Nesse contexto, o referencial teórico do projeto atual se desdobrará em quatro categorias distintas: administração da produção, programação linear, definições de custos e empresa familiar.

1.1 ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

Segundo Rocha e Nonohay, a administração da produção consiste na concepção, operação e melhoria contínua dos sistemas que geram e distribuem os principais produtos e serviços de uma empresa. É a área

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

responsável pelo sucesso na transformação de matérias-primas e energia em bens e serviços úteis para os consumidores (Rocha; Nonohay, 2016).

Para os autores Slack, Brandon-Jones e Johnston, a administração da produção refere-se ao processo de gerenciamento dos recursos envolvidos na criação e entrega de serviços e produtos. Essa atividade é responsável pela função produção dentro da organização. Como todo empreendimento gera algum tipo de produto e/ou serviço, é indispensável à existência da uma função (Slack; Brandon-Jones; Johnston, 2020).

Rocha e Nonohay afirmam que a administração da Produção e Operações pode assumir diversos papéis estratégicos dentro da organização, que vão desde ser apenas uma área operacional com pouca influência no processo, cuja principal responsabilidade é executar suas atividades com o mínimo de erros possíveis, até se tornar o grande diferencial estratégico da empresa (Rocha; Nonohay, 2016).

A administração da produção traz como principal objetivo produzir com qualidade e menos custos, como Rocha e Nonohay estabelecem, “O objetivo da função produção é produzir os produtos ou operacionalizar os serviços com o maior nível de qualidade e no menor custo possível” (Rocha; Nonohay, 2016, p.19).

De acordo com Batalha, o objetivo da gestão da produção é gerenciar os sistemas de produção, abrangendo diversos aspectos, como organização, estratégia, tecnologia, qualidade, custos, planejamento e controle da produção (Batalha, 2019).

A Administração da Produção e Operações é igualmente importante tanto para pequenas quanto para grandes organizações. Independentemente do tamanho, todas as empresas precisam ser capazes de criar e entregar seus serviços e produtos com eficiência e eficácia. No entanto, na prática, o gerenciamento das operações em uma organização de pequeno ou médio porte pode apresentar um conjunto específico de desafios (Slack; Brandon-Jones; Johnston, 2020).

Toda organização tem sua própria maneira de organizar seus processos de produção, a fim de garantir a eficácia e eficiência na produção de bens e serviços. O sistema de produção refere-se à forma como ela coordena seus

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

departamentos e atividades de produção, criando uma interdependência lógica entre todas as etapas do processo produtivo, desde o recebimento de materiais e matérias-primas até o armazenamento do produto finalizado no depósito (Chiavenato, 2022).

A gestão de produção e operações é a responsável por planejar, coordenar e aprimorar os processos que visam criar, produzir e entregar os produtos e serviços de uma empresa. Para compreender melhor essa área, podemos separar suas decisões em três categorias: o planejamento do projeto, a coordenação da gestão e a implementação de melhorias contínuas (Ching, 2019).

Em uma empresa, todas as áreas possuem operações a serem gerenciadas, não se limitando apenas à área operacional. Por exemplo, o departamento financeiro recebe informações (inputs) de outros departamentos e as transforma em relatórios (outputs) para clientes internos e externos, sendo necessário que o gerente desse departamento projete e gerencie os processos para garantir qualidade e prazo de entrega. Portanto, todos os gestores de uma empresa gerenciam operações, independentemente da área em que atuam (Ching, 2019).

Em resumo, a administração da produção exerce um papel fundamental no sucesso de uma empresa, independentemente de seu porte. Ela se encarrega de planejar, operar e aprimorar os sistemas de produção, com o propósito de transformar matérias-primas e energia em produtos e serviços que sejam úteis aos consumidores. Seu principal objetivo é alcançar a produção de qualidade com o menor custo possível, visando se tornar um diferencial estratégico e competitivo. A gestão da produção engloba uma variedade de aspectos, como organização, estratégia, tecnologia, qualidade, custos, planejamento e controle, sendo fundamental para criar, produzir e entregar produtos e serviços de forma eficiente.

1.2 PROGRAMAÇÃO LINEAR

A programação linear surgiu com algumas iniciativas militares na Segunda Guerra Mundial. Durante a época da guerra, houve uma necessidade urgente de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

alocar recursos escassos de maneira efetiva para as diversas operações militares e suas atividades, deste modo, um grande número de cientistas foi reunido para aplicar abordagens científicas a problemas estratégicos e táticos relacionados à guerra. Essa iniciativa tornou-se fundamental para o desenvolvimento da pesquisa operacional como uma disciplina científica aplicada (Moreira, 2017).

Deste modo, o autor ainda ressalta que, a pesquisa operacional trata de como conduzir e coordenar operações em uma organização, e é aplicada em diversas áreas, como indústria, transportes, telecomunicações, finanças, saúde, serviços públicos e operações militares. Seu método de abordagem é baseado no método científico, que inclui a observação inicial e a formulação adequada do problema como etapas cruciais para a solução de um problema através da pesquisa operacional (Moreira, 2017).

Diante disso, a programação linear é umas das técnicas mais utilizadas na pesquisa operacional, Colin enfatiza que:

> [...] a programação linear trata do problema de alocação ótima de recursos escassos para a realização de atividades. Por ótimo entendemos que não haja outra solução que seja melhor do que a oferecida (pode haver outras tão boas quanto). Recursos escassos representam nossa realidade de existência finita de recursos, por mais abundantes que sejam. Atividades se relacionam com algum interesse que tenhamos na fabricação de produtos, na mistura de substâncias, no atendimento ao público, no transporte e armazenagem de mercadorias etc (Colin, 2018, p.6).

Segundo Rodrigues, a técnica de otimização conhecida como Programação Linear (PL) é empregada em sistemas de reflexão e inequações lineares que apresentam modelos previamente projetados. Ela consiste em uma aplicação matemática utilizada por profissionais para solucionar problemas relacionados à produção, tais como a minimização do desperdício de produtos e matérias-primas ou a maximização da eficiência da mão de obra. Essa técnica se baseia em funções e restrições lineares para modelar e resolver problemas de otimização (Rodrigues, 2017).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A pesquisa operacional tem como objetivo encontrar a melhor solução possível para um determinado problema, conhecida como solução ótima. É importante ressaltar que essa solução é determinada por meio de uma abordagem matemática, o que muitas vezes impossibilita considerar algumas variáveis, especialmente aquelas relacionadas ao comportamento humano. Após obter uma solução ótima, é necessário realizar uma análise de viabilidade para sua implementação, levando em consideração características do problema que não foram consideradas na modelagem matemática original (Moreira, 2017).

Ainda para Moreira, "[...] a aplicação das técnicas é uma parte desse processo de solução, mas não podemos esquecer que o processo em si começa com a detecção do problema e com o estágio de formulação, terminando mais tarde com a fase de implementação" (Moreira, 2017, p. 4). O autor destaca também que, o processo de solução é composto por diversas etapas que, na prática, podem apresentar certa integração, mas que para fins didáticos é melhor considerá-las separadamente. Essas etapas são: definição da situação-problema, formulação de um modelo quantitativo, resolução do modelo e encontro da melhor solução, consideração dos fatores imponderáveis, e por fim, a implementação da solução. Na primeira etapa, Moreira relata que:

> Essa etapa [...] requer a transformação de informações genéricas em um problema estruturado. Geralmente, as fronteiras iniciais de um problema são mal definidas, e a solução pode influenciar outras áreas que não aquela que apresenta o problema original. Não se deve esquecer que será provável haver um intercâmbio constante de informações entre a situação e a definição do problema, pois à medida que se deseja estruturar a situação, ela vai sendo mais e mais estudada e, de certa forma, modificada, completada e esclarecida pelas pessoas envolvidas no esforço (Moreira, 2017, p. 6).

Ainda na primeira etapa, Stein, Gehlen, Affonso ressaltam que "[...] temos o objetivo que deve ser encontrado; além deste, temos os parâmetros de restrições e os possíveis caminhos a serem percorridos" (Stein; Gehlen; Affonso, 2018, p. 21).

Assim na segunda etapa, para transformar uma solução verbal em uma solução quantitativa, é necessário criar modelos matemáticos que representem as relações entre as variáveis do problema. Embora os modelos matemáticos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

sejam os mais comuns, existem outros tipos de modelos, como os modelos icônicos, que são réplicas físicas de objetos em escala reduzida ou em tamanho real. No caso dos modelos matemáticos, é importante que as relações entre as variáveis sejam expressas por meio de sistemas de símbolos e equações matemáticas (Moreira, 2017).

Avançando para a terceira etapa, Moreira estabelece que a obtenção da solução requer a manipulação do modelo criado. O objetivo é alcançar uma solução ótima, que é a melhor dentre todas. Em muitos casos, isso exige a solução de um sistema de equações e inequações, como acontece na programação linear (Moreira, 2017). Outros autores ainda afirmam que nessa etapa, “[...] neste passo, são aplicados os programas computacionais ou algoritmos” (Stein; Gehlen; Affonso, 2018, p. 21).

Durante a quarta etapa, a pergunta essencial é: há fatores que podem ser relevantes, mas foram negligenciados devido à sua difícil quantificação? Se a resposta for afirmativa, é importante estimar o impacto que esses fatores podem ter sobre a solução obtida a partir do modelo matemático. Medidas preliminares devem ser consideradas antes de iniciar o processo de implementação (Moreira, 2017).

Na quinta e última etapa, além dos possíveis problemas técnicos que podem ser causados por uma solução obtida por meio matemático, existem também questões de natureza humana. É claro que os problemas técnicos podem ser minimizados se o modelo foi bem construído, com as variáveis relevantes e as restrições sendo levadas em conta. No entanto, a implementação pode implicar em mudanças para alguns indivíduos na organização. O autor ainda destaca que, “[...] é preciso projetar a própria implementação de forma que ela seja a mais suave e natural possível” (Moreira, 2017, p. 7). Nesta etapa ainda, Stein, Gehlen, Affonso, afirmam que “[...] neste passo que temos a avaliação dos resultados e o ajuste nos modelos quando necessário” (Stein; Gehlen; Affonso, 2018, p. 21).

Um aspecto importante a ser considerado na programação linear é a tomada de decisão. De acordo com Colin, existem quatro conceitos fundamentais em tomada de decisão. O primeiro deles é a variável de decisão, que é a variável que o tomador de decisão pode manipular. O segundo conceito

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

é a função-objetivo, que representa matematicamente o objetivo desejado e pode ser de maximização ou minimização. O terceiro conceito refere-se às variáveis que impõem restrições ao problema, como regras ou restrições de recursos e atividades consideradas. Por fim, o quarto conceito é a solução ótima, que indica a melhor opção possível de acordo com todos os conceitos anteriores, seja em um problema de maximização ou minimização (Colin, 2018).

Segundo Fávero, na programação linear, a função objetivo e todas as restrições do modelo são expressas por funções lineares, enquanto as variáveis de decisão devem ser contínuas e assumir valores em um intervalo de números reais. O objetivo é maximizar ou minimizar uma determinada função linear das variáveis de decisão, tolerando um conjunto de restrições designadas por falta ou desigualdades lineares, que incluem a restrição de não negatividade das variáveis de decisão. A solução ótima do modelo é aquela que maximiza a função objetivo (se o problema for de maximização) ou minimiza a função objetivo (se o problema for de minimização) e atende a todas as restrições lineares protegidas (Fávero, 2012).

Para Hillier e Lieberman, depois que a questão do tomador de decisões estiver definida, a próxima etapa é reformular o problema de maneira que seja conveniente para análise. Para isso, o método convencional de pesquisa operacional é construir um modelo matemático que represente a essência do problema (Hillier; Lieberman, 2013).

Assim, observa-se a importância da construção de um modelo de matemático que represente a essência do problema, conforme Hillier e Lieberman conceituam:

> [...] o modelo matemático de um problema de negócios é o sistema de equações e de expressões matemáticas relativas que descrevem sua essência. Portanto, se houver n decisões quantificáveis relacionadas a serem feitas, elas serão representadas na forma de variáveis de decisão (digamos x1, x2, ..., xn) cujos valores respectivos devem ser determinados. A medida de desempenho apropria- da (por exemplo, lucro) é então expressa como uma função matemática dessas variáveis de decisão (como, P=3x1+2x2+...+5xn). Essa função é chamada de função objetivo (Hillier; Lieberman, 2013, p. 31).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Stein, Gehlen, Affonso ressaltam que, na programação linear, existem métodos específicos para a formulação de problemas de otimização, como o método de resolução gráfica ou o método Simplex (Stein; Gehlen; Affonso, 2018). O autor Fávero, ainda estabelece que "[...] diversos algoritmos ou métodos de solução podem ser aplicados para a determinação da solução ótima do modelo, sendo o método Simplex o mais conhecido e utilizado" (Fávero, 2012, p.18).

Para aplicar a programação linear, será utilizado o *softwareLinear InteractiveandDiscreteOptimizer* (LINDO), que recebe as informações do problema matemático, incluindo as restrições e a função objetivo. O programa fornece a resposta para o problema original, respeitando todas as variáveis e fornecendo a melhor combinação possível dos elementos, o que ajuda na tomada de decisões.

Portanto, a programação linear é uma das ferramentas mais importantes e amplamente utilizadas na pesquisa operacional. Ela é responsável por alocar recursos escassos em uma atividade, utilizando cálculos para obter a melhor combinação possível de variáveis, com o objetivo de maximizar os lucros ou minimizar os custos.

1.3 DEFINIÇÃO DE CUSTOS

Em qualquer organização é importante atentar para os custos, de acordo com Silva "custo é o valor de aquisição de materiais para estoque, seja para consumo, transformação, montagem ou então para comercialização." (Silva, 2010, p, 19).

Em outra definição, o custo associado a uma atividade abrange todos os recursos necessários para sua realização. Isso engloba encargos sociais, materiais, depreciação, consumo de energia, uso de instalações e outros elementos relevantes (Martins, 2023).

A contabilidade de custos surgiu como resposta à necessidade de compreender os gastos relacionados aos produtos, a fim de avaliar os estoques e calcular o resultado das exportações. Ao longo do tempo, sua importância aumentou significativamente no contexto gerencial das empresas, sendo

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

aplicado no planejamento, controle de custos tomado de decisões e cumprimento de obrigações fiscais e legais. Essa evolução consolidou a contabilidade de custos como uma ferramenta fundamental para a gestão empresarial (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Crepaldi e Crepaldi ainda relatam que, a contabilidade de custos é uma metodologia empregada para identificar, quantificar e comunicar os custos associados a produtos e/ou serviços. Seu propósito principal é fornecer informações precisas e ágeis para a administração, a fim de embasar a tomada de decisões. Essa abordagem está voltada para a análise dos gastos da entidade ao longo de suas operações. Ela planeja, classifica, aloca, acumula, organiza, registra, analisa, interpreta e relata os custos dos produtos fabricados e vendidos. Uma organização necessita de uma contabilidade de custos bem estruturada para acompanhar e alcançar seus objetivos em um mercado dinâmico e globalizado (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

A categorização relacionada à posse do produto ou serviço é realizada para determinar o custo e o momento em que ocorrem durante a produção de um item ou a oferta de um serviço. Nesse sentido, os custos são classificados em duas categorias: custos diretos e custos indiretos (Antoni, 2017).

Os custos diretos são facilmente quantificáveis, pois são diretamente atribuídos ao produto ou serviço, como por exemplo, os gastos com matéria-prima e mão de obra direta. Essa classificação de custos representa uma forma objetiva de medir o consumo de recursos utilizados na fabricação de um produto ou na prestação de um serviço. Os custos indiretos não possuem uma conexão direta com o produto, o que torna difícil atribuir sua quantificação a uma unidade específica de produto ou serviço, como é o caso dos custos relacionados à substituição de máquinas ou ao consumo de energia elétrica. Esses custos foram computados, alocações ou estimados para serem atribuídos a um determinado produto (Antoni, 2017).

Os custos fixos podem experimentar variações quando são aumentados ou reduzidos de acordo com a capacidade ou o intervalo de produção. Dessa forma, compreende-se que um custo é considerado fixo com base no intervalo de produção ou vendas (Santos; Silva; Barreto, 2018).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os autores ainda relatam que, são classificados como custos variáveis, aqueles que se alteram de acordo com o volume e atividade da empresa, como produção e vendas. A variação desses custos depende diretamente de um determinado fator. Um custo só é considerado variável quando varia de forma proporcional às mudanças nas atividades às quais está relacionado (Santos; Silva; Barreto, 2018).

Os custos representam os gastos relacionados a bens ou serviços empregados na produção de outros bens ou serviços, independentemente de serem desembolsados ou não. Eles são considerados custos no momento em que ocorre a fabricação de um produto ou a prestação de um serviço. Os custos são indispensáveis para a produção, uma vez que os recursos produtivos são utilizados com o objetivo de obter novos produtos ou serviços. Eles correspondem aos valores investidos na fabricação dos produtos. A classificação dos custos varia de acordo com a abordagem atribuída a eles, podendo ser determinada pela natureza, função, contabilização, produto e formação ou produção (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

A principal finalidade da contabilidade de custos é fornecer informações relevantes para diversos níveis de gestão de uma organização. Ela desempenha um papel fundamental no auxílio à avaliação de desempenho, no planejamento e controle das operações e na tomada de decisões. Além disso, a contabilidade de custos busca alocar de forma precisa os custos de produção aos produtos, confiante para uma gestão mais criteriosa (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

De acordo com Crepaldi e Crepaldi, a contabilidade de custos oferece à empresa diversas possibilidades: a) Calcular o custo dos produtos/serviços vendidos (ou, no caso de empresas comerciais, o custo das mercadorias vendidas); b) Fornecer dados para estabelecer padrões, orçamentos e outras formas de previsão; c) Acompanhar os gastos efetivamente realizados e compará-los com os valores previamente estabelecidos; d) Determinar preços de venda compatíveis com o mercado em que a empresa atua; e) Conhecer a lucratividade de cada produto; f) Tomar decisões sobre a eliminação de produtos: seja a opção de compra ou fabricação; g) Reduzir custos; h) Determinador do Ponto de Equilíbrio; i) Avaliar o desempenho (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Portanto, a contabilidade de custos desempenha um papel crucial na administração das empresas, ao fornecer informações precisas e ágeis que embasam a tomada de decisões estratégicas. Essa prática permite o rastreamento dos custos envolvidos, o acompanhamento dos gastos, a definição de preços competitivos, a avaliação da lucratividade, a busca por redução de despesas e a análise do desempenho empresarial. Compreender os custos é fundamental para enfrentar a concorrência e obter resultados positivos em um ambiente de negócios em constante mudança. Em suma, a contabilidade de custos se torna uma ferramenta indispensável para o sucesso das empresas.

1.4 EMPRESA FAMILIAR

Uma empresa familiar é aquela que foi estabelecida e cresceu sob a liderança de um único indivíduo, que gradualmente incorporou membros de sua família para assumir o comando do negócio no futuro. Também é considerada familiar uma empresa em que o controle acionário está nas mãos de uma família, fornecendo a eles o poder de controle gerencial (Silva; Lozada; Villani, 2019). Tavares ainda completa, dizendo que a, “[...] definição de agricultura familiar abrange todas as atividades agrícolas de base familiar e está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural” (Tavares, 2018, p 174).

A gestão de uma empresa familiar exige regras específicas, que levem em consideração as particularidades desse tipo de organização. A empresa familiar é uma entidade singular, pois envolve a interação entre família, negócio e mercado. No contexto organizacional da empresa familiar, especialmente em pequenas e médias empresas, é comum a presença de conflitos, frequentemente impulsionados pela dinâmica familiar. Nesse sentido, as relações emocionais entre os membros da família tendem a afetar também o relacionamento profissional dentro da empresa (Silva; Lozada; Villani, 2019).

Portanto, a gestão de uma empresa familiar exige a implementação de diretrizes específicas, levando em consideração as características singulares desse tipo de organização. Afinal, uma empresa familiar é um empreendimento especial que envolve a intersecção entre família, negócio e mercado (Silva; Lozada; Villani, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para Mamede e Mamede, a trajetória da empresa muitas vezes se sobrepõe à vida da família, ou até mesmo o contrário: a vida de uma família se torna a vida da empresa. Essa dinâmica não é simples. Um observador externo que se concentra apenas nas estruturas administrativas, produtivas, de marketing, entre outras, pode não perceber questões relativas à empresa, questões que estão além das instalações empresariais: o cenário dela é o ambiente familiar (Mamede; Mamede, 2014).

No entanto, é importante reconhecer que as empresas familiares enfrentam desafios específicos que precisam ser compreendidos, estudados e observados. A influência da família sobre a empresa pode levar, em muitos casos, a questões que são completamente alheias ao ambiente empresarial, incluindo conflitos e disputas originadas nas relações familiares (Mamede; Mamede, 2014).

Porém, não é correta a afirmação de que são melhores as empresas conduzidas por técnicos, estranhos à família. Não é correta a afirmação de que as sociedades não controladas por uma família ou grupo de famílias são melhores. Vêem-se empresas familiares pujantes, como também são vistas empresas familiares em crise, na mesma toada em que se vêem empresas não familiares pujantes e em crise. Importa à qualidade da vida societária da administração societária e da gestão empresarial, sendo que a excelência pode estar numa família ou entre técnicos profissionais (Mamede; Mamede, 2014).

De acordo com Mamede e Mamede, a empresa familiar precisa:

> Trabalhar a família para adequar-se à empresa, aproveitando seus bônus (vantagens regulares que ela proporciona, nomeadamente os lucros que distribui) e assumindo seus ônus. Os parentes precisam aprender que os cenários diversos implicam posturas diversas: a família e a empresa (Mamede; Mamede, 2014, p. 4).

Batalha ainda afirma que, as empresas do agronegócio possuem diferentes origens e importâncias em relação às suas vantagens competitivas, dependendo das estratégias adotadas e da posição que ocupam nas cadeias agroindustriais. Nesse sentido, as vantagens competitivas relacionadas a baixos custos de produção e grandes volumes de produção são mais comuns e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

marcantes nas etapas iniciais da cadeia produtiva, especialmente na produção rural (Batalha, 2021).

Os membros da família podem assumir diversas funções dentro da empresa, sejam elas permanentes, temporárias, estratégicas ou não, sem que seja obrigatório que ocupem cargos de liderança na gestão da organização (SILva; Lozada; Villani, 2019).

As empresas de processamento agroindustrial desempenham um papel crucial na cadeia de suprimentos do agronegócio, pois são responsáveis por converter matérias-primas em alimentos e outros produtos que atendem às necessidades dos consumidores. Nesse contexto, diversos fatores influenciam esse, como a rentabilidade, os custos de produção e o valor agregado aos produtos. Esses aspectos direcionam a produção dos itens de acordo com a demanda do mercado consumidor, permitindo uma sincronização eficiente do mix de produção e uma previsão precisa de vendas. Essa abordagem estratégica visa garantir que a empresa atenda às expectativas dos consumidores, ao mesmo tempo em que maximiza a lucratividade e controla os custos de produção (Zuin; Queiróz, 2019).

O termo "negócios do sistema agroindustrial" refere-se a uma rede complexa de estimulante e contratuais envolvendo diversos atores, desde a produção dos insumos, passando pela agricultura, o processamento dos produtos e sua distribuição, até alcançar o consumidor final (Neves; Zylbersztajn; Caleman, 2015).

Deste modo, a gestão de empresas familiares apresenta desafios específicos devido à interação entre família, negócios e mercado. Para garantir o sucesso da empresa, é fundamental encontrar um equilíbrio entre esses elementos. No setor do agronegócio, as empresas de processamento agroindustrial têm um papel fundamental na cadeia de suprimentos, matérias-primas em produtos que atendem às demandas dos consumidores. A rentabilidade, os custos de produção e o valor agregado devem ser cuidadosamente considerados para garantir a satisfação dos clientes e otimizar os lucros.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2 METODOLOGIA

O método compreende um conjunto de orientações destinadas a resolver problemas ou elucidar características por meio da formulação de hipóteses que são submetidas a testes experimentais.

Assim, a metodologia estabelece orientações claras sobre como o estudo será, o prazo e como os resultados serão alcançados. Isso abrange a explicação dos métodos de pesquisa, as estratégias de coleta de dados, os instrumentos de pesquisa, os critérios de seleção de amostra, os procedimentos de análise estatística e outros elementos pertinentes.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo se baseia na busca pela melhor combinação possível de produtos de embutidos, transferindo a maximização dos lucros de uma empresa do ramo. Nesse contexto, a pesquisa aplicada foi escolhida como abordagem. Em relação à coleta de dados, o método quantitativo foi adotado. Deste modo, para este estudo, os dados coletados serão tratados por meio de um estudo de caso.

No que diz respeito ao tratamento dos dados, este trabalho pode ser caracterizado como dedutivo, pois parte do princípio de que somente a razão é capaz de conduzir ao conhecimento verdadeiro, uma vez que os fatos, por si só, não são especificamente a fonte de todo conhecimento. Deste modo, parte de uma análise ampla da empresa para um estudo específico de seu processo de produção. Quanto aos métodos empregados, este estudo se enquadra na categoria de pesquisa bibliográfica, uma vez que utiliza fontes secundárias, incluindo literatura publicada, diretamente relacionada ao tema de pesquisa. Seu eu objetivo principal é permitir que o pesquisador tenha acesso a todo o conhecimento disponível sobre o assunto, incluindo material escrito, falado ou gravado, como conferências registradas. Assim, a pesquisa visa aplicar as informações e conhecimentos obtidos para aprimorar o entendimento do assunto em questão.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

No contexto do tratamento de dados, em uma pesquisa de natureza quantitativa, é factível referir valores numéricos a todas as variáveis, possibilitando a tradução de opiniões e informações em dados quantitativos que podem ser classificados e analisados. Deste modo, todos os dados provenientes da agroindústria serão submetidos a uma análise e formulação de um problema matemático, possibilitando, consequentemente, sua integração no sistema LINDO, a fim de se auferir e avaliar os resultados. Em relação à pesquisa quantitativa, as informações coletadas na agroindústria precisam ser convertidas em dados numéricos por meio de métodos matemáticos aplicáveis.

A análise dos dados coletados adota uma abordagem de estudo de caso, centrada no processo de produção de embutidos de uma empresa familiar. O objetivo é buscar uma solução ótima para o processo produtivo, com foco específico na produção dos embutidos da referida empresa.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados serão documentados através da documentação direta e indireta. A documentação indireta requer a coleta de dados de diversas fontes, independentemente dos métodos ou técnicas empregados. Essas fontes de dados são valiosas não apenas por fornecerem conhecimentos que servem como base para o campo de interesse, mas também para evitar duplicações e esforços desnecessários. Além disso, elas podem sugerir problemas e hipóteses, bem como orientar para outras fontes de coleta. Essa fase da pesquisa tem como objetivo obter informações preliminares sobre o campo de interesse (Marconi; Lakatos, 2003).

Já para Lakatos e Marconi a documentação direta geralmente envolve a coleta de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem (Marconi; Lakatos, 2003). Para o presente estudo, foram utilizadas informações coletadas de fontes bibliográficas.

A obtenção dos dados ocorreu através de um estudo de caso realizado em uma empresa de embutidos. Nesse estudo, foram examinados o processo de produção e os ingredientes necessários para a fabricação dos produtos por meio da observação direta das operações e entrevistas com os empreendedores

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

responsáveis pela gestão e produção dos embutidos. O objetivo era obter uma compreensão mais profunda das instalações e dos procedimentos utilizados na produção dos produtos. As entrevistas foram realizadas durante o segundo semestre de 2023, com uma duração média de aproximadamente de trinta minutos. Inicialmente, buscou-se entender a origem e a evolução da empresa e, posteriormente, a coleta dos dados referentes aos tipos de embutidos produzidos a serem estudados. Vale ressaltar assim, que apenas uma parte da produção de embutidos foi selecionada para análise neste estudo.

2.3 INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após estabelecer a classificação da pesquisa e o plano para coleta dos dados, procede-se com a etapa de análise e interpretação dos dados obtidos. Nesta fase, os dados iniciais são processados e reestruturados de forma a obter uma resposta precisa e confiável com base nas informações obtidas.

Com os dados já reunidos, começa-se o processo de análise e tratamento, incluindo a incorporação de tabelas e ilustrações essenciais para o desenvolvimento do raciocínio. Os dados numéricos foram adquiridos de diversas fontes, o que simplifica uma organização e delimitação para fins de análise e apresentação.

Com base as entrevistas e na obtenção de dados, todo o processo foi sistematizado e depurado para reter apenas as informações relevantes para a análise do estudo. A escolha das informações vitais desempenha um papel crucial na formulação do problema que será inserido no software LINDO. Os resultados obtidos a partir do software serão posteriormente analisados e organizados em tabelas, com o propósito de serem projetados com os empreendedores da agroindústria de embutidos, bem como de identificação de oportunidades de aprimoramento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, é descrito um sucinto contexto da empresa, formulação do problema e os estágios empreendidos, até os estágios conclusivos, alcançando, dessa maneira, a solução ótima.

3.1 CATEGORIZAÇÃO DA EMPRESA

Em setembro de 2019, fundou-se a agroindústria familiar, cujo nome fantasia seria Alfa Embutidos. Com muito esforço, a família adaptou uma parte de sua propriedade rural para a produção dos embutidos.

A partir desse momento, cada membro da família tinha sua função na agroindústria, alguns eram responsáveis pelo processamento e embalagem dos produtos, outros ajudavam em todas as etapas do processo, desde a seleção dos ingredientes até a distribuição dos embutidos.

Com muito trabalho duro e dedicação, a Alfa Embutidos começou a ganhar reputação na região. Eles se destacaram por utilizar ingredientes de alta qualidade. A agroindústria familiar foi se expandindo gradualmente, conquistando clientes em supermercados locais e estabelecendo parcerias com restaurantes e mercearias.

Com o tempo, a agroindústria familiar conquistou um espaço significativo no mercado de embutidos. Eles conseguiram ampliar sua produção, e estabelecer parcerias com distribuidores em diferentes cidades.

Hoje, o estabelecimento produz produtos como torresmo, banha, cortes de carne suína, bacon, lombo e costela de suína defumada. Além desses, produzem linguiças defumadas, linguiça toscana (salsichão) e morcela branca, que serão objeto deste trabalho.

3.2 MODELAGEM DO PROBLEMA

Com base na entrevista e nas informações fornecidas pela empresa, foi possível reunir os dados vitais para a modelagem do problema.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Como mencionado, a empresa produz uma variedade de produtos. No entanto, para fins de análise, será selecionada uma parte deles, que será listada na Tabela 1 e renomeado para o entendimento do programa LINDO, que será utilizado para resolver o problema.

Tabela 1

Nomenclaturas e códigos representantes.

Nomenclatura	Código representante
Linguiça suína defumada	x1
Linguiça toscana (salsichão)	x2
Linguiça mista defumada	x3
Morcela branca	x4

Fonte: Produção do pesquisador.

Os tamanhos dos lotes produzidos são os seguintes: linguiça suína defumada em lotes de 85 quilogramas, linguiça toscana (salsichão) em lotes de 122 quilogramas, linguiça mista defumada em lotes de 85 quilogramas e morcela branca em lotes de 158 quilogramas. Os produtos defumados sofrem uma perda de peso devido ao processo de defumação. Portanto, quando os ingredientes da linguiça suína defumada e da linguiça mista defumada são misturados, os lotes passam a ter 100 quilogramas, resultando em uma perda de 15% por lote e chegando assim a lotes 85 quilogramas, como mencionado anteriormente.

O lucro por lote produzido dos produtos é respectivamente R$323,00, R$379,00, R$280,50, R$760,50. Cada lote é composto por ingredientes diversos, em quantidades variadas, conforme ilustrado na Tabela 2.

Tabela 2

Ingredientes necessários para cada lote produzido.

Recursos	Código representante			
	X1	X2	X3	X4
Carne Suína	100	100	70	15
Carne Bovina	0	0	30	0

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Alho	0,35	0,35	0,35	0,35
Proteicura	0,25	0	0,25	0
Proteicor	0,25	0	0,25	0
Açúcar	1,2	0	1,2	0
Cebola	0	6	0	0
Tomate	0	6	0	0
Tempero Verde	0	1	0	0
Água	0	6	0	0
Cura Frescal	0	0,2	0	0,085
Proteifós	0	0,25	0	0
Sal	2,2	2	2,2	3
Harmonix	0	0,5	0	0
Língua	0	0	0	60
Pele	0	0	0	60
Coração	0	0	0	20

Fonte: Produção do pesquisador.

Os ingredientes listados na tabela anterior, quando usados nas quantidades exigidas, resultam em um lote. Para fornecer informações sobre a demanda mínima mensal de lotes que são produzidos, segue a Tabela 3 com esses dados.

Tabela 3

Demanda mínima em lotes produzidos mensalmente.

Nomenclatura	**Lotes produzidos**
Linguiça suína defumada	16
Linguiça toscana (salsichão)	8
Linguiça mista defumada	5
Morcela branca	4

Fonte: Produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para incorporar essa informação no programa LINDO, é necessário que todas as informações estejam na mesma unidade de medida divisível. O modelo matemático será calculado com base nos valores de produção mensal da agroindústria.

A função objetivo consiste em maximizar o lucro financeiro obtido com a produção e venda de embutidos. Para esses resultados, levou-se em consideração a lucratividade do lote produzido de cada produto, bem como o número de lotes produzidos. Portanto, a função de maximização é apresentada da seguinte forma:

Max 323x1 + 379x2 + 280.50x3 + 760.50x4

A primeira restrição do problema está relacionada à quantidade disponível de carne suína para a fabricação de embutidos. Portanto, as somas dos ingredientes em todos os lotes que utilizam essa matéria-prima devem ser igual ou inferior à quantidade disponível na agroindústria para a produção, não podendo excedê-la.

100x1 +100x2 + 70x3 +15x4 <=5750

Assim, no preparo dos lotes de embutidos, a soma dessa matéria-prima utilizada na preparação dos lotes é igual ou menor a 5750 quilogramas.

Uma segunda limitação do problema está relacionada à quantidade de carne bovina disponível para a produção de embutidos. Deste modo, a soma dos ingredientes nos lotes que utilizam esta matéria prima deve ser igual ou menor que a quantidade disponível para a produção, é dito que a soma utilizada na preparação dos lotes não deve exceder os 540 quilogramas, como é indicado na próxima restrição:

0x1 +0x2 +30x3 +0x4 <= 540

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A terceira restrição se refere à quantidade de alho disponível para a produção de embutidos. Por isso, a soma deste ingrediente deve ser igual ou inferior a 30 quilogramas, conforme especificado na restrição correspondente:

0.35x1 + 0.35x2 + 0.35x3+ 0.35x4 <=30

A quarta limitação está relacionada à quantidade de proteicura (sal de cura) disponível para a produção. Consequentemente, a soma deste ingrediente deve ser mantida igual ou inferior aos 15 quilogramas, tal como se estabelece na restrição a seguir:

0.25x1 + 0x2+0.25x3+0x4 <=15

As restrições adicionais estão relacionadas com a quantidade de ingredientes necessários para a produção de lotes de embutidos. De acordo com o que são especificadas nas demais restrições, as quantidades de ingredientes necessários para a produção dos lotes de embutidos devem ser observadas. Isso significa que os níveis de cada ingrediente devem estar em conformidade com as diretrizes condicionais nas respectivas restrições.

0.25x1 + 0x2+0.25x3+0x4 <=15 (Proteicor / Corante artificial)
1.2x1 + 0x2+1.2x3+0x4 <=60 (Açúcar)
0x1+ 6x2+0x3+0x4 <=90 (Cebola)
0x1 +6x2+0x3+0x4 <=90 (Tomate)
0x1 +1x2+0x3+0x4 <=15 (Tempero verde)
0x1+6x2+0x3+0x4 <=90 (Água)
0x1+0.2x2+0x3+0.085x4 <=4 (Cura frescal / Sal de cura frescal)
0x1+0.25x2+0x3+0x4 <=4 (Proteífos / Emulsificante)
2.2x1+2x2+2.2x3+3x4 <=152 (Sal)
0x1+0.5x2+0x3+0x4 <=7.5 (Harmonix / Realçador de sabor)
0x1+0x2+0x3+60x4 <=360 (Língua suína)
0x1+0x2+0x3+60x4 <=360 (Pele suína)
0x1+0x2+0x3+20x4 <=120 (Coração suíno)

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Todas as informações que foram mencionadas anteriormente serão cuidadosamente ajustadas e adaptadas para se encaixarem no programa LINDO, conforme as instruções planejadas que serão apresentadas a seguir. O processo de formatação e inserção dessas informações é fundamental para garantir a precisão e eficiência do programa, pois ele depende de dados bem organizados e configurados de acordo com as restrições específicas para alcançar os resultados desejados no contexto da resolução do problema em questão.

4 MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS

No contexto deste problema em particular, dispomos de um modelo matemático definido que será incorporado ao software LINDO, conforme Ilustração1.

Ilustração 1: Linhas de programação inseridas no programa LINDO

```
Max 323x1 + 379x2 + 280.50x3 + 760.50x4
st
100x1 + 100x2 + 70x3 +  15x4 <=5750
0x1 +0x2 +30x3 +0x4 <= 540
0.35x1 + 0.35x2  + 0.35x3+ 0.35x4 <=30
0.25x1 + 0x2+0.25x3+0x4 <=15
0.25x1  + 0x2+0.25x3+0x4 <=15
1.2x1 + 0x2+1.2x3+0x4 <=60
0x1+ 6x2+0x3+0x4 <=90
0x1 +6x2+0x3+0x4 <=90
0x1+1x2+0x3+0x4 <=15
0x1+6x2+0x3+0x4 <=90
0x1+0.2x2+0x3+0.085x4 <=4
0x1+0.25x2+0x3+0x4 <=4
2.2x1+2x2+2.2x3+3x4 <=152
0x1+0.5x2+0x3+0x4 <=7.5
0x1+0x2+0x3+60x4 <=360
0x1+0x2+0x3+60x4 <=360
0x1+0x2+0x3+20x4 <=120
x1 >= 16
x2 >= 6
x3 >= 5
x4 >= 3
end
gin x1
gin x2
gin x3
gin x2
```

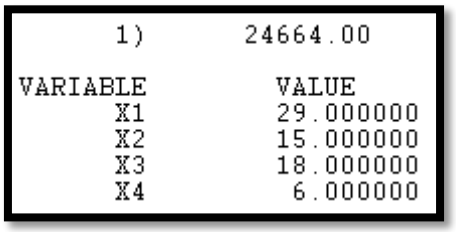
Fonte: Produção do pesquisador.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Segundo Moreira, o processo de solução é composto por diversas etapas que, na prática, podem apresentar certa interpenetração, mas que para fins didáticos é melhor considerá-las separadamente. Essas etapas são: definição da situação-problema, formulação de um modelo quantitativo, resolução do modelo e encontro da melhor solução, consideração dos fatores imponderáveis, e por fim, a implementação da solução (Moreira, 2017). Assim, a modelagem do problema foi alcançada, com o processo que envolveu a coleta de dados e apuração na elaboração do modelo matemático.

Os resultados gerados pelo programa são exibidos na Ilustração 2.

Ilustração 2: Resolução do modelo matemático



Fonte: Produção do pesquisador.

Ao observar a ilustração acima, é explicado que existe um número localizado no topo. Esse valor representa o lucro total máximo mensal alcançado, ou seja, de R$24.664,00.

Os demais números apresentados se referem a quantidade de lotes a serem produzidos e vendidos, sendo assim, é necessário produzir: 29 lotes de linguiça suína defumada (2.465 quilogramas), 15 lotes de linguiça toscana (salsichão) (1.834 quilogramas), 18 lotes de linguiça mista defumada (1.530 quilogramas) e 6 lotes de morcela branca (950 quilogramas). Atingindo desse modo a produção e venda destes lotes, faz-se obter o lucro mensal de R$ 24.664,00 como mencionado anteriormente.

Os custos representam os gastos relacionados a bens ou serviços empregados na produção de outros bens ou serviços. Eles são considerados custos no momento em que ocorre a fabricação de um produto ou a prestação de um serviço. Os custos são indispensáveis para a produção, uma vez que os recursos produtivos são utilizados com o objetivo de obter novos produtos ou

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

serviços. Eles correspondem aos valores investidos na fabricação dos produtos (Crepaldi; Crepaldi, 2023).

Assim, é evidente a relevância da alocação eficaz de recursos num processo de produção, afetando a minimização dos custos de produção e a maximização dos lucros. Há uma ligação direta entre a alocação eficiente de recursos com a demanda mínima de produção, uma vez que, havendo uma demanda mínima mensal a ser atingida, faz-se necessário que a empresa garante que seus recursos sejam utilizados da melhor maneira possível. Ao fazer isso, a empresa estará diminuído seus custos de produção e maximizando seus lucros.

Em comparação a demanda mínima mensal, há um aumento necessário de produção de 13 lotes de linguiça suína defumada (1.105 quilogramas), 7 lotes de linguiça toscana (salsichão) (856 quilogramas), 13 lotes de linguiça mista defumada (1.105 quilogramas) e 2 lotes de morcela branca (316 quilogramas).

Batalha afirma que, as empresas do agronegócio possuem diferentes origens e importâncias em relação às suas vantagens competitivas, dependendo das estratégias adotadas e da posição que ocupam nas cadeias agroindustriais. Nesse sentido, as vantagens competitivas relacionadas a baixos custos de produção e grandes volumes de produção são mais comuns e marcantes nas etapas iniciais da cadeia produtiva, especialmente na produção rural (Batalha, 2021).

Assim, fica evidenciada a relevância dos resultados da pesquisa, uma vez que essas descobertas auxiliaram na administração do negócio familiar, forneceram uma compreensão da necessidade de produção para maximizar os lucros da empresa, bem como otimizar o uso de seus recursos. Dessa maneira, a pesquisa traz benefícios significativos tanto para a empresa familiar quanto para a família proprietária do negócio.

Conforme descrito por Moreira e os demais autores envolvidos no contexto da programação linear no referencial teórico, a pesquisa operacional procura incorporar diversos elementos na formulação matemática, buscando a solução ótima para o problema em estudo, resultando na otimização do lucro da empresa estudada.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

CONCLUSÃO

A programação linear é uma abordagem que se presta à modelagem de problemas com o objetivo de alcançar soluções ótimas em relação aos problemas das empresas, seja para maximizar os lucros das mesmas ou minimizar os custos de produção. Desta forma, ao obter a solução ótima por meio da programação linear, as empresas são auxiliadas na tomada de decisões estratégicas que fortalecem sua posição competitiva dentro do mercado.

Ao solucionar o modelo matemático, torna-se evidente que, para a empresa maximizar seus lucros, é essencial que a produção ocorra na quantidade de lotes indicada pelos resultados obtidos. Ao adotar essa quantidade de lotes para cada produto, a empresa otimizará a utilização de seus recursos disponíveis, resultando, portanto, na máxima maximização de seus lucros.

Através da análise do exemplo ilustrado, podemos observar como a otimização das quantidades de produção de diferentes produtos leva a um lucro mensal máximo de R$24.664,00, atendendo às demandas mínimas mensais dos produtos produzidos.

O problema de pesquisa visava responder à pergunta: como a programação linear pode contribuir para a maximização dos lucros de produção em uma agroindústria de embutidos? A resposta surgiu com a formulação do modelo matemático e a análise dos resultados obtidos a partir dele, revelando como é viável a alocação eficiente dos recursos disponíveis na produção, com o objetivo de maximizar os lucros.

O objetivo geral deste estudo, que tinha como propósito de propor uma técnica de produção linear, com o intuito de melhorar a performance e contribuir para a maximização dos lucros na empresa estudada, foi realizado de forma completa. O processo foi completamente compreendido, e com os dados adequados e a abordagem aproximada, foi possível realizar uma análise abrangente para otimização dos resultados.

O primeiro objetivo específico visava apresentar conceitos relacionados à programação linear. Dessa forma, esse objetivo foi cumprido, uma vez que o

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

referencial teórico apresentou de maneira clara e detalhada os conceitos relacionados ao tema em questão, possibilitando um entendimento aprofundado.

O segundo objetivo específico visava o levantamento de dados para a aplicação da técnica de programação linear. Fez-se possível o levantamento de informações e a coleta de dados.

O terceiro objetivo específico tinha como propósito a modulação do problema, bem como a análise dos resultados obtidos a partir da programação linear. Com isso, é gratificante afirmar que esse objetivo foi alcançado com sucesso. Uma vez que os dados já obtidos anteriormente, foi apenas necessário efetuar a otimização do problema e examinar os resultados gerados a partir desse procedimento.

O programa LINDO desempenhou um papel vital no decorrer do estudo, uma vez que foi responsável por realizar os cálculos relacionados ao problema. Isso evidencia a relevância dessa ferramenta para os gestores, pois ela contribui de maneira significativa para o processo de tomada de decisão, aumentando, assim, as chances de sucesso do negócio.

O estudo em questão não apenas enfatizou a relevância da programação linear como uma ferramenta de gestão eficaz, mas também destacou a sua aplicabilidade em um contexto prático. Os resultados obtidos oferecem uma compreensão abrangente de como a alocação eficaz de recursos pode ter um impacto direto nos lucros de uma agroindústria, bem como em diversas outras empresas. Este estudo fornece, igualmente, informações valiosas para gestores e profissionais que buscam melhorar a eficiência de suas operações e alcançar melhores resultados. O artigo ainda contribui para o avanço do conhecimento, uma vez que aborda um tema pouco discutido.

REFERÊNCIAS

ANTONI, Gustavo. **Gestão De Custos Industriais**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017. 216 p.

BATALHA, Mário O. **Gestão Agroindustrial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. 497 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

BATALHA, Mário O. **Gestão da Produção e Operações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 546 p

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão da Produção:** uma abordagem introdutória. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. 166 p.

CHING, Hong Y. **Administração da Produção e Operações, uma Abordagem Inovadora com Desafios Práticos**. 1. ed. São Paulo: Empreende, 2019. 145 p.

COLIN, Emerson C. **Pesquisa Operacional:** 170 aplicações em estratégia, finanças, logística, produção, marketing e vendas. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. 498 p.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade de Custos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. 403 p.

FACHIN, Odília. **Fundamento da Metodologia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 200 p.

FÁVERO, Luiz P. **Pesquisa Operacional para Cursos de Administração**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 350 p.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 401 p.

HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. **Introdução à Pesquisa Operacional**. 9. ed. Porto Alegre: Amgh, 2013. 1023 p.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda C. **Empresas Familiares:** o papel do advogado na administração, sucessão e prevenção de conflitos entre sócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 205 p.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. 381 p.

MOREIRA, Daniel A. Pesquisa **Operacional:** curso introdutório. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2017. 356 p.

NEVES, Marcos F.; ZYLBERSZTAJN, Decio; CALEMAN, Silvia M. de Q. **Gestão de Sistemas de Agronegócios**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 305 p.

ROCHA, Henrique M.; NONOHAY, Roberto G. **Administração da Produção**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2016. 194 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

RODRIGUES, Rodrigo. **Pesquisa Operacional**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2017. 121 p.

SANTOS, Aline Alves dos; SILVA, Fabiane Padilha da; BARRETO, Jeanine dos S.; et al. **Gestão de custos**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. 150 p.

SILVA, Moacyr de Lima E. Custos - **Contabilidade Descomplicada**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 241 p.

SILVA, Vanessa F.; LOZADA, Gisele; VILLANI, Paulo M.; et al. **Gestão de Empresa Familiar**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2019. 196 p.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2020. 810 p.

STEIN, Ronei; GEHLEN, Rubens Z C.; AFFONSO, Lígia M F. **Modelagem e Otimização de Sistemas da Produção**. 1. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. 168 p.

TAVARES, Maria F F. **Introdução à Gestão do Agronegócio**. 2. ed. Porto Alegre: Sagah, 2018. 329 p.

VIRGILLITO, Salvatore B. **Pesquisa Operacional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. 366 p.

ZUIN, Luís Fernando S.; QUEIRÓZ, Timóteo R. **Agronegócios:** gestão, inovação e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 441 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE DOS ANIMAIS E A SUA PROTEÇÃO JURÍDICA NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

Eduarda Carolina de Almeida[1]
Raquel Luciene Sawitzki Callegaro[2]

RESUMO

O presente trabalho tem como temática o reconhecimento da dignidade dos animais e a sua proteção jurídica no ordenamento brasileiro. A delimitação da pesquisa se deu a partir de uma análise histórica das decisões judiciais referentes a litígios envolvendo a matéria em apreço que firmaram precedentes, bem como, legislações e demais normas que foram editadas e criadas para garantir a tutela dos animais não humanos. A pesquisa tem como base a Constituição Federal de 1988, a lei nº 14.064/2020, nº 13.364/2016 e a Lei de introdução às normas do direito brasileiro. O problema de pesquisa repousa no seguinte questionamento: averiguar se a tutela aos animais em âmbito jurídico se restringe a mera proteção difusa a fauna ou se há o reconhecimento, legal e jurisdicional, da dignidade intrínseca aos animais, que em pese não sejam sujeitos de direito, teriam a sua proteção legitimada em vista da sua dignidade. Para responder a problemática teceram-se hipóteses que, ao final da pesquisa restaram confirmadas ou refutadas. O tema em questão é de grande relevância visto que é um tema que vem sendo bastante discutido nos últimos tempos, tendo em visto o aumento dos casos de maus-tratos aos animais e a sua limitada proteção no ordenamento jurídico. A presente monografia se divide em dois capítulos, que, após a introdução, apresenta no primeiro capítulo a questão da dignidade da pessoa humana, na qual se sustenta o reconhecimento moral de uma dignidade mínima dos seres animais, trazendo o significado de dignidade. O segundo capítulo trata sobre o direito comparado em diversos países abordando, principalmente, a relação dos países que formam o MERCOSUL, trazendo o histórico da alteração das legislações no decorrer dos anos em suas constituições e assim realizando a comparação com o direito brasileiro e a sua aplicação. Por fim, tem-se a conclusão que, num primeiro momento aborda a conquista nos direitos dos animais no contexto de proteção legislativa e uma mudança de paradigmas sociais e culturais no tratamento aos seres sencientes, buscando-se a efetivação dos direitos de modo concreto.

Palavras-chave: Direito dos Animais; Dignidade; Reconhecimento.

ABSTRACT

The following thesis is about the recognition of the dignity of animals and their legal protection in the Brazilian legal system. The delimitation of the research was

[1] Acadêmica do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. eduardaacalmeidal@gmail.com
[2] Mestre em Direito. Orientador. Professora Raquel Luciene Sawitzki Callegaro do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. raquel@fema.com.br

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

based on a historical analysis of court decisions regarding litigation regarding the matter at hand that set precedents, as well as laws and other norms that were edited and created to ensure the protection of non-human animals. The research is based on the Federal Constitution of 1988, Law No. 14.064/2020, Law No. 13.364/2016, and the Law of Introduction to the Rules of Brazilian Law. The research issue rests on the following question: to investigate whether the legal protection of animals is restricted to mere diffuse protection of the fauna or whether there is the recognition, legal and jurisdictional, of the intrinsic dignity of animals, which despite not being subjects of law, would have their protection legitimated in view of their dignity. To answer the problematic, hypotheses were outlined that, at the end of the research, were confirmed or refuted. The subject in question is of great relevance since it is a theme that has been quite discussed in recent times, given the increase in cases of animal abuse and its limited protection in the legal system. This thesis is divided into two chapters, which, after the introduction, presents in the first chapter the issue of the dignity of the human being, in which the moral recognition of a minimum dignity of the animals is sustained, bringing the meaning of dignity. The second chapter deals with the comparative law in several countries addressing mainly the relationship of the countries that form MERCOSUL, bringing the historical change of laws over the years in their constitutions and therefore making the comparison with Brazilian law and its application. Lastly, there is the conclusion that, in a first moment, addresses the conquest in animal rights in the context of legislative protection and a change of social and cultural paradigms in the treatment of sentient beings, seeking the effectiveness of these rights in a concrete way.

Keywords: Animal Rights; Dignity; Recognition.

INTRODUÇÃO

O direito dos animais, de longa data, vêm sendo discutido e explorado no contexto legislativo. A transformação da sociedade e sua evolução sempre contaram com a participação dos animais para o desenvolvimento das civilizações. Ocorre que, em diversos períodos, os animais eram tidos somente como ferramenta de trabalho, associados a um bem, tratados como coisa pelo próprio direito. Assim, diante de inúmeras situações de afronta e lesão aos seres vivos, é que deu-se a indagação da presente pesquisa. Discutir o direito dos animais no contexto das legislações brasileiras e o tratamento dos mesmos pelo direito e aplicação pela sociedade.

A pesquisa que se apresenta, trata da temática do direito dos animais como seres sencientes em uma abordagem relacionada ao direito comparado. A delimitação temática visa o estudo do reconhecimento da proteção aos animais

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

no direito brasileiro, efetivado pela análise histórica das decisões judiciais referentes a litígios envolvendo a matéria em apreço que firmaram precedentes, bem como a legislação e demais normas que foram editadas para garantir a tutela aos animais. Análise de políticas públicas levadas a cabo, bem como de casos de violência e maus-tratos com repercussão na imprensa.

Para levar a efeito, o problema de pesquisa foi averiguar se a tutela aos animais em âmbito jurídico se restringe a mera proteção difusa a fauna ou se há o reconhecimento, legal e jurisdicional, da dignidade intrínseca aos animais, que em pese não sejam sujeitos de direito, teriam a sua proteção legitimada em vista da sua dignidade? Assim, as hipóteses formuladas, visando responder ao questionamento matriz da pesquisa foram a defesa dos animais pelo prisma dos direitos difusos, na tutela à fauna como meio de consagrar o direito ao ambiente sustentável. Nesse viés não se reconhece o animal como um ser cuja existência se atribui a uma dignidade, tampouco como um ser dotado de direitos a serem tutelados e a outra hipótese é de que a defesa dos animais pela posição que se estende aos animais a proteção que se atribui ao ser humano. Que reconhece nos animais uma dignidade intrínseca a sua natureza, esse reconhecimento provém da manifestação cultural e da importância historicamente atribuída ao ser.

Dessa forma, traçou-se como objetivo geral investigar em vista de numerosos casos de maus-tratos a animais com repercussão nacional, da adoção de políticas públicas e edição de normas com a finalidade precípua de proteger a integridade física dos animais, bem como do histórico-cultural que entrelaçam humanos e animais faz-se necessário averiguar em que natureza se assenta tal proteção vindicada aos animais. Para concluir se há tratamento ao mesmo em âmbito jurídico institucionalizado que seja semelhante aos humanos, e assim havendo a possibilidade de concluir pelo reconhecimento ou não da dignidade dos animais.

Para levar a efeito, os objetivos específicos restaram assim definidos: a) analisar as legislações específicas norteada aos direitos e proteção aos animais; b) estudar os casos de maus-tratos aos animais e verificar a aplicabilidade das normas jurídicas que ampara a proteção dos animais; c) Estudar e compreender

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

o possível reconhecimento da dignidade dos animais voltada às legislações e doutrinas pertinentes ao assunto.

A temática pesquisada encontra respaldo e justificativa na crescente proteção aos animais em sua concepção enquanto seres sencientes.

Para a realização da pesquisa a metodologia utilizada pode ser classificada quanto a sua natureza como teórico empírica por que se baseia em dados coletados de casos reais e traz recortes teóricos para justificação da tese defendida, ao tratamento dos dados será qualitativa pois na medida em não faz uma análise numérica e nem estimativa tão somente se recorrendo a dados de casos concretos que incidem sobre hipótese teórica, aos fins e objetivos será descritiva, o seu procedimento será bibliográfico porque será utilizado doutrinas, artigos e legislação, a documentação de dados será indireta e o método utilizado para interpretação de dados será o hipotético dedutivo que será extraído dos fatos ocorridos para justificar a hipótese.

Visando atender os objetivos específicos, o trabalho apresenta-se estruturado em dois capítulos, os quais tratam, de modo mais aprofundado, a temática. No primeiro capítulo, visando atender os objetivos específicos, o trabalho apresenta-se estruturado em dois capítulos, os quais tratam, de modo mais aprofundado, a temática. No primeiro capítulo será abordada a dignidade da pessoa humana à dignidade dos animais, trazendo conceitos com o significado de dignidade perante alguns autores, onde podemos compreender o significado a partir de diversas escolas teóricas. No segundo capítulo será abordado sobre o direito na órbita civil e o desafio da tutela dos animais, fazendo comparações das legislações brasileiras com as legislações de outros países.

Utilizando-se dos preceitos legais, em especial a Constituição Federal de 1988, a lei nº 14.064 de 29 de setembro de 2020 que prevê o aumento da pena para maus-tratos contra cães e gatos, a lei nº 13.364 de 29 de novembro de 2016, o Código Civil e a Lei de introdução às normas do direito brasileiro, com o estudo pretende-se desenvolver um senso crítico em relação à temática.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1 DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À DIGNIDADE DOS ANIMAIS

Dentro da proposta abordada no título pretérito, na qual se sustenta o reconhecimento moral de uma dignidade mínima dos seres animais, mister é abordar o que se compreende por dignidade, a partir de diversas escolas teóricas que podem orientar esta investigação. No presente capítulo, será apresentada, na primeira seção, o significado de dignidade, de acordo com Silva (2005 p. 458), origina-se do latim “dignitas”, remete-se à honra e respeito.

Para o ser humano ter dignidade é uma das condições mínimas de vida, mas esqueceram que antes mesmo de nós já existiam gerações de espécies diferentes que nós humanos. A respeito da origem da definição a respeito da dignidade da pessoa humana encontramos o seguinte ensinamento do ministro do Sodalício pretório, Luiz Roberto Barroso que assim leciona:

> A dignidade da pessoa humana, na sua acepção contemporânea, tem origem *religiosa*, bíblica: o homem feito à imagem e semelhança de Deus. Com o Iluminismo e a centralidade do homem, ela migra para a *filosofia*, tendo por fundamento a razão, a capacidade de valoração moral e autodeterminação do indivíduo. Ao longo do século XX, ela se torna um objetivo *político*, um fim a ser buscado pelo Estado e pela sociedade Após a 2ª. Guerra Mundial, a idéia de dignidade da pessoa humana migra paulatinamente para o mundo *jurídico*, em razão de dois movimentos. O primeiro foi o surgimento de uma cultura pós-positivista, que reaproximou o Direito da filosofia moral e da filosofia política, atenuando a separação radical imposta pelo positivismo normativista. O segundo consistiu na inclusão da dignidade da pessoa humana em diferentes documentos internacionais e Constituições de Estados democráticos. Convertida em um conceito jurídico, a dificuldade presente está em dar a ela um conteúdo mínimo, que a torne uma categoria operacional e útil, tanto na prática doméstica de cada país quanto no discurso transnacional (Barroso, 2010, p. 04).

O doutrinador supracitado elucida com maestria a evolução e a origem do que hoje se concebe como o princípio da dignidade da pessoa humana, salientando a contribuição de várias correntes de pensamento que ao longo do tempo trouxeram sua contribuição para formulação da temática da dignidade humana, mas concernente a sua definição e primazia (Barroso, 2010).

O doutrinador Ingo Wolfgang Sarlet, expoente na área da proteção aos direitos fundamentais e direito constitucional nos remete às sagradas escrituras para delinear as primeiras notas sobre o que se compreende por dignidade. Nesta senda traz menção bíblica de que o homem foi criado à imagem e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

semelhança de Deus, razão pela qual se reconhece nele valor superior inegável (Sarlet, 2001).

A respeito da construção histórica do conceito de dignidade tem-se que "Dignidade é um conceito que foi sendo elaborado no decorrer da história e chega ao início do século XXI repleta de si mesma como um valor supremo, construído pela razão jurídica" (Nunes, 2010, p. 60). Historicamente, a dignidade esteve atrelada a posição social a qual uma pessoa pertencia, a sua função, prestígio e notoriedade, conforme leciona Barroso:

> Em sua origem histórica, a ideia de dignidade, *dignitas*, esteve associada à de *status*, posição social ou a determinadas funções públicas dela decorriam certos deveres de tratamento. Dignidade, portanto, tinha uma conotação aristocrática ou de poder, identificando a condição superior de certas pessoas ou dos ocupantes de determinados cargos (Barroso, 2010, p.39).

A temática da dignidade é ao longo do tempo campo de estudo teórico aprofundado por vários autores de diferentes escolas, os quais nos enriquecem com suas definições e abordagens próprias de seus matizes. Salienta-se que seu início teórico se deve construções filosóficas que reforçam seu caráter axiológico, isto é, estabelecendo que ela é um valor, que é corolário dos fins maiores almejados pelos homens, conforme assevera Barroso:

> A Dignidade humana tem seu berço secular na filosofia. Constitui, assim, em primeiro lugar, um *valor*, que é conceito axiológico, ligado à ideia de bom, justo, virtuoso. Nessa condição, ela se situa ao lado de outros valores centrais para o Direito, como justiça, segurança e solidariedade. É nesse plano ético que a dignidade se torna, para muitos autores, a justificação moral dos direitos humanos e dos direitos fundamentais (Barroso, 2010, p. 09).

Neste prisma compreende-se a dignidade como um valor a ser defendido e tutelado em primazia, diante da carga axiológica que lhe é intrínseca, havendo um suporte moral rígido e permanente. Para a tutela e estabelecimento de primazia da dignidade humana como valor primordial em uma sociedade é imprescindível trazer a definição do conteúdo que abarca esta expressão, bem como os valores correlatos a ela que lhe ampliam e definem o seu sentido.

No sentido de se atribuir um conteúdo mínimo ao conceito de dignidade humana encontramos a brilhante contribuição de Barroso que assim pondera:

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> Immunuel Kant (1724-1804) foi um dos mais influentes filósofos do Iluminismo e seu pensamento se irradiou pelos séculos subsequentes, sendo ainda hoje referência central na filosofia moral e jurídica, inclusive e especialmente na temática da dignidade humana. A filosofia kantiana foi integralmente construída sobre as noções de razão e de dever, e sobre a capacidade do indivíduo de dominar suas paixões e de identificar, dentro de si, a conduta correta a ser seguida. Sem embargo de sua influência dominante, tal visão sofreu a crítica de contemporâneos e de pósteros, que apontavam ora para os limites da razão – em contraste com os sentimentos, as emoções e os desejos – ora para o papel desempenhado pela comunidade em que o indivíduo está inserido na determinação de seus valores éticos. É certo que não se deve subestimar o poder da razão e a capacidade de o indivíduo se orientar por uma racionalidade prática. Mas não existe uma razão plenamente objetiva, livre da subjetividade e dos diferentes pontos de observação. Ademais, a vontade e a conduta das pessoas são indissociáveis de múltiplos aspectos da condição humana, tanto os da afetividade e da solidariedade quanto os que estão ligados às ambições de poder e riqueza (Barroso, 2010, p. 16).

A formulação transcrita demonstra a importância da filosofia kantiana para definição de um conteúdo a ser definido pela concepção de dignidade humana. Dentro deste prisma se destaca a primazia da racionalidade como critério definidor de dignidade, conforme propôs o filósofo Immanuel Kant:

> Os seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam *coisas*, ao passo que os seres racionais se chamam *pessoas*, porque a sua natureza os distingue já como fins em si mesmos, quer dizer como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio (Kant, 2004. p. 71).

Em que pese a definição trazida pelo eminente filósofo e seu destaque no âmbito jurídico, é de fundamental importância para a tutela da dignidade humana como valor fundamental o estabelecimento de um conceito aberto e plural, conforme destaca Barroso:

> Atores jurídicos, sobretudo na tradição romano-germânica, são ávidos por definições abrangentes e detalhadas. Tal ambição, todavia, no que diz respeito à dignidade humana, é impossível de se realizar. A dignidade deve ser pensada como um conceito aberto, plástico, plural. Revivificada no mundo do segundo pós-guerra, foi ela a ideia unificadora da reação contra o nazismo e tudo o que ele representava. Pouco a pouco, consolidou-se o consenso de ser ela o grande fundamento dos direitos humanos, ideia-símbolo do valor inerente da pessoa humana e da igualdade de todos, inclusive de homens e mulheres. A verdade, porém, para bem e para mal, é que a dignidade humana, no mundo contemporâneo, passou a ser invocada em cenários distintos e complexos, que vão da bioética à proteção do meio

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> ambiente, passando pela liberdade sexual, de trabalho e de expressão (Barroso, 2010; p. 18).

O doutrinador citado demonstra a abrangência da definição da concepção de dignidade humana permite que ela seja invocada em diferentes searas jurídicas e sempre se valendo como um valor fundamental e núcleo das concepções de direitos humanos. Portanto, como valor jurídico fundamental a Dignidade humana possui primazia jurídica no ordenamento jurídico, sendo o alicerce maior de atuação do Estado no sentido de lhe conferir proteção e realização integral.

Neste ínterim enquanto valor fundamental positivado na órbita jurídica a dignidade da pessoa humana pressupõe a defesa e desencadeia o reconhecimento de vários outros direitos fundamentais que devem ser tutelados, conforme leciona Barroso:

> No plano jurídico, o valor intrínseco da pessoa humana impõe a inviolabilidade de sua dignidade e está na origem de uma série de direitos fundamentais. O primeiro deles, em uma ordem natural, é o *direito à vida*. Em torno dele se estabelecem debates de grande complexidade jurídica e moral, como a pena de morte, o aborto e a morte digna. Em segundo lugar, o *direito à igualdade*. Todas as pessoas têm o mesmo valor intrínseco e, portanto, merecem igual respeito e consideração, independente de raça, cor, sexo, religião, origem nacional ou social ou qualquer outra condição. Aqui se inclui o tratamento não-discriminatório na lei e perante a lei (igualdade formal), bem como o respeito à diversidade e à identidade de grupos sociais minoritários, como condição para a dignidade individual (igualdade como reconhecimento)110. Do valor intrínseco resulta, também, o *direito à integridade física111*, aí incluídos a proibição da tortura, do trabalho escravo ou forçado, as penas cruéis e o tráfico de pessoas. Em torno desse direito se desenvolvem discussões e controvérsias envolvendo prisão perpétua, técnicas de interrogatório e regime prisional. E, igualmente, algumas questões situadas no âmbito da bioética, compreendendo pesquisas clínicas, eugenia, comércio de órgãos e clonagem humana. E, por fim, o *direito à integridade moral ou psíquica*, domínio no qual estão abrangidos o direito de ser reconhecido como pessoa, assim como os direitos ao nome, à privacidade, à honra e à imagem. É também em razão do valor intrínseco que em diversas situações se protege a pessoa contra si mesma, para impedir condutas autorreferentes lesivas à sua dignidade (Barroso, 2010, p. 23).

Por derradeiro, importa referir que a proteção à dignidade humana ganhou relevância na jurisprudência do Egrégio Supremo Tribunal Federal, que em

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

vários julgados notáveis tem destacado sua primazia dentro do ordenamento jurídico, destacando o tratamento conferido no julgamento do HC 71373:

> INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE - EXAME DNA - CONDUÇÃO DO RÉU "DEBAIXO DE VARA". Discrepa, a mais não poder, de garantias constitucionais implícitas e explícitas - preservação da dignidade humana, da intimidade, da intangibilidade do corpo humano, do império da lei e da inexecução específica e direta de obrigação de fazer - provimento judicial que, em ação civil de investigação de paternidade, implique determinação no sentido de o réu ser conduzido ao laboratório, "debaixo de vara", para coleta do material indispensável à feitura do exame DNA. A recusa resolve-se no plano jurídico-instrumental, consideradas a dogmática, a doutrina e a jurisprudência, no que voltadas ao deslinde das questões ligadas à prova dos fatos (HC 71373, Relator(a): FRANCISCO REZEK, Relator(a) p/ Acórdão: MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 10/11/1994, DJ 22-11-1996 PP-45686 EMENT VOL-01851-02 PP-00397).

Portanto, diante das conclusões doutrinárias e filosóficas que construíram historicamente o conteúdo do seu conceito, bem como pelas jurisprudenciais trazidas, é inequívoca a primazia da Dignidade da pessoa humana dentro do ordenamento jurídico, servindo de valor fundamental e baliza moral para amparar a tutela a vários outros direitos fundamentais decorrem dela, ademais pela sua abrangência.

Os animais como seres dotados de sentimentos e vontades, não podem ser tratados como seres inferiores e possuem o direito da sua dignidade, pois assim como humanos possuem sentimentos e necessidades.

Os animais como seres dotados de sentimentos e vontades, não podem ser tratados como seres inferiores e possuem o direito da sua dignidade, pois assim como humanos possuem sentimentos e necessidades. Desse modo,

> O princípio da dignidade deve ser entendido como um valor inerente a todos os seres vivos, não apenas ao homem. O Decreto de 1934 foi um marco na Dignidade Animal, reforçado pela Constituição Federal de 1988. Ao proibirem que o animal seja tratado de forma cruel, reconhecem ao animal não humano o direito de ter respeitado o seu valor intrínseco, sua integridade, vida e liberdade. Os animais, no Brasil, estão em fase de contradição jurídica. São considerados como “bens móveis”, pelo Código Civil, e como “recursos naturais”, ou “bem de uso comum do povo”, pela Lei de Crimes Ambientais, não figurando, portanto, como sujeitos de direito, muito embora, alguns defendam que os animais possuem o status jurídico de sujeitos de direito sim, a partir

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> do instante que a sua representação é feita em Juízo pelos membros do parquet (Correia, 2013, p. 134).

O reconhecimento da dignidade dos animais pressupõe sua tutela por meio de institutos jurídicos apropriados, neste prisma o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais nº 9605 de 1998 versam sobre a gravidade dos atos cruéis sobre os animais e as respectivas sanções. Essas legislações possuem como objetivo proteger a dignidade do animal de qualquer ato cruel. Sobre essa temática tem-se que,

> O reconhecimento dos direitos dos animais, a bem da verdade, não se limita às leis que regulam as relações entre os homens, porque Direito – na forma como pretendem os antropocentristas – não é sinônimo de Justiça. A dimensão ética projeta-se muito além das normas jurídicas para alcançar, indistintamente, todos os seres vivos. Somente o fato de os animais serem criaturas sencientes já lhes deveria assegurar nossa consideração moral, impedindo a inflição de maus tratos ou a matança advinda de interesses humanos. Como eles não têm meios de se defender por si, a exemplo das crianças ou dos interditos, surge o Ministério Público na condição de seu legítimo substituto processual. Se a Moral está acima do Direito e se muitas vezes o comportamento dos animais revela neles a existência de uma singular vida interior, faz-se necessário expandir a noção do justo para além das fronteiras de nossa espécie (Levai, 2011, p. 128).

Os animais são seres que possuem órgãos sensoriais, quando passam por situações de dor ou sofrimento, são capazes de se expressar, ainda que não falem, por meio de suas ações. Assim, é possível notar que os animais são capazes de sentir como os seres humanos, eles são seres sencientes. É indispensável diferenciar a capacidade de sentir do fato de se estar apenas vivo. Assim,

> É importante reconhecer que a observação de que os animais são sencientes é diferente de dizer que eles são meramente vivos. Ser senciente significa ser do tipo de ser que é consciente da dor e do prazer; existe um ‘eu’ que tem experiências subjetivas. Nem tudo que está vivo é necessariamente senciente; por exemplo, que nós saibamos, as plantas, que são vivas, não sentem dor. As plantas não se comportam de uma maneira que indique que elas sentem dor, e elas não têm estruturas neurológicas e fisiológicas que associamos com a senciência nos humanos e não humanos (Francione, 2013, p. 55).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Existem diversas semelhanças entre as duas espécies, ambas buscam viver de forma confortável. O ser humano não possui a prerrogativa ética da sensibilidade animal, sendo assim relaciona suas ações de acordo com o seu interesse. Para Singer (2018, p.68), isso é chamado de “especismo”, que é a capacidade do homem ignorar os outros animais como detentores de sentimentos.

A chegada dos animais no Brasil não esteve seguida de nenhuma preocupação com a dignidade dos animais e o seu bem-estar, mas sim com a era colonial que cuidava se explorar e escravizar negros, índios e animais, nos quais foram importantes para a colonização do país.

> Teria sido no século XVI, início do período colonial, que os primeiros animais domésticos desembarcaram no Brasil, quando Ana Pimentel – esposa de Martim Afonso de Souza – trouxe a São Vicente vários ruminantes na caravela Galga. Tal primazia também é atribuída a Tomé de Souza, ao introduzir em nosso país gado vacum proveniente da ilha de Cabo Verde. Polêmicas à parte, uma coisa é certa: a história da colonização brasileira deve muito a esses animais, utilizados na lavoura, na pecuária, nas expedições bandeirantes sertão adentro e nos transportes em geral. Enquanto o boi arrastava, sob vara, seu pesado arado pelos canaviais e movia a rodo dos engenhos, mulas e jumentos carregados de provimentos cruzavam vales e montanhas. No lombo dos burros e dos cavalos, vale lembrar, os desbravadores aos poucos foram alcançando longínquas paragens. Enquanto isso, nas vilas e povoações que se formavam pelo caminho, galinhas, patos, vacas e porcos contribuíam para o sustento da comunidade (Leval, 2004, p. 25).

De acordo com Levai, a primeira norma registrada no Brasil que amparou a proteção dos animais contra abusos e crueldade, foi o Código de Posturas de São Paulo em 1886. Na época o código trouxe em seu artigo 220 a proibição aos cocheiros, condutores de carroças e pipas d’água de agredir os animais com castigos violentos (Levai, 2004).

Em 1924 ainda na Velha República, foi sancionado o decreto 16.590 que proibia qualquer ação que ferisse a dignidade dos animais nas casas públicas de diversões. Na era Vargas, houve a criação de um decreto de número 24.645 que foi promulgado em 10 de julho de 1934 em proteção à fauna. A crueldade contra os animais foi tutelada sob matéria penal pelo decreto de número 3.668 na data de 3 de outubro de 1941, que passou a se chamar de Lei das

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Contravenções Penais, no qual tipifica em seu artigo 64 as práticas cruéis contra os animais no qual está em vigor até a presente data (Sparemberger; Lacerda, 2015).

No Código Civil vigente, os animais são tratados como semoventes, no qual equipara os animais às coisas. A lei federal de número 6.938/1981 trata que os animais abandonados, por originarem-se na fauna, serão considerados patrimônio público, o que os torna um recurso ambiental (Sparemberger; Lacerda, 2015).

Após 20 anos da precedente, em 1988 a promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, trouxe um grande marco na história da proteção aos animais, especialmente contra os atos de crueldade suportados por eles. No artigo 225 da Carta Magna está tipificado que todos os cidadãos possuem o direito de um ambiente ecologicamente equilibrado, no seu inciso VII do parágrafo primeiro, protege a fauna e a flora, e veda qualquer ato que os coloque em perigo (Novelino, 2017).

Em 12 de fevereiro de 1998, foi publicada a Lei de número 9.605, que denominada como Lei dos Crimes Ambientais, na qual tipifica penalmente os seguintes crimes:

> Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
> Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.
> § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.
> § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal (Brasil, 1998).

A partir desse momento, os maus tratos aos animais deixam de ser somente uma contravenção penal e passa a ser considerado como crime no ordenamento jurídico brasileiro. Levando em conta, alguns estados passaram a aludir sobre a proteção contra a crueldade animal, o estado do Paraná por meio da lei de número 14.037 foi o primeiro a sancionar um Código Estadual de Proteção aos Animais, proibindo então diversas práticas cruéis (Brasil, LEI Nº 14.037 de 2003).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 O DIREITO DOS ANIMAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

No Brasil a Constituição Federal de 1988 foi a primeira a apresentar proteção sobre a questão ambiental, nas Constituições anteriores não apresentava menção sobre a proteção ambiental, muito menos a proteção à fauna. Na primeira Constituição do Brasil, que foi a de 1824, não foi feita menção alguma sobre a proteção à fauna. Circunstância que ocorreu na Constituição de 1891.

Quando foi promulgada a Constituição do Estado Novo em 1934 foi aberto um conjunto de proteção ambiental. Entendeu-se que foi um avanço para a questão ambiental nessa época. Em 1937 a Constituição não trouxe alterações acerca da proteção ambiental.

A Constituição de 1946 trouxe apenas a competência legislativa em relação aos recursos naturais do país e a de 1967 não trouxe nenhuma alteração. Conseguimos perceber que as Constituições anteriores à de 1988 não possuíam uma proteção constitucional sobre a proteção do meio ambiente e dos animais.

De acordo com Levai, essa questão de direito dos animais não ficou estagnada por não haver menção nas constituições anteriores, pois em São Paulo em 1886, quando o Código de Posturas foi assinado, surgiu a proteção contra a crueldade e abusos aos animais não humanos. Trazia em seu artigo 220 a proibição dos cocheiros, condutores de carroças de maltratar os animais com castigos, prevendo multa (Silva, 2010).

A proteção dos animais e a proteção do meio ambiente passaram a ter status constitucional com a Constituição de 1988 e passaram a ter princípio fundamental. Com a vedação à crueldade, os animais passaram a ser titulares e beneficiários de proteção constitucional, ou seja, passaram a se tornar sujeitos de direitos que devem ser protegidos pela coletividade e principalmente pelo Poder Público. Percebe-se que na Constituição de 1988 foi dedicado um capítulo exclusivo ao meio ambiente, podendo assim notar a preocupação com a questão ambiental.

> Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
> §1° - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
> VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (Brasil, 1988).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco para o direito dos animais, pois passou a prever que os animais não humanos não podem sofrer de forma cruel, trazendo isso como um direito fundamental à vida e assim ampliando o princípio da dignidade humana para além da vida humana, ou seja, trazendo integridade para os animais não humanos.

Existe também, além da Constituição, as normas legais que estão presentes no nosso ordenamento jurídico. Como é o caso da lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, na qual traz a proteção da fauna sobre a regulamentação da caça. A lei número 9.605/1998 que é conhecida como Lei de Crimes Ambientais (LCA), onde traz em seus dispositivos a proteção dos animais não humanos, após essa lei os danos causados passaram a configurar contravenção penal (Ribeiro, Nascimento, 2017).

Ainda que a Constituição Federal de 1988 possua um grande aparato na questão de proteção ambiental existem outras legislações acerca da questão da proteção dos animais não humanos, lamentavelmente na prática não possui tanta efetivação quanto ao uso das legislações, pois a cultura da sociedade não está preparada para discutir o assunto de que os animais são seres sencientes, capazes de sentir dor e sofrimento. Contudo, essa questão da cultura está muito relacionada ao assunto de políticas sociais, onde o podemos perceber que o Brasil requer uma grande atenção nas questões de programas sociais onde trazem sobre a proteção ambiental e principalmente sobre a proteção dos seres não humanos (Rodrigues, 2010).

Ao abordar-se o direito dos animais no contexto protetivo do Estado, é importante analisar o direito no estudo comparado. Para tanto, utilizando-se da legislação do Estado Argentino, traça-se um panorama de verificação em relação ao tratamento dado aos animais. A Argentina, em 1993 estabeleceu o Pacto

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Federal Ambiental, onde tinha como finalidade incentivar políticas de desenvolvimento sustentável no país (Viana, 2004).

Em 1994 a Constituição da Nação da Argentina passou por uma modificação e trouxe em seu texto constitucional a previsão da proteção ambiental. O artigo que trazia previsão da proteção ambiental apresentou deveres das autoridades no que diz respeito ao meio ambiente (Massini, 2008).

Um dos casos mais importantes quando se fala em proteção ambiental e direito dos animais na Argentina, é o caso que aconteceu em 2016 em Mendoza, quando a juíza Maria Alejandra Maurício concedeu um habeas corpus em favor de um chimpanzé. Nesse contexto, o chimpanzé passava recluso em um zoológico na cidade. Depois de vários processos judiciais obteve-se a decisão favorável acerca do caso e o animal foi transferido para um santuário no Brasil, essa decisão com certeza foi uma grande vitória para a luta dos direitos dos animais não humanos. Pode-se perceber que com a concessão do habeas corpus em favor desse animal não humano, acabou se reconhecendo os animais como sujeitos de direitos.

Para Singer, a utilização de HC a favor de uma chimpanzé foi um avanço em questões relacionadas ao direito dos animais, no passado esse direito era apenas concedido para os seres humanos e hoje ser concedido para um animal não-humano nos traz a percepção de que estamos evoluindo no quesito de direitos quanto as outras espécies (Singer, 2008).

Outra característica que faz levar em conta o avanço da proteção animal na Argentina é o fim das corridas de bois, onde diversos animais sofriam e eram mortos. Pode-se perceber que o fato de a Argentina ter extinto a corrida dos bois os coloca em um avanço demasiado sobre a proteção dos animais não humanos (Buompadre, 2014).

Os direitos dos animais estão amparados também nas constituições provinciais, onde fundamenta o compromisso com a proteção animal em se tratando de maus-tratos e na qual estabelece penas a aqueles que a infringirem. No presente achamos que o Brasil está à frente na questão de proteção dos animais não humanos, mas quando analisamos as leis da Argentina podemos perceber que estão bem mais à frente na questão da proteção há anos antes do que nós (Valinotto, 2008).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Em 1891 a Argentina já contava com uma lei de proteção animal, onde trazia castigos para as condutas ultrajantes contra animais. Anos depois em 1954 foi sancionada a lei número 14.346 que trazia penas para os casos de maus-tratos causados pelos humanos, traz em seu rol de artigos pena privativa de liberdade para quem descumprir a lei (Valinotto, 2008).

Um dos problemas do ordenamento jurídico da Argentina é a questão do fornecimento do couro, pois embora possua natureza jurídica legal se utiliza meios ilegais para o trabalho.

No Uruguai, a proteção jurídica aos animais prevê uma construção histórica alimentada pela cultura e transformação legislativa. Nas Constituições passadas do Uruguai não se falava em proteção ambiental, pode-se claramente perceber que essa não era a preocupação da época, visto que o Uruguai não era uma potência industrial. A proteção ambiental se dava através da responsabilidade civil causados a terceiros, onde se aplicava uma interpretação ampla (Scheibe, 2004).

Com a finalidade de proteção o Uruguai possui diversos acordos, convenções e protocolos que trazem a respeito dos animais não humanos, na qual a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestres e a Convenção sobre a conservação de espécies migratórias de animais silvestres. Com a ratificação da convenção para a proteção da flora, fauna e das belezas naturais dos países da América, o Uruguai ficou conhecido como um dos países que se preocupam com a proteção dos animais (Scheibe, 2004).

Já no Paraguai, em 1953 foi aprovado o decreto-lei número 67 que dificultou os atos de crueldade contra os animais, assim como os atos que destruíram as florestas. O objetivo da aprovação desse decreto era para findar com as corridas de touro e rinhas de galo que aconteciam no país naquela época, na qual foi o pontapé inicial para a lei número 4.840 de 2013 conhecida como a “Ley de Protección y Bienestar Animal del Paraguay" (Velásquez, 2016).

O Código Civil e Penal do Paraguai reconhece os animais não humanos como coisas, isto é, eles se encaixam no regime de propriedade, já a Constituição não traz alusão aos direitos dos animais. Lastimavelmente, o Paraguai ainda que possua muitas leis acerca dos direitos ambientais, não

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

consegue torná-las efetivas, esse com certeza é um dos maiores problemas encontrados no Paraguai e nos outros países do Mercosul (Velásquez, 2016).

Ampliando-se a análise das questões legais quanto à proteção dos direitos dos animais no contexto internacional, passa-se a apresentação da legislação do Reino Unido, onde na Inglaterra possuem o Ato de Bem-Estar Animal, na qual trás o reconhecimento da senciência para animais vertebrados. O ato traz em seu texto, mesmo que não explicitamente, sobre os abusos que causam sofrimento físico e mental. Na Inglaterra e em Gales, os tutores e demais indivíduos são responsabilizados por atos praticados contra os animais que causarem sofrimento e no caso de não prevenir o sofrimento em determinado ato, como no caso de omissão. Os animais que possuem proteção jurídica legal dessas leis são os animais domésticos e outros que se encontrem na proteção de um humano. Como punição possui pena de prisão de até cinquenta e uma semanas e multa de até vinte mil libras, ademais o juiz pode afastar do dono a custódia do animal (Inglaterra, 2006).

No que concerne a legislação Boliviana, podemos dizer que estão em fase de revisão constitucional desde 2009, onde a legislação “Mãe Terra” está prestes a reconhecer alguns direitos semelhantes aos dos seres humanos. Segundo Flávio Gonçalves, o constitucionalismo ecológico latino-americano tem sido muito valioso, em especial para o Equador e Bolívia, na qual já valoriza a “Mãe Terra ou Pachamama”, que aborda os termos que trazem respeito aos direitos reconhecidos como um ser vivo.

> A Bolívia, no seguimento da revisão constitucional que fez em 2009, está prestes a aprovar uma lei que reconhece à “Mãe Terra” direitos idênticos aos dos seres humanos. Por detrás desta inovadora e sensata medida está a recuperação das mundividências ancestrais, xamânicas e panteístas, dos povos nativos dos Andes. O direito à vida e à existência, à continuidade dos ciclos e processos vitais livres da alteração humana, à água pura e ao ar limpo, ao equilíbrio, à não-poluição e à não-sujeição a modificações celulares ou manipulações genéticas, são alguns dos 11 direitos constantes do projeto de lei.O ministro dos negócios estrangeiros David Choquehuanca afirma que o respeito indígena tradicional por Pachamama (Mãe Terra) é vital para deter o aquecimento global. “Os nossos avós ensinaram-no que pertencemos a uma grande família de plantas e animais. Acreditamos que tudo no planeta faz parte de uma grande família. Nós, o povo indígena, podemos contribuir para as crises energética, climática, alimentar e financeira com os nossos valores afirmou o ministro. Na

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> filosofia indígena, Pachamama é um ser vivo. A primeira versão da nova lei afirma: Ela é sagrada, fértil e a fonte de vida que alimenta e cuida de todos os seres vivos no seu útero. Ela encontra-se em perfeito equilíbrio e comunicação com o cosmos. Ela inclui todos os ecossistemas e seres vivos e a sua auto-organização (Bolívia, 2009).

O direito dos animais é um assunto que chama grande atenção nos tempos atuais, mas que não possui a devida atenção necessária na questão da seara jurisdicional. O direito ambiental que vem abrangendo toda essa construção acerca do direito dos animais é fundada sobre os valores que desacolhe o antropocentrismo, especismo, racismo e todas as outras formas de exclusão do outro, sempre valorizando o pilar principal que é o respeito e a dignidade (Ribeiro; Nascimento, 2017).

A análise das legislações dos países citados, nos faz perceber que no futuro, se obtenha um Estado Constitucional Ambiental, que sirva de exemplo para os outros países que ainda não mencionam a proteção dos animais, e assim trazendo a mudança na vida humana, com a importância do reconhecimento das criaturas não humanas, entendendo que os mesmos possuem o devido respeito e dignidade que os humanos tanto buscam para si.

Levai em 2012, justifica que assiste a todos os Direito à Escusa de Consciência em não participar de experimentos com animais, explica que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no sentido de que em nenhum momento foi tido como obrigatório a experimentação em animais nos cursos universitários. Evidenciou que nenhuma lei ordinária está acima da Constituição Federal e que a escusa de consciência é um princípio fundamental à luz da cláusula pétrea, ou seja, o dispositivo em questão não poderá ser alterado nem mesmo pela via de emenda da constituição federal (Levai, 2012).

A relação entre os animais e os homens alude a questões teóricas, éticas e urgentes, são questões de grande pertinência para o direito. Como pode-se perceber que os animais possuem um papel grandioso na vida cotidiana dos seres humanos, os animais domésticos são tratados como companheiros de apoio e os animais selvagens refletem uma ameaça constante. Demonstrando a devida importância que esses animais possuem para o sistema jurídico, eles foram incluídos no ordenamento como coisas, recursos vivos e como criaturas.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O direito representa a relação do homem e os animais, porque o consenso social sobre essa questão é traduzido para o ordenamento jurídico por meio do qual é reproduzido e perpetuado. O direito possui função descritiva e prescritiva, ou seja, ele não só reflete e perpetua o consenso sobre a relação do homem com os animais, mas também tem sido um agente transformador (Michel, 2012).

No ordenamento jurídico questionamos como os animais foram conceituados e inseridos no mesmo, nas ciências humanas questionamos a relação do homem com o animal. Os animais particularmente estão sendo inseridos no ordenamento jurídico como bens móveis, recursos naturais e objetos de transações econômicas, mas trazendo o exemplo dos animais domésticos, estes estão inseridos no ordenamento jurídico como coisas, ou seja, bens semoventes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada nesse trabalho pode ser classificada quanto a sua natureza como teórico empírica por que se baseia em dados coletados de casos reais e traz recortes teóricos para justificação da tese defendida, ao tratamento dos dados será qualitativa pois na medida em não faz uma análise numérica e nem estimativa tão somente se recorrendo a dados de casos concretos que incidem sobre hipótese teórica, aos fins e objetivos será descritiva, o seu procedimento será bibliográfico porque será utilizado doutrinas, artigos e legislação, a documentação de dados será indireta e o método utilizado para interpretação de dados será o hipotético dedutivo que será extraído dos fatos ocorridos informações para justificar a hipótese.

CONCLUSÃO

O respectivo trabalho foi de extrema importância para a contextualização do referido tema, o mesmo se fundamenta acerca do reconhecimento da dignidade dos animais e a sua proteção jurídica no direito brasileiro.

Por um primeiro momento, foi abordado a questão da dignidade, onde foi trazido um conceito que remete sobre honra e respeito, que para o ser humano

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

dignidade é uma condição mínima de vida, porém com o enfoque de que antes mesmo de nós seres humanos já existiam espécies diferentes que também mereciam a dignidade, o estudo do reconhecimento da proteção aos animais no direito brasileiro, efetivado pela análise histórica das decisões judiciais referentes a litígios envolvendo a matéria em apreço que firmaram precedentes, bem como, legislação e demais normas que foram editadas para garantir a tutela aos animais, foi de extrema importância para a contextualização do referido tema, conseguindo viabilizar um aperfeiçoamento maior acerca do dos direitos dos animais, tanto no Brasil quanto em outros países.

O presente trabalho apurou se a tutela aos animais em âmbito jurídico se restringe a mera proteção difusa a fauna ou se há o reconhecimento, legal e jurisdicional, da dignidade intrínseca aos animais, que em pese não sejam sujeitos de direito, teriam sua proteção legitimada em vista de sua dignidade.

Por meio das legislações pesquisadas denota-se que o Brasil não possui uma proteção jurídica abundante acerca dos animais, entretanto conseguimos notar que não é algo que acontece somente no Brasil e que em outros países as legislações são rasas perto dos inúmeros casos de maus-tratos que acontecem.

Seguimos o trabalho com o referido questionamento: o reconhecimento do direito dos animais demonstra efetivo diante das alterações legislativas no contexto de proteção frente às práticas de maus-tratos aos animais domésticos?

O referido trabalho deu-se por meio de uma construção teórica que foi dividida em algumas questões relevantes. Como por exemplo, na idade antiga os filósofos gregos como o Aristóteles partiam da ideia de que os animais eram criados com a finalidade de servir o homem. Já para o filósofo Jeremy Bentham os animais eram capazes de sofrer perante os atos práticos pelo homem, na qual configurava-se os animais como seres que eram capazes de sofrimento.

Os animais como seres dotados de sentimentos e vontades, não devem ser tratados como seres inferiores e possuem direito a dignidade, nesse reconhecimento trazemos o artigo 225 da Constituição Federal e o artigo 32 da Lei nº 9605/98 a lei de crimes ambientais, na qual esses institutos versam sobre a complexibilidade dos atos cruéis praticados contra os animais e as suas respectivas sanções, o grande objetivo dessas legislações é proteger a dignidade do animal sob qualquer ato.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Já no Brasil, podemos mencionar que a primeira norma que trazia alguma proteção para os animais foi o Código de Posturas de 1886, na época trouxe em seu artigo 220 a proibição aos cocheiros, condutores de carroças de agredir os animais. Já em 1924 na Velha República foi sancionada o decreto nº 16.590 que proibia qualquer ação que ferisse a dignidade dos animais nas casas de diversões.

A crueldade contra os animais foi tutelada apenas sobre matéria penal no decreto de nº 3.668, que passou a se chamar a Lei de Contravenções Penais, onde possui em seu artigo 64 as práticas cruéis contra os animais e encontra-se vigente até atualmente. Para o Código Civil vigente os animais são considerados como bens semoventes, onde são equiparados como coisas.

Sabe-se que o maior marco na história da proteção aos animais, foi 20 anos após a promulgação da CF, onde trata especialmente contra os atos de crueldade suportados por eles. Posteriormente, foi publicada a lei de nº 9.605/98 denominada lei de crimes ambientais, na qual tipifica penalmente determinados crimes, foi a partir desse momento que os maus tratos contra os animais deixaram de ser somente uma contravenção penal e passou a ser considerado como crime no ordenamento jurídico.

Pode-se chegar à conclusão de que o direito ambiental possui foco de proteção, escopo de atuação, quanto a interação entre os seres humanos e o meio ambiente, sendo assim os animais componentes da fauna, ou seja, bens difusos e que devem ser tutelados pelo legislador ambiental. A Declaração Universal dos Direitos Animais reconhece que os animais possuem direitos, mas não possui força normativa e sim que é apenas ético e moral quanto ao respeito a esses seres não humanos, a declaração traz a conduta que devemos ter diante da convivência com os mesmos.

Depois de todas as pesquisas realizadas acerca do tema discutido no presente trabalho, podemos responder o problema da pesquisa, exprimindo que a proteção jurídica dos animais não demonstra um efetivo acerca de proteção diante dos maus tratos. Podemos perceber que houve vários avanços acerca do tema e das legislações pertinentes, mas, infelizmente, na prática, a eficácia das mesmas não funcionam.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724:** Informação e documentação – Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BARROSO, LUIZ ROBERTO. **A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo:** natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BENTHAM, Jeremy. **Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação.** 3. ed. Trad. de Luiz João Baraúna. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1984

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Ideias Políticas**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 399 p.

BOLÍVIA. **Constituição da Bolívia.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/97953/constituicao-do-estado-plurinacional-da-bolivia-de-2009>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 14 set. 2021.

BRASIL. **Lei no 6.938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.037 de 20 de março de 2003.** Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=6118&indice=1&totalRegistros=1&dt=16.10.2022.21.26.22.973>. Acesso em: 04 nov. 2021.

BRASIL. **Lei n. 14.064/2020, 29 de setembro de 2020.** Altera a lei de 12 de fevereiro de 1998 para aumentar as penas de maus-tratos aos animais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14064.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

CARMO, Juliana Dias. **A Proteção Jurídica dos Animais a partir de uma Perspectiva do Direito Comparado.** Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/55603/a-proteo-jurdica-dos-animais-a-partir-de-uma-perspectiva-do-direito-comparado>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CARVALHO, Brenda Serafim. **A Titularidade de Direitos e a Dignidade dos Animais não Humanos:** um estudo comparado entre Brasil e Bolívia. Acesso em: 04 de outubro de 2022.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das Ideias Políticas**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 399 p.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução N. 37**, de 19 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 24 ago. 2020.

DE LIMA DA MAIA, Geovana. DOS SANTOS, Ricardo, PRADO, Taysa. **Animais são Seres Sencientes.** www.unibrasil.com.br. 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/4>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FENSTERSEIFER, Tiago. **Direitos Fundamentais e Proteção de Ambiente:** a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado Socioambiental de Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2008.

FONSECA CARNEIRO, Manuel Franklin. **A Dignidade Animal na Constituição Federal**. www.Tjdf.jus.br. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2020/a-dignidade-do-animal-na-constituicao>. Acesso em: 12 set. 2023.

FRANÇA. **Código Penal Francês.** Disponível em: <https://codes.droit.org/PDF/Code%20p%C3%A9nal.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SANTANA, Heron J., SANTANA Luciano R., et al. Habeas Corpus impetrado em favor da chimpanzé Suíça na 9ª Vara Criminal de Salvador (BA). **Revista Brasileira de Direito Animal.** 2006;Vol.1:261-80. Disponível em: <https://animaiscomdireitos.ufpr.br/wp-content/uploads/2019/06/habeas-corpus-n-833085-3.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

HUESCH, Hans. **Vivisection is a Fraude.** CIVIS: Suíça, 1985.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais:** o direito deles e o nosso direito sobre eles. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1998.

LEVAI, Laerte Fernando. **O Direito à Escusa de Consciência na Experimentação Animal.** Campos do Jordão: Mantiqueira, 1998.

DE LIMA DA MAIA, Geovana. DOS SANTOS, Ricardo, PRADO, Taysa. **Animais são Seres Sencientes.** www.unibrasil.com.br. 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/4627>. Acesso em: 10 set. 2023.

MALGUEIRO, Driele Lazzarini. **Proteção Jurídica dos Animais.** Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/protecao-juridica-dos-animais-no-brasil.htm#indice_4>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MARANHÃO, Ana Clara Brito de Sousa. **A Dignidade dos Animais Domésticos na Legislação Brasileira.** Disponível em: <https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52893/a-dignidade-dos-animais-domesticos-na-legislacao-brasileira>. Acesso em: 09 nov. 2021.

MONTEIRO, Isabella Maria Freire. **O Reconhecimento da Personalidade Jurídica dos Animais sob a Luz do Direito Comparado.** Disponível em: <https://monografias.brasilescola.uol.com.br/direito/o-reconhecimento-personalidade-juridica-dos-animais-sob-luz.htm#indice_13>. Acesso em: 05 dez. 2021.

NOVELINO, Marcelo. **Curso de Direito Constitucional.** 12. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017. p. 928. ISBN: 978-85-442-1059-8

NUNES, Rizzatto. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana:** doutrina e jurisprudência. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

PADILHA, Vania Medeiros. **Animais são Seres Sencientes.** Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/4627>. Acesso em: 09 out. 2022.

RIBEIRO, Heidi Michalski, NASCIMENTO, Arthur Ramos. **Direito dos Animais nas Constituições dos Países do Mercosul:** olhares comparados e os caminhos para um Estado Constitucional Ambiental nos países-membros. Disponível em: Ebook Para Além da Globalização e dos Direitos Humanos, 2017, Curitiba. Acesso em: 03 out. 2022.

RODRIGUES, Danielle Tetu. **O direito e os Animais:** uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba: Juruá, 4ª ed., 2006

SANDEL. MICHAEL J. **Justiça o que é Fazer a Coisa Certa.** 12. ed. 2013. Seres Sencientes. www.unibrasil.com.br. 2020. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/4627>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

SINGER, Peter. **Ética Prática.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SINGER, Peter. **Libertação Animal.** 2. ed. Porto: Vi LUNA, S.P.L. Dor e sofrimento animal. In: RIVERA, E.A.B.; AMARAL, M.H.; NASCIMENTO, V.P. Ética e Bioética. Goiânia,2006. p. 131-158. a Óptima, 2008. Ciênc. vet. tróp., Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p. 17-21 - abril, 2008.

SUÍÇA. **Constituição Federal da Confederação da Suíça.** Disponível em: <https://www.ccisp-newsletter.com/wp_docs/Bundesverfassung_PT.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, **HC 71373.** Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14698950/habeas-corpus-hc-76060-sc>. Acesso em: 07 dez. 2021.

SPAREMBERGER, Raque Fabiana Lopes; LACERDA, Juliana. **Os Animais no Direito Brasileiro:** Desafios e Perspectivas. Revista Amicus Curiae. n. 2, v. 12, p.183-202. Criciúma – UNESC. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/amicus/article/view/2334/2288>. Acesso em: 20 set. 2022.

XAVIER, Cláudio. **Direito dos Animais no Século XXI:** uma abordagem ambiental, filosófica e jurídicas das questões que envolvem os direitos dos animais. RIDB (ISSN 2182-7567), nº 13, 16001-16028, Ano 2 (2013).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar
Ano 4, v. 04, jan./dez. 2023.

CLIMA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Alice Borré Staudt[1]
Mônica Stormowski[2]

RESUMO

Atualmente as organizações estão em constante evolução e buscam formas de se destacar e prosperar em um ambiente competitivo. Nesse cenário dinâmico, o clima organizacional desempenha um papel fundamental na determinação do sucesso de uma empresa. Dessa forma, o tema desenvolvido no presente trabalho de conclusão de curso é propor ações destinadas à melhoria do clima organizacional em uma empresa prestadora de serviços de energia elétrica, situada no município de Santa Rosa/RS. O problema do desenvolvimento do estudo estava envolto de qual o nível do clima organizacional da empresa? E a partir do objetivo geral visa identificar como os colaboradores da empresa avaliam o clima organizacional, a fim de contribuir com o melhor desenvolvimento das pessoas e performance da empresa. O estudo foi motivado pela necessidade de compreender de forma significativa como os colaboradores avaliam o clima organizacional da empresa. Entre os principais aspectos abordados no referencial teórico estão conceitos essenciais relacionados à gestão de pessoas, clima e cultura organizacional, bem como qualidade de vida no trabalho. A categorização da metodologia aplicada à pesquisa quantitativa, descritiva, explicativa e exploratória, com base em fontes bibliográficas, documentais e estudo de caso. A partir dos resultados e análises obtidos durante a realização do estudo conclui-se que as ações para melhoria do clima organizacional sugeridas para a organização têm o potencial de criar um ambiente mais propício ao desenvolvimento das atividades, aumentando assim a produtividade e satisfação dos colaboradores.

Palavras-chave: Clima Organizacional; Gestão de Pessoas; Satisfação.

ABSTRACT

Nowadays, organizations are constantly evolving and looking for ways to stand out and prosper in a competitive environment. In this dynamic scenario, the organizational climate plays a fundamental role in determining the success of a company. Therefore, the theme developed in this course conclusion work is to propose actions aimed at improving the organizational climate in a company providing electrical energy services, located in the municipality of Santa

[1] Acadêmica do Curso de Administração – 8º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. aliceborrestaudt99@gmail.com
[2] Orientadora. Professora do curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. monicast@fema.com.br

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Rosa/RS. The problem of developing the study involved what was the level of the company's organizational climate? And based on the general objective, it aims to identify how the company's employees evaluate the organizational climate, in order to contribute to the better development of people and the company's performance. The study was motivated by the need to meaningfully understand how employees evaluate the company's organizational climate. Among the main aspects covered in the theoretical framework are essential concepts related to people management, organizational climate and culture, as well as quality of life at work. The categorization of the methodology applied to quantitative, descriptive, explanatory and exploratory research, based on bibliographic, documentary and case study sources. From the results and analyzes obtained during the study, it is concluded that the actions to improve the organizational climate suggested for the organization have the potential to create an environment more conducive to the development of activities, thus increasing employee productivity and satisfaction.

Keywords: Organizational Climate; People Management; Satisfaction.

INTRODUÇÃO

As organizações têm passado por constantes transformações, percebendo-se cada vez mais, a importância das pessoas para o sucesso do negócio. Essa percepção ressalta a necessidade do engajamento de todos os indivíduos que desempenham papéis na organização. Diante disso, o estudo de caso aborda a temática do clima organizacional em uma empresa especializada em serviços em redes de energia elétrica no estado do Rio Grande do Sul. Essa análise engloba a base operacional de Santa Rosa.

O ambiente de trabalho influencia diretamente na produtividade das pessoas. Nesse sentido, a análise do clima organizacional, pode auxiliar no aumento da eficiência da organização, contribuindo para criação de um ambiente que satisfaça as necessidades das pessoas. O estudo de caso tem como objetivo geral identificar a percepção dos funcionários em relação ao clima organizacional na empresa, com o propósito de melhorar o desenvolvimento das pessoas e a performance da empresa.

Diante disso, os objetivos específicos compreendem apresentar os conceitos relativos ao clima organizacional, analisar o nível de satisfação quanto ao clima organizacional da empresa e a percepção dos funcionários em relação

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ao mesmo, além de propor ações para auxiliar na melhoria do clima organizacional, com intuito de desenvolver as pessoas e a empresa.

O primeiro capítulo do estudo corresponde ao referencial teórico, onde são abordados os aspectos fundamentais para o desenvolvimento do estudo que integram a gestão de pessoas, clima e cultura organizacional e qualidade de vida no trabalho. Para a construção do referencial teórico entre os principais autores utilizados estão Araújo (2010), Chiavenato (2009, 2015, 2022 e 2023), Ferreira (2017), Gil (2016), Lacombe (2009 e 2011), Limongi-França (2010), Melo (2014), Robbins (2009 e 2010) entre outros.

A segunda parte do trabalho descreve a metodologia adotada para a elaboração do estudo, que engloba a categorização da pesquisa, que inclui pesquisa aplicada, quantitativa, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso. Na geração dos dados a documentação coletada foi de maneira direta e indireta e a análise e interpretação dos resultados foram realizadas pelo método de abordagem dedutivo.

O capítulo subsequente abrange o diagnóstico e análise dos dados coletados, onde são apresentadas sugestões para elevar o nível do clima organizacional da empresa em estudo, assim como melhorar a satisfação dos colaboradores em relação à qualidade de vida no trabalho.

Por fim, está disposta a conclusão conforme estudo de caso elaborado pela acadêmica, desempenhando um papel crucial na avaliação dos conhecimentos adquiridos ao longo da condução do estudo, bem como os resultados obtidos através da pesquisa e as considerações pertinentes abordadas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico é dedicado à apresentação do referencial teórico, tendo como finalidade utilizar referências bibliográficas e relatórios científicos para fundamentar o tema em estudo. Dessa forma, neste capítulo serão expostos conceitos referentes à gestão de pessoas, clima e cultura organizacional e qualidade de vida no trabalho.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 GESTÃO DE PESSOAS

Nas últimas décadas, o mundo passou por significativas transformações que refletiram diretamente na forma como as pessoas pensam, agem e se comportam em sociedade, segundo Oliveira as pessoas se organizam e se agrupam socialmente por meio da construção de suas identidades, em razão dos inúmeros ensinamentos que recebem desde o nascimento nos mais diversificados grupos nos quais estão inseridos (Oliveira, 2018).

De acordo com Gil, a gestão de pessoas tem suas origens em um passado bastante remoto, onde pessoas começaram a empregar outras para exercer determinadas atividades, em troca de algum tipo de pagamento (GIL, 2016). Chiavenato descreve que, “vivemos em um mundo de organizações, as quais ainda não funcionam por si mesmas. Elas dependem de pessoas para planejá-las, organizá-las, dirigi-las e controlá-las e para fazê-las operar e funcionar para terem sucesso e sustentabilidade” (Chiavenato, 2022, p. 45).

Gestão de pessoas é “[...] a função gerencial que visa à cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais” (Gil, 2016, p. 18).

A área de gestão de pessoas dispõe duas diferentes vertentes a serem consideradas: pessoas como pessoas, onde possuem personalidade, atitudes e motivações individuais e pessoas como recursos, dotadas de competências, habilidades, conhecimentos e experiências para desenvolvimento de tarefas organizacionais (Chiavenato, 2022).

Em relação aos processos de gestão de pessoas, Lacombe, afirma que selecionar, formar, integrar e aperfeiçoar um grupo é a responsabilidade mais importante dos administradores (Lacombe, 2011). Segundo Chiavenato, para alcançar eficiência e eficácia da organização, à gestão humana precisa realizar os processos de selecionar, desenhar trabalhos, treinar, liderar, motivar, avaliar e remunerar o pessoal (Chiavenato, 2023).

O primeiro processo de gestão de pessoas é o recrutamento, que no entendimento de Araújo, é a identificação e atração de candidatos, que posteriormente serão contratados para o emprego (Araujo, 2010). Nesse sentido, Chiavenato, define que o processo de recrutamento envolve todos os

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

esforços da empresa em atrair e engajar novos colaboradores, sendo uma ação externa a fim de buscar e obter no mercado os candidatos de que necessita (Chiavenato, 2023).

A seleção de pessoas vem após o recrutamento, que para Lacombe, é um conjunto de práticas e processos, usados para selecionar o candidato que parece ser o mais adequado para preencher a vaga existente (Lacombe, 2011). Dessa forma, Robbins afirma que para uma seleção eficaz, é necessário adequar as características individuais com as exigências da vaga de trabalho disponível (Robbins, 2010).

Para Chiavenato, após o processo inicial de recrutar e selecionar pessoas, inicia-se o método de aplicar pessoas. No entendimento do autor "o desenvolvimento das pessoas pode ser gerenciado de tal maneira que elas possam ter uma carreira recompensadora na organização e esta possa ter as pessoas de que necessita para funcionar" (Chiavenato, 2023, p. 80).

Quanto à análise e descrição de cargos, Lacombe, descreve função como uma posição, definida no organograma da empresa que envolve um conjunto de responsabilidades, ao passo que cargo é um conjunto de funções (Lacombe, 2011). O autor, afirma que é possível elaborar uma descrição de cargo de forma genérica, englobando várias funções e a partir disso estabelecer faixas salarias para cada grupo de cargos (Lacombe, 2011).

Desse modo, Fidelis, define salário como "[...] o valor estabelecido e pago ao colaborador pelo exercício de suas atividades na empresa" (Fidelis, 2014, p. 55). No que se refere a treinamento, Fidelis expõe que significa expandir o conhecimento das pessoas para produzir, aperfeiçoando a sua forma de entendimento e contribuindo mais no ambiente onde estão inseridos (Fidelis, 2014). Dessa maneira, Marras descreve o treinamento como um processo de assimilação cultural que objetiva repassar Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA) relacionados diretamente à realização de tarefas (Marras, 2011).

Chiavenato apresenta o desenvolvimento pessoal, como "o aprendizado de novas habilidades, conhecimentos, atitudes e comportamentos por todos os meios possíveis, seja no próprio trabalho ou em qualquer situação em classe, dentro ou fora da empresa" (Chiavenato, 2023, p. 94).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A avaliação do desempenho, segundo Fidelis, é mais um instrumento de controle da empresa em relação às pessoas (Fidelis, 2014). À vista disso, Marras define avaliação de desempenho como “um instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos por um empregado ou por um grupo, em período e área específicos” (Marras, 2011, p. 165).

Nesse sentido, Chiavenato descreve que, desempenhar significa “cumprir uma tarefa ou obrigação, exercer uma função ou um papel na organização, cumprimento de um dever, exercício, atuação, execução” (Chiavenato, 2023, p. 172). Em conformidade, Fidelis apresenta três principais objetivos da avaliação de desempenho: a) comparar de modo quantitativo a produtividade de cada pessoa de acordo com os objetivos coletivos; b) analisar pontos positivos e deficiências quanto ao resultado esperado; c) analisar os aspectos que necessitam de atenção e melhoria (Fidelis, 2014).

Portanto, verifica-se que, todos os processos de gestão com pessoas estão interligados, desde o início em uma contratação até o desligamento de um colaborador. Dessa forma, é possível afirmar que um processo quando mal executado pode afetar os demais. Para as empresas, é fundamental que os processos de gestão de pessoas estejam bem estruturados dentro da organização para garantir a efetividade em suas atividades.

1.2 CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL

No ambiente de trabalho, diversas situações podem afetar o desempenho de um funcionário, seja no próprio ambiente onde exerce suas atividades, como a luminosidade, mobília e materiais disponíveis para desenvolvimento do trabalho e ainda fatores externos como problemas políticos, crises financeiras e problemas particulares, como divórcio, falecimento de algum parente próximo, entre outros (Oliveira, 2018).

Segundo Chiavenato, o clima organizacional “[...] representa o ambiente interno existente entre os membros da organização e está intimamente relacionado com o grau de motivação existente” (Chiavenato, 2022, p. 92). No entendimento do autor, o clima organizacional depende de seis dimensões: a estrutura da organização relaciona às restrições em sua situação de trabalho;

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

responsabilidade, sentimento de ser seu próprio chefe independente; riscos, enfrentar os desafios propostos em seu cargo e na situação de trabalho; recompensa, gratificação pelo trabalho bem feito; calor e apoio, companheirismo e coleguismo presentes no ambiente de trabalho e conflito, exposição de diferentes opiniões (Chiavenato, 2009).

Conforme Lacombe, o clima organizacional reflete o grau de satisfação dos funcionários em relação ao ambiente onde estão inseridos na empresa (Lamcombe, 2011). Dessa forma, Robbins afirma que o clima organizacional refere-se às percepções comuns que os funcionários de uma organização têm com relação à empresa e ao ambiente de trabalho. Além disso, reforça que o clima influencia os hábitos adotados pelas pessoas (Robbins, 2010).

De acordo com Schein, cultura pode ser definida como “um padrão de suposições básicas compartilhadas, que foi aprendido por um grupo à medida que solucionava seus problemas de adaptação externa e de integração interna” (Schein, 2017, p. 15). No ambiente empresarial, a cultura organizacional é “um conjunto de crenças, costumes, valores e formas de fazer negócios, peculiar a cada empresa e, que define um padrão para as atividades, decisões e ações da empresa” (Lacombe, 2009, p. 213).

Para Robbins, a cultura organizacional possui diversas funções, desempenhando o papel de definidora de fronteiras, estabelecendo o senso de identidade aos membros, facilitando o comprometimento e estimulando a estabilidade do sistema social. Com isso, a cultura organizacional auxilia a instituição a manter-se coesa, fornecendo padrões adequados aos funcionários (Robbins, 2009).

A cultura organizacional, segundo Marras, é “o meio pela qual a empresa fixa a marca do seu perfil e orienta ou controla o comportamento daqueles que a formam.” (Marras, 2011, p. 291). Nessa perspectiva, Fidelis complementa que, cada empresa possui uma cultura própria e a compartilha com todos os níveis internos e externos (Fidelis, 2014).

Ferreira atribui à cultura organizacional, a seguinte definição:

> [...] exerce uma forma de controle e representa a identidade da organização e pode ser compreendida em três níveis: artefatos: correspondem ao nível mais superficial e perceptível, que representam

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> os aspectos visíveis, tais como organograma, políticas e diretrizes; produtos e serviços, rituais de integração, padrões de comportamento e o vestuário das pessoas. Valores compartilhados: são os valores importantes que definem a razão pela qual as coisas são feitas. Pressuposições básicas: representam o nível mais profundo e oculto da cultura; são as crenças inconscientes, percepções e sentimentos; são as regras não escritas (Ferreira, 2017, p. 53).

No entendimento de Fidelis, a cultura organizacional é constituída por meio da missão, visão e valores da empresa. A missão refere-se a razão de ser da empresa, atividade principal; a visão consiste na continuidade da empresa no futuro, tendo em vista todas as variáveis que possam surgir durante suas ações e valores, sendo o conjunto de crenças que balizam suas ações (Fidelis, 2014).

Com a evolução dos mercados internacionais, as organizações perceberam a necessidade adotar nova postura em relação aos seus quadros funcionais, incluindo grupos minoritários para desenvolvimento de tarefas. Entre os grupos pode-se destacar a inserção da mulher, dos homossexuais, daqueles de outras etnias, a reintegração dos idosos, dos estrangeiros e das pessoas com deficiências, identificando o valor que a diversidade pode acrescentar aos processos (Oliveira, 2018).

A cultura organizacional, conforme Chiavenato apresenta várias camadas com diferentes níveis. A primeira camada, a mais evidente e superficial, é a mais fácil de perceber. Na medida em que as camadas vão se aprofundando para serem analisadas fica mais difícil de mudar ou transformar a cultura organizacional, conforme demonstrado na Ilustração 1.

Ilustração 1: As diversas camadas da cultura organizacional.



Fonte: (Chiavenato, 2009, p. 203).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Referente à Ilustração 1, Chiavenato, explica que a primeira camada é constituída por características físicas da empresa, sendo a mais fácil de alteração. Na camada mais profunda, a mudança cultural torna-se mais complicada, controversa, polêmica e lenta (Chiavenato, 2009).

Nessa perspectiva é fundamental que os gestores compreendam como está o clima organizacional da empresa, a fim de melhorar o ambiente de trabalho. Ainda é possível identificar que a cultura presente na organização influência diretamente o clima organizacional, visto que é a partir de elementos culturais que os funcionários de uma organização reagem.

1.3 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A qualidade de vida no trabalho é fundamental para o bem estar das pessoas, conforme Melo, a qualidade de vida no trabalho (QVT), não é algo tão simples de ser conceituada, visto que os aspectos multifatoriais e as percepções se alteram de pessoa para pessoa e com o passar do tempo. O autor complementa que em algumas situações a qualidade de vida pode ser relacionada à satisfação e bem-estar em relação a aspectos da vida familiar, social e do trabalho (Melo, 2014).

No ambiente organizacional, a qualidade de vida no trabalho, segundo Ferreira, é “o conjunto de ações que a empresa realiza para implantar melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais no ambiente de trabalho” (Ferreira, 2017, p. 113). Qualidade de vida no trabalho, para Limongi-França, é “a busca contínua da melhoria dos processos de trabalho, os quais precisam ser construídos não só para incorporar as novas tecnologias como para aproveitar o capital humano, individual e em equipe” (Limongi-França, 2010, p. 42).

Dessa forma, Melo afirma que a QVT acontece somente quando a organização reconhece a importância de seus colaboradores para sua continuidade, realizando “[...] programas de qualidade de vida no trabalho com foco em melhorias estruturais, gerenciais, organizacionais e das condições gerais de desenvolvimento das pessoas na vida pessoal, social e laboral” (Melo, 2014, p. 33).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Limongi-França descreve que ao longo de suas vidas profissionais, os trabalhadores enfrentam desafios que afetam não apenas a sua segurança no trabalho, mas também outros fatores que podem prejudicar sua saúde. A autora apresenta algumas situações e organização do trabalho que comprometem a condição de vida do trabalhador, como ritmos de produção, repetições, locais de trabalho não compatíveis com as necessárias, pausas insuficientes para descanso, entre outros (Limongi-França, 2010).

Com base nisso, foram desenvolvidos modelos de qualidade de vida no trabalho, sendo o modelo de Walton o primeiro a ser apresentado neste trabalho, onde foram descritos oito critérios que mais afetam o trabalhador no desenvolvimento de suas atividades, expostos a seguir na Ilustração 2.

Ilustração 2: Modelo QVT Walton.

Critérios	Descrição
1. Condições de segurança e saúde no trabalho	Condições físicas de trabalho que reduzam o risco de doenças e danos físicos, estabelecimento de horários razoáveis e de limites de idade quando o trabalho é prejudicial ao bem-estar de pessoa.
2. Compensação justa e adequada	Definição de salário baseado no esforço físico ou mental, com as habilidades requeridas, com a experiência, com a responsabilidade do cargo. Além do estabelecimento de uma relação de equilíbrio entre os diversos níveis de compensação na empresa ou fora dela.
3. Oportunidade de uso imediato e desenvolvimento de capacidades	Nível de autonomia no trabalho, demanda de utilização de habilidades múltiplas, existência de informações e de perspectivas, a complexidade de tarefas e a possibilidade de planejamento.
4. Chances de crescimento contínuo e segurança de emprego	Oportunidade de carreira e de crescimento, considerando as dificuldades do trabalhador em face das suas limitações.
5. Integração social na empresa	Natureza das relações interpessoais e o grau de identidade do trabalhador com a organização.
6. Constitucionalismo	Existência de normas que instituem direitos e dever, permitindo direito à privacidade, tratamento justo e liberdade de diálogo.
7. Trabalho e espaço total de vida	O trabalho pode afetar as demais esferas da vida do trabalhador, como as relações familiares, sendo necessário avaliar o nível de satisfação do trabalhador quanto à interferência do trabalho na vida privada deve ser avaliado.

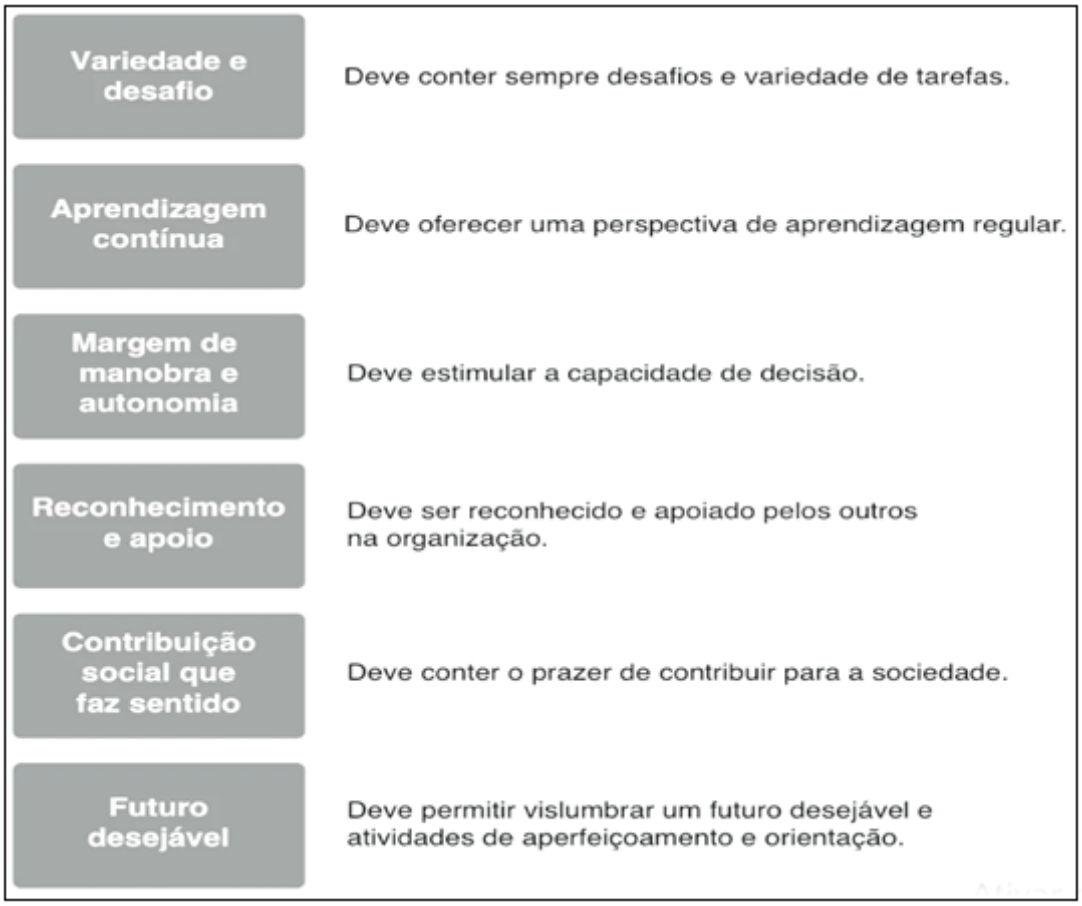
Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

8. Relevância social da vida no trabalho	A maneira irresponsável de agir de algumas empresas faz com que um número crescente de empregados deprecie o valor de seus trabalhos e carreiras, o que afeta a autoestima e sua produtividade.

Fonte: (Ferreira, 2017).

Ferreira apresenta também o modelo de Emery e Trist, onde procuraram compreender as condições que levam o comprometimento com o trabalho, propondo organizar o trabalho, estimulando o comprometimento e melhorando o desempenho (Ferreira, 2017). Portanto, para incentivar o comprometimento o trabalho deve apresentar seis propriedades, conforme demonstrado na Ilustração 3.

Ilustração 3: Propriedades do trabalho.



Fonte: (Ferreira, 2017, p. 138).

Por fim, a autora expõe o modelo de qualidade de vida no trabalho de Hackman e Oldham, que descreve três estados psicológicos que estão presentes em determinado trabalho: a) sentimento encontrado na função

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

exercida; b) responsabilidade percebida; c) conhecimento dos resultados trabalho. Sendo assim, quanto maior a presença desses estados, maior será a motivação intrínseca do colaborador (Ferreira, 2017).

À vista disso, promover a qualidade de vida no trabalho não apenas eleva o bem-estar dos colaboradores, mas também aumenta a produtividade e fortalece o ambiente organizacional. Apostar no equilíbrio entre desafios profissionais e a valorização do indivíduo é essencial para construir uma cultura empresarial sustentável e humanizada, onde o sucesso não seja apenas medido em resultados, mas também na realização e felicidade de cada integrante da equipe.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo apresenta as técnicas utilizadas para elaboração da pesquisa, com as fases de execução incluindo a categorização da pesquisa, geração de dados, bem como a análise e interpretação dos mesmos.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

No que se refere às características do estudo, trata-se de uma pesquisa aplicada, também conhecida como, teórico-empírica, uma vez que os resultados obtidos têm potencial de serem aplicados na empresa, objeto de análise.

No que diz respeito ao tratamento de dados da pesquisa, pode-se afirmar que é quantitativa, em virtude de que foi aplicado um questionário aos colaboradores da empresa, por meio do qual se buscou identificar a percepção dos mesmos em relação ao clima organizacional da instituição. Marconi e Lakatos definem que a pesquisa quantitativa tem a preocupação de explorar, descrever e explicar o problema com números (Marconi; Lakatos, 2022).

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é descritiva, explicativa e exploratória. Caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois apresenta as características do clima organizacional da empresa, oferecendo uma descrição de sua realidade; explicativa, pelo fato de entender as relações de causa e efeito,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

além de identificar os fatores que exercem influência em um determinado fenômeno; e exploratória, em virtude de investigar um problema a fim de disponibilizar informações que possam embasar uma análise mais profunda.

Na pesquisa descritiva, segundo Appolinário, o pesquisador apresenta uma narrativa descritiva de eventos ocorridos (Apollinário, 2013). A pesquisa explicativa objetiva a identificação de fatores que estão por baixo da ocorrência de determinados fenômenos (Marconi; Lakatos, 2022) e a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema (Gil, 2022).

Quanto aos procedimentos técnicos, neste estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Para a pesquisa bibliográfica foram consultados livros, artigos publicados em revistas e na internet. Na pesquisa documental, também foram utilizados dados já existes, documentos disponibilizados pela empresa, como apresentação da mesma em *power point*, *site* institucional, vídeos, entre outros. Ainda, foi realizado o estudo de caso, através de um questionário disponibilizado aos colaboradores, a fim de compreender a percepção dos mesmos em relação ao clima organizacional e ambiente de trabalho.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A fim de adquirir as informações essenciais para gerar os dados que fundamentam os resultados da pesquisa, o presente tópico expõe as técnicas utilizadas para reunir os dados necessários.

Os dados para pesquisa foram coletados de forma direta, onde em um primeiro momento foi contatada a gestora de recursos humanos da empresa, apresentando-lhe o trabalho e intuito do mesmo. Em seguida, foi combinado que os colaboradores da organização responderiam um questionário elaborado pela acadêmica com objetivo de coletar informações sobre a percepção do clima organizacional e o ambiente de trabalho.

Para tanto, foram desenvolvidas dezenove questões, visando compreender a visão dos funcionários da base operacional de Santa Rosa, em relação ao assunto abordado. A aplicação do questionário foi realizada através do *Google Forms*, nas dependências da empresa, com os equipamentos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

necessários para responder as questões, em virtude da acessibilidade dos colaboradores a essa plataforma. O questionário foi respondido pelos colaboradores em 25/09/2023.

Segundo Marconi e Lakatos documentação direta refere-se ao levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem (Marconi; Lakatos, 2021). Por meio da coleta de dados, foi viabilizada a execução do plano de análise e interpretação das informações obtidas.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Para analisar e interpretar os dados deste estudo, o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, em virtude de que em um primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica documental permitindo a compreensão dos assuntos abordados e a partir disso, realizou-se o estudo de caso na empresa prestadora de serviços. Para Marconi e Lakatos, o método dedutivo tem a finalidade de explicar o conteúdo das premissas, sustentando o modo completo a conclusão ou não sustentando, sem graduações intermediárias (Marconi; Lakatos, 2022).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, ao finalizar o embasamento teórico, inicia-se a apresentação e análise dos resultados obtidos na empresa, com base nos dados coletados e na pesquisa realizada. A partir disso, é possível avaliar como as teorias apresentadas anteriormente se manifestam na realidade da organização, bem como identificar desafios, oportunidades e tendências relevantes para o caso em questão.

3.1. ESTRUTURA DA EMPRESA

A empresa Procel Projetos e Construções Elétricas Ltda. possui uma história sólida e uma trajetória de sucesso ao longo dos anos. Fundada em 04 de outubro de 1979, no município de Santo Cristo, no estado do Rio Grande do

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Sul, a empresa foi estabelecida pelos sócios fundadores Paulo Nicolau Heck e Ralph Gottel.

Inicialmente, a empresa concentrou seus esforços na construção de redes de distribuição de energia elétrica. Com o tempo, expandiu suas atividades para incluir a construção e manutenção de redes de distribuição e linhas de transmissão de energia elétrica. Sua matriz está localizada na cidade de Santa Rosa, no estado do Rio Grande do Sul, e a empresa atende clientes em todo o Sul do Brasil, bem como em Minas Gerais.

Hoje, a Procel Projetos e Construções Elétricas Ltda. é uma empresa nacional com foco na região Sul do país, onde obtém a maior parte de seu faturamento. Seus principais clientes são empresas fornecedoras de energia elétrica que buscam qualidade, segurança e preços competitivos em seus serviços, muitas vezes contratando a Procel por meio de licitações.

A empresa está bem equipada para suas atividades, com uma frota de veículos e máquinas adequados para as tarefas de construção e manutenção de redes elétricas. Além disso, a Procel investe no desenvolvimento de seu capital humano, contando com uma equipe de 430 colaboradores qualificados distribuídos em diversos departamentos e funções. Suas operações incluem o setor administrativo na matriz, bases operacionais em Santa Rosa, Frederico Westphalen e Três Passos, bem como obras de transmissão tanto no Rio Grande do Sul quanto em Minas Gerais.

O setor administrativo localizado na matriz da empresa está dividido entre as áreas de recursos humanos, financeiro, suprimentos, programação e encerramento de obras, direção, além do SESMT - Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho. O fato de todas essas áreas estarem centralizadas na matriz da empresa é devido à coordenação e padronização de processos.

As bases operacionais de Santa Rosa, Frederico Westphalen e Três Passos estão direcionadas as atividades de rede de distribuição de energia elétrica. Cada base operacional é composta por uma equipe administrativa com gerente, auxiliar administrativo, auxiliar técnico, auxiliar de almoxarifado e um técnico em segurança do trabalho, além dos colaboradores que desempenham as funções no trecho.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Cada uma dessas equipes é responsável por garantir o funcionamento adequado e seguro da rede de distribuição de energia elétrica em sua área de abrangência. O gerente opera como gestor das equipes e supervisiona as operações e atividades administrativas e técnicas necessárias para manter a rede funcionando de maneira eficiente e segura. O técnico em segurança do trabalho tem a incumbência de garantir que todas as normas de segurança sejam seguidas para proteger tanto os colaboradores quanto a comunidade em geral.

A empresa também opera linhas de transmissão e executa obras nos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nesse setor, o suporte administrativo é fornecido pela matriz, uma vez que nem todas as obras realizadas possuem uma equipe administrativa definida. Os funcionários desse setor geralmente migram constantemente, conforme demanda de atividades. Esse setor pode ser caracterizado como sazonal, com variações significativas na demanda, aumentando em algumas épocas e diminuindo bruscamente em outras.

A empresa Procel Projetos e Construções Elétricas Ltda. tem uma sólida presença no mercado de construção e manutenção de redes de energia elétrica, resultado de sua dedicação à qualidade dos serviços e ao atendimento das necessidades de seus clientes ao longo de décadas de operação.

3.1.1. Departamento De Gestão De Pessoas

A gestão de pessoas, também conhecida como gestão de recursos humanos é um departamento essencial para qualquer organização que busca alcançar seus objetivos de maneira eficaz. A empresa em estudo procura encontrar e atrair talentos da melhor forma possível.

O processo de recrutamento da organização começa a partir da identificação da necessidade em um determinado setor. A partir desse ponto, as oportunidades de emprego são anunciadas por meio de publicações nas plataformas de mídia social, como *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*. Os *posts* compartilhados detalham a descrição do cargo disponível, bem como seus requisitos.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Em áreas onde a mão de obra é mais escassa, como nas bases de distribuição de Frederico Westphalen e Três Passos, a divulgação também é realizada por meio de anúncios em rádio e por equipes de som em motocicletas. Além disso, nas linhas de transmissão, o recrutamento também é conduzido por meio de indicações do encarregado, que geralmente já possui uma equipe estabelecida.

A partir disso, a empresa organiza o processo de seleção desses candidatos. Os currículos são submetidos a um e-mail específico e também ao número de *WhatsApp* da profissional de psicologia da empresa. Os currículos mais compatíveis com os requisitos da vaga disponível são selecionados para avançar no processo seletivo.

Durante a fase de seleção, os candidatos passam por entrevistas individuais, conduzidas tanto pela psicóloga quanto pelo gestor da área relevante. Os testes psicológicos aplicados variam de acordo com a natureza do cargo em questão. Após a avaliação completa, o gestor responsável é informado e cabe a ele tomar a decisão final sobre qual candidato escolher para preencher a vaga.

Após a admissão do candidato selecionado, inicia-se o processo de integração na empresa. Ao assinar os documentos contratuais, o novo colaborador recebe o manual de integração e o código de ética e conduta da organização. Em seguida, ele é encaminhado ao centro de treinamento, onde se familiariza com a área em que a empresa atua e com as responsabilidades relacionadas ao seu cargo.

Nesse momento, são apresentadas as regras e normas da empresa, bem como os benefícios oferecidos aos colaboradores. Geralmente, esse período de integração tem uma duração de aproximadamente 20 dias. Após a fase de ambientação, o funcionário passa a receber treinamentos básicos e específicos necessários para desempenhar suas funções.

A empresa fornece todos os treinamentos necessários, que são adaptados de acordo com a função de cada colaborador. Para muitas funções operacionais, são ministrados cursos em conformidade com as Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis. Além dos treinamentos iniciais para

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

começar a carreira na empresa, são realizados periodicamente cursos de reciclagem.

A instituição valoriza o desenvolvimento interno de seus funcionários e promove ações como promoções internas. Os cargos operacionais incluem programas de treinamento, como o cargo de trainee, onde os colaboradores passam por um período de aprendizado antes de serem promovidos. Um exemplo notável é que todos os gerentes das bases de distribuição começaram sua carreira na empresa como serventes.

Além das promoções, a empresa também adota um sistema de níveis salariais, permitindo que os funcionários progridam não apenas em suas responsabilidades, mas também em sua remuneração. Isso incentiva o crescimento profissional e reconhece o comprometimento dos colaboradores ao longo de sua trajetória na empresa.

Como projetos para engajamento, motivação e valorização do colaborador, a organização oferece benefícios, como vale alimentação, seguro de vida, plano odontológico, vale assiduidade e bonificação por produtividade trimestral, sendo os dois últimos disponibilizado apenas para as bases de distribuição, o que demonstra o compromisso da empresa em cuidar do bem-estar de seus funcionários.

A realização de diálogos de segurança semanal (DSS) no setor operacional é uma prática utilizada para abordar questões relacionadas à segurança no trabalho e manter os colaboradores informados sobre assuntos importantes. Além disso, a empresa promove cafés da manhã com as lideranças a fim de criar um ambiente propício para o desenvolvimento de relacionamentos e a troca de ideias.

Ainda é realizado o "momento seguro" com os colaboradores operacionais, onde são realizadas avaliações periódicas de segurança e reconhecimento das melhores equipes e ao final do ano a equipe mais reconhecida é premiada, com intuito de promover uma cultura de segurança constante.

A instituição reconhece ainda os funcionários com presentes de aniversário personalizados e considera ações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) como projetos que demonstram um cuidado

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

especial com os funcionários, reforçando o senso de pertencimento e valorização dentro da empresa.

3.2. PESQUISA COM OS COLABORADORES

Com o intuito de obter informações sobre o ambiente interno e entender quais variantes impactam na satisfação, motivação e engajamento dos colaboradores, foi aplicado um questionário composto por dezenove questões para os membros da equipe.

A pesquisa foi aplicada na base operacional da empresa Procel Projetos e Construções Elétricas Ltda., localizada no município de Santa Rosa/RS, onde atualmente estão alocados 63 funcionários em plena atividade.

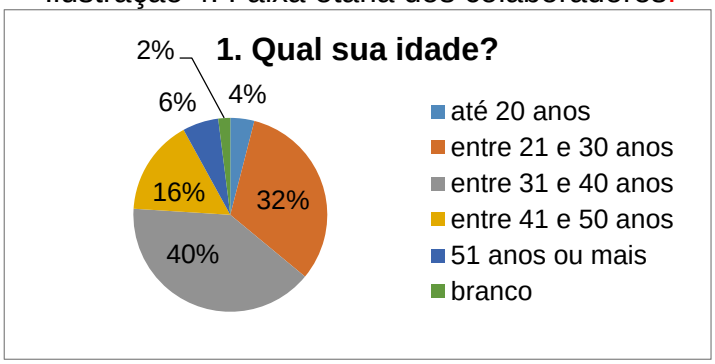
Conforme os resultados obtidos, observou-se que 50 colaboradores responderam ao questionário, o que corresponde a 79% de respondentes em relação ao total de funcionários. Cada empregado foi convidado a responder a pesquisa de forma espontânea durante a realização de suas atividades. A partir dos dados coletados no questionário, foram elaboradas ilustrações a fim de facilitar o entendimento e melhor visualização dos mesmos.

A primeira questão apresentada teve como objetivo identificar a faixa etária dos colaboradores, uma vez que essa informação é relevante para traçar o perfil dos funcionários. Optou-se por não incluir perguntas sobre gênero e tempo de permanência na empresa no questionário, com o intuito de evitar que algum colaborador se sentisse desconfortável ou apreensivo.

Conforme apresentado na Ilustração 4, constatou-se que 4% têm até 20 anos, 32% estão na faixa etária entre 21 e 30 anos, 40% possuem idades entre 41 a 50 anos, 2% têm 51 anos ou mais, e 2% não forneceram resposta. É possível identificar que o grupo mais representativo de respondentes está na faixa etária de 31 e 40 anos, representado 40% do total.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 4: Faixa etária dos colaboradores.

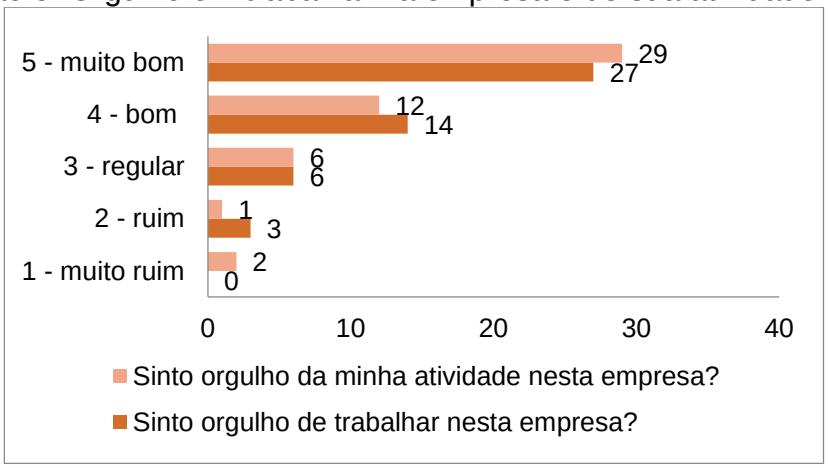


Fonte: Produção da pesquisadora.

As questões seguintes foram formuladas para serem avaliadas em um sistema de notas que varia de 1 a 5. Nesse sistema, a nota 1 representa a classificação "muito ruim", a nota 2 significa "ruim", a nota 3 indica "regular", a nota 4 representa "bom" e a nota 5 corresponde a "muito bom".

Nas questões, 2 e 3, os funcionários foram indagados sobre o nível de orgulho que sentem em relação à empresa e à atividade que nela realizam. Conforme evidenciado na Ilustração 5, observou-se que mais de 50% dos funcionários manifestam orgulho tanto em relação à empresa quanto em relação à atividade que desempenham nela. O autor Fidelis afirma que o clima organizacional pode ser definido como um conjunto de situações que moldam a estrutura da corporação, gerando um ambiente de satisfação ou insatisfação (Fidelis, 2014).

Ilustração 5: Orgulho em trabalhar na empresa e de sua atividade.

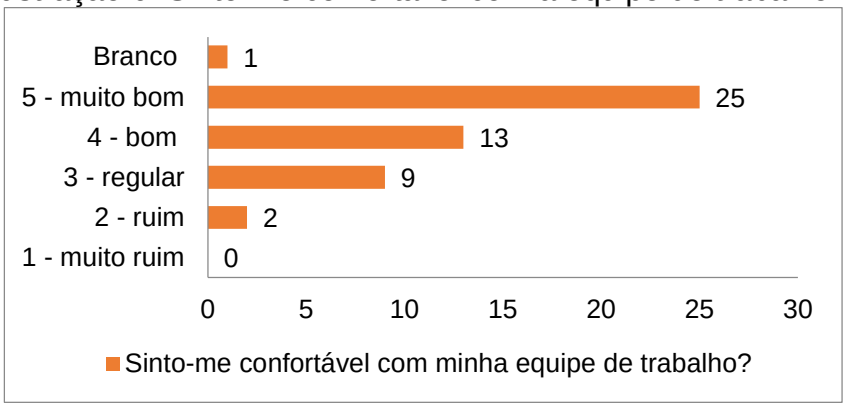


Fonte: Produção da pesquisadora.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A questão seguinte, a qual abordava o conforto dos funcionários com sua equipe de trabalho, conforme demonstrado na Ilustração 6, 2% dos entrevistados não forneceram resposta, 4% selecionaram a opção 2, 18% optaram pela opção 3, 26% escolheram a opção 4 e 50% assinalaram a opção 5, indicando que se sentem confortáveis com sua equipe de trabalho. No mundo atual, para continuidade da organização, é fundamental escolher as pessoas certas.

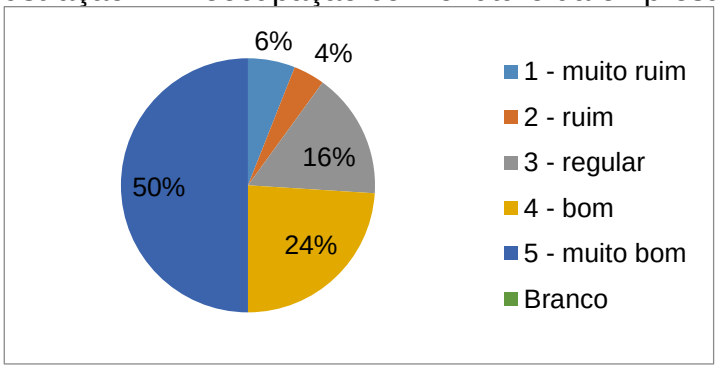
Ilustração 6: Sinto-me confortável com a equipe de trabalho.



Fonte: Produção da pesquisadora.

Na quinta pergunta, questionava-se sobre a preocupação dos funcionários em relação ao futuro da empresa. Conforme os participantes da pesquisa, 10% não manifestaram preocupação em relação à empresa, 16% permaneceram neutros, e 74% expressaram preocupação com o futuro da empresa, conforme demonstrado na Ilustração 7. Os indicadores "muito ruim" e "ruim" foram combinados, assim como os indicadores "bom" e "muito bom" foram agrupados.

Ilustração 7: Preocupação com o futuro da empresa.



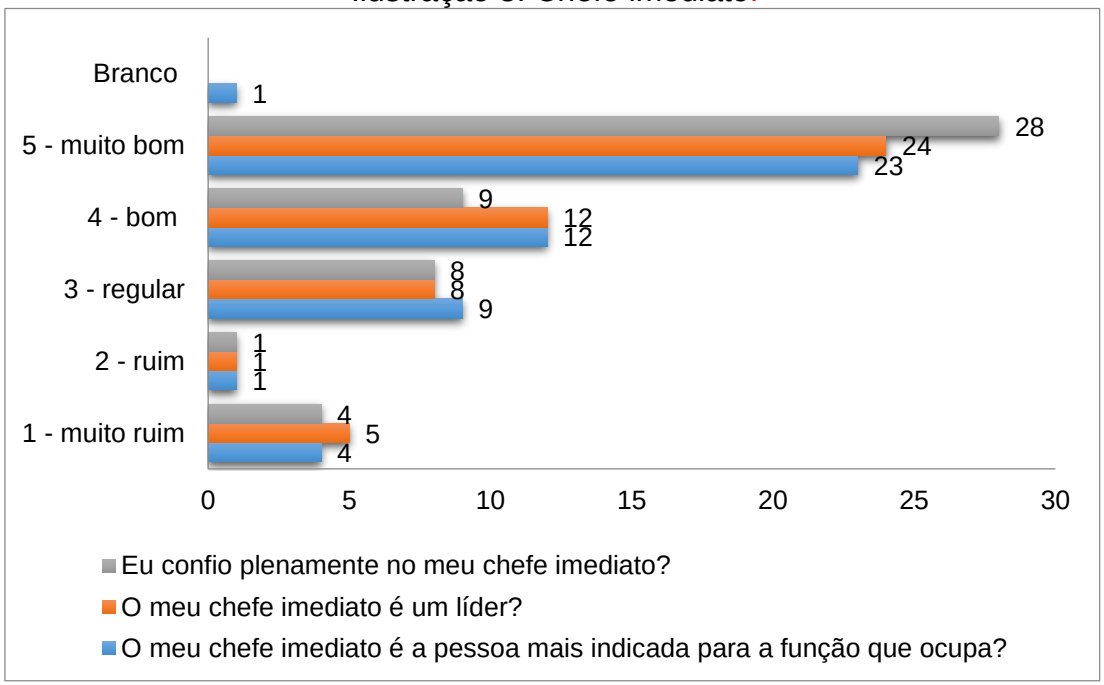
Fonte: Produção da pesquisadora.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Chiavenato afirma que “pessoas bem escolhidas, selecionadas e bem posicionadas não somente contribuem para o adequado funcionamento da empresa como também constituem um significativo potencial para futuras incursões da empresa no mercado” (Chiavenato, 2023, p. 47).

Logo após, os colaboradores foram questionados se têm plena confiança em seu chefe imediato, se o consideram um líder e se o veem como a pessoa mais adequada para a função que ocupa. Nestas avaliações, observa-se que 56% dos funcionários afirmam confiar em seu chefe imediato. No entanto, nem todos concordam que ele é um líder, com 48% acreditando que ele possui essa qualidade, e 46% considerando-o a pessoa mais indicada para a função.

Ilustração 8: Chefe imediato.



Fonte: Produção da pesquisadora.

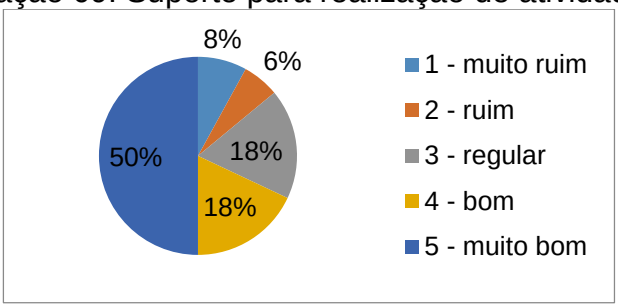
Também foi indagado se os colaboradores se sentem à vontade para solicitar *feedback* ou desabafar com seu chefe. Os resultados revelam que 10% não se sentem confortáveis, 8% se sentem desconfortáveis, 16% consideram a situação regular, 21% se sentem confortáveis, e 45% se sentem muito confortáveis ao pedir *feedback*.

Na décima pergunta, a qual se relacionava ao suporte que os funcionários recebem de seus supervisores para a realização de suas atividades, conforme

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

demonstrado na Ilustração 11, 14% relataram não ter nenhum suporte, 18% consideraram ter suporte regular, e 68% afirmaram ter o suporte necessário para o desempenho de suas tarefas. Os indicadores "muito ruim" e "ruim" foram agrupados, bem como os indicadores "bom" e "muito bom" foram somados.

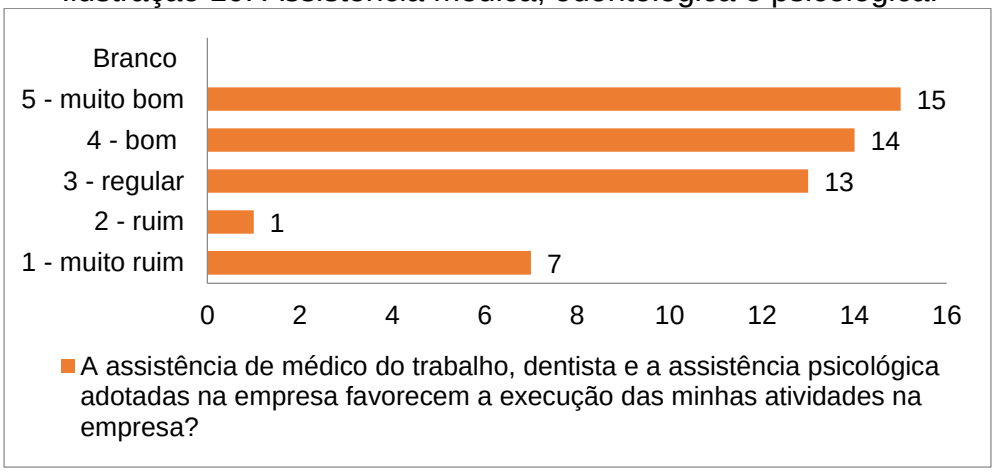
Ilustração 09: Suporte para realização de atividades.



Fonte: Produção da pesquisadora.

Posteriormente, os funcionários foram questionados se consideravam que a assistência médica, odontológica e psicológica oferecidas pela empresa contribuem para a realização de suas atividades. Os resultados obtidos foram os seguintes, 14% consideram muito ruins, 2% consideram ruins, 26% consideram regular, 28% consideram bom e, 30% consideram muito bom, conforme demonstrado na Ilustração 10.

Ilustração 10: Assistência médica, odontológica e psicológica.



Fonte: Produção da pesquisadora.

Nesse sentido, Chiavenato apresenta a qualidade de vida no trabalho como as caraterísticas de trabalho em uma organização relacionadas ao bem estar geral e a saúde das pessoas no desempenho de suas atividades, sendo

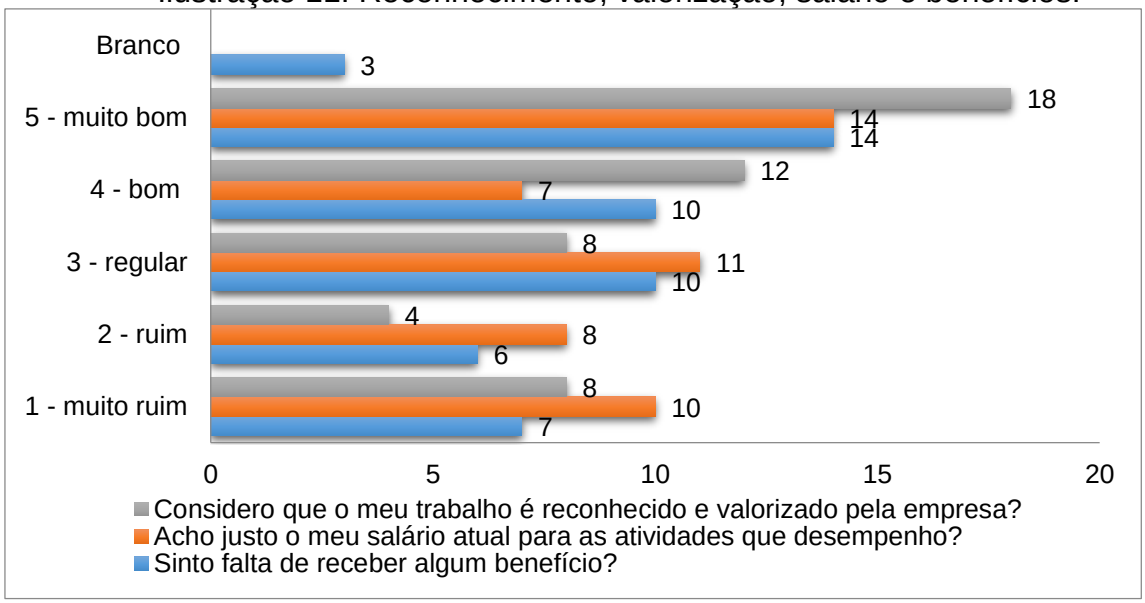
Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ela a responsável por atrair, reter e desenvolver seus talentos (Chiavenato, 2022).

Também, foram feitas perguntas sobre a percepção dos funcionários em relação ao reconhecimento e valorização por parte da empresa, bem como a satisfação com o salário que recebem e a falta de algum benefício. Conforme apresentado na Ilustração 11, nota-se um aumento no descontentamento, visto que: 24% dos funcionários consideram que não são valorizados e reconhecidos; 36% acham que não recebem um salário justo e 26% sentem falta de algum benefício.

Além disso, 16% se sentem neutros em relação à valorização e reconhecimento, 22% consideram o salário que recebem regular, assim como 20% também consideram regular os benefícios oferecidos. Por outro lado, 60% dos funcionários sentem que são valorizados e reconhecidos, 42% consideram seu salário justo e 48% acreditam que os benefícios ofertados pela empresa são bons e suficientes. Ainda, 6% não forneceram resposta em relação à falta de algum benefício. Os indicadores "muito ruim" e "ruim" foram combinados, assim como os indicadores "bom" e "muito bom" foram agrupados.

Ilustração 11: Reconhecimento, valorização, salário e benefícios.



Fonte: Produção da pesquisadora.

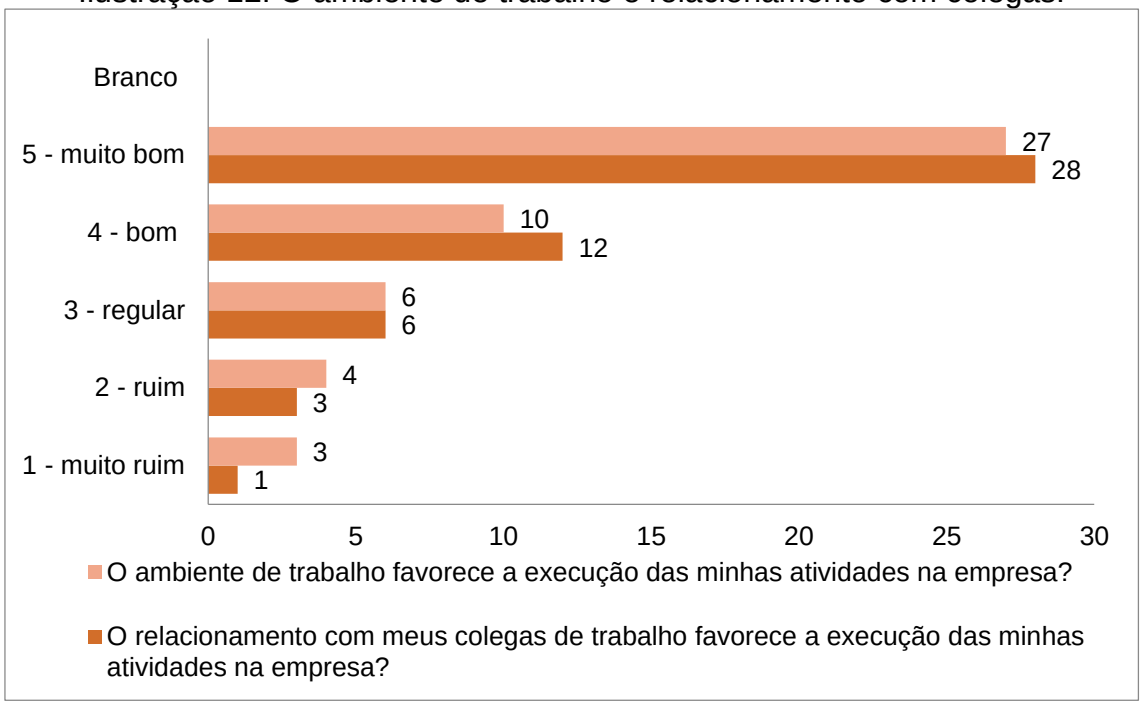
Em seguida, como complemento à pergunta sobre a falta de recebimento de algum benefício, foi disponibilizado um espaço para que os funcionários

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

descrevessem quais benefícios sentiam falta. Os benefícios específicos citados foram plano creche, plano de saúde e prêmio de produtividade trimestral (pago em dia).

As questões subsequentes tinham como objetivo avaliar se o ambiente de trabalho e o relacionamento com os colegas contribuíam para a realização das atividades dos colaboradores na empresa, conforme Ilustração 12. Mais de 50% dos participantes afirmam que tanto o ambiente de trabalho quanto o relacionamento com os colegas favorecem significativamente o desenvolvimento de suas atividades.

Ilustração 12: O ambiente de trabalho e relacionamento com colegas.

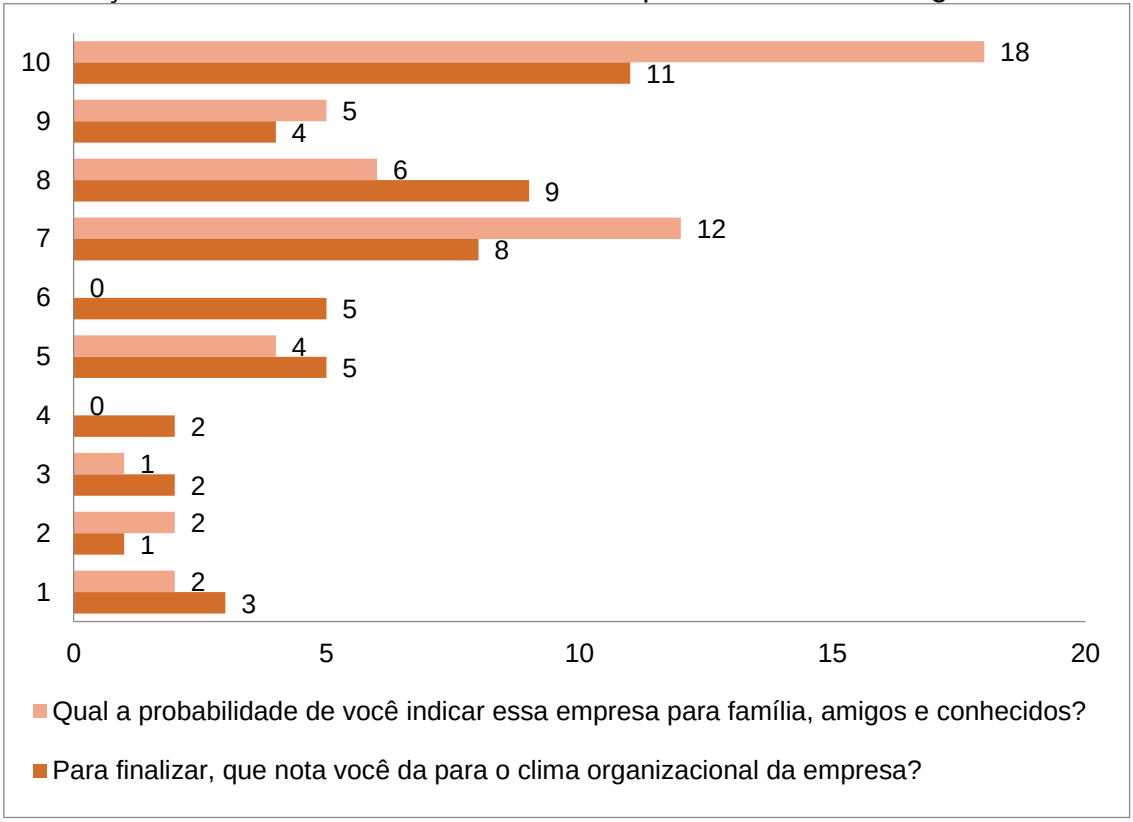


Fonte: Produção da pesquisadora.

Por fim, os funcionários foram questionados sobre qual nota dariam, em uma escala de 0 a 10, sendo 0 a pior nota e 10 a melhor, tanto para a probabilidade de indicar a empresa a familiares, amigos e conhecidos, quanto para o clima organizacional da instituição. Conforme evidenciado na Ilustração 13 a probabilidade de indicar a organização prevalece em praticamente todas as classificações, no entanto o clima em geral reflete um nível significativo de descontentamento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 13: Probabilidade de indicar a empresa e seu clima organizacional.



Fonte: Produção da pesquisadora.

4 SUGESTÕES PARA MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL

Após a coleta e análise dos dados, levando em consideração o propósito deste estudo, que é oferecer sugestões para a melhoria do clima organizacional da empresa, é possível identificar que a organização está comprometida em coordenar seus colaboradores da melhor maneira possível.

No entanto, durante a pesquisa, foram identificados alguns pontos que podem ser aprimorados visando aperfeiçoar ainda mais o ambiente de trabalho e agregar aspectos positivos às práticas que já estão sendo realizadas.

Como sugestão, recomenda-se que a empresa fortaleça a compreensão da missão, visão e valores, uma vez que alguns funcionários com mais tempo de serviço podem ter perdido de vista as fontes de inspiração da empresa, seus princípios fundamentais e seus objetivos em longo prazo.

A empresa já promove momentos em que as lideranças se reúnem para dialogar e compartilhar ideias. Porém, a organização poderia considerar a realização de reuniões periódicas por equipes, em formato de um café, para

facilitar a troca de conhecimento e sugestões. Isso permitiria ouvir todas as perspectivas, tanto as positivas quanto as negativas, em relação ao que está sendo desenvolvido.

É importante que se mantenha uma comunicação clara e objetiva com todos os funcionários tendo por base o *feedback*, dessa forma reforçando também os comportamentos positivos. Nesse sentido, é fundamental que o gestor crie um clima agradável em um ambiente reservado para que o *feedback* seja passado da maneira mais eficaz possível.

A organização valoriza imensamente suas equipes, reconhecendo sua importância. Portanto, é crucial que as equipes estejam alinhadas com os objetivos da empresa, e o reconhecimento desempenha um papel fundamental nesse processo. Embora a empresa já conceda prêmios trimestrais com base na produtividade, seria importante para os funcionários ter uma compreensão clara dos critérios essenciais que precisam cumprir para serem elegíveis à receber integralmente esse prêmio. Isso ajudaria a promover uma maior transparência e motivação entre os colaboradores.

A liderança inspiradora envolve influenciar as pessoas de maneira positiva. Para alcançar esse objetivo, além de promover encontros com os encarregados, é recomendável investir na realização de treinamentos externos para eles e para os gestores de níveis mais elevados, como gerentes e coordenadores. Essa abordagem visa proporcionar a esses líderes conhecimentos mais avançados, contribuindo para uma gestão de conflitos mais eficaz e uma liderança aprimorada junto aos seus subordinados.

Os benefícios também desempenham um papel significativo como forma de recompensar os funcionários e muitas vezes representam um diferencial no ambiente corporativo. Atualmente, a empresa oferece apenas assistência médica relacionada ao trabalho. Diante disso, é aconselhável realizar um estudo de viabilidade para avaliar a possibilidade de investir em um plano de saúde que possa incluir um percentual de participação da empresa. Isso pode contribuir para melhorar o pacote de benefícios e aumentar a satisfação dos colaboradores.

Uma sugestão valiosa é aumentar a presença do auxílio psicológico no setor operacional. Seria recomendável que, pelo menos uma vez ao mês, a

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

psicóloga da empresa reserve um tempo para ouvir o que os funcionários têm a dizer. Isso proporcionaria um ambiente acolhedor para os funcionários, permitindo-lhes desabafar não apenas sobre questões relacionadas ao trabalho, mas também sobre assuntos pessoais. Afinal, questões externas também exercem influência no desempenho no trabalho. Essa prática contribuiria para o bem-estar e a saúde mental dos colaboradores.

É essencial reconhecer que cada indivíduo possui perspectivas, motivações e satisfações pessoais, e no contexto deste estudo, isso não é diferente. Cada participante respondeu às questões com base em sua própria identidade, valores e visão de mundo.

As recomendações delineadas no estudo, em harmonia com as práticas já implementadas pela empresa, têm o potencial de contribuir para a melhoria do clima organizacional. Portanto, é de extrema importância que a organização faça a sua parte, monitorando quaisquer desvios que possam exercer um impacto negativo no desempenho e na produtividade de seus colaboradores.

CONCLUSÃO

O estudo realizado na empresa Procel Projetos e Construções Elétricas Ltda, especializada no ramo de construção e manutenção de redes de energia elétrica, localizada no município de Santa Rosa/RS, teve como problemática identificar qual o nível do clima organizacional da empresa.

Visando atender o objetivo inicial de identificar como os colaboradores da empresa avaliam o clima organizacional, a fim de contribuir com o melhor desenvolvimento das pessoas e performance da empresa, aplicou-se uma pesquisa de clima com os colaboradores da instituição, a fim de obter a percepção dos mesmos em diversos temas relacionados ao ambiente interno da organização.

Atendendo ao seu primeiro objetivo específico, buscou-se conhecer os conceitos de gestão de pessoas, clima e cultura organizacional e qualidade de vida no trabalho descritos respectivamente nos itens 1.1, 1.2 e 1.3. Para atender este objetivo, buscou-se conhecer a estrutura da empresa, descrita no item 3.1 e como a empresa desenvolve os processos de gestão de pessoas no item 3.1.1.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O segundo objetivo, que visava avaliar o nível de satisfação em relação ao clima organizacional da empresa e a percepção dos funcionários a respeito, revelou que a maioria dos participantes está satisfeito com a forma como a empresa administra o ambiente de trabalho. No entanto, questões como a competência do supervisor imediato, a concessão de benefícios, o reconhecimento e a valorização dos funcionários apareceram como áreas de carência dentro da organização, conforme evidenciado no item 3.2.

Com o terceiro objetivo específico, o foco foi à formulação de medidas para aprimorar a gestão de recursos humanos, com o intuito de aperfeiçoar o clima organizacional da empresa. Observou-se a necessidade de enfatizar a missão, visão e valores da organização, bem como avaliar os benefícios oferecidos, capacitar as lideranças e melhorar a comunicação interna, tanto para transmitir informações quanto para coordenar atividades e fornecer *feedback*. Os pontos de destaque podem ser encontrados no item 4 do estudo.

Atendendo a problemática de identificar qual o nível do clima organizacional da empresa, concluiu-se que de maneira geral o clima da organização é positivo, porém vulnerável, com destaque na área de concessão de benefícios. O ambiente organizacional é percebido como agradável, porém sujeito a influências de outros fatores, como a falta de lideranças bem capacitadas e uma comunicação eficaz, que podem estar impactando o desempenho das atividades.

É compreensível que o clima organizacional seja um fator de extrema importância para a organização, uma vez que um clima favorável contribui para que os colaboradores se sintam mais satisfeitos no desempenho de suas tarefas e mais motivados a trabalhar em conjunto com os demais membros da equipe para alcançar o sucesso em nível pessoal, profissional e organizacional.

O clima organizacional é complexo e possui grande influência em diversos aspectos da organização, com isso demanda uma maior investigação para seu aprimoramento. Dessa forma, pode servir como uma valiosa fonte de pesquisa para estudos futuros.

Para a acadêmica, o presente trabalho de conclusão de curso desempenhou um papel fundamental no aprofundamento de seu conhecimento na área de gestão de pessoas, auxiliando na percepção de quanto pode ser

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

desafiadora a administração dos recursos humanos em uma organização, especialmente em virtude da diversidade de crenças e costumes. Além disso, possibilitou a compreensão mais aprofundada da importância da gestão de recursos humanos nas organizações e a realidade prática do setor operacional em uma empresa que atua com algo tão complexo como a energia elétrica.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia Científica** – filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2013.

ARAUJO, Luis Cesar G. de. **Gestão de Pessoas.** ed. compacta. São Paulo: Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos:** fundamentos básicos. 7. ed. rev. e atual. são paulo: manole, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos:** o capital humano das organizações: como atrair, aplicar, manter, desenvolver o monitorar este valioso tesouro organizacional. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho:** como reter talentos na organização. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas:** transformando o executivo em um excelente líder de talentos: um guia para o executivo lidar com sua equipe de trabalho. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

FERREIRA, Patricia Itala. **Clima Organizacional e Qualidade de Vida no Trabalho.** Rio de Janeiro: LTC, 2017.

FIDELIS, Gilson Jose. **Gestão de Pessoas:** estrutura, processos e estratégias empresariais. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIL, Antonio C. **Gestão de Pessoas** – enfoque nos papéis estratégicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

LACOMBE, Francisco Jose Masset. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Saraiva, 2009.

LACOMBE, Francisco Jose Masset. **Recursos Humanos:** princípios e tendências. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de Vida no Trabalho – QVT:** conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos:** do operacional ao estratégico. 14. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

MELO, Paulo Márcio da S.; CIAMPA, Amábile de L.; ARAÚJO, Sônia Regina Cassiano de. **Humanização dos Processos de Trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Luiz Paulo D. **Elaboração de Projetos de Pesquisa:** monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016.

OLIVEIRA, Luana Y. Miolo. **Gestão de Pessoas.** Porto Alegre: Sagah, 2018.

ROBBINS, Stephen Paul. **Fundamentos do Comportamento Organizacional.** 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ROBBINS, Stephen Paul. JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional.** 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SCHEIN, Edgar H. **Cultura Organizacional e Liderança.** São Paulo: Atlas, 2017.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ENDOMARKETING E OS IMPACTOS NA MOTIVAÇÃO DAS PESSOAS: ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Ana Paula Hüttel Ziembowicz[1]
Jonas Bordim[2]

RESUMO

As pessoas são o principal ativo das organizações e o endomarketing é uma ferramenta para valorizar o colaborador, melhorando a motivação pessoal, o clima organizacional e por consequência, a produção e os resultados organizacionais. Assim, o tema abordado neste trabalho de conclusão de curso é Endomarketing e os impactos na motivação de colaboradores de uma agência de cooperativa de crédito, localizada na cidade de Porto Lucena/RS. O estudo se originou da necessidade de compreender o problema de como o endomarketing pode contribuir para melhorar a motivação das pessoas na organização pesquisada? Que se tornou evidente por meio do estabelecimento do objetivo geral de analisar as ações de endomarketing utilizadas na agência de Porto Lucena, comparando-as com os resultados da pesquisa de clima para observar o efeito das ações na motivação das pessoas. Os objetivos específicos incluíram realizar uma entrevista com o gestor da área, analisar os resultados da pesquisa de clima do ano anterior e propor ações voltadas para melhoria do endomarketing na organização estudada. Dentre os principais tópicos discutidos no referencial teórico estão conceitos de endomarketing, desenvolvimento de pessoas, conceitos sobre motivação e clima e cultura organizacional. A pesquisa foi categorizada como qualitativa, quantitativa, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso. Com base nos resultados e análises conduzidos no estudo, chegou-se à conclusão de que há maneiras de melhorar as relações entre o gerente e seus colaboradores por meio de emprego de técnicas de endomarketing.

Palavras-chave: Endomarketing; Motivação; Clima Organizacional.

RESUMEN

Las personas son el principal activo de las organizaciones y el endomarketing es una herramienta para valorar al colaborador, mejorando la motivación personal, el clima organizacional y, por consecuencia, la producción y los resultados organizativos. Así, el tema abordado en este trabajo de conclusión de curso es el Endomarketing y sus impactos en la motivación de los colaboradores de una agencia de cooperativa de crédito ubicada en la ciudad de Porto Lucena, RS. El estudio surgió de la necesidad de comprender el problema de cómo el endomarketing puede contribuir a mejorar la motivación de las personas en la organización investigada, lo cual se hizo evidente mediante el establecimiento del objetivo general de analizar las acciones de endomarketing utilizadas en la agencia de Porto Lucena, comparándolas con los resultados de la encuesta de clima para observar el efecto de las acciones en la motivación de las personas. Los objetivos específicos incluyeron realizar una entrevista con el gestor del

área, analizar los resultados de la encuesta de clima del año anterior y proponer acciones orientadas a mejorar el endomarketing en la organización estudiada. Entre los principales temas discutidos en el marco teórico se encuentran los conceptos de endomarketing, desarrollo de personas, conceptos sobre motivación y clima y cultura organizacional. La investigación se categorizó como cualitativa, cuantitativa, exploratoria, bibliográfica, documental y estudio de caso. Basándose en los resultados y análisis realizados en el estudio, se llegó a la conclusión de que hay formas de mejorar las relaciones entre el gerente y sus colaboradores mediante el empleo de técnicas de endomarketing.

Palabras-clave: Endomarketing; Motivación; Clima Organizacional.

INTRODUÇÃO

O recurso mais importante para qualquer organização são as pessoas, neste contexto o endomarketing se destaca como ferramenta essencial para aprimoramento da motivação e do clima organizacional. A partir disso, o presente trabalho teve como tema a análise das ações de endomarketing de uma cooperativa de crédito da cidade de Porto Lucena/RS e como ele pode impactar na motivação dos colaboradores. A problemática abordada neste trabalho é baseada na questão de como o endomarketing pode contribuir para melhorar a motivação das pessoas na organização pesquisada?

Os objetivos específicos abrangeram primeiramente foi realizada uma entrevista com o gestor para que houvesse o entendimento do que o mesmo observa como a realidade da agência, comparando-a com os resultados da pesquisa qualitativa realizada com os colaboradores pela empresa, com finalidade de propor ações voltadas para melhoria do endomarketing na agência, visando melhora no clima organizacional.

Tal estudo foi motivado pela possibilidade de analisar mais profundamente um tema abordado durante a graduação, além de poder observar como as técnicas de endomarketing podem ser aplicadas no contexto empresarial objetivando um bom clima organizacional, observando melhor a dinâmica de interação entre colaboradores e destes com seu gestor.

A metodologia abordada envolveu pesquisa categorizada como qualitativa, quantitativa, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os dados foram coletados de maneira direta e indireta e na análise destes utilizou-se o método dedutivo.

O primeiro capítulo do estudo corresponde ao referencial teórico, no qual são explorados os elementos essenciais que contribuem para o desenvolvimento do estudo que integram os temas relativos ao endomarketing, desenvolvimento de pessoas, motivação e clima e cultura organizacional, entre os principais autores utilizados no referencial teórico estão Almeida, Avanzi (2019); Arellano, Cesar (2017), Brum (2010), Chiavenato (2023), Dutra, *et al*.(2023) e Lacombe (2021), entre outros.

Na próxima parte, é apresentada a metodologia empregada na elaboração deste estudo. Isso inclui a classificação da pesquisa como sendo aplicada, qualitativa, exploratória, bibliográfica, documental e de estudo de caso. Para a coleta de dados foram utilizadas fontes de documentação direta e indireta. A análise e interpretação dos resultados seguiram o método de abordagem dedutivo.

O terceiro capítulo trata do diagnóstico e análise de dados obtidos, trazendo sugestões de ações de endomarketing para melhorar o clima organizacional da agencia baseado nos pontos definidos como necessário de melhoria, assim como a fundamentação das ações de acordo com as ideias da autora.

Por fim, a conclusão do estudo está apresentada, seguindo o modelo de estudo de caso conduzido pela autora. Essa conclusão desempenha um papel crucial na avaliação dos conhecimentos adquiridos ao longo do desenvolvimento do estudo de caso, bem como na análise dos resultados provenientes das pesquisas e nas considerações pertinentes discutidas.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico são apresentados o referencial teórico, abordando os temas relativos ao endomarketing, desenvolvimento de pessoas, motivação e clima e cultura organizacional.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 ENDOMARKETING

Quanto melhor os colaboradores de uma organização se sentirem, mais produtivo e eficaz seu trabalho se torna. De acordo com Grewal, marketing pode ser definido como: “conjunto de processos para criar, capturar, comunicar e entregar valor aos consumidores e clientes, além de gerenciar o relacionamento com os clientes de uma maneira que beneficie a empresa e as partes interessadas” (Grewal, 2015, p.5). O conceito de marketing juntamente com o prefixo endo, formam o conceito de endomarketing, uma ferramenta para gerar valor dentro da empresa.

Para Brum, o marketing objetiva a venda de um produto ou serviço para um consumidor, no endomarketing então o produto é a informação e o consumidor é o público interno (Brum, 2015). No entendimento de Arellano o endomarketing pode ser definido como: “marketing atuando para dentro da organização, motivando os colaboradores pelos programas internos” (Arellano, 2017 p. 357).

O endomarketing deve contemplar todo o público interno, que além de colaboradores diretos, também é composto por profissionais terceirizados, aposentados, consultores, acionistas e familiares, que também podem e devem ser contemplados por ações de endomarketing (Brum, 2010).

Quando bem feito, o endomarketing é um ponto importante para a avaliação e atratividade da empresa no mercado de trabalho, auxiliando na atração e manutenção de talentos. Segundo Dutra et al.: “Muitas organizações têm dificuldades para atrair pessoas talentosas por terem descuidado de sua imagem” (Dutra et al., 2023, p. 67).

Para Almeida e Avanzi, um novo paradigma para as empresas está se formando juntamente com a globalização e as expectativas de uma nova geração de profissionais, tendo como base a motivação como realidade diária, incorporada aos valores da organização (Almeida; Avanzi, 2019).

Segundo Kotler et al., o marketing atual, que ele denomina como Marketing 5.0 enfrenta três grandes desafios: o conflito de gerações, a polarização dos mercados e as desigualdades digitais (Kotler et al.,, 2021). Desafios que o endomarketing também enfrenta, fazendo necessária a

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

constante adaptação das ações de endomarketing de acordo com seu público-alvo.

Dutra et al. define que a troca de informações ligadas ao aconselhamento e orientação de carreira geram satisfação e motivação nos colaboradores, visto que o maior conhecimento dos planos e metas da organização gera uma conciliação de expectativas entre a organização e os colaboradores (Dutra et al., 2023).

Endomarketing e comunicação interna são conceitos pertencentes e atrelados um ao outro, visto que o desenvolvimento e a motivação das pessoas necessitam diretamente de informações passadas da organização para o indivíduo. No entendimento de Brum: “somente um endomarketing que dá valor e visibilidade a conteúdos importantes é capaz de construir resultados concretos” (Brum, 2017, p. 263).

Para Arellano: “[...] é fundamental estabelecer estratégias de comunicação ligadas à cultura organizacional, contando com ideias e comportamento inspiradores do funcionário” (Arellano, 2017 p. 356). De acordo com Chiavenato: “A comunicação é uma prioridade estratégica para a empresa constituir um sistema bem integrado e concentrado” (Chiavenato, 2023, p. 87).

Nas palavras de Brum, a partir da democratização do acesso à informação internamente, o colaborador conhece mais sobre a empresa e se sente como parte do processo, e esse sentimento de importância e pertencimento gera motivação (BRUM, 2010). Para Lacombe: “Se a organização acredita que os recursos humanos são importantes, ela deve procurar facilitar os contatos entre as pessoas e os principais administradores, não só em encontros formais, mas também informais” (Lacombe, 2021, p.157).

Segundo Brum: “[...] a informação, como produto da comunicação interna, serve para envolver funcionários num esforço único de aderência às estratégias e objetivos da empresa com o propósito de gerar diferenciais de qualidade para o consumidor final” (Brum, 2010, p.101).

Tendo em vista que as organizações atuais alcançam um substancial número de colaboradores, observa-se a necessidade de uma boa comunicação interna. Para Chiavenato a qualidade da comunicação em todas as direções com clareza influencia no desenvolvimento das pessoas (Chiavenato, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Kotler et al. evidencia a importância das tecnologias voltadas à comunicação, porém, desde que permitam e promovam uma conexão entre as pessoas (Kotler et al., 2021). Ainda, indica o uso de “ferramentas sociais que facilitem a comunicação entre os colaboradores, possibilitem o compartilhamento de conhecimento e estimulem a colaboração” (Kotler et al., 2021, p. 78).

Percebe-se que o endomarketing é essencial nas organizações atuais, visto que por meio de suas ações possibilita melhor comunicação entre os níveis hierárquicos da organização, além de melhoria na transmissão de informações, aumento de motivação e consequentemente melhora nos resultados de cada colaborador, alcance maior de metas e maior efetividade de trabalho.

1.2 DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O desenvolvimento de pessoas é um aspecto essencial para qualquer negócio, segundo Dutra et al.: “O desenvolvimento da organização está diretamente relacionado à capacidade em desenvolver pessoas e ser desenvolvida por pessoas” (Dutra et al., 2023, p. 4). Pode ser definido que o desenvolvimento da organização caminha juntamente com o desenvolvimento de seus colaboradores, respeitando a individualidade de cada um.

De acordo com Almeida e Avanzi, o desenvolvimento dos colaboradores depende de conhecimentos, habilidades e atitudes. O conhecimento é a teoria, as habilidades são as atividades práticas e as atitudes são a motivação para fazer, baseada em estímulos e reforçada pelo endomarketing (Almeida; Avanzi, 2019).

Segundo Chiavenato: “A competência depende diretamente do conhecimento [...]. Nas organizações, o conhecimento está embutido em documentos, rotinas, processos, práticas e normas organizacionais” (Chiavenato, 2022, p. 92).

Dutra et al. declara que o desenvolvimento do colaborador é normalmente ligado à alguma forma de gratificação por estar ligado à maior capacidade de agregar valor para a organização, podendo ocasionar um aumento da

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

remuneração. Tanto que muitas organizações fornecem programas de capacitação e linhas de auxílio financeiro para formação (Dutra et al., 2023).

Arellano apresenta em sua obra que os entre os temas mais frequentes em treinamento e desenvolvimento do ano de 2015, a maior quantidade foi voltada para a área de serviços com temas ligados às questões operacionais e comportamentais (Arellano, 2017). Segundo Chiavenato:

> Todos os dias a competência profissional pode ser exercitada, em intensidade maior ou menor, pelo aprendizado constante de novos conhecimentos e habilidades humanas que são fundamentais para o alcance dos objetivos organizacionais e para o sucesso da empresa (Chiavenato, 2023, p. 85).

Ainda, é importante ressaltar que para Arellano alguns pontos devem ser considerados quando planejadas as atividades de desenvolvimento, como a motivação dos colaboradores, diferenças individuais e a capacidade dos colaboradores em assimilar os conhecimentos que serão repassados (Arellano, 2017).

Dutra et al. define que: “As ações de desenvolvimento devem ser definidas a partir das necessidades de cada pessoa em particular e a partir da premissa de ajudar a pessoa a mobilizar seus pontos fortes para desenvolver-se” (Dutra et al., 2023, p. 167).

Segundo Almeida e Avanzi: “As campanhas de marketing de incentivo dentro do endomarketing têm o mérito de amplificar os efeitos dos programas de desenvolvimento, ao gerar conhecimento sobre a importância de cada um deles para a vida dos envolvidos” (Almeida; Avanzi, 2019, p. 85).

O desenvolvimento das pessoas também está ligado ao treinamento, Lacombe traz em sua obra que o treinamento são as ações voltadas para tornar a pessoa apta a exercer sua função e atividades atuais, já o desenvolvimento é quando há uma preparação para exercer uma nova função e atividade (Lacombe, 2021).

Para Chiavenato treinamento é: “o processo educacional de curto prazo aplicado de maneira sistemática e organizada com o qual as pessoas aprendem informações, conhecimentos, atitudes e conceitos em função de objetivos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

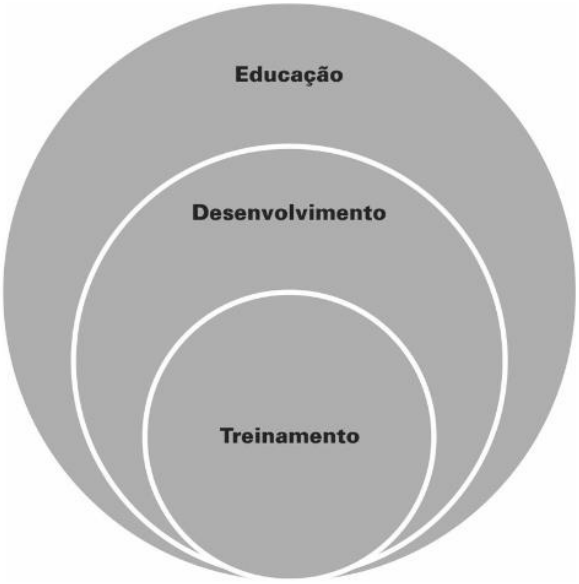
definidos em relação às atividades a serem executadas" (Chiavenato, 2023, p. 94).

Lacombe defende que o objetivo principal do treinamento é a melhora das habilidades dos colaboradores, para que possam obter resultados e cumprir com suas metas, estando preparados para as novas exigências de mercado. Além de que o treinamento proporciona ampliação dos conhecimentos sobre a empresa, adoção de práticas de aprendizado contínuo, manutenção de bons profissionais e redução de rotatividade (Lacombe, 2021).

Arellano cita os tipos de treinamento que são ofertados mais frequentemente pelas organizações: Integração de novos empregados, treinamento para estagiários, treinamento para formação de trainees, treinamento de formação de multiplicadores, capacitação profissional, desenvolvimento de líderes (Arellano, 2017).

Para Dutra et al.: "aspecto essencial para a formação de nossos empregados, para que eles possam enfrentar o crescimento da complexidade das organizações e do mercado de trabalho, do contrário serão excluídos do mercado mais cedo ou mais tarde e, nesse caso, estarão se tornando excluídos sociais." (DUTRA et al., 2023, p. 216). Arellano define que os conceitos de educação, treinamento e desenvolvimento estão relacionados e são muito similares, variando em complexidade e abrangência (Arellano, 2017).

Ilustração 1: Relação entre educação, desenvolvimento e treinamento.



Fonte: (Arellano, 2017, p. 88).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os processos de treinamento e desenvolvimento trazem benefícios tanto para a empresa, que passa a ter profissionais treinados e preparados para os desafios diários, quanto para os colaboradores, que passam a ter maior conhecimento técnico e prático, maiores chances de promoção e de ofertas de trabalho externos à organização.

1.3 MOTIVAÇÃO

O marketing tornou-se hoje uma prática muito comum nas organizações, e a compreensão de suas teorias variam conforme as particularidades próprias de cada tipo de produto ou serviço ofertado.

A motivação de qualquer time contribui para o melhor alcance dos objetivos, para Chiavenato, uma tendência de gestão com pessoas é a utilização de mecanismos de motivação e de realização pessoal como meio eficaz para o alcance de objetivos pessoais e melhora de produtividade. Grande parte das organizações estimula os colaboradores a buscar pelo aprendizado contínuo e valorização do conhecimento (Chiavenato, 2022).

De acordo com Dutra et al. outra grande tendência na gestão com pessoas é a organização do trabalho visando o melhor desempenho das pessoas, ao mesmo tempo em que proporciona satisfação e bem-estar. A atração e manutenção de profissionais que agreguem valor a organização são essenciais, visto a competitividade do mercado atual (DUTRA et al., 2023).

Segundo Lacombe: “As pessoas são estimuladas por incentivos financeiros ou não: reconhecimento, segurança, perspectivas de realização pessoal e profissional são muito importantes” (Lacombe, 2021, p. 156). Nas palavras de Dutra et al.: “Um bom ambiente de trabalho cria predisposição das pessoas em mantê-lo adequado, organizado e agradável” (Dutra et al., 2023, p. 335).

Conforme Chiavenato: “As necessidades humanas ou motivos são forças internas que impulsionam e influenciam cada pessoa determinando seus pensamentos e direcionando o seu comportamento frente às diversas situações da vida” (Chiavenato, 2023, p. 149).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ainda, Chiavenato defende que existem dois tipos de motivação: intrínseca e extrínseca. A motivação intrínseca advém dos motivos e necessidades individuais que determinam o comportamento. Já a motivação extrínseca advém de ações externas ao indivíduo que promovam motivação a certos comportamentos (Chiavenato, 2023).

Brum, em contraponto, define os tipos de motivação como automotivação e estímulo. A automotivação é ligada a cada pessoa e o estímulo deve ser proporcionado pela empresa, em uma situação ideal ambos devem estar em equilíbrio (Brum, 2010). Além de que, para Brum, a motivação está ligada à natureza biopsicossocial, composto dos fatores biológicos, psicológicos e sociais do indivíduo e a felicidade é uma interação destes fatores, visto que:

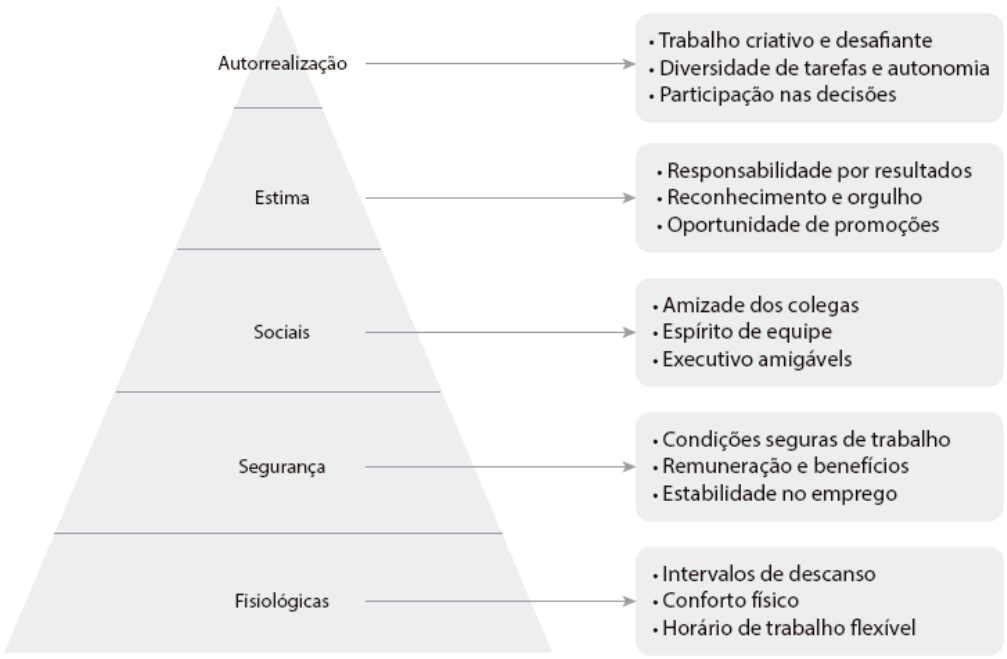
> Uma empresa pode se esforçar no sentido de proporcionar um ambiente no qual o bem estar físico e psíquico sejam possíveis, contribuindo fortemente para essa questão complexa e subjetiva que é a felicidade, na qual interferem fatores sociais, culturais, de gênero e outras tantas questões individuais (Brum, 2010, p. 134).

Segundo Chiavenato, a teoria motivacional mais conhecida e difundida é a pirâmide de Maslow, baseada nas necessidades humanas organizadas por importância e influência no comportamento do indivíduo. As necessidades da base são as mais básicas e recorrentes e as do topo são mais intelectuais e de realização pessoal (Chiavenato, 2023).

Na interpretação de Lacombe da teoria de Maslow, a motivação é o motor para satisfação de necessidades, sendo que a tendência é de que as pessoas busque satisfazer primeiro as necessidades mais básicas e depois que estas se satisfazem outras mais altas na hierarquia viram prioridade (Lacombe, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 2: Pirâmide das necessidades de Maslow.



Fonte: (Chiavenato, 2023, p. 151).

Tendo a pirâmide de necessidades de Maslow como base, primeiramente a organização deve fornecer um local de trabalho que supra as necessidades básicas de seus colaboradores, que garanta a segurança dos mesmos para que depois sejam desenvolvidas outras ações voltadas para o trabalho em equipe, busca constante pelo conhecimento e motivação no trabalho.

Brum cita em sua obra outro modelo mais recente de teoria de motivação, o esquema de Proposta de Valor ao Colaborador, que evidencia elementos de recompensa e contribui para que a empresa defina de maneira clara o que será concedido ao colaborador (Brum, 2017).

Para Arellano a proposta de valor para o colaborador: “[...] se traduz na construção de um vínculo emocional e engajamento com o seu trabalho e com a organização, através de um sistema que promove a alta performance e tem a meritocracia como premissa para todas as suas ações” (Arellano, 2017, p. 13).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 3: Proposta de Valor ao Colaborador.



Fonte: (Brum, 2017, p. 164).

De acordo com Almeida e Avanzi o colaborador precisa ser estimulado a fim de que ele se sinta motivado a fazer mais, visto que a partir do desafio bem o sentimento de superação, é necessário também que os gestores utilizem técnicas de estímulo constante, além de reconhecimento dos esforços e uma política de recompensas baseada em entregas (Almeida; Avanzi, 2019). Para Brum, o engajamento do colaborador é a contribuição do colaborador para a empresa é tão subjetivo quanto a motivação em si (Brum, 2017).

Lacombe aponta que a segurança no emprego sinaliza um compromisso de longo prazo da organização com seu pessoal, criando uma relação de comprometimento e confiança entre organização e colaborador. O comprometimento garante melhora na produção, além de que a visão de longo prazo ocasiona maior dedicação ao trabalho (Lacombe, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para avaliar um processo de endomarketing e comunicação interna, Brum defende a utilização de um índice geral de satisfação com o endomarketing, criado a partir da aplicação de uma pesquisa qualitativa que aborde como tópicos: nível de informação, nível de integração, canais de comunicação interna, ações e campanhas de endomarketing, comunicação do líder com a equipe e a sistemática do processo (Brum, 2017).

Constata-se que a motivação no trabalho é um tópico complexo de ser administrado pelas organizações, visto que envolve fatores individuais de cada colaborador, porém com a realização de pesquisas e aplicação de técnicas, um nível de motivação equilibrado pode ser alcançado em toda a equipe.

1.5 CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL

Um bom clima organizacional garante melhoria no bem-estar dos colaboradores. Para Dutra et al., o clima organizacional é um critério importante para o acompanhamento relacionado a questões de diálogo com a liderança, acesso à informações, oportunidade de crescimento e desenvolvimento na carreira e suporte vindo da liderança (Dutra et al., 2023). Já segundo Lacombe,

> O clima organizacional reflete o grau de satisfação do pessoal com o ambiente interno da empresa. Está vinculado à motivação, à lealdade e à iden--tificação com a empresa, à colaboração entre as pessoas, ao interesse no trabalho, à facilidade das comunicações internas, aos relacionamentos entre as pessoas, aos sentimentos e às emoções, à integração da equipe e outras variá--veis intervenientes (Lacombe, 2021, p. 95).

Chiavenato define que o principal objetivo do nível estratégico da empresa deve ser garantir um clima organizacional propício para a realização pessoal e profissional dos colaboradores e para o comprometimento pessoal com os objetivos e metas organizacionais (Chiavenato, 2023).

Para Brum, o comportamento da liderança afeta significativamente o clima da equipe, sendo um desafio diário para o líder de uma equipe estar com um sentimento positivo sobre o trabalho e a equipe de maneira que seus liderados vejam nele um exemplo e reajam às suas ações da mesma maneira que este age ao dia a dia (Brum, 2010).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Segundo Dutra et al., de acordo com a volatilidade, incertezas e complexidade faz-se necessário: “[...] analisar o clima de tempos em tempos é fundamental para aparar essas arestas e manter um ambiente harmonioso e positivo na organização, levando as pessoas a realizar seu trabalho com eficiência e eficácia” (Dutra et al., 2023, p. 349).

De acordo com Lacombe: “O clima organizacional reflete o grau de satisfação do pessoal com o ambiente interno da empresa.” (Lacombe, 2021, p. 95). Já para Dutra et al., o clima é um do indicador de eficácia da organização e reflete quanto as necessidades dos colaboradores e da organização estão sendo atendidas (Dutra et al., 2023).

Além de que, Lacombe faz uma análise de como o clima organizacional afeta o comportamento dos colaboradores, ele descreve que quando o clima organizacional é bom, os colaboradores tendem a ser mais proativos, compartilham mais conhecimento e agem com sentimento de pertencimento. Ao contrário do que ocorre em um clima organizacional ruim, em que as pessoas fazem o mínimo possível, só sendo motivadas pelo seu salário e a organização apresenta altos índices de rotatividade e o absenteísmo (Lacombe, 2021).

Para a organização analisar seu clima organizacional, podem ser realizadas pesquisas de clima. Dutra et al. define que: “A forma mais usual de medir e avaliar o ambiente de trabalho é realizar pesquisas com as pessoas sobre sua satisfação com o esse ambiente, chamadas de pesquisa de clima” (Dutra et al., 2023, p. 335).

Para Dutra et al.: “As pesquisas de clima são realizadas através de um conjunto de questões que procuram captar a percepção das pessoas sobre suas relações com a organização, chefias, colegas, trabalho e condições de trabalho” (Dutra et al., 2017, p. 351). Arellano defende que: “[...] a pesquisa de clima investiga como está o ambiente organizacional naquele momento” (Arellano, 2023, p. 14).

Dutra et al. complementa que: “Os temas priorizados são, normalmente, ligados a preocupações existentes na organização em relação com seus colaboradores” (Dutra et al., 2023, p. 351). Arellano cita as principais ações a serem executadas em uma pesquisa de clima como sendo: definição do objetivo da pesquisa, métodos de garantia da credibilidade e sigilo, definir os indicadores,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

definir os métodos, elaborar o questionário, aplicá-lo, analisar resultados, divulgar e elaborar os planos de ação (Arellano, 2017).

Observa-se que para manter a motivação das pessoas e, consequentemente, obter bons resultados, é fundamental cultivar uma cultura forte e um clima organizacional positivo. A cultura e o clima estão sendo cada vez mais fatores de diferenciação no mercado, vantagem competitiva e manutenção de talentos.

Lacombe ainda salienta que o clima organizacional reflete a percepção do colaborador da qualidade do ambiente de trabalho, tendo uma forte influência da cultura organizacional (Lacombe, 2021). Dutra et al. define que: “Tanto o clima quanto a cultura organizacional referem-se à forma pela qual os membros de uma organização atribuem sentido ao ambiente em que atuam” (Dutra et al., 2023, p. 349).

Quanto ao conceito de cultura organizacional, Chiavenato traz que:

> A cultura organizacional é um padrão singular de hábitos e costumes básicos compartilhados que um grupo ou organização aprendeu como a maneira de resolver seus problemas de integração interna e adaptação externa e que funciona relativamente bem a ponto de ser considerada válida e desejável para ser transmitida aos novos membros como a maneira correta de perceber, pensar e sentir em relação aos seus problemas (Chiavenato, 2023, p. 9).

Arellano traz em sua obra que há diferentes maneiras de definir a cultura dentro das organizações. Há a ideia de que a cultura organizacional tem aspecto explícito e racional, com a organização tendo uma só cultura que pode ser gerenciada. Em contraponto há a ideia de que a organização não está isolada na sociedade, portanto a cultura organizacional sofre mudanças por meio de fatores internos e externos (Arellano, 2017).

Para Lacombe a cultura organizacional é de extrema importância, visto que é delineadora das ações da organização. A maneira de condução da equipe, as ações pra alcance de objetivos e as prioridades dependem dos valores e da cultura de cada organização, quando esta cultura é bem definida e aplicada há consistência e coerência nas ações, decisões e imagem da organização (Lacombe, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Tanto o clima quanto a cultura organizacional desempenham um papel vital na dinâmica interna de uma empresa. Um ambiente de trabalho positivo e uma cultura coesa têm o poder de inspirar e engajar os colaboradores, fomentando a colaboração e estimulando a criatividade e a inovação. Portanto, é de extrema importância que as organizações estejam constantemente focadas no desenvolvimento de um clima saudável e na construção de uma cultura que esteja alinhada com seus objetivos.

2 METODOLOGIA

A metodologia apresenta as técnicas utilizadas para desenvolver a pesquisa, sendo que as etapas de desenvolvimento são categorização da pesquisa, geração de dados, análise e interpretação dos dados e análise dos resultados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à natureza da pesquisa, o presente trabalho é categorizado como teórico-empírica também conhecida como pesquisa aplicada, pois foi feita com intuito de sugerir ações de endomarketing que melhorem no clima organizacional.

Referente ao tratamento de dados foi utilizada a técnica qualitativa, visto que os dados foram coletados por meio de entrevista com o gestor, realizada no dia 04/09/2023 e utilização dos dados da pesquisa de clima anteriormente aplicada pela empresa, no decorrer do mês de Junho de 2023.

Referente aos objetivos propostos da pesquisa, ela foi exploratória, visto que foi feita uma pesquisa bibliográfica, entrevistas e um estudo de caso. Também é descritiva, pois ocorreu uma observação de descrição da situação atual do endomarketing da agência. E ainda, foi explicativa, pois foca em investigar a causa e a relação entre os eventos.

Quando aos procedimentos técnicos foi utilizado nesta pesquisa o estudo bibliográfico, visto que com a revisão da bibliografia pode-se ter uma base técnica sobre o tema e também o estudo de caso, o estudo tem maior enfoque

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

em um case em especifico, descrevendo a situação e criando teorias sobre as causas, buscando a resolução dos problemas.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Propositando a obtenção das informações fundamentais para a geração dos dados que fundamentam as conclusões da pesquisa, este segmento apresenta as metodologias empregadas para coletar as informações necessárias.

Os dados foram coletados por meio de documentação direta e indireta. A coleta de dados foi realizada pela autora da pesquisa por meio do questionário ao gestor, assim como foram obtidos dados indiretamente provenientes da análise da pesquisa de clima previamente realizada pela empresa e de literatura previamente existente.

Para o gestor, foram desenvolvidas seis questões abertas, visando compreender a visão do mesmo quanto ao endomarketing. A aplicação da entrevista foi realizada em formato de reunião, nas dependências da empresa, com as respostas sendo escritas em papel.

As informações analisadas sobre o clima organizacional são derivadas da pesquisa de clima realizada pela empresa no decorrer do mês de junho de 2023, usando uma plataforma online exclusiva. A pesquisa foi conduzida em toda a cooperativa, mas apenas as respostas da agência de Porto Lucena foram levadas em consideração, com a participação de 8 dos 9 colaboradores da agência.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste trabalho foi utilizado o método dedutivo, no qual a análise de duas proposições leva a uma conclusão. Foram feitas comparações e análise destas para formular as conclusões neste trabalho. Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizadas uma entrevista com o gestor e uma análise da pesquisa de clima realizada com os colaboradores pela própria empresa estudada no mês de Junho de 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

Ao concluir o embasamento do referencial teórico foi iniciado o diagnóstico e análise realizados na empresa. Onde foram feitas observações sobre dados coletados e a pesquisa realizada na empresa do relatório.

3.1 ENTREVISTA COM O GESTOR

Com o objetivo de esclarecer a definição de endomarketing feita pelo gerente da agência, uma entrevista foi conduzida com o mesmo. Foram elaboradas seis questões que foram respondidas no dia 04/09/2023.

A primeira questão tratou sobre como o gestor define o endomarketing, para ele o endomarketing são as ações de relacionamento com o público interno, os colaboradores da empresa, visando o engajamento e satisfação destes.

Observa-se que o gerente da agência tem um conhecimento correto sobre o tema, visto que corresponde ao que Candido e Patrício dizem: “Endomarketing se refere ao marketing direcionado para o público interno de uma organização” (Candido; Patrício, 2016, p. 157).

A segunda indagação foi sobre o que o gestor considera importante em uma ação de endomarketing e como resposta, foi obtido que para o importante é que ela seja a mesma para todos os setores e áreas da empresa, sem fazer distinção entre cargos.

Certamente, a estratégia de endomarketing precisa estar integrada em todos os níveis da empresa, especialmente em uma equipe de dimensões reduzidas, como é o caso da equipe da agência analisada, que conta com nove colaboradores distribuídos entre os setores administrativo e de negócios.

Ainda, é valido ressaltar que outro ponto importante é a clareza das informações passadas por meio do endomarketing, visto que a comunicação interna é a principal atividade dentro do endomarketing, Brum define que o endomarketing é um processo de troca de informações (Brum, 2010, p. 100).

A terceira pergunta abordou a questão do trabalho em equipe na agência, e a resposta dada foi que o trabalho em equipe poderia ser melhor, pois

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

há oportunidade de uma maior aproximação mais e de uma relação de mais confiança.

Aprimorando a confiança por meio da aplicação de técnicas de endomarketing e da intensificação da comunicação, com maior troca de ideias, a agência pode cultivar um ambiente mais positivo, fomentando, assim, um melhor clima e posterior melhor trabalho em equipe.

A pergunta subsequente questionou a percepção do gerente em relação ao clima do ambiente de trabalho na agência, e a resposta dada foi que utiliza-se a metodologia GPTW para medir o clima da cooperativa como um todo e também da agência, em relação a última pesquisa de clima o resultado foi baixo.

O clima organizacional desempenha um papel fundamental na determinação da satisfação e produtividade dos colaboradores. A pesquisa de clima é uma ferramenta que transforma os sentimentos dos colaboradores em dados quantitativos, permitindo uma análise minuciosa e a decisão de manter, ajustar e aprimorar as ações de endomarketing, conforme necessário.

Segundo Chiavenato, muitos fatores podem influenciar no clima organizacional, e é um importante papel do gestor de criar um clima agradável e que apoie mudanças positivas do colaborador (Chiavenato, 2022, p.73).

Posteriormente, abordou-se quais ações de endomarketing eram conhecidas pelo gestor sobre e quais estavam sendo implementadas na agência, e a resposta obtida foi que as ações de endomarketing são criadas pela sede da cooperativa. Na esfera da agência são feitas ações para aniversariantes tanto de idade quanto de empresa, ações do dia das mães e dia dos pais, e também ações quando em alguma certificação é conquistada.

As ações de endomarketing sistematizadas são padrão para todas as agências e sede da cooperativa, porém podem ser incluídas pequenas ações na agência que contribuam para a melhoria do clima. Para Candido e Patrício: “[...] um ponto fundamental para manter o nível de motivação é a atitude do líder” (Candido; Patrício, 2016, p. 163).

Concluindo as perguntas, o gerente foi indagado quais melhorias são sugeridas, a resposta foi que é necessário ter mais conversas sobre o clima entre a equipe e o gestor, uma ação que deverá ser implementada, visto que já está prevista no planejamento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

É de extrema importância a busca pela melhoria contínua, e um ambiente onde se promovem conversas sobre o clima contribui significativamente para melhoria deste. Também é evidente que o gestor mantém a expectativa de aprimorar tanto o ambiente de trabalho quanto as relações dentro da equipe, manifestando interesse na pesquisa e nas conclusões e sugestões que serão desenvolvidas.

3.2 PESQUISA DE CLIMA

A pesquisa de clima foi aplicada pela cooperativa ao decorrer do mês de Junho de 2023, obteve respostas de 8 dos 9 colaboradores da agência. O questionário abrangeu um total de 66 perguntas, das quais 13 foram selecionadas como a base para analisar a motivação dos colaboradores e sua relação com as iniciativas de endomarketing.

Dado que os resultados numéricos da pesquisa de clima são predominantemente utilizados internamente, neste trabalho opta-se por categorizar os resultados em faixas de valores. Resultados na faixa de 75% a 100% são classificados como excelentes; enquanto resultados entre 50% e 74% são considerados bons; resultados na faixa de 25% a 49% são classificados como regulares, e resultados entre 0% e 24% são considerados ruins.

A primeira questão abordada diz respeito à recepção no início da carreira na agência e seu impacto na sensação de acolhimento. Os resultados demonstram que a recepção inicial é excelente. Um acolhimento eficaz ao ingressar em um novo emprego é crucial para uma integração mais harmoniosa na equipe, promove o senso de pertencimento, e tem um impacto significativo no aumento da produtividade, motivação e na qualidade das relações interpessoais.

Chiavenato traz que um bom programa de introdução eficaz do colaborador na organização resulta em um rápido entendimento do conhecimento essencial relacionado a normas, regulamentos e procedimentos que se aplicam a ele, o novo colaborador recebe orientações alinhadas com os requisitos estabelecidos na descrição do cargo que irá desempenhar (Chiavenato, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A questão seguinte discute a concessão de autonomia pelo gestor ao colaborador, e o resultado foi classificado como bom. A autonomia concedida ao colaborador estabelece uma relação de confiança entre ambos, promovendo um ambiente de trabalho mais eficaz, criativo e motivador.

A próxima questão trata da disponibilidade de treinamento ou outras oportunidades de desenvolvimento para promover o crescimento profissional do colaborador e o resultado foi excelente. O treinamento é um componente essencial, uma vez que permite que os colaboradores adquiram e aprimorem habilidades diretamente relacionadas às suas responsabilidades. Que, por sua vez, os torna mais competentes e eficazes em suas funções e, adicionalmente, fortalece a capacidade da empresa de inovar e se adaptar em um ambiente de negócios em constante transformação.

Chiavenato cita em sua obra que: “[...] o treinamento tem por finalidade ajudar a alcançar os objetivos da empresa, proporcionando oportunidades aos colaboradores de todos os níveis de obterem o conhecimento, a prática e a conduta requeridos pela organização” (Chiavenato, 2022, p. 40).

Na questão seguinte, foi analisado se o gestor encoraja novas ideias e sugestões, levando-as em consideração de maneira genuína. Obteve um resultado bom. Com as ideias e sugestões dos colaboradores sendo levadas em consideração, há os benefícios tangíveis de insights valiosos e um engajamento mais alto da equipe, resultando em melhorias operacionais e soluções criativas para problemas.

Na próxima pergunta, investigou-se se o gestor efetivamente incentiva e considera tais ideias e sugestões dos colaboradores, demonstrando um resultado bom nesse aspecto. Quando as contribuições dos colaboradores são genuinamente valorizadas e incorporadas, há um ganho coletivo como já mencionado anteriormente.

Para Cândido e Patrício: “Uma das principais frentes de inovação tem sido embasada na maneira como as empresas geram conhecimento através do trabalho colaborativo e a forma como gerenciam o conhecimento produzido” (Candido; Patrício, 2016, p. 97).

Quando questionado sobre se a agência proporciona um ambiente de trabalho psicológica e emocionalmente saudável, o resultado obtido foi regular.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A saúde mental é uma das necessidades fundamentais do ser humano, sendo essencial para manter o equilíbrio emocional, a resiliência e a capacidade de enfrentar os desafios e o estresse diário no trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento das relações interpessoais e o desempenho no trabalho.

A questão subsequente investiga se todos têm a chance de receber um reconhecimento especial, e o resultado é um desempenho bom nesse aspecto. O reconhecimento é uma influente fonte de motivação que melhora o nível de engajamento da equipe, proporciona um senso de propósito e pertencimento, fomenta uma cultura de colaboração e apoio, e, quando alinhado com os objetivos da organização, ajuda a alinhar o trabalho dos colaboradores com a visão da empresa.

Nas palavras de Brum, ocasionalmente podemos notar que, assim como os líderes podem enfrentar desafios ao expressar elogios, os colaboradores podem ter dificuldade em reconhecer o *feedback* positivo como uma forma de elogio. (BRUM, 2010). Faz-se necessário o conhecimento de como elogiar sem incluir simultaneamente uma crítica na fala, sendo necessário por vezes também fazer um elogio simples.

A questão seguinte é se independente da posição na agência, o colaborador sente-se valorizado e significativo. O resultado obtido foi excelente. A igualdade no tratamento, sem distinção de nível hierárquico ou função, promove um ambiente de trabalho mais justo, harmonioso, equitativo e inclusivo. Além disso, é importante considerar que o trabalho de um colaborador complementa o do outro, todos trabalhando em conjunto para alcançar o objetivo coletivo.

Questionando sobre a facilidade de se aproximar do gestor e de falar com ele, o resultado obtido foi regular. A oportunidade de se aproximar e comunicar de forma direta com o gestor facilita o esclarecimento de dúvidas, a discussão de tarefas e projetos, a obtenção de *feedback* para identificar oportunidades de melhoria e aprimoramento de habilidades, além de permitir uma resolução mais ágil e eficaz de problemas.

Cândido e Patrício ressaltam que um ponto fundamental para manter o nível de motivação é a atitude do líder, o que pode ser muito mais fácil em times

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

menores já que há maior proximidade entre liderança e subordinados (Candido; Patrício, 2016).

A próxima questão foi se o gestor demonstra habilidade na coordenação dos colaboradores e na distribuição adequada de tarefas, obteve resultado regular. A efetiva coordenação dos colaboradores e a alocação apropriada de tarefas asseguram a execução eficiente das atividades, reduzindo o estresse, o desperdício de recursos e tempo. Além disso, essas práticas maximizam a produtividade da equipe, aprimoram a qualidade do trabalho e otimizam a utilização das habilidades individuais.

Quando questionado se os colaboradores tem orgulho de contar a outras pessoas que trabalham na cooperativa o resultado obtido foi excelente. O sentimento de orgulho em relação ao trabalho desempenhado tem um impacto direto na satisfação pessoal do colaborador, no aumento do seu engajamento, na melhoria da qualidade do trabalho realizado e na confiança que ele deposita em si mesmo.

De acordo com Brum, as pessoas querem fazer um bom trabalho, sendo que o orgulho do trabalho bem feito é dos maiores motivadores (Brum, 2010). Já para França sentimento de orgulho ao trabalhar em uma empresa surge da reputação positiva da organização, satisfação dos clientes, entrega de produtos e serviços de qualidade e da atuação socialmente responsável (França, 2013).

A próxima questão tratou sobre os benefícios, se os colaboradores os achavam especiais e diferenciados, o resultado obtido foi bom. Proporcionar uma seleção equilibrada de benefícios complementares é de importância vital na atração de talentos, na retenção de colaboradores e no cultivo de uma cultura organizacional saudável. Esses benefícios não apenas contribuem para o bem-estar e a satisfação dos colaboradores, mas também têm o potencial de exercer um impacto considerável no desempenho geral da empresa.

Além dos benefícios como vale-alimentação, auxílio creche, planos de saúde e odontológico, previdência privada e a participação de lucros, há também a cinesioterapia, que auxilia no alívio das dores musculares, na melhoria da postura e na mobilidade. Esse cuidado é especialmente essencial para aqueles que passam longos períodos sentados, além de proporcionar relaxamento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Na questão seguinte, foi avaliado se o líder discute com o colaborador seus pontos fortes e necessidade de desenvolvimento visando o meu aprimoramento profissional o resultado obtido foi bom. O *feedback* desempenha um papel crucial ao manter o colaborador informado sobre o desempenho de seu trabalho, destacando a importância da melhoria contínua e do desenvolvimento profissional. Além de tornar possível uma comunicação eficaz e fortalecer as relações interpessoais.

Para Brum: “[...] o melhor reconhecimento do seu valor é ser chamado na sala da direção para receber um elogio verbal do presidente ou do diretor” (Brum, 2010, p. 244). Expandindo para o caso em análise, o reconhecimento não necessariamente deve ser originado pelo presidente da cooperativa, mas sim pelo gerente da agência, que é o supervisor direto.

Quando pedido se o colaborador pretende trabalhar na cooperativa por muito tempo o resultado obtido foi excelente. Isso demonstra que a retenção de talentos da empresa é muito bom, garantindo a estabilidade, a produtividade e o sucesso a longo prazo da empresa, além de fortalecer a sua reputação no mercado de trabalho.

3.3 SUGESTÕES DE AÇÕES DE ENDOMARKETING PARA MELHORA DO CLIMA ORGANIZACIONAL DA AGÊNCIA

Melhorar o clima organizacional é um desafio constante para todas as empresas e as estratégias de endomarketing podem desempenhar um papel essencial na busca por um ambiente de trabalho mais produtivo e harmonioso. Neste capítulo, serão abordadas ações de endomarketing destinadas a aprimorar os aspectos previamente identificados na pesquisa de clima e na entrevista com o gestor, visando à melhoria do clima na agência.

Candido e Patrício trazem que algumas opções de baixo custo para melhorar o endomarketing são: “[...] investir em capacitação com treinamentos, estabelecer metas e premiações; promover confraternizações para melhorar o entrosamento dos colaboradores” (Candido; Patrício, 2016, p. 163).

No entanto, é importante ressaltar que normalmente a maioria das iniciativas de endomarketing são estabelecidas pela cooperativa, e a agência

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

não possui muita margem para divergir desse aspecto. As ações que podem ser implementadas dentro da agência estão mais relacionadas ao apoio do gestor direto e à integração dos colaboradores.

Uma das áreas mais importantes para aprimoramento é a oportunidade de interagir com o supervisor e os feedbacks oferecidos. É essencial discernir quando é apropriado fornecer feedback de forma coletiva e quando é mais adequado realizar uma conversa individualizada. O objetivo principal é sempre promover um feedback construtivo e estar pronto para auxiliar nas adaptações necessárias.

Pois, como aponta Dutra *et.al.:* "As ações de desenvolvimento devem ser definidas a partir das necessidades de cada pessoa em particular e a partir da premissa de ajudar a pessoa a mobilizar seus pontos fortes para desenvolver-se" (Dutra et al., 2023, p. 167). Cada indivíduo tem necessidades diferentes, sendo que as conversas e feedbacks devem ser orientados de acordo com a pessoa, também porquê um colaborador pode não se sentir confortável com seus pontos fracos sendo discutidos dentro do grande grupo.

Para assegurar o alinhamento das expectativas entre o gestor e os colaboradores, a cultura de conduzir breves reuniões de alinhamento no início da semana é igualmente crucial, uma prática que já está em andamento e merece continuidade. Essa abordagem se fundamenta, sobretudo, na comunicação franca e transparente, proporcionando uma compreensão clara tanto dos objetivos individuais quanto dos objetivos da agência.

É importante enfatizar que, da mesma forma que se espera responsabilidade na busca dos objetivos, também é fundamental celebrar quando esses objetivos são atingidos. O reconhecimento dos esforços da equipe desempenha um papel extremamente significativo, uma vez que a equipe enfrentou as dificuldades cotidianas para alcançar esses objetivos e, portanto, merece compartilhar a comemoração dessas conquistas em conjunto.

Para Dutra *et. al*. a gestão de pessoas abrange uma variedade de aspectos, que vão desde a coordenação das equipes, a promoção da integração entre funcionários e parceiros, até a criação de um ambiente de trabalho onde a confiança e o comprometimento são cultivados através do reconhecimento das

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

contribuições individuais e em grupo, com uma comunicação transparente e eficaz (Dutra et al., 2023)

Torna-se clara a importância de estabelecer um ambiente mais confiável para promover a troca de ideias entre gestor e colaboradores. Nesse sentido, a comunicação transparente e a empatia desempenham um papel fundamental. É importante não descartar as ideias de imediato; ao contrário, elas devem ser objeto de discussão e aperfeiçoamento, fomentando um diálogo construtivo. A construção da confiança é um processo gradual, moldado por pequenas ações cotidianas.

É necessário promover um maior estímulo às novas ideias, incentivando os colaboradores a explorar novas abordagens e soluções, mesmo que estas não sejam necessariamente as escolhas ideais. A experimentação faz parte do processo de aprimoramento, algo que pode trazer benefícios tanto para a empresa quanto para seus colaboradores, a capacidade de aprender com os erros desempenha um papel essencial no processo de inovação.

Segundo Chiavenato, as organizações modernas são como organizações de aprendizagem na qual: “equipes que cultivem uma nova cultura que enfatiza o compartilhamento do conhecimento, as comunicações abertas, o espírito de equipe e a ampla difusão de novas ideias em toda a organização” (Chiavenato, 2022, p. 107).

Já foram implementadas diversas iniciativas de melhoria, como as reuniões no início da semana e encontros para discutir as boas práticas, no entanto, existem áreas que precisam de aprimoramento. Além disso, algumas práticas já estão bem estabelecidas e devem ser mantidas, com foco na melhoria contínua ao longo do tempo.

A fim de facilitar o acompanhamento e implementação das atividades identificadas como cruciais para a manutenção e melhoria, elaborou-se a seguinte tabela do plano de ação com a abordagem 5W2H. Visando um melhor planejamento das atividades e utilizando-se de um recurso visual para tal.

Ilustração 1: Plano de Ação de endomarketing.

O quê?	Porque?	Onde?	Quem?	Quando?	Como?	Quanto custa?
		Na agência	O gerente			Gratuito

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Aumentar quantidade de reuniões de feedback	Aumentar a motivação e também para melhora das entregas			1 vez ao mês	Chamar cada colaborador para uma conversa particular.	
Realizar reuniões de alinhamento	Melhorar o fluxo de informações importantes trabalhando em busca do objetivo	Na agência	O gerente	Cada início de semana	Convidar todos os colaboradores para falar sobre o planejamento da semana.	Gratuito
Proporcionar mais comemorações em conjunto	Integrar ainda mais o time, convivendo em algum local fora da agência.	Bares, lanchonetes ou demais locais de integração	O gerente	Quando um objetivo importante for alcançado	Combinar com todos os colaboradores para saírem depois do expediente.	De R$ 20,00 a R$ 30,00 de cada colaborador
Aumentar estímulo de novas ideias	Buscar a melhoria de processos internos, visando a inovação	Na agência	O gerente	Sempre	Promover discussões com o time com as práticas adotadas e incentivar novas formas de resolver problemas.	Gratuito

Fonte: produção do pesquisador.

As ações sugeridas podem ser adaptadas conforme as necessidades e possibilidades do dia a dia da agência, visto que em certos momentos há mais fluxo de pessoas buscando atendimento e maior quantidade de demandas a serem realizadas e em outros um menor fluxo.

É necessário ter um dinamismo na gestão para que as ações elencadas no plano de ação sejam planejadas e adaptadas para que as datas e horários de encontros, feedbacks e reuniões de maneira que não sobreponham os compromissos agendados previamente pelos colaboradores ou momentos em que há a necessidade de realizar atendimentos.

CONCLUSÃO

As pessoas desempenham um papel essencial no sucesso de qualquer organização, independentemente de ramo de atuação ou dimensão, sendo que a capacidade de recrutar, capacitar, inspirar e manter talentos é um elemento crítico para o desempenho da empresa. Neste contexto, uma cultura de motivação e um ambiente de trabalho favorável são a base para o sucesso organizacional, alcance de objetivos e manutenção de talentos na organização.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O presente estudo teve como objetivo geral, analisar as ações de endomarketing utilizadas na agência de uma cooperativa de crédito da cidade de Porto Lucena/RS, comparando-as com os resultados da pesquisa de clima.

O primeiro objetivo específico foi realizar uma entrevista com o gerente da agência para conhecer o atual processo de endomarketing e questões de clima na agência. Este objetivo foi atingido no item 3.1, no qual transcreveu-se a entrevista qualitativa realizada com o gerente na qual foram identificadas as ações realizadas pela cooperativa atualmente e como o mesmo avalia o clima.

O segundo objetivo específico do estudo foi analisar os resultados da pesquisa de clima do último ano. No qual foi utilizada a pesquisa aplicada pela empresa, com questões voltadas ao clima, remuneração, engajamento da qual foram extraídas 13 questões consideradas mais relevantes a este trabalho presente no item 3.2.

O terceiro objetivo específico teve como finalidade propor ações que busquem ações voltadas para melhoria do endomarketing na organização, e consequentemente a melhora do clima da agência. Este objetivo foi atingido no item 3.3 na qual foram propostas melhorias nas ações de marketing.

Pode ser observado que as principais ações de endomarketing partem da Sede da Cooperativa. Sendo que na esfera da agência é notável que a relação entre o gestor e os colaboradores e a comunicação interna são muito impactantes, pontos que a partir da análise do próprio gestor e também dos resultados da pesquisa de clima podem ser melhorados.

Da mesma forma, é necessário cultivar e fortalecer o vínculo de confiança entre o gestor e o colaborador, com feedbacks construtivos a fim de criar um ambiente mais propício à livre manifestação de ideias inovadoras e à possibilidade de contar com o apoio do líder no desenvolvimento pessoal de cada membro da equipe.

Futuramente, é possível realizar um acompanhamento para verificar se os elementos destacados apresentaram melhorias, avaliando se a pesquisa de clima revelou resultados mais favoráveis. Seria interessante comparar os resultados da pesquisa de clima realizada no ano de 2023 com a pesquisa que será feita em 2024.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Este estudo possui uma significativa relevância para a agência em análise, uma vez que ela possibilita a análise de aspectos e ações de endomarketing que podem ser aprimorados para a melhoria do ambiente de trabalho. Do ponto de vista da autora, o estudo detém um valor considerável, pois permite a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos na faculdade e oferece uma oportunidade de compreender a dinâmica do mercado de trabalho.

Para a FEMA o presente trabalho, poderá ser usado como base para estudos futuros. Uma vez que o campo de endomarketing abrange uma variedade de técnicas, é possível conduzir pesquisas em empresas de outras áreas, outras dimensões e outros tipos de atividades econômicas para obter uma compreensão mais profunda da estrutura das ações de endomarketing em diferentes organizações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edmundo M. S.; AVANZI, Renato. **Marketing Motivacional:** para endomarketing, campanhas de incentivo e ações de comunicação. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 186 p.

ARELLANO, Eliete B. CESAR, Ana M. V. C. **Gestão de Pessoas:** nas empresas contemporâneas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 382 p.

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endormarketing de A a Z:** como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa. São Paulo: Integrare, 2010. 255 p.

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endormarketing Estratégico:** como transformar líderes em comunicadores e empregados em seguidores. São Paulo: Integrare, 2017. 272 p.

CANDIDO, Claudio R; PATRÍCIO, Patrícia. **Empreendedorismo** - uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro, ltc, 2016. 217 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas**: transformando o executivo em um excelente líder de talentos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2023. 235 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos:** como incrementar talentos na empresa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 151 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

DUTRA, Joel S.; DUTRA, Tatiana A.; DUTRA, Gabriela A. **Gestão de Pessoas:** realidade atual e desafios futuros. São Paulo: Atlas, 2023. 460 p.

FRANÇA, Ana Cristina L. **Práticas de Recursos Humanos –** PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2013. 267 p.

GREWAL, Dhruv. **Marketing.** 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 497 p.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 5.0:** tecnologia para a humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021. 216 p.

LACOMBE, Francisco J. M. **Recursos Humanos:** princípios e tendências. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 185 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar
Ano 4, v. 04, jan./dez. 2023.

IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM UMA EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO WEB E SOLUÇÕES DIGITAIS.

Carina Borges[1]
Emily Amanda Bruxel Pinceta[2]

RESUMO

Em agosto de 2018, foi promulgada, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entrou em vigor em setembro de 2020, após dois anos de aprovação permitindo que as empresas se preparassem para cumprir as exigências relacionadas à proteção de dados pessoais. A LGPD foi criada com o intuito de proteger a privacidade dos cidadãos brasileiros e regular o tratamento de seus dados pessoais por parte de organizações públicas e privadas. O tema deste trabalho é a implementação da LGPD em uma empresa de Desenvolvimento *Web* e Soluções Digitais. A delimitação do tema é a implementação da LGPD em uma empresa de Desenvolvimento *Web* e Soluções Digitais localizada na cidade de Santa Rosa- RS. A partir deste contexto, este trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Como a empresa de Desenvolvimento *Web* e Soluções Digitais estudada está se adequando a lei (LGPD) e como pode ser implementada? O objetivo deste trabalho é verificar e identificar possibilidades de implantação da LGPD por meio de sugestões para uma empresa incubada da IATI (Incubada Acadêmica de Tecnologia e Inovação). No referencial teórico são apresentados os conceitos e terminologias da LGPD, ressaltar o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão responsável pela fiscalização e as penalidades oriundas da LGPD. Quanto a metodologia este estudo utiliza como plano de análise e interpretação dos dados o método dedutivo e qualitativo, o plano de produção de dados do trabalho apresentado é o estudo de documentação direta e indireta. Os procedimentos técnicos utilizados para a elaboração do estudo, consistem em pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Por meio da pesquisa realizada, identificou-se a necessidade da criação de métodos que visem contribuir com a segurança dos dados tratados pela empresa estudada.

Palavras-chave: Implementação; Legislação; Proposta; Fiscalização.

ABSTRACT

In August 2018, the General Data Protection Law (LGPD) was enacted in Brazil, which came into force in September 2020, after two years of approval, allowing companies to prepare to comply with requirements related to the protection of

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis –Graduação. Faculdades Integradas Machado de Assis. Borgescarina0@gmail.com
[2] Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. Especialista em Direto Penal e Criminologia. Orientadora. Professora do Curso de Ciências Contábeis e Administração. Faculdades Integradas Machado de Assis. emilypinceta@gmail.com

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

personal data. The LGPD was created in order to protect the privacy of Brazilian citizens and regulate the processing of their personal data by public and private organizations. The theme of this work is the implementation of the LGPD in a Web Development and Digital Solutions company. The delimitation of the theme is the implementation of the LGPD in a Web Development and Digital Solutions company located in the city of Santa Rosa-RS. From this context, this work presents the following research problem: How is the Web Development and Digital Solutions company studying adapting to the law (LGPD) and how can it be implemented? The objective of this work is to verify and identify possibilities for the implementation of the LGPD through suggestions for a company incubated by IATI (Academic Incubation of Technology and Innovation). In the theoretical framework, the concepts and terminologies of the LGPD are presented, highlighting the role of the National Data Protection Authority (ANPD), the body responsible for oversight, and the penalties arising from the LGPD. As for the methodology, this study uses the deductive and qualitative method as a plan of analysis and interpretation of the data, the data production plan of the work presented is the study of direct and indirect documentation. The technical procedures used for the elaboration of the study consist of bibliographic research and case study. Through the research carried out, it was identified the need to create methods that aim to contribute to the security of the data processed by the studied company.

Keywords: Implementation; Legislation; Proposal; Surveillance.

INTRODUÇÃO

A legislação brasileira está em constante evolução, incluindo mudanças significativas em segurança e direitos, como por exemplo, a vigência da Lei nº 13.709/2018, que regula o uso de dados pessoais no país. Atualmente, as empresas precisam realizar um planejamento cuidadoso para implementar essa lei. A conformidade não apenas é uma exigência legal, mas, também uma oportunidade para construir confiança com os clientes, promovendo transparência e integridade no tratamento de dados pessoais. Estar atento às mudanças legais e adotar estratégias proativas são essenciais para garantir segurança e proteger os direitos individuais em um ambiente digital complexo.

Este trabalho tem como tema a implementação da LGPD, tendo como delimitação a implementação da Lei Geral de Proteção de dados (LGPD) em uma Agência de Desenvolvimento *Web* e Soluções Digitais localizada na cidade de Santa Rosa- RS. O objetivo geral está conectado em elaborar uma proposta

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

que auxilie a Agência De Desenvolvimento *Web* na adequação da LGPD, a fim de criar melhorias efetivas para se adequar à lei e, inclusive, contribuir para seus clientes.

Para atender ao objetivo geral do trabalho, tem-se os seguintes objetivos específicos: a) analisar os impactos que a implementação da LGPD poderá causar na empresa; b) propor um plano que vise contribuir para uma melhor adequação da LGPD na empresa estudada; c) desenvolver referências de documentos, como formulários de consentimento e avisos de privacidade, para a empresa seguir os padrões instituídos pela LGPD.

Quanto a natureza, este trabalho adota a pesquisa aplicada, tendo como objetivo a geração da compreensão para aplicação direta e prática, direcionados a resolução de problemas. O tratamento dos dados se adota o método qualitativo; para os objetivos propostos, este trabalho se classifica em pesquisa exploratória; descritiva e explicativa.

O estudo desta temática é de suma relevância, pois está relacionado a dados sensíveis capaz de ferir a intimidade e a vida privada de uma pessoa, caso haja o vazamento de dados. Os dados estão cada vez mais suscetíveis a possíveis exposições, diante disso, é importante realizar a pesquisa para gerar conscientização e informação para o público em geral

Este trabalho poderá auxiliar em pesquisas futuras, ficando a disposição na biblioteca da faculdade, inclusive, em uma futura publicação. Permitindo que demais acadêmicos e a população em geral busque apoio no material produzido acerca deste tema.

A pesquisa auxiliará a empresa estudada na adequação e implementação gerando credibilidade com clientes, protegendo de punições e multas que podem ser aplicadas pela fiscalização, a fim de resguardar informações de cunho pessoal. Ainda, será possível expandir um nicho de mercado de consultoria, agregando conhecimento sobre este tema atual e de grande relevância.

Para a acadêmica, a presente pesquisa permitirá que se atualize e evolua profissionalmente, e, futuramente, busque uma especialização na área, possibilitando a abertura de portas na área profissional. A partir desta pesquisa a acadêmica, poderá perquirir mais informações e agregar aos demais acadêmicos que tiverem interesse pelo tema.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A metodologia adotada no plano de produção de dados do trabalho, apresenta o estudo de documentação direta e indireta, utiliza- se como plano de análise e de interpretação dos dados o método dedutivo.

Para a produção deste artigo, utilizou-se diversas obras bibliográficas a fim de definir e compreender a LGPD, explicar sobre a ANPD, órgão fiscalizador e sobre as penalidades da LGPD. Os documentos utilizados na pesquisa bibliográfica, foram baseados nas teses de autores em livros, orientações em cartilhas fornecidas pelo Governo Federal, *E-books* e documentos que agregassem a este trabalho. Os principais autores foram Lima; Crespo, Lima; Almeida, Pinheiro, Maldonado; Blum entre outros. Os fatos abordados buscam gerar conhecimento aos leitores explicando como funciona a LGPD, eis que a temática gera inquietação em razão de suas adequações e a forma de efetivar a implementação.

O trabalho busca desenvolver propostas para que a empresa estudada faça a implementação da LGPD na rotina da empresa, tentando mitigar futuros riscos que envolvam o vazamento de dados, considerando que a empresa trabalha com o desenvolvimento *web*, hospedagens e soluções digitais. Os formulários e as informações geradas podem ser repassados à empresa Digital *Help*.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do referencial teórico é possível verificar a posição do problema pesquisado, em aspecto teórico e de demais pesquisas (Lakatos; Marconi, 2021). Neste tópico, são apresentadas as definições da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD; Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); Penalidades da LGPD.

1.1 DEFINIÇÕES DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), implementada no Brasil em 2018, representa uma peça chave na preservação da privacidade e segurança das informações pessoais, sendo inspirada na regulamentação europeia GDPR.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Com o objetivo principal de resguardar dados de pessoas físicas, incluindo aqueles sob posse de entidades jurídicas, a LGPD é uma legislação específica que, embora não seja a única a priorizar a privacidade, destaca-se por sua abordagem direcionada à Proteção de Dados.

A lei geral de proteção de dados foi inspirada na lei estrangeira de proteção de dados europeia (GDPR). Tem como objetivo principal proteger os dados pessoais de pessoas físicas, incluindo os dados em posse de pessoas jurídicas, sendo o foco principal pessoas físicas, funcionários, clientes e terceiros (Garcia; Barretto, 2020).

Criada em 14 de agosto de 2018, sofreu alteração pela Medida Provisória nº 869/2018 e pela Lei nº 13.853/2019. É a legislação específica mais atual, porém, não é somente ela que preza pela privacidade, mas por ser específica ao assunto da Proteção de Dados, possibilita a criação de sanções direcionadas e de governança que enquadra a Presidência da República (Garcia; Barretto, 2020).

Segundo Pinheiro, a LGPD teve origem da PLC n.º 53/2018, legislação excessivamente técnica, que abrange diversos itens de controle a fim de assegurar o cumprimento das garantias em relação a proteção dos direitos. O prazo de adaptação inicial estabelecido para a adequação das regras foi de dezoito meses para organizações públicas e privadas independente do porte ou ramo de mercado, a fim de cumprir às exigências de maneira eficiente, alcançando a segurança e a proteção dos dados nacionalmente e internacionalmente quando envolve dados fora do Brasil. Porém, ocorreu a alteração do prazo devido a pandemia do Covid-19, que gerou impactos no mundo todo. A partir do dia 1º de agosto de 2021, entrou em vigor no país a aplicação de sanções quando se trata de descumprimento da Lei nº 13.709/2018. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), com o apoio do poder executivo, é encarregada da proteção de dados pessoais e da privacidade, além de que está sendo rotineiramente anunciado que estão ocorrendo vazamento dos dados, fazendo com que tenha a aplicação de penalidades (Pinheiro, 2021).

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais brasileira (LGPD) tem o intuito de proteger dados de documentos sigilosos, segredos, estratégias, *softwares*, patentes e algoritmos, bem como diversos documentos e informações que não

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

estão associados a uma pessoa natural identificada. Essas informações e documentos legais encontram-se apoiada em diversos diplomas legais, amparadas pela Lei de *Software* (Lei 9.609/1998), Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/1998) e Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/1996). A lei também trata dos dados *online* e *off-line*, pelo motivo de tudo estar no meio digital (Lima; Almeida, 2020).

Inicialmente, a lei define claramente os objetivos e escopo de atuação. No artigo 1º da LGPD Lei nº 13.709/2018, prevê a proteção dos direitos fundamentais de liberdade, privacidade, direito de desenvolvimento das pessoas, que possam ser feridos por pessoa física ou jurídica (Garcia; Barreto, 2020).

A lei foi criada, principalmente, diante da necessidade de regulamentar o uso, evolução das redes de comunicação, a expansão da tecnologia a partir de 1970, quando o número de processamento de dados teve crescimento e ocorreu devido ao período que se seguiu à formação de blocos econômicos regionais, incentivando o compartilhamento em grande escala, tanto nacional quanto internacional, de dados pessoais (Maldonado; Blum, 2020).

A LGPD é vista como a norma que estabelece limites em relação ao compartilhamento de informações pessoais, limites esses necessários tanto para órgãos públicos quanto para empresas, levando em consideração a adequação e conformidade às diversas regras do tratamento dos dados pessoais. É crucial dedicar um período de estudo à legislação, a fim de interpretar corretamente os conceitos e terminologias presentes na normativa. Durante esse estudo, é fundamental estabelecer parâmetros claros, por exemplo, a definição de responsabilidades, procedimentos de coleta e armazenamento, mecanismos de segurança de dados, além de diretrizes claras para o consentimento do titular dos dados, garantindo, assim, uma aplicação eficaz da LGPD (Garcia; Barreto, 2020).

A LGPD apresenta conceitos e terminologias que são fundamentais e servem de objeto de coerência em documentos, tendo atenção especial às políticas, às normas, aos procedimentos e aos contratos. Segundo Pinheiro, essas são as terminologias e conceitos indispensáveis (Pinheiro, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A tabela apontada na Ilustração 1 a seguir, apresenta as terminologias e os respectivos conceitos que estão relacionados a Lei Geral de Proteção de Dados.

Tabela 1: Conceitos e terminologias sobre a LGPD.

TERMINOLOGIA	CONCEITUAÇÃO
Titular	Pessoa física, natural a quem se referem os dados pessoais que sãoobjeto de algum tratamento.
Tratamento de dados	São operações praticadas com manuseio de dados pessoais: coleta, produção, recepção, classificação, eliminação, avaliação ou controleda informação, comunicação, difusão ou extração etc.
Dados pessoais	Informação feitas a uma pessoa identificada ou identificável, não se limitando, nome, sobrenome, apelido, etc., são todos os dados pessoais relacionados pela pessoa natural viva.
Dados pessoais sensíveis	Dados relacionados a características da personalidade das pessoas, escolhas, origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, dados referentes a saúde e vida sexual, dados genéticos.
Dados anonimizados	São informações a um titular que não pode ser identificado, considerando-se meios técnicos razoáveis disponíveis na ocasião do tratamento.
Anonimização	Utilização de meios técnicos disponíveis no momento do tratamento, forma que um dado perde a possibilidade de associação direta ouindireta de uma pessoa.
Consentimento	Manifestação livre, o titular concorda com o uso de dados pessoaispara determinado fim. Não é o único motivo pelo que autoriza o tratamento de dados.
Agentes de tratamento	Possui o controlador pessoa natural ou jurídica que recebe os dadospessoais com consentimento, hipóteses de exceção. O operador é pessoa natural ou jurídica, utiliza os dados pessoais motivadas porcontrato ou obrigação legal.
Encarregado	Pessoa natural, indicada pelo controlado, tem atuação de comunicação entre controlador e os titulares e autoridade nacional,pode ser pessoa física ou jurídica, interno e externo.
Transferência internacional de dados	Transferência de dados pessoais do país estrangeiro ou organismointernacional de qual o país membro.

Fonte: (Pinheiro, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Para a proteção das informações pessoais, os conceitos que acompanham a lei são de suma importância, pois apontam a defesa de livre iniciativa, conservação da inovação, uma vez que a lei não considera dados que não são possíveis identificar o titular, portanto, gera a inaplicabilidade da legislação (Maldonado; Blum, 2019).

Os pilares da proteção dos dados é a confidenciabilidade, integridade e disponibilidade, visto que são de extrema importância para a utilização em ambientes que contém informações pessoais. A confidenciabilidade, permite que a informação não seja revelada ou disponibilizada para pessoas ou instituições desautorizadas. Por outro lado, a integridade defende a exatidão e perfeição e, por último, o pilar da disponibilidade, que significa estar acessível e útil, por entidade autorizada, posto isso, o sistema deve garantir redundância e liberdade não podendo ocorrer a existência de falhas (Lima; Almeida, 2020).

Diante disso, é possível verificar que a legislação técnica que busca assegurar a segurança da proteção de dados pessoais sensíveis nacionalmente e internacionalmente, juntamente com a legislação, surgem terminologias e conceitos fundamentais para o entendimento da lei.

1.2 AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD)

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados é uma entidade vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com propósito principal de proteger dados pessoais e regular a Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil. A ANPD possui autonomia técnica e decisória, bem como diretores com mandato fixo dos administradores. Inicialmente, foi criada como parte da administração pública federal direta, mas no ano de 2022, foi transformada em uma entidade da administração pública federal indireta, sujeita a um regime autárquico especial, mediante a Lei nº 14.460/2022 (Brasil, 2023).

Nos artigos 46 e seguintes, da LGPD, são impostas obrigações relacionadas à segurança de informação ligados aos dados pessoais, que tiveram base em boas práticas internacionais, que transmitem um conjunto de orientações. A implementação e a manutenção de medidas que regulam e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

organizam as obrigações, em certos casos podem ser específicas e complexas, necessitando de elevados investimentos com potencial de gerar um impacto financeiro aos agentes de tratamento de pequeno porte (Brasil, 2021).

Conforme as orientações de boas práticas da ANPD, é de suma importância que as empresas possuam medidas administrativas, política de segurança da informação, consistindo em um aglomerado de regras, que objetivam o planejamento, a implementação e controle de ações, interligadas a segurança dos dados da empesa (Brasil, 2023).

Esta política pode ser aplicada em empresas de qualquer porte, compreendendo a boa prática da gestão e segurança. Não é uma prática obrigatória, porém, a ANPD incentiva sua implementação, por agentes de tratamento de pequeno porte, pois demonstram boa-fé e diligência na confiança dos dados em sua posse. A ANPD recomenda que as organizações implementem uma política de segurança da informação, mesmo que simplificada, com revisões regulares. Essa política deve abranger controles relacionados ao tratamento de dados pessoais, incluindo cópias de segurança, senhas, controle de acesso, compartilhamento de dados, atualização de *software*, uso de e-mail e antivírus, entre outros (Brasil, 2020).

O treinamento e a conscientização, também são fatores importantes, pois é sugestivo que os agentes de tratamento de pequeno porte façam treinamentos com seus funcionários enfatizando as obrigações, responsabilidades e consequências atreladas ao tratamento dos dados. É necessário que informe, principalmente, aos envolvido nas atividades, sobre as obrigações presentes na LGPD e as orientações descritas na ANPD. O gerenciamento de contratos é importante, sendo recomendável utilizar termos de confidencialidade, fazendo com que os funcionários da empresa se comprometam com o sigilo das informações (Brasil, 2020).

Medidas técnicas também são necessárias, por exemplo, a utilização de controles de acesso que busca garantir que os dados sejam acessados exclusivamente por pessoas autorizadas, tendo processos de autenticação, auditoria e autorização. É importante implementar um sistema de acesso aos usuários, com níveis de permissão na proporção e na necessidade de trabalhar (Brasil, 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A segurança dos dados pessoais que são armazenados, é o foco principal. O agente deve analisar se os dados retidos são realmente essenciais para a realização das atividades ou finalidades especificas, pois, fazendo a análise pode evitar riscos de incidentes que comprometam a segurança. As empresas devem se atentar ao princípio da necessidade previsto no art. 6º, III, da LGPD, principalmente aquelas de pequeno porte. Os titulares devem coletar os dados que são necessários para atingir a excelência das suas atividades, nos arquivos, é incentivado as técnicas de pseudonimização, para dificultar a identificação em casos de invasão (Brasil, 2021).

A comunicação é um ponto relevante em uma empresa, por este motivo sua segurança é necessária, existindo a possibilidade de vulnerabilidade no processo de transmissão de dados, como aplicativos de mensageria. A manutenção de um programa de gerenciamento de vulnerabilidades envolve monitorar regularmente a disponibilidade de novas versões e correções para sistemas e aplicativos. É crucial manter todos os sistemas e aplicativos atualizados para garantir a segurança (Brasil, 2021).

Conforme a ANPD descreve, é importante ter a privacidade desde a concepção, de acordo com o artigo 46 da LGPD, a proteção dos dados pessoais é assegurada por meio da implementação de medidas de segurança, abrangendo aspectos técnicos e administrativos. Essa abordagem de Privacidade desde a Concepção (PdC) é proativa e preventiva, não reativa nem corretiva, se concentra em antecipar e evitar violações de privacidade, ao invés de lidar com elas após ocorrerem, visando impedir que esses eventos invasivos ocorram (Brasil, 2020).

É importante, garantir segurança e proteção de ponta a ponta durante todo o ciclo de vida do tratamento de dados, sendo crucial preservar a privacidade ao longo de todo o período em que os dados estiverem sob o controle do agente de tratamento, não podendo haver lacunas na segurança. Juntamente com a visibilidade e transparência, pois demonstra que está cumprindo com os objetivos independente da tecnologia ou pratica desenvolvida para a proteção (Brasil,2023).

Na LGPD, o artigo 11, § 3° prevê que a atividade de regulamentação da ANPD na comunicação e utilização de dados sensíveis entre controladores,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

pode ocorrer a vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional. Na esfera pública, tem o papel de proteger a uniformidade da interpretação e implementação da lei, perante os problemas que surgirão durante a vigência da lei, estimulando o desenvolvimento da abertura da segurança jurídica (Maldonado; Blum, 2019).

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) foi criada para fiscalizar e regulamentar as normas de proteção de dados no país, assumindo o cargo de autoridade máxima pra fiscalizar e reger a segurança de informações pessoais (Pohlmann, 2019).

É competência da ANPD armazenar e proteger as informações pessoais, fiscalizar e aplicar sanções, mostrar e demonstrar para a população as políticas e regulamentações da proteção de dados e medidas de segurança, receber e analisar as reivindicações do titular contra o controlador após comprovação do titular na apresentação da reclamação ao controlador, não sendo finalizada nos devidos prazos estabelecidos (Lima; Maroso, 2020).

Existem dois perfis distintos na ANPD, no que diz respeito aos questionamentos e atuação, sendo orientativo/ fiscalizatório e punitivo/ arrecadatório. Autoridades estão mais dispostas para responder consultas, atuar juntamente com entidades representativas homologando códigos de conduta, e, também, praticar a aplicabilidade de multas de modo pedagógico sendo somente em questões que exijam penalidade máxima em casos raros de vazamento de informações pessoais, tendo provas de negligência do controlador (Pinheiro, 2021).

Pode ser determinado pela ANPD o termino da utilização das informações pessoais, podendo acontecer quando alcançada a finalização do processo, ou a pedido do titular e inclusive pela própria ANPD. Deve ocorrer a exclusão exceto em solicitação de obrigação legal de manutenção, realização de estudos quando concedidos a terceiros ou para a utilidade exclusiva do controlador (Oliveira, 2021).

Tendo em vista a ocorrência de riscos do tratamento de dados pela administração pública, é necessário que a ANPD, seguidamente, informe os assuntos por meio de informações técnicas e recomendações às exceções antecipadas, também solicitando relatório de impacto sobre a proteção dos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

dados pessoais sensíveis aos responsáveis. Diante dos métodos de prevenção, os agentes conseguirão descrever previamente os processos de procedimento dos dados que podem gerar riscos aos direitos fundamentais e que ferem a liberdade dos titulares, sopesando as proporções, protegendo mecanismos para conforto dos ricos (Maldonado; Blum, 2019).

Quanto a comissão de privacidade, é necessária a criação para acompanhar e participar dos procedimentos de adequação, um comitê de crise precisa estar preparado para possíveis e eventuais episódios de divulgação de informações de cunho pessoal, e outros incidentes que exponham os dados sigilosos, sendo que será comunicado a ANPD e ao titular sobre o vazamento dos dados (Lima, 2021).

As medidas técnicas mínimas para a proteção dos dados, bem como o prazo para a comunicação de incidentes e as formas de prevenção contra tratamento inapropriado ou ilícito, são definidos pela ANPD. Isso não implica apenas a possibilidade de utilizar padrões e métodos de segurança eficazes, mas exige que essas práticas sejam comunicadas de maneira transparente (Garcia; Barretto, 2020).

A comunicação requer uma declaração formal à ANPD, que pode, por sua vez, divulgar informações sobre o vazamento aos meios de comunicação e tornar a informação pública para toda a população, ressaltando a necessidade de métodos bem definidos. A lei instrui que a correção deve ser realizada imediatamente, mesmo que não haja um prazo definido. Para garantir o cumprimento dessas diretrizes, é essencial uma organização eficiente, baseada em boas práticas, com estruturas mantidas pelo governo, que se empenha em seguir as normas estabelecidas. Isso implica segurança, adesão a padrões, técnicas apropriadas, obrigações gerais e específicas para os envolvidos, além de ações e mecanismos de supervisão e fiscalização interna. Além disso, é crucial realizar levantamentos e implementar ações de mitigação de riscos para assegurar a conformidade efetiva com as disposições da LGPD (Garcia; Barretto, 2020).

Segundo Pohlmann, a ANPD pode exercer suas atribuições, pleitear, ao controlador ou operador, dados, informações, evidências que comprovem as exigências ou não, constantes na lei. Será atribuição do órgão fiscalizador

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

recebimento das denúncias feitas pelos titulares dos dados pessoais. As solicitações dos dados devem ser encaminhadas diretamente ao encarregado dos dados ou pessoa equivalente, deve estabelecer por meio físicos ou eletrônicos, mecanismos e métodos que facilitem a comunicação para o titular de maneira eficiente, diretamente com a agência denunciando irregularidades e vazamento de informações de cunho pessoal (Pohlmann, 2019).

1.3 PENALIDADES DA LGPD

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados publicou o regulamento de dosimetria e aplicação de sanções administrativas, referente às regras a serem seguidas no processo de fiscalização e no processo administrativo sancionador da Autoridade. A sanção é somente uma das medidas que se possui para direcionar o agente de tratamento conforme a lei. A dosimetria é o manual que orienta a sanção que deve ser aplicada para cada caso quando houver violação à LGPD (Brasil, 2023).

A Dosimetria segue os objetivos de definir critérios e parâmetros para as sanções pecuniárias e não pecuniárias aplicadas pela ANPD, incluindo formas e dosimetrias para calcular o valor-base das multas, conforme estabelecido nos artigos 52 e 53 da LGPD Lei nº 13.709/2018. Reforça o processo administrativo sancionador e de fiscalização, envolvendo alterações nos artigos 32, 55 e 62 da Resolução nº 1º CD/ANPD, de modo a permitir que a ANPD exerça suas atividades repressivas com respeito ao devido processo legal e ao contraditório, assegurando segurança jurídica e transparência para todas as partes envolvidas. A elaboração deste regulamento é fundamental para viabilizar a aplicação de multas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme previsto no artigo 53 da LGPD, permitindo calcular o valor correto ao infrator (Brasil, 2023).

As sanções que podem ser aplicadas, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, são advertências; multa simples de até 2% do faturamento da empresa, limitada a R$ 50.000.000,00 por infração; multa diária, com limite total de R$ 50.000.000,00; divulgação da infração; bloqueio dos dados pessoais; exclusão dos dados pessoais; suspensão parcial do funcionamento do

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

banco de dados por até 6 meses, prorrogável; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais por até 6 meses, prorrogável; proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados (Brasil, 2020).

As sanções podem ser aplicadas não apenas a empresas privadas, mas também ao Poder Público. Portanto, a LGPD prevê medidas rigorosas para garantir o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais (Brasil, 2020)

A LGPD exige adequação dos processos de governança, para atender os requisitos e evitar as penalidades, deverá ocorrer o investimento de programas de *compliance* digital, instrumentos de segurança de dados que revisem documentos, gerando métodos de corrente informação interna e externa de dados, programas que auditem e controlem. Essas mudanças que estão atreladas às sanções, causam transformações econômicas e principalmente sociais. Os titulares devem ter o conhecimento da lei e os controladores estão sujeitos a serem penalizados por qualquer informação pessoal que venha a público. Assim como os controladores devem estruturar formas, estratégias a fim de anonimização dos dados, controle procedimentos técnico e políticas de gestão minimizando problemas com bancos de dados e multas que podem ocorrer futuramente (Pinheiro, 2020).

As penalidades administrativas podem somente ser aplicadas pelo agente, em casos de reincidência do agente de tratamento. A repetição da infração, exclusivamente, incide em casos de finalidade da infração concreta, não se igualando a reincidência penal. Se o agente infrator ser o controlador, será submetido à fiscalização por outros membros, com reincidência apontada, sendo as penalidades aplicadas pela ANPD. Fica explícito a limitação de poder criada pelo legislador ao agente regulador. Porém, no artigo 46 da Lei nº 13.709/2018, informa que pode ocorrer conciliação direta entre controlador e titular, não havendo acordo, o controlador fica sujeito às sanções (Maldonado; Blum, 2019).

A LGPD estabelece os critérios de aplicação da sanção, sendo considerado à gravidade, à natureza das infrações e danos causados pelo vazamento dos dados pessoais sensíveis, boa-fé do infrator, lucro auferido ou pretendido pelo infrator, condição econômica, reincidência, grau ou dano,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

cooperação do culpado, apresentação de mecanismos internos que possibilitam a reduzir e reparar o dano, adoção de práticas de boa governança e sigilo, aceite de medidas corretivas, proporção entre a gravidade da falta e força da sanção. Será considerada a equiparação e a plausibilidade da punição, de modo a evitar levar o culpado à falência ou à pausa das atividades, exceto nos casos em que a violação à LGPD seja intolerável para a sociedade (Oliveira, 2021).

A eliminação dos dados é prevista como medida de sanções administrativas da lei, mas somente para infrações. A aplicação de sanções depende da operação econômica baseando nos dados de eliminação, pode ser a penalização mais severa e extrema da lei, por este motivo deve passar por uma análise minuciosa e cautelosa pelo órgão regulamentador, a ANPD a natureza, gravidade e a proporção definem o formato de penalidade, em especial se o tratamento de dados pessoais sensíveis é passível ou não de correção (Maldonado; Blum, 2019).

A ANPD é a autoridade responsável por penalizar as empresas que descumprirem os critérios estabelecidos pela lei, quando ocorre o vazamento de dados sensíveis. As penalidades variam de multas a suspensão e divulgação da empresa após comprovado que ocorreu infração de dados pessoais vazados.

2 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa caracteriza-se por englobar grande quantidade de itens. É responsável pela criação da pesquisa, instrumentos utilizados, forma de amostragem e coleta dos dados utilizados, quando houver análises estatística descritos de maneira minuciosa (Gil, 2018).

Neste tópico apresentam- se a categorização da pesquisa; o plano de produção de dados e o plano de análise e de interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

A categorização da pesquisa possibilita a organização de fatos e seu entendimento, sendo uma atividade importante, proporciona conhecer semelhanças e diferenças entre as várias modalidades de pesquisa (Gil, 2018).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Quanto à natureza, este trabalho adota a pesquisa aplicada, tendo como objetivo geração da compreensão para aplicação direta e prática, direcionados a resolução de problemas. Referente ao tratamento de dados adotou-se o método qualitativo, pois houve interação social e ocorreu a coleta de dados. Para os objetivos propostos este projeto se classifica em pesquisa exploratória; descritiva e explicativa. Com relação aos procedimentos técnicos, este projeto adota uma abordagem de pesquisa bibliográfica, baseando-se em informações disponíveis em livros e cartilhas de orientação. Elaborou- se também documentações que poderão servir de auxílio a empresa estudada, proporcionado um aperfeiçoamento dos métodos de prevenção de riscos da LGPD por meio de propostas.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

O plano de produção de dados descreve as informações geradas no trabalho, detalhando as estratégias e fontes utilizadas para sua elaboração e implementação (Gil,2018).

Essas informações são essenciais para criar materiais, incluindo perguntas para entrevistas e planos de observação. Para o plano de produção de dados, o trabalho apresenta o estudo de documentação direta e indireta. Pois o estudo foi realizado com o sócio que apresentou informações e fontes que agregaram na pesquisa, e também por meio de pesquisa em livros e cartilhas orientativas que possibilitaram comprar e complementar métodos para a empresa.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O plano de análise serve como um roteiro da pesquisa de como será organizado e analisado os dados da pesquisa. Situa em níveis distintos no que se refere a linha filosófica e grau de abstração, à sua aplicação durante a evolução da pesquisa, mais ou menos concretas durante a verificação. Faz uso de tentativas de distinção entre métodos de abordagem (Lakatos; Marconi, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Neste trabalho, utiliza- se como plano de análise e de interpretação dos dados o método dedutivo. De acordo com Lakatos e Marconi, o método dedutivo reformula de modo explícito a informação das premissas, desta forma não apresenta nada mais doque está nas suposições. Tem o propósito de explicar o conteúdo dos fundamentos estão corretos ou incorretos. É um método que aborda uma situação geral para uma situação particular, utiliza o raciocínio lógico para atingir as conclusões particulares, por meio de princípios e preposição geral (Lakatos; Marconi, 2021).

3 EMPRESA ANALISADA

A empresa utilizada para estudo atua no mercado de desenvolvimento *web* desde 2002/2003, oferecendo produtos e serviços tais como identidade visual, impressos, recursos audiovisuais e multimídia, publicidade e propaganda, cursos e treinamentos, assessorias, prospecção de vendas, entre outros.

A Digital *Help* Brasil teve suas raízes no suporte técnico de informática desde os anos 2000, começando com sistemas operacionais como MS-DOS 6.22 e *Windows* 3.x. No ano de 2002/2003, expandiram para o segmento *web*, oferecendo uma variedade de produtos e serviços em TI, *Marketing* e Publicidade. Entre 2009 e 2011, estabeleceram-se em Marechal Cândido Rondon, Paraná, desenvolvendo *sites* e serviços de hospedagem. Em 2011, voltaram para Ijuí, RS, onde trabalharam em diversos projetos sob a denominação de CTEC Brasil. Em 2018, adquiriram o Jornal HoraH de Ijuí, posteriormente vendido em 2020 durante a Pandemia COVID-19.

Em setembro de 2019, constituiu-se a Digital Help Brasil como Microempreendedor Individual, sob a direção de Ronei Mayer de Lima. Em abril de 2020, devido à pandemia, transferiram sua sede para Santa Rosa, RS, trabalhando em *home office*. Durante 2020, prestaram serviços eleitorais para candidatos em diferentes municípios, expandindo rapidamente seus negócios na região da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O foco principal da empresa é atender às demandas relacionadas ao mundo digital, seja por meio de ferramentas de TI, ou por meio de ferramentas

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

de publicidade e/ou *marketing digital*. Sua missão é ajudar os clientes oferecendo ferramentas e soluções de qualidade nas áreas de TI, *Marketing* e Publicidade, contribuindo para o crescimento e o sucesso empresarial daqueles que escolhem apostar na qualidade dos seus serviços.

Em janeiro de 2021, a Digital *Help* Brasil foi aprovada nas incubadoras de empresas IATI (vinculada à FEMA). Atualmente a empresa é incubada pela IATI (Incubada Acadêmica de Tecnologia e Inovação) da FEMA. A empresa foi escolhida porque seu ramo de atuação está diretamente ligado ao armazenamento de dados e produtos digitais. Inicialmente, foi aplicado um questionário para entender as funcionalidades e necessidades da empresa em relação à adequação da LGPD.

A empresa é enquadrada no MEI, não possui funcionários, mas tem parcerias com outros MEIs que são especializados em diferentes ferramentas de TI e/ou de *Marketing* e Publicidade. A especialidade de serviço da empresa é a produção e desenvolvimento de *sites*. Porém, o serviço mais procurado é a gestão de redes sociais e o disparo automatizado de mensagens de *WhatsApp.*

A Digital *Help* não possui contrato específico, são elaborados conforme cada negociação, mas a empresa tem os modelos-base para contratos de hospedagem de *sites*, gerenciamento de redes sociais e desenvolvimento *web*, além de contratos-combo com dois ou três serviços na mesma contratação. No contrato de prestação de serviços não têm formulários com os dados e informações que terão acesso, somente

após o contrato ser assinado, é criado um grupo de *WhatsApp* onde participam os profissionais técnicos, empresários, responsáveis da área de TI ou do *marketing*, os envolvidos no projeto.

A partir da análise da entrevista com o empresário, é possível notar que há fluxo de dados sensíveis que, se expostos, podem prejudicar os clientes. Isso inclui o cadastro do cliente até o objetivo do projeto, o público-alvo que o cliente deseja atingir, os produtos e serviços que serão comercializados, além de toda a proposta do projeto e do empreendimento.

Na organização dos arquivos, documentos e dados, o arquivo digital é mais organizado e protegido que o arquivo físico. Nestes arquivos estão armazenados principalmente os contratos de prestação de serviço. Por ser uma

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

empresa pequena, a maior dificuldade da implantação da LGPD está associada ao custo da implantação, se tornando um alto investimento.

3.1 A APLICABILIDADE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA EMPRESA ANALISADA

A LGPD, na visão de especialistas, representa a etapa da transparência, empoderamento e segurança, pois as controladoras serão obrigadas a transmitir clareza aos proprietários das empresas, comunicando o que fazem com os dados pessoais. Pelo fato de ocorrer a coleta dos dados, deverá garantir que os mesmos fiquem protegidos e guardados com segurança (Kohls, 2021).

A necessidade da lei decorre da atual sociedade digital, em que a informação passou a se tornar um tipo de moeda em que a população usa para conseguir vantagens. Por diversos motivos, e ocorrências, a legislação tem aplicação extraterritorial em situações em que os dados são tratados fora do território nacional, mas foram coletados no Brasil ou por meio da oferta de benefícios/serviços para consumidores no território brasileiro (Pinheiro, 2018).

Conforme a legislação, é necessário antever os perigos caso ocorra a exposição dos dados, no caso de ocorrência, é preciso expor quais foram os métodos utilizados para reverter e solucionar os problemas que foram causados. Por vezes, é aconselhável que as empresas contratem profissionais para auxiliar na segurança dos dados, sendo que a contratação de um especialista vai depender da demanda de dados e da dimensão da empresa. A avaliação do ambiente e dos riscos é fundamental, dando visibilidade aos ativos, priorizando os investimentos e protegendo da melhor maneira (Donda, 2020).

Segundo Kohls, o primeiro passo para a implantação é criar um material breve e de impacto, que traga informações e argumentos que mostram a importância da aplicabilidade da legislação, conscientizando e atraindo os interessados a concordarem com o projeto. Importante esclarecer quais são os ativos que devem ser protegidos. Além disso, é fundamental implementar a lei para a estabilidade, inclusive, fazer os levantamentos e como eventuais danos podem ser minimizados, consequentemente, evitando custos com penalidades e que a reputação da empresa seja prejudicada (Kohls, 2021).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os impactos que a empresa pode perceber estão relacionados ao fluxo de dados dentro e fora da organização. É crucial garantir que essa transferência ocorra de maneira segura, a fim de evitar riscos e proteger a privacidade, bloqueando possíveis exposições. Internamente, uma maneira de reduzir e minimizar os ataques que podem levar à divulgação de dados é restringir o acesso aos documentos. Dados cedidos para fora da empresa, merecem um tratamento cuidadoso e cauteloso, pois tem a área técnica de criptografia ou anonimização e o aspecto jurídico. O aspecto mais preocupante é a transferência internacional de dados privados. É imperativo contar com ferramentas de proteção que assegurem a segurança, impondo responsabilização em casos de erros (Marinho, 2020).

O contrato e o cometimento possuem conexão, embora o consentimento se baseia no apoio legal e na proteção dos dados do interessado. Inicialmente, é importante criar e organizar um sistema para a coleta e armazenamento do consentimento, eximindo-se das dificuldades, permitindo o controle e o cumprimentos das exigências legais. O sistema permitirá auxiliar no direito de revogação pelo detentor, conforme a LGPD (Lima; Samaniego, 2021).

É crucial possuir um arquivo que facilite a localização do contrato em que ocorreu o consentimento, permitindo a revisão dos dados. Além disso, é importante ter os dados armazenados em mais de um local, legitimando o tratamento e prevendo que a exclusão do consentimento em um contrato não o torne nulo (Lima; Samaniego, 2021).

Após a identificação dos ativos que precisam de proteção e os métodos de segurança compatíveis para que não aconteça ataques, ocorre aplicação das medidas de proteção. Segundo Lima, devem ser visualizadas as diversas camadas da segurança e prever as possíveis invasões. Durante a implementação há três tipos de medidas de segurança física, adotada no mundo real e tangíveis; medidas técnicas, voltadas a tecnologia, conectadas ao suporte digital; e medidas administrativas, ligadas aos procedimentos, políticas e planos de ação contra incidentes (Lima; Crespo, 2021).

A estrutura organizacional desempenha um papel crucial, pois envolve a análise da necessidade de estabelecer um conselho direcionado à aplicação, com responsáveis designados para cada setor. O encarregado de conduzir todo

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

o processo de adequação deve iniciar pela etapa de mapeamento, que funciona como um inventário abrangente dos dados em posse da empresa, tanto físicos quanto digitais. Nessa fase, ocorre a verificação e classificação das necessidades de armazenamento, e caso se identifique manutenção desnecessária, é crucial realizar o descarte dos dados (Lima; Crespo, 2021).

Para estabelecer uma organização eficaz, é essencial criar políticas que informem sobre a temporalidade do ciclo de dados. É importante ressaltar que quanto mais informações forem retidas, maiores serão os riscos envolvidos. É indispensável que haja um registro adequado dos dados coletados, conforme disposto no artigo 37 da Lei nº 13.709/ 2018, que estabelece a obrigação do controlador e do operador de manter o registro dessas operações. Além disso, o artigo nº 38 da Lei nº 13.709/2018, reforça que o formulário de coleta deve conter a descrição dos documentos coletados, o método de coleta e as medidas de segurança adotadas (Lima; Crespo, 2021).

Analisando a situação e as necessidades da empresa conforme questionário, foram elaboradas sugestões de melhoria visando possível implantação pela empresa. As propostas estarão ligadas a Lei nº 13.709/2018.

Conforme informado pelo proprietário da empresa, ao assinar o contrato, o cliente é incluído em um grupo que engloba outros empresários envolvidos no projeto, sem a existência de um termo de confidencialidade entre os membros do grupo. A proposta é criar formulários ou um documento que especifique os dados aos quais o controlador terá acesso, baseando-se nos artigos pertinentes.

No artigo 37 da Lei nº 13.709/2018, Registro de Operações de Tratamento de Dados Pessoais, estabelece a obrigação para o controlador e o operador de manter registros detalhados de todas as operações de tratamento de dados pessoais que eles realizam. Especificamente, isso se aplica quando o tratamento de dados pessoais é justificado com base no legítimo interesse. Isso implica que as organizações devem documentar todas as atividades relacionadas ao processamento de dados pessoais e manter esses registros atualizados.

A empresa analisada enfrenta diversas dificuldades que impedem a implementação eficaz de melhorias relacionadas à LGPD. De acordo com o sócio, o conhecimento limitado sobre a legislação é um grande obstáculo, dificultando a aplicação prática das normas.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Além disso, considerando que a empresa tem natureza jurídica de um Microempreendedor, é possível verificar que o faturamento é de no máximo R$ 81.000,00 por ano, não dispondo de tantos recursos para a implementação de mudanças referente à LGPD. Esta situação torna-se particularmente delicada quando se leva em conta o elevado volume de dados com o qual a empresa lida diariamente.

A dependência de fornecedores externos e a falta de pessoal especializado agravam ainda mais a situação, complicando o processo de conformidade com a LGPD. A coleta excessiva de dados, a constante necessidade de atualizações tecnológicas e a gestão complexa do grande fluxo de informações são preocupações cruciais. Compreende-se que a empresa está enfrentando desafios delicados relacionados à sua reputação e cultura interna. Essas circunstâncias criam uma pressão adicional para alcançar a conformidade com as regulamentações vigentes. Diante desse cenário sensível, torna-se crucial buscar investimentos e apoio especializado para enfrentar esses obstáculos de maneira eficaz e cuidadosa.

A legislação apresenta diretrizes que as empresas podem usar como um norte para realizar a adequação da lei nº 13.709/ 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que trata sobre a proteção, o tratamento e a transferência de dados pessoais no Brasil. O Consentimento Transparente estabelecido no artigo 7º, inciso I pode ser relacionado à Estratégia para Hospedagem, ou seja, com os estudos realizados e com a análise da legislação, aponta-se como sugestão a implementação de um processo claro e fácil para os clientes permitirem consentimento para a coleta e processamento de dados pessoais durante o processo de inscrição para serviços de hospedagem.

Outra política a ser aplicada no caso da empresa analisada são os formulários de contato e Áreas de Registro, ou seja, verifica-se a implementação de criar formulários de contato e áreas de registro explicativos nos sites, obtendo consentimento explícito dos usuários antes de coletar informações pessoais.

Fornecer o acesso e portabilidade de dados artigo 18 da Lei nº 13.709/ 2018, é de suma importância disponibilizar uma interface fácil para que os clientes acessem e exportem seus dados hospedados, permitindo controle total sobre suas informações pessoais.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A segurança dos dados presente no artigo 46 da Lei nº 13.709/ 2018, se faz necessária investindo em medidas de segurança avançadas, incluindo criptografia SSL, *firewalls* robustos e sistemas de detecção de intrusões para proteger dados contra acessos não autorizados. Garantir práticas de segurança padrão, como atualizações regulares de *software* e *plugins*, para proteção contra vulnerabilidades e ataques cibernéticos.

O treinamento e conscientização expostos no artigo 39 da Lei nº 13.709/ 2018, é fundamental para empresas parceiras sobre melhores práticas de proteção de dados e a importância da privacidade, garantindo que todos os membros da equipe estejam cientes e preparados para lidar com dados pessoais.

Outro método a ser aplicado é a cooperação com autoridades, conforme o artigo 55 da Lei nº 13.709/ 2018, estabelecendo protocolos claros para cooperar com as autoridades de proteção de dados, fornecendo informações necessárias durante investigações e garantindo total conformidade com as orientações das autoridades.

Realizar a revisão e atualização constantes é primordial no artigo 6, inciso VIII da Lei nº 13.709/ 2018, é apresentado orientações, sendo necessário manter um programa contínuo de revisão e atualização das políticas de privacidade, termos de serviço e práticas de proteção de dados para garantir conformidade contínua com a LGPD, especialmente diante de mudanças tecnológicas e regulatórias.

Essas sugestões são personalizadas para os serviços oferecidos pela empresa, visando proporcionar conformidade eficaz e proteção contra possíveis problemas.

3.1.1. Apresentação dos Resultados

Buscando atender os objetivos do trabalho foi elaborado documentos que poderão auxiliar a empresa a mitigar futuros riscos em relação a divulgação de dados de cunho sigiloso. A elaboração se deu por meio da análise de contratos de prestação de se serviço que a empresa possui.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Na ilustração 1 é possível verificar a elaboração de mensagem de anexo ao corpo de *e-mail* ou em mensagens de aplicativos de conversa.

Ilustração 1: Elaboração de mensagem para e-mail e/ou aplicativo de conversa.

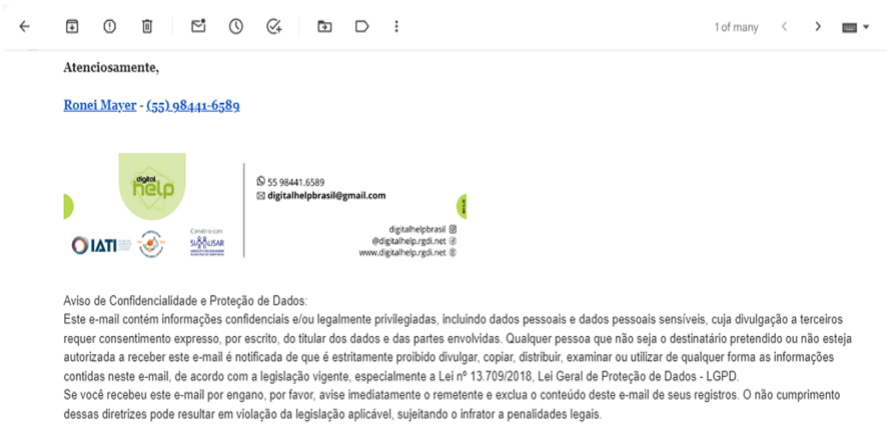
De acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13 709/2018, o arquivo anexo solicitado e enviado para o endereço eletrônico xxxxxxxxx@xxx.com.br teve pleno consentimento do (a) titular ou seu (a) representante legal.

Fonte: produção do pesquisador.

Durante a pesquisa, foi observado que a empresa enviava documentos, mas não incluía mensagens de conformidade com a LGPD. Em resposta a essa lacuna, foi desenvolvido uma proposta de mensagem a ser anexada aos documentos enviados aos clientes e empresas parceiras, garantindo assim que esteja em conformidade com as regulamentações de proteção de dados.

Foi criada uma comunicação que pode ser incorporada ao conteúdo do e-mail, conforme demonstrada na Ilustração 1, a fim de regularizar a situação de transmissão de dados e mensagem com ou sem anexos, dessa forma, a política adotada vai ao encontro da LPGD.

Ilustração 2: Sugestão de comunicação a ser colocada no corpo do *e-mail*.



Fonte: produção do pesquisador.

Na Ilustração 2, foi simulado o formato dos e-mails enviados pela empresa. A inclusão dessas mensagens na assinatura demonstra o

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

compromisso da empresa com a transparência, seu desejo de expandir e a preocupação com a segurança das informações dos clientes. Isso não apenas reforça a credibilidade da empresa, mas também estabelece uma imagem de confiança, destacando seu comprometimento com a proteção dos dados e o crescimento mútuo com seus clientes.

Outra proposta apresentada à empresa analisada é um protocolo de recebimento e processamento de currículos recebidos pela empresa estudada, conforme se verifica na Ilustração 3, onde foi identificada essa necessidade por parte da empresa, aliás, é fundamental incluir uma mensagem que explique claramente o procedimento de recebimento, os critérios de avaliação utilizados e os prazos para a manutenção desses dados. Esses detalhes adicionais proporcionam uma visão mais completa da situação, garantindo transparência e confiança aos candidatos que compartilham suas informações com a Digital Help.

Ilustração 3: Proposta de protocolo para o recebimento e processamento de currículos enviados à empresa.

LGPD RECEBIMENTO DE CURRICULOS
Agradecemos pelo envio do seu currículo! Estamos revisando suas informações e entraremos em contato em breve para discutir as oportunidades de trabalho disponíveis.
Por favor, esteja ciente de que a DIGITAL HELP atua em conformidade com a Lei de Proteção de Dados e leva a sério a privacidade dos seus dados pessoais. Gostaríamos de pedir que leia atentamente o termo abaixo e forneça sua autorização explícita para o uso dessas informações no processo de recrutamento/contratação.
Prezado(a) Sr(a),
Em relação aos dados pessoais fornecidos em seu Curriculum Vitae e demais documentos, queremos informar que poderemos entrar em contato sobre oportunidades de trabalho por meio de e-mail, telefone ou aplicativos de mensagens da nossa empresa. Ao continuar com este processo, você está dando seu consentimento livre, informado e inequívoco para que seus dados pessoais sejam armazenados em nossa base de dados para fins legítimos de recrutamento e contratação.
Gostaríamos de esclarecer alguns pontos importantes:
I. Seus dados pessoais serão mantidos por um período de 03 (três) anos.
II. Após esse período, todos os documentos e dados pessoais serão permanentemente excluídos, a menos que você renove este consentimento.
III. Os documentos e dados fornecidos serão usados exclusivamente para futuros processos de recrutamento e contratação.
IV. Você tem o direito de:
a) Confirmar se seus dados pessoais estão sendo processados;
b) Acessar os dados pessoais fornecidos;
c) Corrigir dados pessoais incompletos, imprecisos ou desatualizados;
d) Excluir dados pessoais;
e) Portar dados pessoais, conforme estabelecido na regulamentação aplicável;

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

f) Ser informado sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa decisão;
g) Revogar o consentimento a qualquer momento;
h) Exercer outros direitos previstos na legislação brasileira.
Por favor, confirme sua ciência e concordância com os termos acima respondendo a este e-mail. Se não recebermos sua resposta dentro de 03 dias, os documentos e dados pessoais fornecidos serão permanentemente excluídos após esse prazo.
Agradecemos novamente pelo seu interesse em fazer parte da nossa equipe. Estamos ansiosos para trabalhar com você no futuro.
Atenciosamente,

Fonte: produção do pesquisador.

Apesar de a empresa não estar atualmente contratando funcionários, ainda recebem currículos de profissionais interessados. Para cumprir com as normativas de proteção de dados e respeitar a privacidade dos candidatos, é essencial que a empresa solicite o consentimento para arquivar esses currículos, pois eles contêm informações pessoais sensíveis.

Verificou-se a necessidade da confecção de um formulário, de recolhimento de documentos elaborado com o intuído de dar ciência ao titular de quais documentos o encarregado irá tratar, apresentando a finalidade dos arquivos.

Dentro deste cenário, o formulário foi criado para proporcionar segurança tanto ao titular quanto ao encarregado dos dados ao coletar documentos de natureza pessoal. Ele apresenta claramente a finalidade da retenção dos dados, garantindo transparência e confiança no processo. Além disso, o formulário inclui detalhes sobre a política de privacidade adotada pela empresa, informando o titular sobre como seus dados serão tratados. Essa abordagem visa não apenas cumprir as normativas de proteção de dados, mas também estabelecer um ambiente de confiança mútua entre a empresa e os indivíduos que compartilham suas informações conosco.

Ao analisar os diversos modelos de contratos disponibilizados, identificou a necessidade de elaborar cláusulas específicas de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para diferentes tipos de serviços, incluindo gestão e prospecção conveniados, contratos de clientes, sites e redes sociais. Após uma revisão minuciosa, constatou-se que a empresa possuía apenas uma cláusula padrão referente à LGPD. Como parte do compromisso com a segurança dos dados dos titulares e para reforçar a credibilidade da empresa,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

foram desenvolvidos adendos contratuais personalizados para cada serviço oferecido. Estes adendos detalham aspectos cruciais, tais como o tratamento de dados pessoais, finalidades e limitações do tratamento, medidas de segurança, responsabilidades e sigilo, direitos dos titulares, prazo de retenção de documentos, subcontratação e disposições gerais. Esses acordos específicos não apenas proporcionam segurança aos titulares dos dados, mas também estabelecem uma base sólida para a confiança dos clientes, promovendo a transparência e a integridade nas práticas de gestão de dados da empresa.

CONCLUSÃO

O estudo deste assunto é de suma relevância, pois está relacionado a algo sensível capaz de ferir uma pessoa. Os dados estão cada vez mais suscetíveis a possíveis exposições, é importante realizar a pesquisa para gerar concretização e gerar informações para o público geral. Diante da necessidade de efetuar mudanças consideráveis para mitigar potenciais riscos de divulgação inadequada de dados, procurou-se analisar a implementação da LGPD em uma empresa do setor tecnológico. Esse foco foi estabelecido especialmente devido à ocorrência de um considerável volume de informações.

Desta forma, o estudo teve por objetivo verificar e identificar possibilidades de implantação da LGPD por meio de sugestões para uma empresa incubada da IATI (Incubada Acadêmica de Tecnologia e Inovação) criando propostas de implementação e implantação, também, buscou sugerir e demonstrar técnicas e processos que facilitem a adequação da empresa em questão gerando confiança e credibilidade com clientes e empresas parceiras. Devido a necessidade da empresa e ausência de informações necessárias sobre a temática deu o estudo na Digital *HELP*.

Os objetivos específicos se fizeram presentes no decorrer da execução da pesquisa, sendo o primeiro estudar sobre a LGPD e analisar as repercussões que a implementação da LGPD poderá fomentar na empresa em relação às sanções e modificações que devem ser adotadas. O segundo objetivo é analisar e propor um plano que vise contribuir para uma melhor adequação da LGPD na empresa estudada, que ocorreu por meio de entrevistas e conversas com o

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

proprietário da empresa onde foi possível identificar as necessidades e o que a empresa já possuía relacionado a LGPD.

O terceiro objetivo específico foi desenvolver referências de documentos, como formulários de consentimento e avisos de privacidade, para a empresa seguir os padrões da LGPD, diante disso, conforme a necessidade da empresa pode realizar sugestões de implementação de políticas para assegurar os dados sensíveis no tratamento de dados pela empresa incubada. Tendo em vista que a empresa objeto de estudo tinha apenas uma cláusula em seus contratos voltadas a Lei nº 13.709/ 2018, sendo realizada a criação de formulários que esclareceram e geram credibilidade aos clientes.

No desenvolver do referencial teórico abordou-se as terminologias e definições referentes a LGPD, criando um compilado de informações de diversos autores. Neste tópico também foram explanados o surgimento e os principais motivos de sua criação, apontando as diversas leis e decretos que serviram de base para a construção do estudo e da proposta. Sendo de suma importância entender os conceitos para aplicar e compreender a legislação e quais propostas seriam apresentadas para empresa em forma de solução.

Foram descritos no referencial teórico informações relacionadas ANPD, órgão fiscalizador responsável inspecionar e aplicar sanções em caso de descumprimento da a Lei nº 13.709/ 2018, para formular a construção deste item, buscou-se apoio em cartilhas e notícias atualizadas do próprio *site* da ANPD, gerando enriquecimento da pesquisa. Podendo ser identificado que o material disponibilizado pelo órgão é muito rico em informações tanto para as empresas quanto pessoas físicas, principalmente nos pontos que envolvem as penalidades, principal preocupação dos encarregados, pois a exposição dos dados pessoais dos titulares causa uma baixa credibilidade além de multas.

No que diz respeito à dosimetria, a ANPD esclarece sobre as sanções que devem ser aplicadas para cada caso quando houver violação da LGPD. A elaboração deste regulamento foi fundamental para viabilizar a aplicação de multas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, conforme previsto no artigo 53 da LGPD, permitindo mensurar o valor correto ao infrator para cada transgressão.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Na atual sociedade digital, é crucial abordar a aplicabilidade desta lei, uma vez que a informação se tornou uma espécie de moeda, utilizada pela população para obter vantagens. Deste modo, é importante compreender como ocorre a aplicação da e LGPD em uma empresa. Sendo fundamental a implementação em qualquer empresa, seja de grande ou pequeno porte, pois trata de informações de dados sensíveis. Na empresa analisada é crucial a implementação de novas técnicas a fim de garantir segurança das informações dos clientes.

Considerando a problemática apresentada no presente trabalho volta-se para saber como a empresa de Desenvolvimento Web e Soluções Digitais estudada está se adequando a lei (LGPD) e como pode ser implementada? Durante o período da pesquisa foi realizado alguns questionamentos à empresa a fim de assimilar e verificar o que a empresa aplica relacionado a LGPD. Nestes questionamentos, foi identificado que havia um grande processamento de dados dependendo do porte do cliente, porém a empresa fazia uma cláusula superficial no contrato de prestação de serviço, sendo relacionada a Lei nº 13.709/ 2018, a Agência de Desenvolvimento *Web* e Soluções Digitais não possuía mensagens de avisos e formulários.

Durante a pesquisa, foram identificados desafios enfrentados pela Digital *HELP*, como a ausência de mais documentos e formulários da implementação da LGPD. Através de entrevistas com o proprietário da empresa, foi possível compreender suas necessidades e avaliar o que a empresa já possuía em relação à LGPD. Além disso, foram desenvolvidos documentos essenciais, como formulários de consentimento e avisos de privacidade para garantir que a empresa cumpra os padrões estabelecidos pela LGPD. Esta abordagem proativa visa não apenas a conformidade legal, mas também a transparência e a proteção dos dados pessoais dos clientes.

Este estudo destaca a relevância da LGPD na sociedade digital atual, onde a informação é uma moeda valiosa e seu vazamento pode prejudicar empresas e indivíduos. É fundamental que tanto organizações públicas quanto privadas estejam preparadas para garantir a segurança dos dados. Apesar das resistências encontradas durante a pesquisa, percebe-se que a implementação

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

da LGPD é crucial para preservar a privacidade e a confidencialidade das informações.

Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise mais aprofundada das práticas de implementação, envolvendo profissionais especializados na área de fiscalização para identificar as eventuais falhas cometidas pelos responsáveis pelas informações, visto que tal análise poderá enriquecer ainda mais o entendimento das nuances da aplicação prática da LGPD. Este estudo também oferece *insights* valiosos para os titulares e encarregados responsáveis pelos tratamentos de dados, permitindo uma compreensão mais ampla dos direitos e responsabilidades sob a ótica da LGPD, incentivando uma abordagem mais cuidadosa das empresas ao lidar com informações pessoais. Para os leitores interessados em aprofundar seus conhecimentos sobre a legislação e suas implicações, este trabalho proporciona uma visão detalhada e informativa sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política De Comunicação Social**. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. 1ª ed. Agosto, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/documentos-de-publicacoes/anpd-pol-comunicacao-2023-1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal.** ANPD — Autoridade Nacional de Proteção de Dados- ANPD realizará Audiência Pública sobre Regulamento de Transferências Internacionais de Dados Pessoais — Autoridade Nacional de Proteção de Dados., 2023. Disponível em: <https: //www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-realizara-audiencia-publica-sobre-regulamento-de-transferencias-internacionais-de-dados-pessoais>. Acesso em: 7 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal.** Guia Orientativo – Segurança Da Informação Para Agentes De Tratamentos De Pequeno Porte, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-vf.pdf> Acesso em: 8 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal**. Aviso de Privacidade esclarece o titular sobre como ANPD trata dados pessoais de internautas. Autoridade Nacional de Proteção, 2023. Disponível em <https://www.gov.br/anpd/ptbr/assuntos/noticias/aviso-de-privacidade-esclarece-ao-titular-sobre-como-anpd-trata-dados pessoais- de-internautas>. Acesso em: 07 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal.** ANPD publica regulamento de aplicação de sanções administrativas — Autoridade Nacional de Proteção de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Dados.Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/assuntos/noticias/anpd-publica-regulamento-de-dosimetria#:~:text=Multa%20simples%2C%20de%20at%C3%A9%202,cinquenta%20milh%C3%B5es%20de%20reais)%3B>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal.** ANPD publica regulamento de aplicação de sanções administrativas — Autoridade Nacional de Proteção de Dados Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentosepublicacoes/Segunda_Versao_do_Guia_de_Agentes_de_Tratamento_retificada.pdf>. Acesso em: 9 set. 2023.

BRASIL. **Governo Federal.** Guia agentes de tratamento e encarregado defeso eleitoral. Disponível em: <https://www.gov.br/anpd/ptbr/documentosepublicacoes/guia_agentes_de_tratamento_e_encarregado___defeso_eleitoral.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF 14 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>. Acesso em: 24 ago. 2023.

DONDA, Daniel. **Guia Prático de Implementação da LGPD:** tudo o que sua empresa precisa saber para estar em conformidade: 1. ed. São Paulo; Labrador, 2020, 144 p.

GARCIA, Lara R; BARRETTO, Marcos R. P. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Guia de implantação**. 1. ed. São Paulo; Editora Blucher, 2020. 129 p.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6. ed.; São Paulo, Grupo GEN, Atlas, 2018, 173 p.

KOHLS, Cleize. **LGPD:** da teoria a implementaqáo nas empresas. 1. ed. São Paulo; Rideel, 2021.212 p.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de Andrade; **Fundamentos de Metodologia Científica**, 9. ed. São Paulo; Grupo GEN, Atlas 2021.354 p.

LIMA, Adriana; SAMANIEGO, Daniela; BARONOSVKY, Thainá. **LGPD para Contratos:** adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados. 1. ed. São Paulo; Expressa, 2021. 74

LIMA, Ana Paula Moraes Canto D; CRESPO Marcelo. **LGPD Aplicada**. 1. ed. São Paulo. Grupo GEN, Atlas, 2021. 253 p.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira D. **ANPD e LGPD:** desafios e perspectivas. 1. ed. São Paulo. Almedina, 2021. 528 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

LIMA, Paula M. C; ALMEIDA Dionice de. **LGPD Lei Geral de Proteção de Dados:** sua empresa está pronta? legislação- tecnologia- mitigação de riscos: 1. ed. São Paulo. Literare Books International, 2020. 207 p.

MALDONADO, Viviane N; Blum, Renato Opice. **LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Comentada**, 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. 474 p.

MARINHO, Fernando. **Os 10 Mandamentos da LGPD** - Como Implementar a Lei Geral de Proteção de Dados em 14 Passos. 1. ed. São Paulo; Atlas, 2020. 186 p.

OLIVEIRA, Ricardo**. LGPD: Como Evitar os Administradores Administrativo**. 1. ed. São Paulo: Expressa, 2021. 37 p.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de Dados Pessoais**: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 152 p.

PINHEIRO, Patrícia P. **Proteção de Dados Pessoais:** Comentários À Lei N. 13.709/2018 (LGPD).3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. 64 p.

PINHEIRO, Patrícia Peck; **Proteção de Dados Pessoais**: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD): 1. ed. São Paulo; Saraiva Educação, 2018. 97 p.

POHLMANN, Sérgio A. **LGPD Ninja Entendendo e Implementando a Lei Geral de Proteção de Dados nas Empresas**.1. ed. Brasil: Editora Fross, 2019. 403 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar
Ano 4, v. 04, jan./dez. 2023.

MERCADO FINANCEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA E VARIAVEL

Darlan Abegg[1]
Diogo Felipe Dierings[2]
Thais Haubert[3]

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo fornecer uma análise de investimento aos investidores individuais, oferecendo diversas informações relacionadas a aplicações financeiras em renda fixa e renda variável. O estudo, envolveu simulações de investimentos em diferentes veículos financeiros, incluindo poupança, CDB, LCA e ações da VALE3 e do fundo imobiliário MXRF11, permitindo construir uma análise da rentabilidade real de cada modalidade de investimento. O problema de pesquisa que motivou este estudo busca responder à pergunta: Qual é a opção de investimento com melhor rentabilidade nos últimos 12 meses até o momento de início da pesquisa? O objetivo principal da pesquisa é identificar a alternativa de investimento mais vantajosa durante o período abrangido, de 01 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023. A justificativa para a realização deste estudo persiste no potencial para enriquecer o conhecimento na área de investimentos financeiros, uma vez que o mercado financeiro está em constante evolução, oferecendo diversas opções de investimento. No referencial teórico, são apresentados conceitos relevantes relacionados ao Sistema Financeiro Nacional, investimentos no mercado de renda fixa e investimentos no mercado de renda variável. A metodologia adotada nesta pesquisa é classificada como aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos incluíram pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Os resultados da pesquisa demonstraram que, no período estudado, as opções de investimento mais rentáveis, foram a LCA e o fundo imobiliário MXRF11, que se destacaram como as modalidades mais vantajosas.

Palavras-chave: Mercado Financeiro; Investimentos; Renda Fixa; Renda Variável; Comparação.

ABSTRACT

This research aims to provide an investment analysis to individual investors, offering various information related to financial investments in fixed income and variable income. The study involved simulations of investments in different

[1] Mestre em Matemática. Orientador. Professor do Curso de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. darlan.abegg@hotmail.com.

[2] Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Diogo.dierings@gmail.com

[3] Acadêmico do Curso de Administração – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. haubertthais@hotmail.com

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

financial vehicles, including savings, CDB, LCA and shares of VALE3 and the MXRF11 real estate fund, allowing the construction of an analysis of the real profitability of each type of investment. The research problem that motivated this study seeks to answer the question: What is the investment option with the best profitability in the last 12 months until the moment the research began? The main objective of the research is to identify the most advantageous investment alternative during the period covered, from August 1, 2022 to August 1, 2023. The justification for carrying out this study remains in the potential to enrich knowledge in the area of financial investments, since the financial market is constantly evolving, offering diverse investment options. In the theoretical framework, relevant concepts related to the National Financial System, investments in the fixed income market and investments in the variable income market are presented.
The methodology adopted in this research is classified as applied, quantitative, descriptive, explanatory and comparative. Technical procedures included bibliographic research, document analysis and case study. The research results demonstrated that, in the period studied, the most profitable investment options were the LCA and the MXRF11 real estate fund, which stood out as the most advantageous modalities.

Keywords: Financial Market; Investments; Fixed Income; Variable Income; Comparison.

INTRODUÇÃO

No cenário atual, a demanda por opções de investimento está em constante crescimento. Indivíduos estão migrando da tradicional caderneta de poupança e explorando novas oportunidades de rentabilidade, visando assegurar um futuro financeiramente sólido. Esta pesquisa de investimentos explora diversas alternativas de investimento direcionadas a pessoas físicas.

Com a contínua evolução da tecnologia, obtemos um acesso mais ágil a informações sobre investimentos. Consequentemente, o mercado de investimentos está em expansão contínua, impulsionado pela busca de melhores rendimentos. Isso leva as pessoas a direcionar seus recursos financeiros para instituições que prometem as melhores rentabilidades.

O foco deste estudo é o mercado financeiro, com ênfase em um estudo de caso sobre as opções de investimento para investidores. A pesquisa se concentrou nos investimentos destinados a pessoas físicas durante o período de 01 agosto de 2022 até 01 agosto de 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Em um mercado cada vez mais crescente, os investimentos se resumem em alocar os recursos de maneira mais assertiva, na esperança de aumentá-los os rendimentos futuros. Portanto, o problema de pesquisa central é: Qual foi a opção de investimento mais rentável nos últimos doze meses em que a pesquisa prevaleceu?

O objetivo geral deste trabalho é identificar a melhor alternativa de investimento durante o período estudado. Os objetivos específicos incluem: a) descrever os conceitos relativos aos investimentos em renda fixa e variável; b) comparar os investimentos da renda fixa e variável; c) propor orientações para novos investidores que desejam ingressar no mercado de investimentos.

Este estudo é justificado pela relevância de abordar o tema do investimento financeiro e as opções disponíveis no mercado para investidores individuais. Ele busca fornecer informações e conhecimentos sobre a rentabilidade de cada tipo de investimento examinado.

A metodologia da pesquisa utilizada é classificada como pesquisa aplicada, quantitativa, descritiva, explicativa e comparativa. Os procedimentos técnicos incluíram pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Os principais autores que embasam este trabalho incluem Assaf Neto, Brito, Chiavenato, Fortuna, Lima, Pimentel, Oliveira, e Pinheiro, entre outros. Este artigo é composto por esta introdução, um referencial teórico, a metodologia de pesquisa, a análise e a apresentação dos resultados, bem como uma conclusão abordando os achados do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente estudo, serão abordados os conceitos de como é sistema financeiro nacional, investimento no mercado de renda fixa, investimento no mercado de renda variável e suas técnicas.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O mercado financeiro é algo complexo e dinâmico que envolve e troca ativos financeiros, como ações, títulos e moedas. Existem várias teorias

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

que buscam explicar o funcionamento do mercado financeiro e as estratégias para obter sucesso nesse sistema (Brito, 2022).

Nas atividades diárias, as pessoas compram, consomem, poupam, investem, emprestam recursos, viajam ao exterior. Da mesma forma, no desenvolvimento de suas atividades, as organizações compram, vendem, prestam serviços, contratam, pagam impostos, emitem títulos, no país e no exterior. Em todas essas situações, as pessoas e as organizações deverão utilizar recursos financeiros e/ou os serviços de instituições especializadas que são considerados como agentes econômicos (Carrete, 2019).

A autora também afirma que o país é cronicamente deficitário em poupança, ingrediente essencial para financiar enormes necessidades de investimento, novos e represados. Um processo de conversão eficiente de poupança doméstica e externa em investimento produtivo, ou seja, um mercado financeiro eficiente, é fundamental para aumentar a produtividade de nosso capital humano, gerando riqueza e crescimento sustentável (Carrete, 2010).

Já Assaf Neto ressalta que o conceito de investimento em uma economia vincula-se à criação de riqueza, e não simplesmente à transferência de propriedade de um bem. Adquirir ações em Bolsas de Valores, por exemplo, não pode ser interpretado como investimento dentro do conceito econômico. Por se tratar de mercado secundário, a compra de ações envolve uma simples transferência de posse dos valores, sem agregar riqueza à economia. Se a compra ocorrer, no entanto, quando do lançamento das ações (mercado primário), admite-se uma criação de riqueza motivada pela canalização direta do capital investido na empresa, e é considerada como investimento no sentido da economia (Assaf Neto, 2023).

Como resultado do processo de globalização, estabilização e abertura da economia local, o mercado financeiro brasileiro hoje se apresenta mais sólido, e tem passado por transformações significativas para o fortalecimento do mercado de capitais local (Brito, 2022).

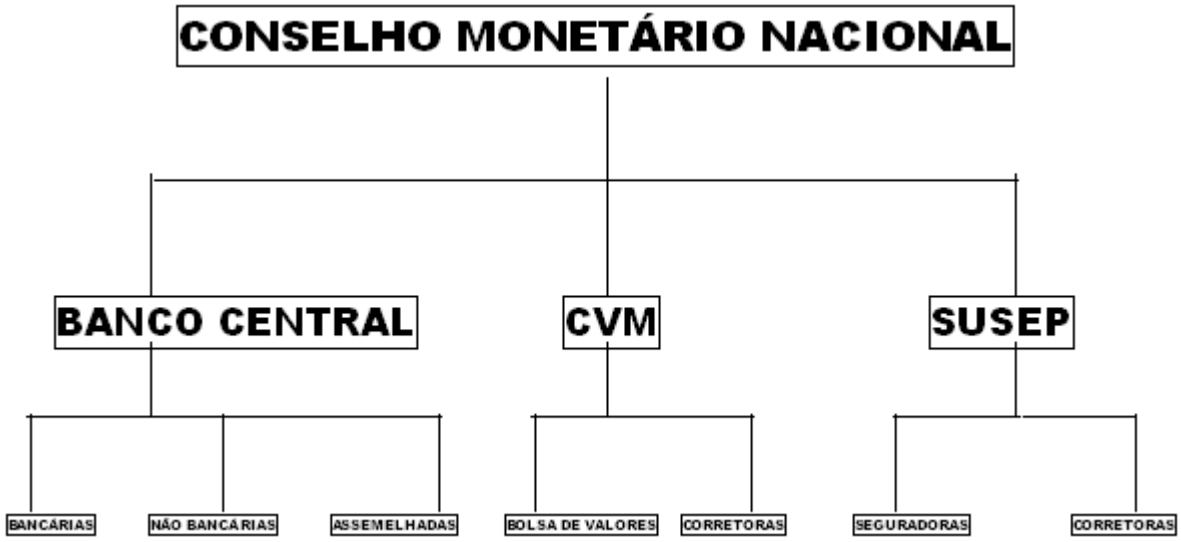
Nesse sentindo para o autor uma dessas modificações, ainda recente, é a reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro, que objetiva a redução do risco de liquidação de transações e a transferência de certo risco de crédito

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

de socorro a instituições financeiras, antes pertencente ao Banco Central, para as instituições privadas (Brito, 2022).

Segundo Abreu e Silva a criação de um Sistema Financeiro, é um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. O Sistema Financeiro tem o importante papel de fazer a intermediação de recursos entre os agentes econômicos superavitários e os deficitários de recursos, tendo como resultado um crescimento da atividade produtiva. Sua estabilidade é fundamental para a própria segurança das relações entre os agentes econômicos (Abreu; Silva, 2017).

Ilustração 1: Sistema Financeiro Nacional



Fonte: (Bacen, 2023).

Abreu e Silva complementa que na primeira formação, o CMN era composto pelo Ministro da Fazenda (presidente do Conselho), pelo Presidente do Banco do Brasil, o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES) e mais seis membros nomeados pelo Presidente da República. Desde sua criação, sofreu por algumas mudanças em sua composição, ficando como a atual, ditada pela Lei nº 9.069/95 (Plano Real), que limita a quantidade de membros a apenas três, sendo eles o Ministro de Estado da Fazenda, na qualidade de Presidente, Ministro de Estado do Planejamento e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil (Abreu; Silva, 2017).

Assaf Neto, ressalta também algumas das principais atribuições do Conselho Monetário Nacional que são: fixar as diretrizes e as normas da política cambial, assim como regulamentar as operações de câmbio, visando ao controle da paridade da moeda e ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Regulamentar, sempre que julgar necessário, as taxas de juros, comissões e qualquer outra forma de remuneração praticada pelas instituições financeiras. Regular a constituição e o funcionamento das instituições financeiras, bem como zelar por sua liquidez e solvência. Estabelecer as diretrizes para as instituições financeiras por meio de determinação de índices de encaixe, de capital mínimo, de normas de contabilização etc (Assaf Neto, 2023).

Afirma também que disciplina todos os tipos de créditos e orientar as instituições financeiras no que se refere à aplicação de seus recursos, tendo como objetivo promover desenvolvimento mais equilibrado da economia e regular as operações de redescontos e as operações no âmbito do mercado aberto (Assaf Neto, 2023).

Ilustração 2: Estrutura do Mercado Financeiro

<table>
<tr><th>Órgãos normativos</th><th>Entidades supervisoras</th><th colspan="4">Operadores</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Conselho Monetário Nacional (CMN)</td><td rowspan="2">Banco Central do Brasil (Bacen)</td><td rowspan="2">Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista</td><td>Demais instituições financeiras</td><td colspan="2" rowspan="3">Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros</td></tr>
<tr><td>Bancos de Câmbio</td></tr>
<tr><td>Comissão de Valores Mobiliários (CVM)</td><td>Bolsas de mercadorias e futuros</td><td>Bolsas de valores</td></tr>
<tr><td>Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)</td><td>Superintendência de Seguros Privados (Susep)</td><td>Resseguradores</td><td>Sociedades seguradoras</td><td>Sociedades de capitalização</td><td>Entidades abertas de previdência complementar</td></tr>
<tr><td>Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPC)</td><td>Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)</td><td colspan="4">Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)</td></tr>
</table>

Fonte: (Carrete, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

De acordo com a Ilustração 2, os órgãos normativos estabelecem as regras, as entidades supervisoras fiscalizam o cumprimento dessas regras pelos operadores e os operadores são responsáveis por cumprir as obrigações estabelecidas pelos órgãos normativos, sob a supervisão das entidades supervisoras. Essa estrutura é fundamental para garantir a conformidade, a segurança e a eficiência em diversos setores regulamentados (Abreu; Silva, 2017).

Em suma, o mercado financeiro é um componente vital da economia global, desempenhando um papel crucial no financiamento, investimento e gestão de riscos. Embora apresente desafios, sua capacidade de se adaptar e inovar é o que o torna resiliente e capaz de impulsionar o crescimento econômico de maneira sustentável.

1.2 INVESTIMENTO EM RENDA FIXA E VARIÁVEL

Investimentos em renda fixa e renda variável são duas opções que os investidores podem escolher para diversificar suas carteiras de investimentos. Segundo os autores os ativos de renda fixa são aqueles em que o emissor se obriga a efetuar o pagamento prometido, independentemente de qualquer condição. Sendo assim os exemplos comuns de ativos de renda fixa são os títulos públicos e privados (Santos; Silva, 2015).

Eles também afirmam que os ativos de renda variável, por sua vez, são caracterizados por uma condicionalidade no pagamento. Como por exemplo uma ação é o modelo mais claro de pagamento a ser efetuado sob determinadas condições. As ações pagam, por exemplo, dividendos aos investidores. Esses dividendos vão ser grandes, pequenos ou mesmo de valor igual a zero, dependendo do resultado da empresa. Se a empresa teve lucro ou não, o montante do eventual lucro e se parte desses lucros vai ser retida para projetos futuros da empresa são condicionantes para a determinação do valor dos dividendos que vai ser distribuído aos acionistas (Santos; Silva, 2015).

O certificado de depósito bancário (CDB) é um instrumento de renda fixa pelo qual o investidor empresta dinheiro ao banco em troca de uma rentabilidade. Essa rentabilidade pode ser pré-fixada ou pós-fixada (Santos; Jose, 2019)

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os Fundos de Investimento Imobiliário (FII) permitem que o investimento no mercado imobiliário para obtenção, renda e ganho de capital de forma diversificada e com administração profissional. A vantagem para o investidor pessoa física é não incidir imposto de renda sobre os rendimentos distribuídos. O imposto de renda incide apenas sobre o ganho de capital na alienação de cotas. Para que haja o benefício da não tributação dos rendimentos distribuídos, o fundo deverá ter suas cotas negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado e ter, no mínimo, 50 cotistas (Filho; Bolivar, 2019).

A Letra de Crédito Agrícola (LCA) é um título de renda fixa nominativo emitido por instituições financeiras públicas ou privadas, lastreado em direitos creditórios de operações de empréstimos e financiamentos direcionados ao setor de agronegócio. Segundo Assaf Neto a remuneração da LCA pode ser pós-fixada, com base em percentual do CDI, prefixada ou ainda atrelada à inflação. Afirma também que a maior parte das LCA emitidas é indexada ao CDI (Assaf Neto, 2023).

Ilustração 3: Tabela de Imposto de Renda

Período Aplicado	Alíquota
até 6 meses	22,50%
de 6 a 1 ano	20,00%
de 1 ano a 2 anos	17,50%
mais de 2 anos	15,00%

Fonte: (Nucommunity, 2023).

Segundo Vieira os rendimentos dos títulos do tesouro são tributados pelo IR, de acordo com o tempo de aplicação, ou seja, sua tributação é decrescente. O IR é cobrado em três momentos, no vencimento do título, na venda, na antecipação do título, no recebimento de cupons semestrais. O Imposto de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Renda é descontado automaticamente no resgate ou no vencimento dos títulos (retido na fonte), de acordo com o prazo da aplicação (Vieira Flavia, 2022).

A poupança para Assaf Neto é a aplicação mais popular do mercado financeiro brasileiro. Tem como atrativos a possibilidade de se aplicar qualquer valor (não há exigência de um capital mínimo investido), liquidez imediata para o depositante, isenção de Imposto de Renda para pessoas físicas e baixo risco. Os saldos aplicados são garantidos, até determinado valor, pelo governo. Ressalta também que a caderneta de poupança tem uma “data de aniversário”, que é o dia em que foi efetuado o depósito (aplicação). Os rendimentos são calculados mensalmente e creditados sempre nessa data ao aplicador. Caso haja retiradas antes da data de aniversário, a caderneta não paga nenhum rendimento sobre o dinheiro sacado. A remuneração é calculada sobre o menor saldo mantido no período. A remuneração atual da caderneta de poupança é TR (Taxa Referencial) mais 0,5% ao mês. Ou seja caso a taxa Selic seja igual ou menor que 8,5% a.a., os rendimentos da Poupança serão calculados em 70% da taxa Selic mais a variação da TR (taxa referencial de juros) (Assaf Neto, 2023).

Nota-se a importância na escolha entre investir em renda fixa ou variável depende de vários fatores, incluindo o perfil de risco do investidor, objetivos financeiros e horizonte temporal. Uma abordagem comum é diversificar a carteira, combinando investimentos em renda fixa e variável para aproveitar os benefícios de ambos os tipos de investimento. É recomendado buscar aconselhamento financeiro profissional antes de tomar decisões de investimento.

1.3 ANALISE TÉCNICA E SUAS ESTRATÉGIAS

Dentro dos investimentos existem diversos tipos de análise, dentre eles a análise técnica. De acordo com Lemos “[...] análise técnica é o estudo da ação do mercado, primariamente por meio de uso de gráficos, com o objetivo de prever as tendências futuras do preço” (Lemos, 2019, p. 06).

A análise técnica, ou gráfica, é uma forma de estudar as cotações passadas de um ativo por meio de um gráfico característico, encontrando

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

padrões de alta e de baixa, criando previsões de desempenho tanto de preço como de tempo de duração de uma operação (Martins; Carlos, 2020).

Diante da análise técnica e suas estratégias, "[...] existem três premissas fundamentais que funcionam como pilares sobre os quais a análise técnica está sustentada" (Lemos, 2019, p. 8).

> I. A ação do mercado desconta tudo. O analista técnico acredita que tudo se encontra na formação do "preço". As diversas variáveis fundamentais, politicas, psicológicas ou de qualquer outra ordem estão, na realidade, refletidas nos preços do mercado. II. Os preços movem-se em tendência. O propósito de representar a ação dos preços em um gráfico é identificar tendências futuras destes nos estágios iniciais de desenvolvimento e tentar tirar proveito dessas tendências para obtenção de lucro. III. A história se repete. Os preços também refletem variáveis psicológicas inatas ao ser humano. Se formos estudar um pouco de Psicologia Social, veremos que os padrões comportamentais do ser humano tendem a se modificar de forma muito sutil, ou mesmo a permanecer estáticos no tempo. Como esses padrões funcionaram bem no passado, considera-se que deverão continuar dando bons resultados do futuro (Lemos, 2019, p.8).

Existe duas principais estratégias de desenvolver a análise técnica, entre elas está o *price action* ou o uso de indicadores e osciladores.

De acordo com Lemos, "*Price Action* nada mais é que uma estratégia de tomar todas as decisões de negociação a partir de um gráfico de preços do tipo *candlesticks* sem medidas, indicadores, nada" (Lemos, 2019, p.407).

Existe outra classe de indicadores do mercado amplamente usada na análise de mercados de ações cujo objetivo é determinar sua saúde geral medindo sua amplitude. Os dados usados em sua construção estão relacionadas a alta versos baixa dos preços e volume ascendente versus volume descendente (Murphy, 2021).

Segundo Lemos, "[...] um indicador técnico é uma série de dados que são derivados pela aplicação de uma formula para os dados dos preços de um título, os quais incluem qualquer combinação de abertura, máxima, mínima ou fechamento de um período de tempo" (Lemos, 2019, p.171).

Contudo, Um indicador técnico oferece uma perspectiva de análise de uma ação dos preços, entre eles existem duas principais, as antecedentes e atrasados. Um indicador antecedente busca identificar os movimentos dos

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

preços, enquanto um indicador atrasado busca a sua confirmação, pois segue o movimento dos preços. (Lemos, 2019).

Portanto, a análise técnica é fundamental para investidores que buscam investir em ativos de renda variável, ela traz indicadores e conceitos no qual é possível realizar tomadas de decisões dobre a hora certa de comprar ou vender um ativo.

2 METODOLOGIA

Segundo Pereira, a metodologia é a lógica do procedimento científico e tem um caráter normativo, que se diferencia claramente da teoria substantiva. Porém os instrumentos e procedimentos usados na investigação sociológica devem satisfazer os critérios metodológicos, pressupondo, logicamente, uma teoria substantiva. Por isso, na prática da investigação, é muito difícil separar teoria e método. É inegável que uma investigação desprovida de premissas teóricas não é só infrutífera, mas impossível (Pereira, 2019).

Na metodologia, serão abordados os conceitos sobre a categorização da pesquisa, o plano de coleta de dados e o plano de análise e interpretação dos dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é classificada como aplicada, pois foi desenvolvido um estudo aplicado no mercado de investimentos brasileiro. Na classificação foram mencionados todos os métodos utilizados na pesquisa para obtenção de todos os objetivos propostos. Todos os métodos foram utilizados para obter os objetivos propostos do estudo.

O método desta pesquisa é quantitativo, pois busca analisar os dados e informações relacionados ao mercado de ações, bem como outros investimentos, como a poupança, Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Depósito Bancário (CDB), ações da Vale (VALE3) e o fundo imobiliário MXRF11.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os objetivos elaborados na pesquisa se dão por meio da pesquisa descritiva, explicativa e comparativa. O método descritivo utiliza técnicas específicas de coleta e análise de dados para observar os resultados em seu ambiente sem a interferência dos pesquisadores. Já a pesquisa explicativa visa aprofundar o entendimento da realidade, explicando os resultados dos investimentos estudados. Quanto ao método comparativa, ele visa comparar as diferentes aplicações e suas respectivas rentabilidade.

No que diz respeito aos métodos técnicos empregados, este estudo pode ser categorizado como uma pesquisa de natureza bibliográfica e um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica engloba a coleta e análise de informações disponíveis em fontes públicas, como livros, pesquisas e artigos científicos.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

Os dados do presente trabalho consideram o período de análise de 1 de agosto de 2022 até 01 de agosto de 2023. Durante esse período será levantado um estudo comparativo entre alguns investimentos de renda fixa como renda variável.

Quanto aos investimentos de renda fixa, foram estudados a poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA). Quanto ao investimento em CDB, as taxas de rentabilidade foram baseadas na carteira de investimento na cooperativa SICREDI agência de Santo Cristo – RS.

Já para estudo dos investimentos em renda variável foram escolhidas as ações da VALE3, e o fundo imobiliário MXRF11 que é o fundo com o maior número de cotistas do Brasil.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados referem-se ao processo de examinar as informações coletadas e tirar conclusões significativas a partir delas. Para realizar a análise, foi considerado que o investidor tinha disponível o valor de R$ 200.000,00 no dia 01 de agosto de 2022, a partir desse capital, foi feito

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

simulações em todos os investimentos citados anteriormente no período de um ano.

A interpretação e análise dos dados foram realizadas através de uma abordagem que incorporou elementos de pesquisa descritiva, explicativa e comparativa. Gráficos e ilustrações foram empregados para tornar mais acessível a compreensão por parte do autor. Além disso, a opinião de acadêmicos, incluindo os autores do referencial teórico, foi integrada no processo de análise, resultando em uma abordagem mais abrangente e fundamentada.

3 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, encontram-se os resultados do estudo, primeiramente se calcula a rentabilidade de cada investimento e, consequentemente será apresentado os investimentos que teve mais rentabilidade, considerando o período de 01 de agosto de 2022 até 01 de agosto de 2023.

3.1 CÁLCULO DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

Atualmente, renda fixa é procurado pelos investidores mais conservadores; geralmente preferem por títulos de renda fixa para evitar riscos elevados e, portanto, incorrer em perdas de seu capital. Os parágrafos a seguir introduzem o cálculo de cada investimento. Os cálculos foram realizados através da calculadora do cidadão disponível no site do banco Central do Brasil.

Para a simulação na caderneta de poupança se considerou o período de 01 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023. Na Ilustração 4, consta a rentabilidade da mesma.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 4: Cálculo da rentabilidade da poupança

Resultado da Correção pela Poupança

Dados básicos da correção pela Poupança	
Dados informados	
Data inicial	01/08/2022
Data final	01/08/2023
Valor nominal	R$ 200.000,00 (REAL)
Regra de correção	Nova
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,08411940
Valor percentual correspondente	8,411940%
Valor corrigido na data final	R$ 216.823,88 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

Como demostrado na ilustração acima, pode-se notar que a pessoa física que investiu um valor de R$200.000,00 em agosto de 2022 em um ano resultou em uma rentabilidade de R$ 16.823,88.

O rendimento dos depósitos de poupança é calculado com base no saldo mínimo de cada período de receita. O período de receita é o mês corrido a partir do aniversário da conta de depósito de poupança de depósitos pessoais e de entidades sem fins lucrativos. Para os outros depósitos, o período de receita é o trimestre do calendário, que também começa a partir da data de aniversário da conta (Bacen, 2021).

A simulação de investimento em Certificado de Depósito Bancário (CDB) se realizou conforme a calculadora do cidadão do Banco Central do Brasil, elaborada conforme ofertado pela carteira de investimento da cooperativa SICREDI, com uma rentabilidade de 102,90% sobre o CDI e prazo de 360 dias,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

na ilustração 5 se apresenta o cálculo do valor investido sobre o CDI do período estudado.

Ilustração 5: Calculo da rentabilidade do CDB

Dados básicos da correção pelo CDI	
Dados informados	
Data inicial	01/08/2022
Data final	01/08/2023
Valor nominal	R$ 200.000,00 (REAL)
% do CDI	102,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,13876030
Valor percentual correspondente	13,876030 %
Valor corrigido na data final	R$ 227.752,06 (REAL)

Fonte: dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2021).

O investimento em CDB tem cobrança de imposto de renda na alíquota de 20,00%. Portanto, o lucro do investidor que era de R$27.752,06. Ao receber da instituição no qual tem o valor aplicado já receberá o valor com o desconto da alíquota, assim, ele terá o valor de R$ 22.201,65. O valor a ser resgatar no final do período será de R$ 222.201,65.

Nos investimentos de CDB incide o imposto de renda (IR), sobre o rendimento é automaticamente deduzido quando o capital é resgatado. Portanto, a corretora de valores ou instituição financeira responsável pela manutenção da titularidade é responsável pela cobrança dos tributos e pela transferência do valor para os cofres público (INFOMONEY, 2021).

Na Ilustração 6, apresenta-se a tabela de regressão do imposto de renda no qual sofre o desconto no resultado do investimento.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 6: Tabela IRPF

Prazo da aplicação	Alíquota do IR
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Fonte: Terra Investimento (2023).

No cálculo de investimento em Letra de Crédito Agronegócio (LCA), utiliza-se a rentabilidade atribuída de 97% sobre o CDI, como mesmo prazo dos demais investimentos de 360 dias, utiliza-se o investimento da carteira da Cooperativa de Crédito SICREDI.

Como nos outros investimentos o valor investido foi de R$200.000,00 sendo a rentabilidade 97% do CDI, assim o valor sacado no período será de R$ 226.306,33. A taxa de rendimento ela varia conforme o tempo de aplicação e valores. Na simulação da Ilustração 7, consta a simulação do investimento em Letra de crédito Agronegócio (LCA).

Ilustração 7: Simulação Letra de Crédito Agronegócio (LCA)

Dados informados	
Data inicial	01/08/2022
Data final	01/08/2023
Valor nominal	R$ 200.000,00 (REAL)
% do CDI	97,00 %
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,13153166
Valor percentual correspondente	13,153166 %
Valor corrigido na data final	R$ 226.306,33 (REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2023).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O valor investido rendeu R$ 26.306,33, possui a mesma carência dos demais investimentos de um ano, por ser uma aplicação isenta do imposto de renda, sendo assim um bom investimento para longo prazo.

A principal vantagem da LCA é que não possui incidência de imposto de renda enquanto, a principal desvantagem da LCA são os prazos de carência para resgate do investimento pois possui trava com o prazo mínimo de 90 dias podendo chegar a 730 dias.

Foram analisados durante o período de 01 de agosto de 2022 até 01 de agosto de 2023, as ações da VALE3, com intuito de observar o resultado de um determinado valor se comportaria na renda variável. Considerando que os investimentos em renda variável são mais arriscados. No entanto, pode-se obter mais lucros neste tipo de investimento como também sofrer prejuízos.

Na Bolsa de Valores B3 as ações da Vale S. A. (VALE3) são negociadas através de códigos VALE3 (ações ordinárias ON) e VALE4 (ações preferenciais PN). Atualmente, a Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira e uma das maiores operadoras de logística do país. Durante o período analisado, foram investidos um valor de R$ 200.000,00 reais nesta ação e apresentou o seguinte desempenho, de acordo com a Ilustração abaixo.

Ilustração 8: Gráfico da ação Vale S A (VALE3)



Fonte: Dados da plataforma TradingView (2023).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Em 01 de agosto de 2022, o preço da ação da VALE3 estava em R$ 62,07 e foram investido um valor de R$ 199.989,54 totalizando uma compra de 3.222 ações. Já no final do período analisado, a ação se encontrava no valor de R$ 68,77.

Desta forma, obteve-se como resultado uma valorização no preço da ação durante o período, resultando num ganho bruto ao final da operação de R$ 221,576,94 resultando numa ganho de 10,79% do valor investido.

Realizou-se também a correção da inflação do mesmo período conforme a Ilustração 9.

Ilustração 9: Correção da Inflação

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)			
Dados informados			
Data inicial			08/2022
Data final			08/2023
Valor nominal	R$	221.576,94	(REAL)
Dados calculados			
Índice de correção no período			0,92154190
Valor percentual correspondente			-7,845810 %
Valor corrigido na data final	R$	204.192,43	(REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2023).

Levando em consideração a inflação cumulada do período de 7,84%, o valor real seria de R$204.192,43 de valorização. Para operações de venda de ações ordinárias (ON), a alíquota é de 15% sobre o ganho de capital obtido na operação.

Já o fundo imobiliário escolhido para a análise é o Maxi Renda Fundo Invest Imobiliário FII (MXRF11), é o fundo mais bem reconhecido atualmente na bolsa de valores (B3) e mais bem negociado, e tem como objetivo investir em títulos de ativos imobiliários.

Buscou-se investir um valor de R$ 200.000,00 reais durante o período de 01 de agosto de 2022 até 01 de agosto de 2023,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 10: Gráfico do Fundo Imobiliário (MXRF11)



Fonte: Dados da plataforma TradingView (2023).

Em 01 de agosto de 2022, o preço da ação do fundo MXRF11 estava em R$ 8,27 e foram investido um valor de R$ 199.993,41 totalizando uma compra de 24.183 cotas. Já no final do período analisado, a ação se encontrava no valor de R$ 10,31.

Desta forma, obteve-se como resultado uma valorização no preço do fundo durante o período, resultando num ganho bruto ao final da operação de R$ 249,326,73 resultando numa ganho de 24,66% do valor investido.

Buscou-se realizar a correção da inflação para o fundo MXRF11, conforme Ilustração abaixo.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 11: Correção da Inflação

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)			
Dados informados			
Data inicial			08/2022
Data final			08/2023
Valor nominal	R$	249.326,73	(REAL)
Dados calculados			
Índice de correção no período			0,92154190
Valor percentual correspondente			-7,845810 %
Valor corrigido na data final	R$	229.765,03	(REAL)

Fonte: Dados dos pesquisadores e Banco Central do Brasil (2023).

Consideração a inflação cumulada do período de 7,84%, o valor real seria de R$229.765,03 de valorização. Ressalta-se que, não a incidência de imposto de renda para o fundo imobiliário.

Durante o período analisado, a renda variável teria sido a opção de investimentos mais arriscado, levando em consideração a sua comparação juntamente com a renda fixa. No entanto, cabe ressaltar que a renda variável não apresenta garantias de ganho no momento de compra.

3.2 APRESENTAÇÕES DOS MELHORES INVESTIMENTOS

Com base na pesquisa, queremos evidenciar de forma clara e objetiva os investimentos financeiros que tiveram os melhores rendimentos no período estudado. As Tabelas 12 e 13 apresentam, de modo sintético, todos os investimentos pesquisados.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 12: Apresentação dos Investimentos Renda Fixa

	POUPANÇA	CDB	LCA
CAPITAL INICIAL	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
RENTABILIDADE DO PERIODO	R$ 16.823,88	R$ 27.752,06	R$ 26.306,33
IRPF	ISENTO	20%	ISENTO
CAPITAL FINAL	R$ 216.823,88	R$ 222.201,65	R$ 226.306,33
INFLAÇÃO ACUMULADA (-7,84%)	R$ 199.814,05	R$ 204.769,93	R$ 208.552,60
LIQUIDEZ	IMEDIATA	IMEDIATA	CARENCIA 365 DIAS
NIVEL DE RISCO	BAIXO	BAIXO	BAIXO

Fonte: Dados dos pesquisadores.

Conforme a ilustração acima referente a renda fixa, conclui-se que o investimento que mais teve rentabilidade em um ano foi à aplicação em (LCA) Letra de Crédito do Agronegócio, pois a sua taxa de juro foi de 97% do CDI e a mesma não possui desconto do IR.

Pode-se destacar que essa aplicação foi a mais rentável no período investido, porém deve ressaltar que a mesma possui a desvantagem referente ao prazo de carência para o saque do investimento, o qual é de um ano (365 dias). Análise dos investimento em renda variável.

Ilustração 13: Apresentação dos Investimentos Renda Variável

	VALE3	MXRF11
CAPITAL INICIAL	R$ 199.989,54	R$ 199.993,41
RENTABILIDADE DO PERIODO	R$ 21.576,94	R$ 49.326,73
IRPF	15%	ISENTO
CAPITAL FINAL	R$ 218.329,94	R$ 249.320,14
INFLAÇÃO ACUMULADA (-7,84%)	R$ 201.201,96	R$ 229.765,03
LIQUIDEZ	IMEDIATA	IMEDIATA
NIVEL DE RISCO	ALTO	MODERADO

Fonte: Dados dos pesquisadores.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Conforme a Ilustração 13, conclui-se que o investimento que mais teve rentabilidade em um ano foi à aplicação no fundo imobiliário, não havendo incidência de imposto de renda.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, exploramos os princípios e características fundamentais da renda fixa e renda variável, dois pilares essenciais do mercado financeiro. Observamos que ambos os tipos de investimentos possuem suas próprias particularidades e estratégias, cada um com seu grau de risco e potencial de retorno.

Na análise da renda fixa, identificamos que esses investimentos oferecem uma estabilidade e previsibilidade de retornos. As taxas de retorno são conhecidas no momento do investimento, o que pode atrair investidores mais conservadores em busca de segurança e previsibilidade. Já para os investimentos em renda variável não a estabilidade e previsibilidade, tornando o investimento mais arriscado.

O objetivo geral desta pesquisa de identificar qual investimento teve a melhor rentabilidade no período estudado de 01 de agosto de 2022 até 01 de agosto de 2023 foi atendido no item 3 da pesquisa.

O primeiro objetivo descreveu os principais conceitos sobre o mercado de investimentos em renda fixa e renda variável, contextualizado no referencial teórico, no qual, foi abordado sobre os investimentos estudados, e o mercado financeiro brasileiro.

O segundo objetivo apresentou os cálculos e sua comparação dos investimentos em renda fixa e renda variável, no período de 01 de agosto de 2022 a 01 de agosto de 2023, descrito no tópico 3.1.

O terceiro objetivo descrito no tópico 3.2, demonstrou o investimento mais rentável, bem como responde ao problema de pesquisa. Destaca-se que o Letra de Crédito Agrícola (LCA) foi o mais rentável dos investimentos em renda fixa, e o fundo imobiliário MXRF11 foi o mais rentável em renda variável.

Respondendo o problema da pesquisa: Qual foi a opção de investimento mais rentável nos últimos doze meses em que a pesquisa prevaleceu? Pode-se

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

concluir que o fundo mobiliário MXRF11 se destacou entre todos os investimentos analisados.

Contudo, incentiva-se a migração da poupança para investimentos de renda fixa ou variável de acordo com o perfil do investidor, tendo em vista que a inflação acaba corroendo o valor aplicado. A diversificação é uma alternativa que contribui muito o investidor a minimizar possíveis prejuízos e se manter intacto no mercado.

Este trabalho pode ser utilizado como base para novas pesquisas para estudantes da Fema e demais a partir do tema abordado no trabalho, desenvolver e aprofundar mais o conhecimento sobre investimentos financeiros. Orienta-se que sejam estudadas outras opções de investimentos.

A análise realizada evidenciou os riscos apresentados ao mercado de renda variável, na bolsa de valores. No entanto, é pertinente destacar a opção mais segura oferecida pelo mercado de renda fixa, onde, mesmo que os retornos não alcancem patamares elevados, o investidor preserva o capital inicialmente aplicado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edgar; SILVA, Lucas. **Sistema Financeiro Nacional.** 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Método, 2017.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro.** 15. ed. São Paulo: Atlas, Instituto Assaf, 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora do Cidadão.** Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=5>. Acesso em: 01 nov. 2023

BRITO, Osias, **Mercado financeiro.** 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

BRITO, Osias. **Descomplicando os Investimentos Pessoais.** São Paulo: Expressa, 2022.

CARRETE, Liliam Sanchez. **Mercado Financeiro Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CORRETORA, **Tradingview**. Disponível em: <https://br.tradingview.com/chart/KLBKdXLT/>. Acesso em: 25 out. 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

FILHO, Bolivar. **Gestão de Fundos de Investimentos.** 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2019.

LEMOS, Flávio. **Análise Técnica dos Mercados Financeiros:** um guia completo e definitivo dos métodos de negociação de ativos. 2. ed. Avenida Paulista: Saraiva Educação, 2019.

MARTINS, Carlos. **Manual dos Supersinais da Análise Técnica.** 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.

NETO, José Monteiro Varanda; Souza, José Carlos. **O Mercado de Renda Fixa no Brasil –** conceitos, precificação e riscos. 1. ed. São Paulo: Saint Paul, 2019.

NUCOMMUNITY. **Dúvidas Sobre IOF.** Disponível em: <https://comunidade.nubank.com.br/t/dúvidas-sobre-iof/19728>. Acesso em: 08 out. 2023.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Metodologia da Pesquisa Cientifica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, José Carlos de Souza; SILVA, Marcos Eugênio. **Derivativos e Renda Fixa:** teoria e aplicações ao mercado brasileiro. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SANTOS, José Carlos de Souza; SILVA, Marcos Eugênio. **Derivativos e Renda Fixa:** teoria e aplicações ao mercado brasileiro. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

TERRA, **Investimentos.** Disponível em: <https://www.terrainvestimentos.com.br/custos//>. Acesso em: 22 out. 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O IMPACTO DA FRAUDE CONTABIL NAS LOJAS AMERICANAS

Tailan da Rosa[1]
Diego Leonardo Wietholter[2]

RESUMO

No contexto empresarial atual a integridade das informações financeiras e contábeis de uma organização assume um papel de vital importância para que uma empresa possa ter continuidade no seu negócio. Este artigo visa lançar luz sobre os diversos caminhos pelos quais casos de fraudes podem afetar não apenas a saúde financeira de uma empresa, mas também sua reputação, relações com stakeholders e posicionamento competitivo, através de uma pesquisa aplicada tendo como estudo o caso das Lojas Americanas, considerando o preço da ação no mercado, perda de faturamento e participação de mercado da empresa. A partir desse estudo buscou-se responder o seguinte problema: quais são os impactos da fraude contábil sobre o preço da sua ação na bolsa de valores, perda de faturamento e participação de mercado das Lojas Americanas? Desta forma, o objetivo desse artigo é conhecer os impactos que a fraude contábil pode trazer para uma organização, tanto para o mercado de capitais quanto para o seu mercado de atuação, trazendo como base o caso das Lojas Americanas. Dos objetivos propostos a pesquisa é: exploratória, descritiva e explicativa, o método utilizado é qualitativo, o procedimento técnico é o bibliográfico e de estudo de caso, a geração de dados foi documental e na análise e interpretação de dados foi utilizado o método dedutivo. Justifica-se a elaboração deste artigo ao evidenciar os sérios danos econômicos e sociais que uma fraude contábil ou erro pode trazer para uma empresa. O estudo dessa temática pode contribuir para a compreensão dos mecanismos de fraude contábil e sua relação com o mercado de ações, permitindo o desenvolvimento de estratégias e políticas de prevenção e combate.

Palavras-chave: Fraude Contábil; Mercado de Ações; Reputação.

ABSTRACT

In the current business context, the integrity of an organization's financial and accounting information is vital for a company to maintain continuity in its operations. This article aims to shed light on the various ways in which fraud cases can impact not only a company's financial health, but also its reputation,

[1] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – 8º semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. tailandarosa10@gmail.com
[2] Especialista. Orientador. Contador e Professor dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Faculdades Integradas Machado de Assis. diego@escritoriocontecrs.com.br

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

stakeholder relationships, and competitive positioning, through an applied research study focusing on the case of "Lojas Americanas," considering the market stock price, revenue loss, and market share of the company. Based on this study, the following question was addressed: what are the impacts of accounting fraud on the stock price, revenue loss, and market share of Lojas Americanas? Thus, this article aims to understand the impacts that accounting fraud can bring to an organization, both in the capital market and in its operational market, using the case of "Lojas Americanas" as a foundation. The proposed research objectives are: exploratory, descriptive, and explanatory, the method used is qualitative, with the technical procedure being bibliographic and case study-oriented, data generation was documentary, and deductive methods were employed in the analysis and interpretation of data. The elaboration of this article is justified by highlighting the serious economic and social damages that accounting fraud or errors can inflict on a company. Studying this subject can contribute to understanding the mechanisms of accounting fraud and its relationship with the stock market, enabling the development of prevention and combat strategies and policies.

Keywords: Accounting Fraud; Stock Market; Reputation.

INTRODUÇÃO

No cenário empresarial dinâmico e complexo, a transparência e a precisão das informações financeiras são fundamentais para a confiança dos investidores e a estabilidade das organizações. No entanto, às vezes, mesmo as empresas mais estabelecidas podem se deparar com desafios imprevistos que abalam essa confiabilidade. No dia 11 de janeiro de 2023 as Lojas Americanas anunciaram ao mercado ter encontrado em seus demonstrativos inconsistências contábeis dá ordem de R$ 20 bilhões em seus balanços.

Na presente pesquisa foi abordado como tema o impacto da fraude contábil nas Lojas Americanas. O objetivo geral deste artigo é: conhecer os impactos que a fraude contábil pode trazer para uma organização, tanto para o mercado de capitais quanto para o seu mercado de atuação. Com relação aos objetivos específicos a pesquisa busca descrever as principais leis que visam inibir as fraudes contábeis, propor medidas que visam prevenir fraudes dentro de uma organização, demonstrar os impactos de uma fraude contábil para os Stakeholders e verificar o valor da ação na B3 antes e depois do anúncio da fraude.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Nos últimos anos, esquemas de fraude e também erros contábeis nas demonstrações financeiras têm se tornado um ponto de alerta para os gestores das empresas. Desta forma, o estudo sobre fraude contábil é de importância tanto para o acadêmico quanto para instituição de ensino superior Fundação Educacional Machado de Assis, pois no mundo dos negócios uma demonstração fraudulenta trará graves consequências não apenas para as empresas envolvidas, mas também para o mercado de ações, e para o mercado como um todo.

Sendo assim, o estudo dessas questões desafiadoras amplia a compreensão do complexo sistema empresarial e fortalece a capacidade de enfrentar adversidades inesperadas. Consequentemente, essa pesquisa contribui para a construção de um cenário mais transparente, íntegro e confiável no mundo dos negócios, beneficiando não somente as organizações individuais, mas também a integridade do mercado como um todo. Para o acadêmico, autor deste trabalho, torna-se relevante na aplicabilidade dos conhecimentos no dia a dia de uma empresa, colocando em prática habilidades analíticas, que são valiosas tanto na carreira profissional como acadêmica.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gil, referencial teórico trata-se da etapa do projeto responsável pelo embasamento, assim como a metodologia que será utilizada para obtenção das informações, bem como o cronograma e os recursos utilizados (Gil, 2022). Para Lakatos, “O desenvolvimento é a parte em que o autor apresenta suas ideias, fatos e provas. Contém o material coletado, elaborado, analisado, interpretado” (Lakatos, 2021, p. 254).

Assim, apresenta-se o referencial teórico da pesquisa, com foco no estudo sobre fraudes e erros contábeis, trazendo-se conceitos, leis, mecanismos de controle, riscos operacionais, riscos de mercado, risco de imagem e cases de fraudes nas demonstrações, posteriormente os impactos do erro contábil nas lojas americanas. Neste trabalho apresentam-se os seguintes temas: conceitos de compliance, auditoria contábil e gestão de risco.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 CONCEITOS DE COMPLIANCE

Com a criação da Prudential Securities, em 1950, e através da intervenção da regulamentação da Securities and Exchange Commission (SEC) em 1960 com a finalidade de criar procedimentos internos de controle e monitoramento de operações surge então a ideia de compliance (Carvalho *et al*., 2021).

De acordo com Mendes e Carvalho, compliance, do inglês comply, que significa cumprir, tem como principal objetivo o cumprimento da lei, buscando instituir mecanismos e procedimentos que façam com que a empresa cumpra a legislação, com o intuito de minimizar as possibilidades de ocorrências ilícitas, criando ferramentas de identificação e soluções rápidas para o problema (Mendes; Carvalho, 2017).

Assi remete-se ao tema compliance como sendo uma ferramenta já conhecida pelos profissionais que trabalham com controles internos, conformidade e auditoria, onde embora conhecida, acabou ganhando ainda mais enfoque nos últimos tempos, resultado de escândalos de práticas de corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil (Assi, 2018).

Segundo Carvalho *et al*. (2021) compliance deve ser entendido no seu sentido mais amplo, como uma ferramenta que diminui riscos, preserva os valores éticos e traz sustentabilidade corporativa, resguardando o interesse dos stakeholders e a continuidade do negócio.

Nesse cenário, Assi corrobora que tanto sócios, acionistas e administradores como também fornecedores, parceiros e clientes buscam transparência e integridade das empresas, procurando as melhores práticas de governança corporativa e cuidando para que a empresa tenha maior esmero no momento de tomar uma determinada decisão (Assi, 2018).

Sobre as práticas de compliance, Franco afirma que a realização de um diagnóstico é essencial para avaliar a criação e disseminação de uma cultura de compliance em uma empresa. Esse diagnóstico permite avaliar o perfil da empresa e seus colaboradores, mapear a situação de todas as áreas da organização, avaliar os riscos, e identificar gaps que precisam ser tratados para melhorar a aderência às questões éticas e de compliance (Franco, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Outra prática importante é que as empresas realizem um mapeamento dos riscos relacionados ao envolvimento com terceiros, adotem uma política anticorrupção obrigatória para os terceiros, monitorem suas atividades e incluam cláusulas contratuais protetoras em seus contratos (Carvalho *et al*., 2021). Os autores trazem os seguintes critérios que podem ser levados em consideração na hora de fazer esse mapeamento:

> (i)Qual o "tipo" de terceiro (agente, consultor, despachante etc.) e se o serviço a ser prestado é adequado considerando suas capacidades técnicas e especialização; (ii)Se o terceiro foi indicado ou apresentado para a empresa. Se sim, por quem e por qual razão; (iii)Qual a indústria de atuação do terceiro; (iv)Como é sua imagem e reputação no mercado; (v)Quais as empresas que compõem o grupo societário do qual o terceiro faz parte, incluindo a identificação do beneficiário final; (vi)Verificação se existe contrato formalizado e quais os termos contratuais, inclusive como o terceiro receberá pagamentos da empresa e fará pagamentos em nome da empresa, se este for o caso; (vii)Qual o valor do contrato e se é condizente com a prática de mercado, com o serviço a ser prestado e com o nível de especialização do terceiro; (viii)Verificação se existe documentação de suporte relacionada à prestação dos serviços/produtos fornecidos; (ix)Verificação se o terceiro possui relacionamentos com o governo (atuais e ex-agentes públicos) e, principalmente, se precisará interagir com agentes públicos ou pessoas a esses relacionadas ao atuar no interesse ou em benefício da empresa contratante; e (x)Verificação se o terceiro possui um programa de integridade ou políticas e códigos de integridade (Carvalho *et al*., 2021, p. 161).

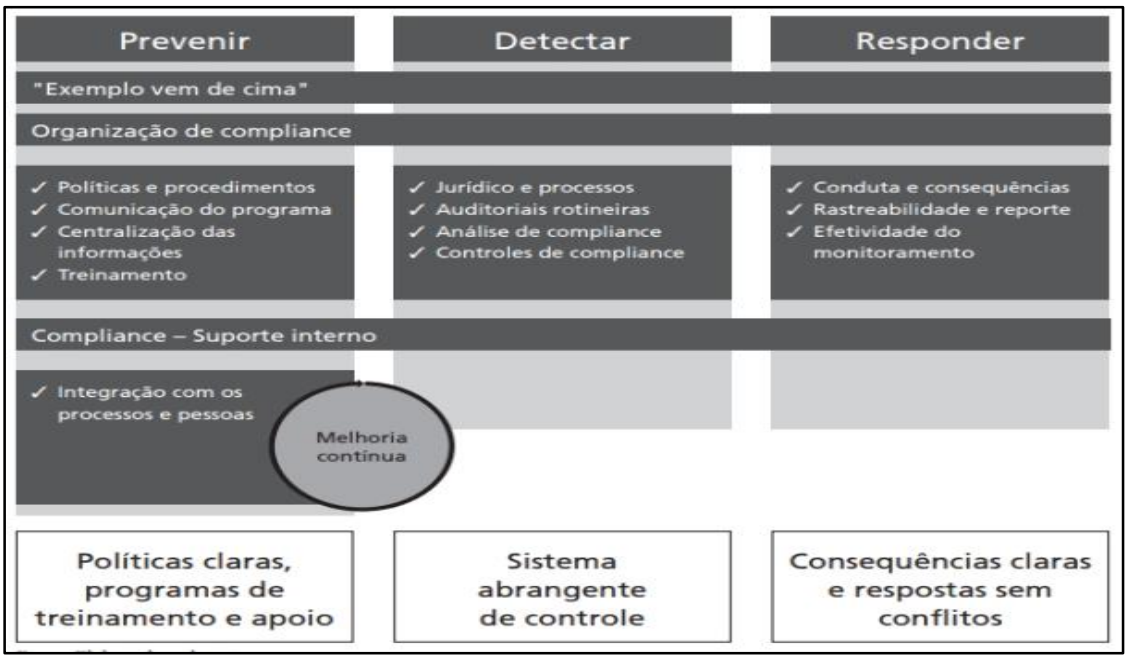
Para fazer esse mapeamento de terceiros é possível utilizar o *background check*, que se trata da realização de uma pesquisa minuciosa sobre o histórico do fornecedor (que pode abranger seus parceiros, gestores e empresas associadas) com o objetivo de detectar eventuais indicadores negativos, aplicável tanto para pessoas físicas como jurídicas (Franco, 2019).

Segundo Assi compliance pode ser baseado na lógica e ser separado em três pilares principais, que são: prevenir, detectar e responder. No pilar de prevenção a empresa além de implementar políticas e procedimentos deve comunicar de forma clara o programa de compliance; políticas claras e treinamentos constantes são essenciais. No pilar de detecção é importante que a empresa confira os processos com maior proximidade do negócio, onde caso detectado algum procedimento irregular deverá consultar, e como precaução acionar o departamento jurídico. E por último, o pilar responder, fase da qual

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

deverá ser dada respostas às não conformidades buscando evitar conflitos em relação às irregularidades encontradas (Assi, 2018).

Ilustração 1: Compliance: como implementar



Fonte: (Assi, 2018, p. 28).

Além das práticas e mecanismos de compliance ainda é importante conhecer as principais legislações que regem o tema compliance, dentre as principais legislações, apresentam-se na Ilustração 2:

Ilustração 2: Principais Legislações

LEIS	CONCEITUAÇÃO
U.S. FOREIGN CORRUPT PRACTICES ACT (FCPA)	lei norte-americana de combate à corrupção no exterior, importante por dois motivos. Primeiro, é uma regulamentação significativa em âmbito internacional, representando uma resposta significativa da maior economia global ao problema da corrupção. Segundo, essa lei possui jurisdição abrangente, podendo alcançar pessoas de qualquer país que utilizem recursos nos EUA para cometer atos corruptos.
UNITED KINGDOM BRIBERY ACT – UKBA	a legislação conhecida como UK Bribery Act 2010, ou Lei Antissuborno do Reino Unido, impacta tanto as empresas britânicas atuando no exterior quanto as empresas estrangeiras operando no Reino Unido.
LEI SAPIN II (LOI Nº 2016-1691, DU 9 DÉCEMBRE 2016)	no dia 8 de novembro de 2016, a Assembleia Nacional Francesa aprovou a "Lei Sapin II", que colocou a França em conformidade com os mais altos padrões internacionais no combate à corrupção transnacional.
LEI ANTICORRUPÇÃO	começou a valer em 29 de janeiro de 2014, contendo cláusulas relacionadas à imputabilidade administrativa e civil de entidades

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

BRASILEIRA (LEI Nº 12.846/2013)	corporativas por cometerem ações prejudiciais contra a Administração Pública, tanto nacional quanto estrangeira, em busca de seus próprios interesses ou benefícios.
PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO (PLDFT)	carrega a incumbência de garantir a conformidade com as leis e regulamentos preventivos relacionados à prática de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo (LD-FT).

Fonte: Carvalho *et al*. (2021, p. 321 – 415).

Nota-se que conhecer os conceitos, práticas e legislações de compliance é essencial para garantir a conformidade legal, prevenir riscos, proteger a reputação da empresa e promover uma cultura ética e responsável. Isso inclui estar atualizado sobre regulamentações relevantes, implementar medidas de conformidade adequadas e promover uma cultura de integridade dentro da organização. O não cumprimento pode resultar em sanções legais, multas e danos à reputação.

1.2 AUDITORIA CONTÁBIL

A auditoria externa ou independente surgiu com o avanço do sistema capitalista. Anteriormente, as empresas familiares operavam de forma restrita, mas a expansão do mercado e a concorrência exigiram investimentos em tecnologia para melhorar os controles internos e reduzir custos (Alves, 2017).

A auditoria pode ser descrita como a análise minuciosa e avaliação sistemática das transações, processos, operações, rotinas e demonstrações financeiras de uma organização. Por ser uma atividade de extrema importância, seu objetivo principal é fornecer uma opinião fundamentada sobre as atividades examinadas (Crepaldi, 2019).

O objetivo da auditoria contábil é examinar as principais áreas financeiras de uma empresa que têm impacto direto em seus resultados financeiros. Essas áreas incluem ativos fixos, fluxo de caixa e outros ativos e passivos relevantes. Com base nessas análises, é possível emitir um parecer sobre a precisão e veracidade das informações contábeis (Mattos, 2017)

Segundo Crepaldi, a auditoria contábil ainda possui o objetivo de controlar o patrimônio gerido através dos registros contábeis, documentos, arquivos,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

fichas e anotações que evidenciam a legalidade das ações da administração e sua dedicação na proteção dos interesses patrimoniais (Crepaldi, 2019).

O processo de auditoria ainda pode ser dividido quanto a sua forma de realização, conforme apresentado na Ilustração 3:

Ilustração 3: Classificação da auditoria

TIPO	CONCEITUAÇÃO
AUDITORIA INTERNA	é conduzida por funcionários da própria organização sendo, portanto, parcialmente independente. Além de examinar as informações contábeis e financeiras, a auditoria interna também se concentra nos aspectos operacionais. Geralmente, a auditoria interna se reporta à presidência da empresa e atua como um órgão consultivo.
AUDITORIA EXTERNA	conduzida por uma entidade independente da organização auditada, tem como objetivo principal avaliar e emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, a conformidade e legalidade das operações, bem como a gestão financeira. Além disso, são elaborados relatórios abordando esses aspectos.

Fonte: Araujo *et al*. 2008, p.21.

As funções de auditoria interna e externa frequentemente são realizadas simultaneamente nas empresas, apesar de terem objetivos distintos. Nas empresas de capital aberto, o objetivo primordial da auditoria externa é fornecer uma avaliação sobre as demonstrações financeiras (Crepaldi, 2019).

Na auditoria externa, geralmente os auditores desempenham a atividade de auditoria financeira. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), essa atividade consiste em um conjunto de métodos técnicos com o propósito de emitir uma opinião sobre a conformidade das demonstrações financeiras, de acordo com as normas contábeis aplicáveis no Brasil, os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFCs), as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e a legislação relevante, quando aplicável (Araujo *et al*., 2008).

De acordo com Attie, no Brasil, a atividade de auditoria interna não possui uma estrutura consolidada, exceto em grandes instituições, empresas multinacionais e no setor financeiro. A regulamentação e especificações dessa atividade dependem das diretrizes estabelecidas pela administração da organização (Attie, 2018).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

É importante compreender as principais diferenças entre as auditorias interna e externa para garantir uma visão abrangente e independente das atividades de controle e conformidade da organização, apresenta-se na Ilustração 4 um quadro comparativo com as principais diferenças entre auditoria interna e externa (Araujo *et al*. 2008).

Ilustração 4: Principais diferenças entre as auditorias interna e externa

AUDITORIA INTERNA	AUDITORIA EXTERNA
É executada por empregado da organização ou empresa auditada. Portanto, é realizada por profissionais que possuem uma independência relativa. Ultimamente, tem se observado a terceirização dos serviços de auditoria interna.	O profissional que a realiza não possui qualquer vínculo empregatício nem relação de interesse com a empresa auditada.
O auditor interno deve ser independente em relação às atividades e às pessoas cujo trabalho está sob escopo do seu exame, devendo subordinar-se às necessidades da administração.	O auditor externo é independente em relação à empresa auditada. Não pode ser influenciado por fatores estranhos, por preconceitos ou quaisquer outros elementos que resultem em perda, efetiva ou aparente, de sua independência.
Objetiva atender às necessidades e aos interesses da administração. Logo, a extensão (escopo) dos seus trabalhos será sempre definida em função dos anseios da alta direção.	Os objetivos fundamentais são atender às necessidades de terceiros interessados pela empresa auditada, especialmente, na área privada, os acionistas que nela estão investindo capital, no que tange à adequação das informações contábeis.
A avaliação do sistema de controle interno é realizada para, entre outras finalidades, desenvolver, aperfeiçoar e induzir ao cumprimento de normas.	A revisão do controle interno atende às normas de auditoria e objetiva determinar a extensão (escopo) do exame das informações contábeis, no caso da auditoria contábil.
Não se restringe aos assuntos financeiros, englobando também as áreas operacionais.	O exame está limitado principalmente aos aspectos financeiros. O enfoque está voltado para as demonstrações contábeis.
Os exames são direcionados para a identificação de erros e fraudes, que é responsabilidade primária da administração.	Os trabalhos devem ser planejados de modo a identificar erros e fraudes que ocasionem efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.
As áreas objeto de auditoria são continuamente revisadas. A periodicidade é definida pela administração.	As informações comprobatórias das demonstrações contábeis são auditadas periodicamente, geralmente em base anual.

Fonte: Araujo *et al*. 2008, p.22.

No que diz respeito a auditoria nas demonstrações contábeis, Attie explica que o principal objetivo é emitir uma opinião sobre a fidedignidade das mesmas, garantindo que elas apresentem de forma adequada a posição financeira, os resultados das operações, as mudanças no patrimônio líquido e outros demonstrativos pertinentes ao período em análise, em conformidade com as práticas contábeis brasileiras (Attie, 2018).

Crepaldi informa que de acordo com a NBC TA 240, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras, as inconsistências nas demonstrações financeiras podem ser originadas por fraude ou erro. Fraude se caracteriza como a ação intencional de um ou mais membros da administração, governança,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

funcionários ou terceiros, com o propósito de obter benefícios injustos ou ilegais por meio de conduta dolosa. Já o termo erro se refere a uma ação não intencional que ocorre devido a omissões, falhas de ação ou interpretação inadequada dos fatos durante a elaboração de registros e demonstrações (Crepaldi, 2019).

Segundo Araujo *et al*. 2008, os procedimentos de auditoria não são fixos, podendo variar de uma auditoria para outra, com o objetivo de se adaptarem às circunstâncias particulares de cada situação examinada. O autor ainda complementa e destaca que os principais procedimentos utilizados são:

> **Exame de registros:** são utilizados diversos procedimentos para verificar a adequação dos registros contábeis**. O exame documental**, consiste na análise dos documentos comprobatórios, como notas fiscais, cautelas, duplicatas quitadas, atas, ordens bancárias e contratos. O auditor deve observar a autenticidade, normalidade, aprovação e registro adequado desses documentos. **A conferência de cálculos**, é realizada para verificar a precisão de cálculos relevantes, como soma, juros, impostos, receitas financeiras, depreciação e equivalência patrimonial. **As entrevistas**, são feitas com os auditados para obter detalhes e esclarecer procedimentos, podendo ser estruturadas ou não estruturadas. **A inspeção física**, envolve a verificação da existência de bens ou pessoas, sendo importante atentar para detalhes e descrição dos bens. **A circularização**, é a confirmação de saldos e informações junto a terceiros, sendo o auditor responsável por receber diretamente as respostas (Araujo *et al*., 2008).

Portanto, é crucial para uma empresa compreender os conceitos da auditoria contábil, bem como os mecanismos e procedimentos envolvidos. Isso permite garantir a confiabilidade e precisão das informações financeiras, identificar erros e fraudes, fortalecer controles internos e manter a conformidade com as normas contábeis. Essa compreensão ajuda a tomar decisões informadas, aumentar a transparência e a confiança dos stakeholders, além de promover a eficiência operacional e a gestão adequada dos recursos.

1.2 GESTÃO DE RISCO

De acordo com Assi, geralmente, o risco é compreendido como a possibilidade de algo não ser bem-sucedido, porém sua definição atual abrange a quantificação e qualificação da incerteza, tanto em termos de perdas quanto de ganhos, em relação ao curso dos eventos planejados, seja por indivíduos, seja por organizações (Assi, 2012).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A análise e o controle de riscos devem sempre se adaptar às novas fronteiras da complexidade e evolução empresarial, fornecendo informações precisas sobre a realidade econômica. É crucial aprofundar essas análises devido à importância da gestão de riscos na gestão financeira e à necessidade de garantir a qualidade e adequação das informações para atuação nos mercados financeiros (Galvão *et al*., 2018).

Todos, sejam indivíduos, governos, empresas, instituições financeiras ou entidades sem fins lucrativos, enfrentam constantemente situações de risco e incerteza. A questão principal é como medir e controlar esses riscos, a fim de gerenciá-los de maneira eficaz (Gil *et al*., 2013). Apresentam-se na Ilustração 6 os indicadores e ferramentas para medir e controlar os riscos de uma empresa:

Ilustração 5: Indicadores, recursos e possíveis ferramentas

INDICADORES	CONCEITUAÇÃO
ANÁLISE SWOT	A análise SWOT é uma ferramenta de gestão amplamente difundida para estudar o ambiente interno e externo das empresas. Ela avalia o cenário e posicionamento estratégico da organização, identificando pontos fracos e fortes, bem como oportunidades e ameaças. Esse método eficaz auxilia no planejamento estratégico, fornecendo informações valiosas sobre os fatores que impactam o funcionamento da empresa.
ANÁLISE KPI	O KPI, ou Indicador-chave de desempenho, tem como objetivo medir o progresso de um processo ou resultado, sendo acompanhado regularmente para verificar os resultados alcançados. Essa metodologia ajuda a avaliar e identificar possíveis problemas ou dificuldades, desde que aplicada de forma responsável por todos. Um KPI pode ser um dado ou uma proporção, mas geralmente é uma proporção. A diferença é que o KPI está diretamente relacionado a um objetivo específico da sua empresa. Portanto, mesmo que você tenha concorrentes na mesma indústria, eles provavelmente terão objetivos diferentes e, consequentemente, usarão KPIs diferentes.
ANÁLISE BSC	O BSC, ou Balanced Scorecard, é uma abordagem para administração estratégica. É uma metodologia que auxilia as organizações a transformarem sua visão e estratégia em ações concretas, direcionando a performance e o comportamento para alcançar os objetivos estratégicos. O BSC busca maximizar os resultados com base em quatro perspectivas que refletem a visão e estratégia da organização: financeira, do cliente, dos processos internos e de aprendizado e crescimento. O BSC inclui um mapa estratégico, objetivos estratégicos, indicadores, metas e planos de ação.

Fonte: Assi (2012, p. 114 – 117).

O tema gestão de risco está diretamente relacionado com o risco de mercado, de acordo com Galvão *et al*., atualmente, há uma crescente preocupação com a regulação, transparência e gestão de risco no mercado financeiro. É essencial que investidores e empresas compreendam e

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

identifiquem os riscos, especialmente os relacionados ao mercado, a fim de implementar estratégias adequadas de mitigação (Galvão *et al*., 2018).

Assim como a gestão de risco está atrelada ao risco de mercado, o risco de imagem também é um fator que deve ser considerado. O risco de reputação refere-se às perdas financeiras e monetárias resultantes da deterioração da reputação de uma organização. Esse risco é especialmente relevante para instituições financeiras, onde a confiança do mercado é essencial. No entanto, empresas não financeiras também devem compreender e tomar medidas preventivas, pois a queda na reputação pode afetar negativamente o faturamento de seus produtos (Assi, 2012).

Além do risco de imagem e risco de mercado ainda deve ser considerado o risco operacional/humano, segundo Giambiagi, é um tipo de risco abrangente que envolve possíveis perdas decorrentes de falhas nos processos, erros cometidos por pessoas, problemas nos sistemas, acidentes, controles inadequados ou eventos externos (Giambiagi, 2017).

O risco operacional abrange os eventos que podem ocorrer ao longo das diversas etapas de operações e processos necessários para estabelecer uma presença no mercado. Isso inclui falhas nos controles internos e na governança corporativa. Essas falhas podem resultar em perdas financeiras devido a erros, fraudes ou falta de execução adequada das atividades (Galvão *et al*., 2018).

A ocorrência de fraudes ao longo da história está intrinsecamente ligada à importância da gestão de risco. Essas fraudes têm impactos significativos nas organizações, tanto financeiramente quanto em termos de reputação, onde de acordo com Assi, “[...] demonstram ausência de controle, negligência operacional, ausência de índole e despreparo das auditorias e dos órgãos reguladores.” (Assi, 2012, p. 53). Na Ilustração 7 apresentam-se exemplos de casos reais:

Ilustração 6: Exemplos de casos reais

CASO	HISTÓRICO
ENRON – EUA (2001)	Uma das principais empresas de energia dos Estados Unidos e do mundo entrou com um pedido de concordata, tornando-se a sétima maior empresa do país a fazê-lo. Com operações em mais de 40 países, a empresa enfrentava uma dívida de US$ 22 bilhões de dólares, de acordo com seu balanço. Após dez dias, o congresso americano iniciou uma análise sobre a falência do grupo, buscando compreender as

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

	razões por trás desse colapso financeiro. A situação financeira da empresa afetou sua reputação e trouxe consequências significativas para o setor de energia.
ARTHUR ANDERSEN – EUA (2002)	Uma das principais empresas de auditoria dos Estados Unidos, foi condenada pela Corte Federal de Houston a cinco anos de prisão e uma multa de cerca de US$ 500 mil por obstrução de justiça no caso da Enron. A Enron, segunda maior cliente da Andersen, pagou milhões de dólares pelos serviços de auditoria externa e interna da empresa. A condenação resultou na perda do direito da Andersen de realizar auditorias em empresas públicas nos EUA. Apesar de ser um gesto simbólico, pois a empresa já havia encerrado suas atividades em 2002, o caso foi significativo como o primeiro processo criminal decorrente do escândalo financeiro da Enron, que causou sua falência.
WORLDCOM – EUA (2002)	Era uma grande empresa de telecomunicações e internet, considerada um símbolo do sucesso dos negócios nos Estados Unidos nos anos 1990. Assim como a Enron, atraiu muitos investidores e teve um aumento significativo em sua cotação de ações entre 1998 e 1999. O CEO da WorldCom, Bernard Ebbers, era visto como um gênio dos negócios, mas assim como a Enron, a empresa teve um declínio rápido. Descobriu-se que a WorldCom tinha uma dívida de US$ 41 bilhões e havia escondido cerca de US$ 4 bilhões em desvios contábeis para disfarçar suas perdas, resultando em outro escândalo.
XEROX – EUA (2002)	A Xerox, após o escândalo da WorldCom, admitiu em junho de 2002 que havia inflado seu faturamento em US$ 1,9 bilhão nos últimos cinco anos. A empresa contabilizou de uma vez só vendas de equipamentos que seriam pagos a longo prazo. Para cumprir um acordo com a SEC, a Xerox revisou seu relatório para o exercício de 2001 e fez o ajuste contábil exigido. A multa acordada com a SEC foi de US$ 10 milhões, a maior já paga por uma empresa, devido a informações errôneas no registro contábil das receitas. A KPMG também foi multada em US$ 22 milhões por seu envolvimento no caso.
PARMALAT – ITÁLIA (2003)	Em novembro de 2003, a Parmalat enfrentou problemas quando surgiram dúvidas sobre um investimento de 500 milhões de euros feito no fundo Epicurum, nas Ilhas Cayman. A agência Standard & Poors rebaixou a classificação dos títulos da empresa, levando a uma queda no valor das ações. A direção da Parmalat afirmou ter uma conta de 3,95 bilhões de euros no Bank of America nas Ilhas Cayman, mas o banco negou a existência desse documento. Isso resultou em grandes perdas para investidores e pequenos poupadores, totalizando cerca de 11 bilhões de euros. A fraude contábil da Parmalat é uma das maiores da história, e seu CEO, Calisto Tanzi, foi preso junto com outros funcionários importantes. A Parmalat entrou com pedido de concordata, permitindo ao novo CEO, Enrico Bondi, reestruturar a empresa sem enfrentar ações judiciais dos acionistas. O governo italiano facilitou os processos burocráticos e as negociações com os credores para empresas com dificuldades financeiras.
BANCO SANTOS (2004)	Em maio de 2004, o Banco Central do Brasil interveio no Banco Santos, resultando em saques dos correntistas. Apesar de ter um saldo positivo em caixa, o banco solicitou um empréstimo de R$ 700 milhões ao Banco Central para cobrir os saques, mas teve o pedido recusado e foi intervindo pelo próprio Banco Central. Inicialmente, estimava-se que o Banco Santos tivesse um patrimônio negativo de R$ 100 milhões, porém, após a fiscalização, foi constatado que o banco possuía ativos no valor de R$ 751 milhões e passivos de R$ 2,987 bilhões. O rombo no Banco Santos foi declarado como R$ 2,236 bilhões. Desde a intervenção, foram descobertas várias irregularidades e operações duvidosas.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

SADIA – BRASIL (2008)	A Sadia registrou um prejuízo histórico de R$ 2,484 bilhões em 2008 devido a operações com derivativos cambiais. Um balanço divulgado em 2009 revelou que a empresa perdeu R$ 2,55 bilhões com os chamados "derivativos tóxicos", os quais não foram adequadamente registrados em seus balanços.
SATYAM COMPUTER SERVICE – ÍNDIA (2009)	O presidente do conselho, Ramalinga Raju, admitiu em uma carta que a empresa inflou seus lucros operacionais e receitas. O lucro operacional foi inflado de US$ 12,2 milhões para US$ 136 milhões, e as receitas foram inflacionadas de US$ 430 milhões para US$ 550 milhões nos três meses encerrados em 30 de setembro. A margem operacional real foi de apenas 3%, apesar de ter sido relatada como 24%. A polícia acusa os auditores de participarem da manipulação dos números, e a fraude é considerada a pior da história corporativa da Índia.
BANCO PANAMERICANO – BRASIL (2010)	O Banco PanAmericano anunciou uma fraude em novembro de 2010. O Banco Central descobriu "inconsistências contábeis" durante uma fiscalização e constatou que o banco estava contabilizando recursos de carteiras de crédito vendidas para outras instituições. O Grupo Silvio Santos, principal acionista, anunciou um aporte de R$ 2,5 bilhões para evitar a quebra do banco. O Banco Central considerou intervir no banco, mas desistiu após pedidos do grupo controlador. O rombo no banco foi estimado em mais de R$ 5 bilhões, apesar do aporte inicial do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) de R$ 2,5 bilhões.

Fonte: Assi (2012, p. 56 – 61).

Em suma, a gestão de risco desempenha um papel fundamental na mitigação dos riscos associados às fraudes contábeis, risco de mercado, risco de reputação e risco operacional. Uma abordagem integrada e abrangente, que engloba controles internos, auditorias independentes, estratégias de mitigação de riscos e uma cultura organizacional voltada para a transparência e a ética, é essencial para garantir a sustentabilidade e a longevidade de uma empresa no mercado atualmente complexo e altamente competitivo.

2 METODOLOGIA

Segundo Santos e Filho, método pode ser entendido como sendo a rota a ser seguida para alcançar o objetivo proposto. Dependendo da proposta de trabalho ou da área de foco da pesquisa, os métodos a serem utilizados podem ser determinados (Santos; Filho, 2012). Neste panorama, Lozada e Nunes afirmam que o método descreve a maneira pela qual o pesquisador deve agir ao longo do percurso para alcançar o resultado desejado, consistindo em um conjunto de etapas organizadas, sistemáticas, explícitas para alcançar um objetivo específico (Lozada; Nunes, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Serão abordados nesta etapa os conceitos sobre a categorização da pesquisa; plano de coleta de dados; plano de análise e de interpretação de dados.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Sobre à natureza de pesquisa, neste trabalho será utilizado a pesquisa aplicada, ou então, pesquisa teórico empírica, cujo objetivo segundo Marconi e Lakatos, "[...] é adquirir conhecimento para a solução de um problema específico, e pesquisa de desenvolvimento experimental, que visa à produção de novos materiais, equipamentos, políticas e comportamentos, ou novos serviços." (Marconi; Lakatos, 2022, p. 297).

Referente ao tratamento de dados, segundo Pereira, pode ser compreendido como a abordagem selecionada pelo pesquisador para validar a veracidade dos eventos e fornecer uma explicação consistente dos fenômenos analisados. Em termos mais amplos, existem dois principais métodos: o quantitativo e o qualitativo (Pereira, 2016).

Neste trabalho será utilizado o método qualitativo, que segundo Gil, destaca as características das entidades e dos processos que não são expressas em termos de intensidade ou frequência, destacando a compreensão da realidade como socialmente construída, assim como a relação próxima entre o pesquisador e o objeto de estudo, levando em consideração as restrições situacionais que influenciam a investigação (Gil, 2021).

No que diz respeito ao ponto de vista dos objetivos propostos, a pesquisa será: exploratória, descritiva e explicativa. Caracteriza-se como exploratória quando o objetivo principal é a coleta de informações sobre um objeto específico, estabelecendo assim um campo de estudo e identificando as condições em que esse objeto se manifesta. Na verdade, essa etapa serve como uma preparação para a pesquisa explicativa (Severino, 2017).

Possui caráter descritivo quando busca lidar com a análise e descrição das características de uma população ou fenômeno específico, além de estabelecer conexões entre variáveis e eventos (Pereira, 2016). Marconi e Lakatos ainda corroboram que além de estabelecer conexões entre variáveis,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

também se utiliza da natureza dessa relação, se aproximando da pesquisa explicativa (Marconi; Lakatos, 2022).

A pesquisa revela-se como explicativa quando além de observar e analisar os fenômenos investigados, tem como objetivo identificar suas origens, seja por meio da utilização de métodos experimentais/matemáticos, seja por meio da interpretação viabilizada pelos métodos qualitativos (Severino, 2017).

Sobre os procedimentos técnicos, neste trabalho será utilizado pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. A respeito da pesquisa bibliográfica, segundo Severino, é conduzida com base nas informações disponíveis previamente, provenientes de pesquisas anteriores e encontradas em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros (Severino, 2017). Para Gil, "[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (Gil, 2022, p. 44).

Já o estudo de caso foca no estudo de um caso específico que é considerado representativo de um conjunto de casos semelhantes, onde coleta e análise de dados ocorrem de maneira similar às pesquisas de campo em geral (Severino, 2017).

2.2 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados e informações podem ser documentados através de documentação direta ou indireta. Para Maroconi e Lakatos, documentação direta envolve a coleta de dados no local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser obtidos de duas formas: por meio da pesquisa de campo e por meio da pesquisa de laboratório ou experimental (Marconi; Lakatos, 2021).

No que diz respeito a documentação indireta Marconi e Lakatos afirmam se tratar de pesquisa documental (ou fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou fontes secundárias), utilizando-se de dados coletados por terceiros, podendo ser material previamente elaborado ou não (Marconi; Lakatos, 2021).

Neste artigo a pesquisa se deu de duas maneiras. Primeiramente, foi conduzida uma análise em notícias e periódicos para compreender os eventos que levaram ao desencadeamento da fraude. Em seguida, a coleta de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

informações foi realizada por meio dos gráficos fornecidos pelas Lojas Americanas na B3, a Bolsa de Valores do Brasil.

2.3 PLANO DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste projeto será utilizado o método dedutivo, que, segundo Marconi e Lakatos parte da busca de teorias e leis que em sua maioria, faz previsões sobre a ocorrência de fenômenos específicos (conexão descendente), explicando que nesse método se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão necessariamente será verdadeira (Marconi; Lakatos, 2022). Neste trabalho serão analisadas informações disponíveis na B3 para o levantamento de dados.

3 DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Nessa seção, apresenta-se primeiramente a origem da fraude contábil e a explicação dos procedimentos contábeis inadequados que resultaram no escândalo financeiro, consequentemente trazendo prejuízos aos acionistas e incertezas em boa parte do mercado. Posteriormente, será apresentado a atual situação em que as lojas americanas se encontram, e após os impactos econômico-financeiros nas Lojas Americanas com base nas informações disponíveis na B3, realizando uma análise comparativa dos resultados para avaliar o valor das ações antes e depois do anúncio da fraude.

3.1 ORIGEM DA FRAUDE CONTÁBIL NAS LOJAS AMERICANAS

No dia 11 de janeiro de 2023 o mercado financeiro foi abalado pela notícia de que as Lojas Americanas teriam de acordo com as estimativas um rombo de R$ 20 bilhões acumulados em dívida ao longo dos anos. Em agosto de 2022 Sérgio Rial, executivo com experiência como diretor presidente do Banco Santander foi anunciado como novo CEO das Lojas Americanas, o que causou uma reação positiva para os investidores, pois Rial havia conseguido tornar a filial Nacional do Santander a mais rentável do grupo.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

A passagem do executivo pela varejista durou apenas 9 dias, sendo sua posse no dia 2 de janeiro e, no dia 11 o pedido de renúncia ao cargo após se tornar pública a informação de que as Lojas Americanas descobriram inconsistências em lançamentos contábeis no valor de R$ 20 bilhões. Alguns dias após a descoberta da fraude foi declarado que a dívida atual não era somente de R$ 20 bilhões, mas sim, de R$ 40 bilhões.

Um dia após o anuncio da fraude, as ações da Americanas (AMER3) despencaram com uma perda de 77,33%, cotadas a R$ 2,72 na B3, a Bolsa de Valores do Brasil. Os ativos fecharam o dia 11 de janeiro de 2023 em alta de 0,76%, a R$ 12, antes da notícia de um rombo bilionário nas contas da empresa, conforme apresentado na Ilustração 7.

Ilustração 7: Cotação AMER3



Fonte: Google Finance.

Quanto a fraude contábil, a varejista apontou dois tipos de fraude cometidos pela gestão anterior em comunicado ao mercado, identificando estes como: o uso de VPC em contratos que nunca existiram e os financiamentos em capital de giro inadequadamente contabilizados.

O VPC, também conhecido como venda de propaganda cooperada, é uma prática que envolve uma série de medidas entre compradores e fornecedores, prática da qual as Lojas Americanas alegam ser comum no setor varejista, esse é um mecanismo que as varejistas usam para descentralizar as verbas de propaganda e marketing. Em alguns casos, envolvem operações de financiamento de compras (como risco sacado, *forfait* ou *confirming*), nas quais

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

os fornecedores buscam adiantamentos, e a empresa faz a intermediação do pagamento por um banco. A varejista compromete-se a pagar na data originalmente acordada no contrato, mas agora diretamente ao banco, com acréscimo de juros (Freitas, 2023).

Outra prática na VPC envolve bonificações concedidas à varejista por meio de ações de marketing, como destaque dos produtos em locais especiais nas lojas físicas, por exemplo. No entanto, no caso em questão, a Americanas teria relatado acordos de bonificação sem contratos com os fornecedores, assim artificialmente criados para melhorar os resultados operacionais da companhia como “redutores de custo”, mas sem haver de fato a contratação de fornecedores, segundo o próprio fato relevante (Freitas, 2023).

O segundo fato relevante divulgado pela Americanas corresponde aos financiamentos que não estavam sendo contabilizados da maneira correta, como forma de gerar caixa para continuidade das operações das Americanas, a diretoria anterior contratou financiamentos, inadequadamente contabilizados no balanço patrimonial na conta fornecedores, sendo que R$ 18,4 bilhões representava operações de financiamento de compras e R$ 2,2 bilhões em operação de financiamento em capital de giro (Leal, 2023).

A inadequada contabilização dessas operações de financiamento nos demonstrativos financeiros da Americanas não permitiu a correta avaliação do grau de endividamento da companhia com o passar do tempo.

Outro fato apontado como irregularidade foi a identificação de lançamentos redutores da conta de fornecedores, com origem de juros decorrentes de operações financeiras, totalizando R$ 3,6 bilhões. Este fenômeno é conhecido como "risco sacado." Quando a empresa realizou a operação de *forfaiting* (risco sacado), o valor que ela devia aos fornecedores deveria ter sido registrado como empréstimos e financiamentos no passivo. Além disso, os juros deveriam ter sido contabilizados como despesas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), o que teria resultado em lucros inferiores (Ribeiro, 2023).

No caso em questão os lançamentos de juros estavam sendo lançados a débito em uma conta de passivo com fornecedores (conta de natureza credora) ao invés de serem lançados corretamente na conta de despesas financeiras

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

(conta de natureza devedora), assim reduzindo o lucro. Esse procedimento acabou inflando o lucro e reduzindo o passivo, o que provocou a percepção de um endividamento menor.

3.2 PANORAMA ATUAL DAS LOJAS AMERICANAS E O IMPACTO NO MERCADO DE AÇÕES

No dia 19 de janeiro de 2023 as Lojas Americanas entraram com um pedido de recuperação judicial na 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, com uma dívida de cerca de R$ 43 bilhões envolvendo credores financeiros, trabalhistas e fornecedores, sendo considerado o quarto maior caso de recuperação registrado no país (Calegari; Rodas, 2023).

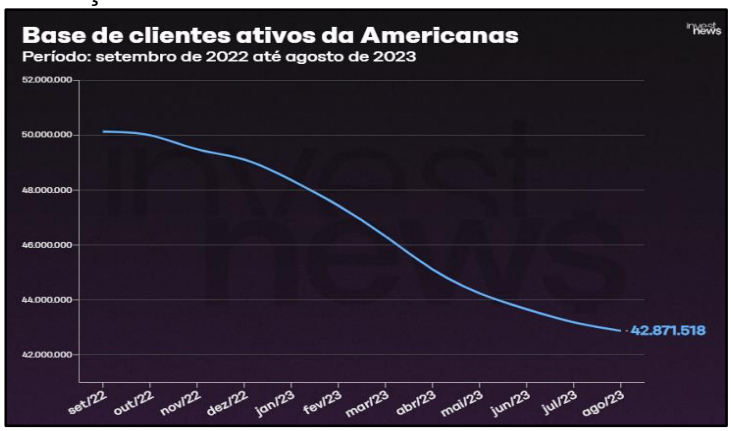
As Lojas Americanas possuíam em janeiro de 2023 44 mil funcionários, 85% permanentes e 15% temporários (Barros, 2023). Desde seu pedido de recuperação judicial em janeiro a empresa acumulou até o mês de agosto de 2023 8.000 mil demissões. Segundo relatório da companhia houve 754 desligamentos na última semana do mês de julho, bem como o fechamento de cinco lojas. A empresa contava com 1.880 estabelecimentos em janeiro de 2023 e até o final do mês de julho já havia descontinuado 60 unidades (Ripardo, 2023).

O último fato relevante sobre o andamento da recuperação judicial da Americanas (AMER3) refere-se as tentativas da empresa de negociar com os credores uma capitalização através dos acionistas de referência, com o objetivo de levantar 34,5 bilhões para reerguer a companhia.

Segundo Ribeiro, apesar das tentativas em oferecer soluções com o intuito de saudar suas dívidas a empresa vem apresentando perda de clientes e de receitas. Relatórios apontam que a varejista obteve perda de 12,7% da base de clientes ativos entre dezembro do ano passado e agosto desse ano, o que representa uma perda de 6,2 milhões de clientes engajados, conforme demonstra a Ilustração 8.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ilustração 8: Base de clientes ativos da Americanas

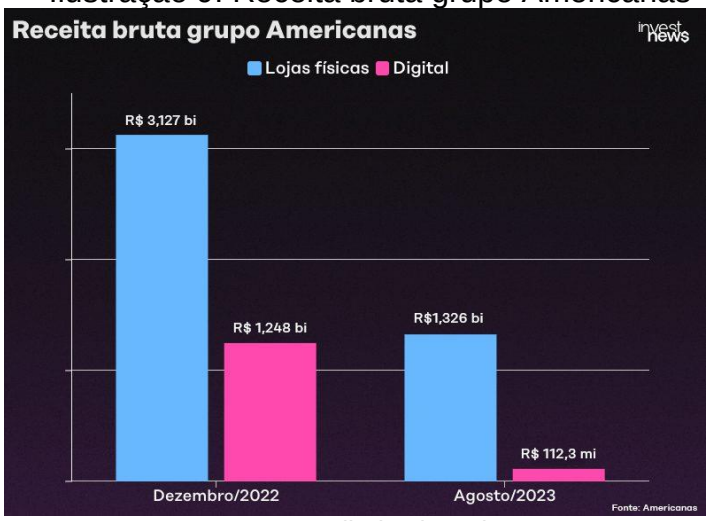


Fonte: Ribeiro (2023).

Levando em consideração esse mesmo período a empresa fechou no total 88 lojas, contabilizando atualmente 1.785 unidades ativas, também houve desligamento de 1.131 funcionários com carteira assinada (CLT). Todavia em relatório, a empresa informou que deste número, 509 casos foram pedidos de demissão (RIBEIRO, 2023).

Quanto a receita da empresa a mesma segue caindo, com relação as vendas no e-commerce houve queda de 91% entre o mês de dezembro de 2022 e agosto de 2023, sendo essa queda de R$ 1,24 bilhões para R$ 112,3 milhões no período. Nas lojas físicas as vendas caíram mais da metade, representando 57,5%, de R$ 3,1 bilhões para R$ 1,3 bilhões, conforme Ilustração 9.

Ilustração 9: Receita bruta grupo Americanas



Fonte: Ribeiro (2023).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Com relação a dívida que as Lojas Americanas possuem a empresa pretende capitalizar o montante de R$ 12 bilhões juntamente aos acionistas de referência, e ainda fazer uma capitalização de dívida concursal por parte dos credores também no valor de R$ 12 bilhões. Além disso a companhia pretende fazer uma emissão de nova dívida com dois propósitos principais: refinanciar parte dívidas concursais existentes no valor de R$ 1,875 bilhão e fazer uma recompra antecipada de dívida concursal com desconto no montante de R$ 8,7 bilhões (Ribeiro, 2023).

Os aportes de investimentos feitos na empresa depois da divulgação da fraude também caíram, levando em consideração o ano anterior e o total investido pelas Lojas Americanas em julho deste ano houve queda de 95% com relação à média de investimentos realizados entre agosto e dezembro de 2022 sendo esse valor de R$ R$ 144.590.973, já até o mês de julho de 2023 o aporte foi de R$ 7.275.534 (Rydlewski,2023).

No que diz respeito as ações das Lojas Americanas levando em consideração os valores antes e depois da Fraude nota-se uma queda de 77,33% no final do dia 12 de janeiro de 2023, período posterior a divulgação do ocorrido, perdendo R$ 8,4 bilhões em valor de mercado. A empresa fechou o pregão cotada a R$ 2,72 no dia 12, no dia 11 as ações estavam sendo negociadas pelo valor de R$ 12,00, conforme Ilustração 10.

Ilustração 10: Ações da Americanas na B3 (período de 1 ano)



Fonte: Ações B3.

O cenário das Lojas Americanas após o pedido de recuperação judicial em janeiro de 2023 é desafiador, marcado por demissões em grande escala, o

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

fechamento de lojas físicas, perda de clientes ativos e uma significativa queda nas receitas, tanto no comércio eletrônico quanto nas lojas físicas.

CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo buscou-se o aprofundamento sobre o impacto da fraude contábil nas Lojas Americanas, buscando descrever as principais leis que visam inibir as fraudes contábeis, propor medidas que visam inibir a fraude dentro de uma organização, demonstrar os impactos de uma fraude contábil para os Stakeholders e verificar o valor da ação na B3 antes e depois do anúncio da fraude, identificando o problema central em entender quais foram os impactos da fraude contábil sobre o preço da sua ação na bolsa de valores, perda de faturamento e participação de mercado das Lojas Americanas.

A fraude contábil nas Lojas Americanas resultou em um rombo de R$ 20 bilhões acumulados em dívida ao longo dos anos, posteriormente aumentado para R$ 40 bilhões, com queda das ações em 77,33% no dia seguinte à divulgação da fraude, cotada a R$ 2,72 na Bolsa de Valores do Brasil (B3). A fraude contábil teve um impacto significativo sobre os acionistas, com a perda de valor das ações, a empresa enfrenta uma dívida considerável e entrou com um pedido de recuperação judicial, afetando os credores financeiros, trabalhistas e fornecedores, além de haver demissões significativas de funcionários e o fechamento de várias lojas. A empresa perdeu uma parte significativa de sua base de clientes ativos, sofrendo uma queda notável nas receitas, tanto no e-commerce quanto nas lojas físicas, nesse cenário os investimentos na empresa diminuíram consideravelmente também após a divulgação da fraude.

Embora tenha sido alcançado o objetivo de verificar quais foram os impactos da fraude sobre o preço da sua ação na bolsa de valores, perda de faturamento e participação de mercado das Lojas Americanas, está pesquisa identificou limitação ao não ter acesso ao balanço patrimonial e DRE da empresa referente ao ano de 2023, uma vez que o exercício social ainda não se encerrou. Portanto, sugiro que futuras investigações possam ser feitas comparando o ano de 2022 com o ano de 2023 para entender quais foram os impactos econômicos na companhia através dos indicadores financeiros.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O presente artigo, portanto, foi de suma importância na formação do acadêmico, pois possibilitou o aprofundamento dos conhecimentos em relação às fraudes contábeis ao evidenciar os principais casos, leis e ferramentas para evitá-las. O estudo do caso das Lojas Americanas forneceu uma compreensão abrangente das práticas fraudulentas e seus impactos no mercado de ações, na situação financeira da empresa, no emprego e nas estratégias de recuperação. Portanto, foi fundamental considerar maneiras de aprimorar a gestão das informações apresentadas no artigo, visando enriquecer o desenvolvimento profissional do pesquisador, bem como abrir novas perspectivas relacionadas a esse tema, que podem ampliar as diversas abordagens sobre o assunto e contribuir para uma análise mais completa das implicações das fraudes contábeis, promovendo um ambiente de aprendizado mais enriquecedor e crítico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Aline. **Auditórios Independentes**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 219 p.

ARAUJO, Inaldo da Paixão S.; ARRUDA, Daniel G.; Pedro Humberto Teixeira Barreto. **Auditoria Emocional:** abordagem teórica, normativa e prática. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. 137 p.

ASSI, Marcos. **Compliance:** como implementar, 1. ed. São Paulo: Editora Trevisan, 2018. 168 p.

ASSI, Marcos. **Gestão De Riscos Com Controles Internos** - Como vencer os desafios e manter a eficiência dos negócios - 1ª edição 2012. São Paulo: Editora Saint Paul (Brasil), 2012. 169 p.

ATTIE, William. **Auditoria Conceitos e Aplicações**, 7. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2018. 749 p.

B3. **Ações**. 2023. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/cotacoes/?tvwidgetsymbol=BMFBOVESPA%3AAMER3>. Acesso em: 29 out. 2023.

BARROS, Juliano C. **O que Pode Acontecer com os 44 mil Trabalhadores das Americanas?**. 2023. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/2023/01/17/o-que-pode-acontecer-com-os-44-mil-trabalhadores-da-americanas.htm#:~:text=As%20Americanas%20t%C3%AAm%2044%20mil,de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

%20que%20n%C3%A3o%20haver%C3%A1%20demiss%C3%B5es>. Acesso em: 24 out. 2023.

CALEGARI, Luiza; RODAS, Sérgio. **Lojas Americanas Entram com Pedido de Recuperação Judicial**. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-19/lojas-americanas-entram-pedido-recuperacao-judicial>. Acesso em: 24 out. 2023.

CARVALHO, André C.; BERTOCCELLI, Rodrigo de P.; ALVIM, Tiago C.; AL, et. **Manual de Conformidade**. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, Grupo GEN, 2021. 889 p.

CREPALDI, Silvio A. **Auditoria Contábil -** teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2019. 512 p.

FRANCO, Isabel. **Guia Prático de Compliance**. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda, Grupo GEN, 2019. 414 p.

FREITAS, Tainá. **Como a Fraude Bilionária na Americanas Aconteceu?.** 2023. Disponível em: < https://www.startse.com/artigos/fraude-americanas/>. Acesso em: 24 out. 2023.

GALVÃO, Alexandre M.; OLIVEIRA, Virgínia Izabel de; FLEURIET, Michel; e outros **Gestão de Riscos no Mercado Financeiro**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. 281 p.

GIAMBIAGI, Fábio. **Derivativos e Risco de Mercado**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, Grupo GEN, 2017. 287 p.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2022. 186 p.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2021. 182 p.

GIL, Antonio de L.; ARIMA, Carlos H.; NAKAMURA, Wilson T. **Gestão: controle interno, risco e auditoria**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 73 p.

GIL, Antonio de L.; ARIMA, Carlos H.; NAKAMURA, Wilson T. **Metodologia do Trabalho Científico**. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2021. 247 p.

LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2021. 354 p.

LEAL, Giovana. **Fraude: Americanas (AMER3) Explica Dívida Bilionária e Afasta Responsáveis**. 2023. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/fraude-americanas-amer3-explica-divida-bilionaria-e-afasta-responsaveis/>. Acesso em: 24 out. 2023.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2019. 238 p.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica**. Rio de Janeiro: Editora Atlas Ltda, Grupo GEN, 2022. 361 p.

MATTOS, João G. **Auditoria**. Porto Alegre: Grupo A, 2017. 124 p.

MENDES, Francisco S.; CARVALHO, Vinícius Marques de. **Compliance -** concorrência e combate à corrupção, 1. ed. São Paulo: Editora Trevisan, 2017. 41 p.

PEREIRA, José M. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Atlas, Grupo GEN, 2016. 187 p.

RIBEIRO, Janaína. **Como a Americanas Fraudou Balanço e Quais as Consequências para os Envolvidos**. 2023. Disponível em: <https://investnews.com.br/negocios/como-a-americanas-fraudou-balanco-e-quais-as-consequencias-para-os-envolvidos/>. Acesso em: 24 out. 2023.

RIBEIRO, Janaína. **Com Perda de Clientes e Receitas, Recuperação da Americanas Fica mais Nebulosa**. 2023. Disponível em: <https://investnews.com.br/negocios/com-perda-de-clientes-e-receitas-recuperacao-da-americanas-fica-nebulosa/>. Acesso em: 24 out. 2023.

RIPARDO, Sérgio. **Americanas Faz Novas Demissões:** cortes somam 8.000 vagas em 7 meses de crise. 2023. Disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/negocios/americanas-faz-novas-demissoes-e-cortes-somam-quase-8-mil-em-7-meses-de-crise/>. Acesso em: 24 out. 2023.

RYDLEWSKI, Carlos. **Lojas, Funcionários, Clientes:** veja o estrago da fraude na Americanas. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/lojas-funcionarios-clientes-veja-o-impacto-da-fraude-na-americanas>. Acesso em: 29 out. 2023.

SANTOS, João A.; FILHO, Domingos P. **Metodologia Científica**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. 251 p.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2017. 307 p.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: EXTINÇÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, O SURGIMENTO DE REGRAS DE TRANSIÇÃO E APOSENTADORIA PROGRAMADA NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103/2019.

Alan Gabriel Fernandes Padilha[1]
Ricieri Rafael Bazanella Dilkin[2]

RESUMO

O projeto da pesquisa aborda a extinção da Aposentadoria por Tempo de Contribuição e a introdução da Aposentadoria Programada em decorrência da Emenda Constitucional nº. 103/2019, promulgada em novembro de 2019. O foco está na análise das regras de transição estabelecidas por essa emenda, que permitem a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição apenas aos segurados filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) até 13 de novembro de 2019. O problema da pesquisa está centrado nas mudanças trazidas pela reforma da Previdência, questionando as regras para concessão da aposentadoria por tempo de contribuição aos segurados do INSS filiados ao RGPS até a data da emenda. A hipótese sugere que os contribuintes anteriores à reforma podem obter o benefício por meio de regras de transição específicas, enquanto os filiados após a reforma terão acesso apenas à aposentadoria programada. A pesquisa pretende analisar as quatro regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019, destacando a importância da escolha da mais vantajosa para cada segurado, considerando variáveis como valor do benefício e tempo de contribuição. A avaliação individual dos critérios, como idade e tempo de contribuição, é fundamental. Os objetivos incluem o estudo das modificações na Previdência Social, os novos requisitos para concessão da Aposentadoria por Tempo de Contribuição aos contribuintes anteriores à reforma, apresentação das regras de transição da EC 103/2019 e análise da Aposentadoria Programada baseada nessa emenda. Em conclusão, o projeto destaca a aposentadoria por tempo de contribuição como benefício previdenciário fundamental para segurados que cumpriram os requisitos mínimos até a EC 103/2019. Para filiados após a reforma, a aposentadoria programada é a única opção, enquanto os que estavam prestes a se aposentar têm acesso às regras de transição previstas na emenda.

Palavras-chave: Aposentadoria por Tempo de Contribuição; Emenda Constitucional nº 103/2019; Regras de Transições; Aposentadoria Programada.

[1] Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis. Alan.fernandes.bairros@hotmail.com
[2] Especialista, Mestre e Doutor em Direito Processual do Trabalho. Orientador. Professor do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis. ricieri@fema.com.br

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

ABSTRACT

The research project addresses the extinction of the Contribution Time Retirement and the introduction of Scheduled Retirement due to Constitutional Amendment No. 103/2019, promulgated in November 2019. The focus is on the analysis of transition rules established by this amendment, allowing the granting of retirement by contribution time only to contributors affiliated with the General Social Security System (RGPS) until November 13, 2019. The research problem is centered on the changes brought about by the Pension Reform, questioning the rules for granting contribution time retirement to INSS contributors affiliated with RGPS until the date of the amendment. The hypothesis suggests that contributors before the reform can obtain the benefit through specific transition rules, while those affiliated after the reform will only have access to scheduled retirement. The research aims to analyze the four transition rules established by EC 103/2019, emphasizing the importance of choosing the most advantageous for each contributor, considering variables such as the benefit amount and contribution time. Individual evaluation of criteria, such as age and contribution time, is crucial. The objectives include studying changes in Social Security, the new requirements for granting Contribution Time Retirement to contributors before the reform, presenting the transition rules of EC 103/2019, and analyzing Scheduled Retirement based on this amendment. In conclusion, the project highlights contribution time retirement as a fundamental social security benefit for contributors who met the minimum requirements until EC 103/2019. For contributors after the reform, scheduled retirement is the only option, while those about to retire have access to transition rules outlined in the amendment..

Keywords: Contribution Time Retirement; Constitutional Amendment No. 103/2019; Transition Rules; Scheduled Retirement.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição para novos segurados, destacando a influência da Emenda Constitucional nº 103 de 2019. A pesquisa se concentra na análise das regras de transição da referida emenda, que permitem a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição apenas aos segurados filiados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) até 13 de novembro de 2019.

O estudo busca compreender as mudanças trazidas pela emenda, especialmente as regras de transição e a introdução da aposentadoria programada. Os objetivos incluem explorar a fundo as alterações na aposentadoria por tempo de contribuição, examinar os motivos por trás das mudanças e avaliar os impactos sobre os trabalhadores e o sistema

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

previdenciário. A aposentadoria por tempo de contribuição, antes permitida independentemente da idade, passou por transformações devido a desafios econômicos e demográficos.

A pesquisa destaca a complexidade do tema, essencial para a sociedade, especialmente após a reforma que restringiu o benefício aos segurados anteriores a novembro de 2019. A introdução de regras de transição visa uma transição gradual entre o antigo sistema e as novas diretrizes previdenciárias, considerando idade e tempo de contribuição. O novo modelo exige uma idade mínima e tempo de contribuição para a aposentadoria, visando fortalecer a sustentabilidade da Previdência Social.

A metodologia da pesquisa é exploratória, buscando compreender os métodos para adquirir a aposentadoria por tempo de contribuição pós-reforma. Utilizando abordagem dedutiva, o estudo se baseia em autores como Carlos Alberto Pereira Castro, João Lazzari, Hugo Goes e Victor Hugo N. Stuchi, além da legislação e documentos que estabelecem os requisitos para a concessão do benefício.

O trabalho apresenta dados quantitativos, pesquisas bibliográficas e documentais, fornecendo uma visão aprofundada das mudanças e propondo reflexões críticas sobre o sistema previdenciário. O objetivo é contribuir para o debate e aprimoramento desse importante campo de estudo.

1 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PREVISTA NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/1998.

A aposentadoria por tempo de contribuição é um benefício concedido para os segurados que atingem determinado período de contribuição perante ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Anterior à data da emenda constitucional nº 20/1998, o requisito de contribuição era fixado em 30 anos para mulheres e 35 anos para homens.

Diante das reformas efetuadas por emendas constitucionais, a Aposentadoria por tempo de contribuição é a que mais sofre com alterações em sua legislação. A emenda constitucional nº 20/98, tramitou no Congresso

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Nacional pelo período de três anos e nove meses, sendo promulgada apenas em 15 de dezembro de 1998.

As devidas alterações afetaram o trabalhador, sendo que aqueles que não atingissem o tempo de serviço necessário para pleitear o benefício até a data da referia emenda, tinham que contribuir até atingir a idade exigida, de 53 anos de idades em caso de homens, e 48 anos de idade para as mulheres, nesse período ainda tinha o acréscimo o faltante naquela data (15.12.1998), o chamado "pedágio" (Castro; Lazzari, 2017).

Diante da reforma da previdência, prevista pela EC 20/1998, deixou de exigir o tempo de serviço para a concessão do benefício aposentadoria, passando a valer o tempo de contribuição, visando à possibilidade de aposentadoria proporcional para os que se filiaram o RGPS depois de 16.12.1998 (Lazzari, 2019).

No tocante a aposentadoria por tempo de contribuição, Kerly Huback relata:

> [...] a aposentadoria por tempo de contribuição foi engendrada pela Emenda Constitucional 20/1998, ao extinguir a antiga aposentadoria por tempo de serviço, tendo a previsão estabelecida no Art. 201, §, I e §8 na Constituição Federal (Huback, 2012, p. 168).

Com o advento da EC 20/98, ocorre a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição, sendo devida para todos os segurados que continham uma carência de 180 contribuições, cumulada com 35 anos de contribuição, se homem e no caso de mulheres, 30 anos (Lazzari, 2019).

A aposentadoria por tempo de contribuição ainda traz a noção de atividade laborativa, mesmo sendo extinta, permanece o conceito de tempo de atividade, surgindo uma nova modalidade (Agostinho, 2020).

Diante a avaliação do Governo, as devidas alterações não foram suficientes para reduzir o déficit do sistema, sendo que a média de idade nas aposentadorias por tempo de contribuição estava na faixa dos 54 anos. Sendo assim, a solução proposta pela EC 103/2019 foi diante a extinção de previsão da aposentadoria por tempo de contribuição sem idade mínima (Lazzari, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 BENEFICIÁRIOS

Castro relata que na regra geral, cumpridos os requisitos exigidos nos termos da lei, todos os segurados da RGPS, filiados até a data 13.11.2019, tinham o direito à aposentadoria por tempo de contribuição, salvo seguintes exceções (Castro, 2020).

Para o Segurado Especial não teria direito a aposentadoria por tempo de contribuição quando contribuísse exclusivamente com base na comercialização da produção rural. Teria o direito ao benefício, caso fosse contribuir mensalmente, de forma voluntária.

Já contribuinte individual e segurado facultativo que optarem por seguir a sistemática conforme estabelecida na Lei Complementar nº123 de 2006, visto que é alíquota de 11% sobre o salário mínimo, não podem desfrutar de tal benefício, somente se complementarem as contribuições feitas menores que a regra geral, ou seja, mais 9% sobre o salário de contribuição.

Tal disposição encontra-se vinculado no disposto art. 18º, parágrafo 3§ da Lei 8.213/91, onde dispõe que:

> § 3º O segurado contribuinte individual, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, e o segurado facultativo que contribuam na forma do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, não farão jus à aposentadoria por tempo de contribuição (Brasil, 1991).

O parágrafo estabelece que os segurados listados não poderão se aposentar exclusivamente com base no tempo de contribuição, visto que a aposentadoria requer um período mínimo de contribuição sendo que esses segurados não poderão atingir o determinado requisite.

Em síntese, são considerados documentos válidos para comprovação do tempo de contribuição de acordo com a legislação e desde que contemporâneos aos fatos, a Carteira profissional, contrato individual de trabalho, contrato de trabalho por pequeno prazo, carteira de férias, carteira sanitária, caderneta de matrícula, caderneta de contribuições extintos de aposentadorias e pensões, caderneta dos portos, Declaração da Secretaria

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Especial da Receita Federal, certidão de inscrição em órgão de fiscalização, contrato social, extrato de recolhimento FGTS e recibos de pagamento.

1.2 REGRA PROGRESSIVA 85/95

Sancionada em 4 de novembro de 2015, pela Lei nº 13.183, trouxe grandes mudanças para a aposentadoria por tempo de contribuição, levando em conta o descontentamento sobre aplicação do fator previdenciário vinha trazendo para os filiados devido ao aumento sobre a expectativa de vida no país brasileiro.

Tal medida trouxe significância para o valor integral do benefício, mas não extinguiu o fator previdenciário, mantendo os dois de forma paralela (Castro; Lazzari, 2017).

Nos termos da Lei 13.183 de 2015, condiz que o segurado receberá o valor integral do benefício se tiver os seguintes requisitos, diante o art. 29-C, inciso I e II:

> Art. 29-C. O segurado que preencher o requisito para a aposentadoria por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for:
> I - igual ou superior a noventa e cinco pontos, se homem, observando o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos; ou
> II - igual ou superior a oitenta e cinco pontos, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta anos (Brasil, 2015).

Nos termos do dispositivo citado, na regra 85/95 não existe idade mínima para aposentação por tempo de contribuição, porém é exigido mínimo de 30 anos de contribuição, se mulher e, 35 anos de contribuição se homem, alcançado a pontuação exigida, não será enquadrado no fator previdenciário, recebendo o valor integral do benefício.

De acordo com o §1º da referida lei, os pontos mencionados serão somados em frações de meses completos de tempo de contribuição e idade, para atingir 85/95. É necessário ter cumulativamente o tempo de contribuição e idade para a possível aplicação da regra, sendo que a mesma sofrerá com aumento a cada ano.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Abaixo está exposta a tabela com demonstrativo de acordo com a aplicação da regra de transição de progressividade de pontos, tento início 85/95, podendo ser aumentada a cada ano até atingir o limite de 90/100 pontos.

Tabela 1

Progressividade de pontos da regra 85/95:

PERÍODO	MULHER	HOMEM
Até 30 de dezembro de 2018	85	95
De 31 de dez/ 18 a 30 de Dezembro/2020	86	96
De 31 de dez/20 a 30 de dez/22	87	97
De 31 de dez/22 a 30 de dez/24	88	98
De 31 de dez/24 a 30 de dez/ 26	89	99
De 31 de dez/2026 em diante	90	100

Fonte: Conforme Lei nº 13.183 de 2015.

Conforme disposto no gráfico acima, o ponto de progressividade está ligado na expectativa de vida do brasileiro e também no maior período em que os segurados estão recebendo os benefícios, a finalidade é buscar uma adequação para o sistema da aposentadoria, evitando alterações prejudiciais no futuro (Brasil, 2015).

2 METODOLOGIA

Diante o posicionamento de Marisa Andrade Marconi e Eva Lakatos, nos trazem o conhecimento de que as utilizações de métodos científicos estão sempre incluídos na ciência, mas nem todos os ramos de estudos se caracterizam pela ciência. (Marconi; Lakatos. 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Ademais, as autoras citam autores, no caso de Leonidas Hegenberg e Alfonso Trujillo Ferrari, que conceituam o método.

De acordo com Hegenberg (1976, p.115) “O método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado”. (apud Markoni; Lakatos. p, 31. 2020).

Na linha do pensamento, a autora complementa com o posicionamento de Trujillo Ferrari (1974, p. 24):

> [...] Método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência os métodos constituem os instrumentos básicos de proceder que ordenam o início de pensamento em sistemas, traçam de modo ordenado a forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um determinado objetivo (apud Maroni; Lakatos, 2020, p. 31).

O tipo de pesquisa desenvolvida no estudo foi exploratório, visto que realizada a abordagem com o objetivo de explicar o tema de forma a compreender quais os métodos para adquirir a aposentadoria por tempo de contribuição após a reforma da previdência que se deu com a EC 103/2019.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à categorização da pesquisa está relacionada à natureza teórico-empírica, uma vez que está determinado a demonstrar a possibilidade de fazer jus as regras de transições, e como elas são aplicadas perante a sociedade.

No tocante ao tratamento dos dados, foi utilizada a pesquisa quantitativa, pois para a concessão da Aposentadoria por tempo de contribuição para aqueles já contribuintes antes da reforma, é necessária a aplicação de regras de transição que tem requisitos mínimos de idade cumulados com tempo de contribuição, ou seja, é feito o levantamento de dados necessários para adquirir o benefício.

Os objetivos propostos pela determinada pesquisa, tem finalidade exploratória, uma vez que realizada a abordagem com o objetivo de explicar, abordar as possibilidades de adquirir o benefício de Aposentadoria por tempo de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

contribuição após a exclusão para os novos contribuintes, advinda com a emenda constitucional nº103/2019.

A apresentação do trabalho se dá através de procedimentos de pesquisa bibliográfica, com a reunião de dados nos quais a investigação foi baseada, pesquisas documentais onde feitos à análise do ordenamento jurídico que prevê os requisitos para a concessão do benefício.

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

O planejamento para a produção de dados aconteceu com documentos indiretos, visto que o levantamento de dados foi realizado por meio de pesquisas documentais em fontes primárias como, ordenamento jurídico, arquivos públicos, fontes estatísticas, por secundária à pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O plano de análise e de interpretação de dados tem por finalidade estabelecer o projeto empregado para as informações da coleta, com o objetivo de apresentar explicações e teorias para a pesquisa. O método de abordagem acolhido no projeto foi o dedutivo, partindo da legislação, em especial a Emenda Constitucional nº103/2019 na qual prevê a extinção da Aposentadoria por tempo de contribuição, restando apenas à oportunidade de requerer o benefício para aqueles que já contribuintes antes da reforma, mediante regras de transição ou direito adquirido.

Além do método de abordagem, foi adotado um método secundário para a condução da pesquisa, denominado como um método auxiliar que tem por finalidade aprofundar a explicação do termo, tal método foi o método experimental, onde o objeto da pesquisa é totalmente controlado e destinado à verificação de seu atributo.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3 REGRAS DE TRANSIÇÃO PREVISTAS NA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019.

O capítulo tem por objetivo discutir e analisar as regras de transição trazidas pela emenda constitucional 103/2019, na qual promoveu inúmeras alterações significativas no sistema previdenciário brasileiro. A referida emenda trouxe consigo um conjunto de normas e critérios específicos com o intuito de amenizar o prejuízo de transição entre o antigo e o novo regime previdenciário.

Com o advento da emenda constitucional, criou-se as regras de transição aplicadas para os filiados até 13 de novembro de 2019, data da chamada reforma previdenciária. É o que relata Castro, visto que diante a reforma da previdência, ficou estabelecida regra de transição para os assegurados até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019 (Castro, 2020).

A Emenda Constitucional 103/2019, trouxe a criação de 5 (cinco) regras de transições diferentes para o RGPS, sendo que o segurado pode escolher a que mais lhe beneficiar, para isso é necessário realizar estudos aprofundados com os efeitos trazidos (Stuchi, 2022).

As regras de transição preservam a segurança jurídica, evitando mudanças drásticas para os segurados já filiados à previdência, que estavam próximos de se aposentar, as regras são mais benéficas que as novas, que vão progredindo ano a ano até chegar à regra nova (Bocayuca, 2022).

A reforma da previdência não tem cobertura de aposentadoria por tempo de contribuição para os filiados após 13.11.2019, mas trouxe as regras de transição que serão expostas abaixo, bem como trouxe o direito adquirido com base nas regras anteriores para os segurados que até a referida data, já tinham os requisitos preenchidos para aposentar por tempo de contribuição (Dos Santos, 2020).

3.1. REGRAS DE TRANSIÇÃO SISTEMA DE PONTOS OU REGRA PROGRESSIVA

A regra de pontos é aplicada onde leva a somatória de Tempo de contribuição mínimo com a idade mínima, está prevista no art.15 da EC

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

n.103/2019 é sua aplicação se dá aos segurados até a data de entrada em vigor, quando cumulativamente preencher os seguintes requisitos:

> Art. 15. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, fica assegurado o direito à aposentadoria quando forem preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:
> I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem; e
> II - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, se mulher, e 96 (noventa e seis) pontos, se homem, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.
> § 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso II do **caput** será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.
> § 2º A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos a que se referem o inciso II do **caput** e o § 1º (Brasil, 2020).

Segundo a doutrina, a regra tende a beneficiar quem começou a laborar mais cedo, sendo a fórmula 86/96, utilizando número inicial de 86 pontos para mulheres e 96 para homens, respeitando o tempo mínimo de contribuição (Agostinho, 2020).

De acordo com a regra prevista no art. 15 da EC n.103/2019, aplica-se ao segurado filiado ao RGPS até a data de entrada em vigor desta emenda, fica assegurado o direito à aposentadoria quando conseguir preencher os requisitos como 30 anos de contribuição, se mulher, e 35 anos, se homem, cumulado com a idade de 56 anos, se mulher, e 61 anos, se homem (Stuchi, 2022).

Diante da regra exposta, a pontuação aumentou em janeiro de 2020, sendo iniciado em 86/96, tendo acréscimo de um ponto a cada ano para homens e mulheres, até atingir o máximo de 100 pontos, se mulher, e no caso de homens, de 105 pontos (Castro; Lazzari, 2020).

Diante ao exposto, adequando a regra nos dias atuais para a possível concessão da aposentadoria por tempo de contribuição no ano de 2023, para homens são necessários 100 pontos, e para mulheres 90 pontos. Conforme exposto pela doutrina, a soma dos pontos está interligada na soma de contribuição mais idade, portanto, para homens são necessários 35 anos de contribuição mais 65 anos de idade. De outro lado, para as mulheres são

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

necessários 30 anos de contribuição acrescentados com 60 anos de idade, para atingir os 90 pontos (Brasil, 2020).

3.2 REGRAS DE TRANSIÇÃO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO MÍNIMO E IDADE PROGRESSIVA

A base legal da mencionada regra de transição encontra-se vinculado no art. 16 da EC nº 103/2019, onde dispõe o seguinte, para a aplicação da regra é necessário ter, cumulativamente, os seguintes requisitos:

> Art. 16. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintesrequisitos:
> I - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos decontribuição, se homem; e
> II - Idade de 56 (cinquenta e seis) anos, se mulher, e 61 (sessenta e um) anos, se homem (Brasil, 2019).

Conforme mencionado, a aplicação da regra começa com 56 anos para mulheres e 61 anos para homens, sendo que em 12 anos acaba a transição para as mulheres e em 8 anos. Destarte, ressalta a necessita da idade mínima para possível aplicação da regra (Agostinho, 2020).

Tem-se a idade mínima exigida para o ano de 2023 de 58 anos para as mulheres, e 63 anos para homens, sendo a carência de 35 anos se homem, e 30 anos para mulheres (Brasil, 2020).

Lazzari ressalta que a referida regra será benéfica para os homens até 2026, pois no ano de 2027 já terão completados 65 anos, podendo optar por aposentar-se pelas regras antiga na aposentadoria programada. No lado das mulheres, a regra tem seus especiais efeitos até o ano de 2030, pois completando 62 anos de idade a mulher poderá optar em solicitar a aposentadoria programada, conforme exposta na Emenda Constitucional 103/2019 (Lazzari,2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3.3 REGRA DE TRANSIÇÃO POR PEDÁGIO DE 50%

A devida regra está regulamentada pelo Art. 17 da EC nº 103/2019, que corresponde o seguinte:

> Art. 17. Ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional e que na referida datacontar com mais de 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, fica assegurado o direito à aposentadoria quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
> I) 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos decontribuição, se homem; e
> II) Cumprimento de período adicional correspondente a 50% (cinquenta porcento) do tempo que, na data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, faltaria para atingir 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem (Brasil, 2019).

Conforme o mencionado dispositivo acima, a regra é assegurada apenas paraos filiados que na entrada em vigor da EC nº 103/2019, já contavam com mais de 28anos de contribuição, no caso de mulher e 33 anos, no caso de home (Brasil, 2020).

A referida regra assegura direito para os filiados que faltavam apenas 2 anos para adquirir o tempo de contribuição mínimo exigido de 35 anos para homens, e 30 anos para mulheres, até a data da referida emenda constitucional nº 103/2019, nesse caso, tem faculdade de optar a concessão da aposentadoria sem a idade mínima exigida após a reforma (Lazzari, 2021).

De exemplo podemos utilizar o caso prático onde uma mulher continha com 28 anos de contribuição e estava faltando 2 anos para aquisição da aposentadoria por tempo de contribuição antes da referida emenda constitucional nº 103/2019, portanto, após a promulgação da referida emenda, terá direito na regra de transição por pedágio de 50%, a mesma deverá acrescer mais 1 ano de contribuição para adquirir o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição por pedágio de 50%, chegando ao requisito de 31 ano de contribuição (Castro, 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3.4 REGRA DE TRANSIÇÃO POR PEDÁGIO DE 100%

A regra tem previsão legal no art. 20 da EC nº 103/2019, onde assegura a aposentadoria ao contribuinte que preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

> Art. 20. O segurado ou o servidor público federal que se tenha filiado ao Regime Geral de Previdência Social ou ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente,os seguintes requisitos:
> I - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos deidade, se homem;
> II - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos decontribuição, se homem (Brasil, 2019).

Considera-se primeira regra oferecida também para os servidores públicos, sendo localizadas no art. 20 da EC nº103/2019. A utilização da regra representa a 100% do pedágio, ou seja, o período que estiver faltando + 100%, no qual resulta o dobro (Agostinho, 2020).

Conforme exposto, na referida regra existe parâmetros mínimos de idade e contribuição de modo cumulativo, sendo 57 anos de idade, se mulher e 60 anos de idade, se homem, com 30 anos de contribuição se mulher, e 35 anos de contribuição se homem (Castro, 2020).

Nessa regra, Lazzari expõe a possibilidade de aposentar com menor idade e ocoeficiente de cálculo base do benefício será de 100% do salário do benefício, sendo calculado, corrigidos monetariamente, com base na média integral de todos os salários de contribuição desde julho de 1994 (Lazzari, 2020).

Visto, a regra não é muito utilizada em virtude do tempo de pedágio a ser cumprido, é bem provável que nesse caso, na grande maioria dos cidadãos, as regras trazidas com a reforma sejam mais benéficas do que está de transição (Castro e Col, 2020).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3.5 REGRAS DE TRANSIÇÃO POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

A aplicação da regra está prevista no art. 18 da EC 103/2019, onde são destinatários os segurados filiados ao RGPS até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional, assegurando o direito à aposentadoria, sendo necessário atingir, cumulativamente, os seguintes requisitos:

> Art. 18. O segurado de que trata o inciso I do § 7º do art. 201 da ConstituiçãoFederal filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de entradaem vigor desta Emenda Constitucional poderá aposentar-se quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:
>
> I - 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos deidade, se homem; e
> II - 15 (quinze) anos de contribuição, para ambos os sexos.
> § 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a idade de 60 (sessenta) anos da mulher, prevista no inciso I do **caput**, será acrescida em 6 (seis) meses acada ano, até atingir 62 (sessenta e dois) anos de idade
>
> § 2º O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado naforma da lei (Brasil, 2019).

Conforme o dispositivo mencionado, a partir de 1º de janeiro de 2020, a idadede 60 anos da mulher será acrescida em seis meses a cada ano, até atingir 62 anosde idade. Já para os homens a idade fica como era antes da Reforma, 65 anos (Lazzari, 2020).

Entretanto, no tocante ao valor da aposentadoria, será apurada pela média de100% dos salários da contribuição, multiplicado por 60%, com acréscimo de percentual de dois a cada novo ano de contribuição, chegando aos 100% quando atingir os 35 anos de contribuição (Stuchi, 2022).

Entretanto, no tocante ao valor da aposentadoria, será apurada pela média de100% dos salários da contribuição, multiplicado por 60%, com acréscimo de percentual de dois a cada novo ano de contribuição, chegando aos 100% quando atingir os 35 anos de contribuição (Stuchi, 2022).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

4 DA APOSENTADORIA PROGRAMADA PREVISTA NA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019.

De acordo com a EC 103/2019, trouxe grandes mudanças na aposentadoria, extinguindo a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição para os segurados após a promulgação da referida emenda. O capítulo tem como objetivo explorar a aposentadoria programada, abordando os critérios e requisitos para a concessão do novo benefício.

A aposentadoria programada é uma modalidade nova de benefício que visa proporcionar aos segurados uma transição adequada de momento da aposentação, garantindo a sustentabilidade no regime previdenciário e a proteção social.

Com o advento da reforma previdenciária, onde os novos segurados não terãoa possibilidade de aposentar-se por tempo de contribuição, ficam assegurados da nova aposentadoria denominada “aposentadoria programada” (Lazzari, 2020).

Para Marisa Ferreira Dos Santos, a emenda constitucional 103/2019 trouxe grandes impactos, inclusive a substituição da aposentadoria por idade e por tempo de contribuição por apenas uma aposentadoria, tendo que ser cumulativo os requisitos de idade e tempo de contribuição, sendo apenas aplicada para os novos segurados (DOS SANTOS, 2022).

O fundamento legal da prevista aposentadoria, com a advinda Emenda Constitucional 103/2019, encontra-se no art.201, §º 7 da Constituição Federal, que expõe o seguinte:

> Art. 201 – A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geralda Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a:
> §7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nostermos da lei, obedecida as seguintes condições:
> I. 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição.
> II. 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos deidade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, garimpeiro,e o pescador artesanal (Brasil, 2019).

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Destarte, para os trabalhadores em gerais, a idade mínima para aposentação para os filiados na previdência após 13.11.2019, será de sessenta e dois anos para mulher, e sessenta e cinco anos para homens (Brasil, 2020).

Como requisito para a concessão do benefício de aposentadoria programada, além da idade mínima, deve de modo cumulativo ter o tempo mínimo de 20 anos de contribuição, se mulher, e 25 anos de tempo de contribuição, se homem. Grande mudança trazida pela emenda constitucional nº103/2019, que anterior a emenda, não necessitava ter idade mínima para alcançar a desejada aposentadoria (Brasil, 2020).

Visto, o capítulo trouxe as regras e mudanças trazidas pela emenda constitucional 103/2019, na qual extingue a possibilidade dos novos filiados requerer a aposentadoria por tempo de contribuição, tendo apenas a previsão de aposentadoria programada. Encerra-se o capítulo com as exposições trazidas e na próxima janela será exposto a conclusão do estudo abordado, diante o tema, delimitação do tema, hipótese, e justificativa trazida.

CONCLUSÃO

De acordo com o exposto no trabalho, conclui-se que a aposentadoria por tempo de contribuição é considerada um benefício previdenciário significante aos trabalhadores que tenham cumprido todos os requisitos mínimos de contribuição até o período de da emenda constitucional nº 103/2019. É importante ressaltar que o presente benefício ganhou ênfase em 1998, quando foi transformado o benefício de aposentadoria por tempo de serviço em aposentadoria por tempo de contribuição.

No primeiro capítulo foi abordado sobre a aposentadoria por tempo de contribuição prevista na emenda constitucional nº 20 de 1998. O objetivo foi expor que em 1998 as regras para a aposentadoria por tempo de contribuição eram diferentes que as regras de transição existentes na atualidade. Na referida época, o decreto exigia que os homens deveriam ter tempo mínimo de 30 anos e as mulheres 25 anos de contribuição para ter direito ao benefício da

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

aposentadoria. Ou seja, no referente período não necessitava o requisito da idade mínima.

Destarte, importante frisar que, ao longo dos anos, existiram diversas mudanças nas regras previdenciárias. Algumas alterações que modificaram totalmente o critério da aposentadoria, estabeleceram a elevação da idade mínima e o do tempo de contribuição para aposentadoria, de acordo com o aumento da expectativa de vida da população mediante estudo realizado pelo IBGE.

No terceiro capítulo o objetivo da abordagem foi sobre a promulgação da EC 103/2019 que trouxe 5 novas regras de transição para a possível concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição para segurados filiados até a data de 13 de novembro de 2019. Destarte, é de extrema importância realizar o estudo para verificar qual a regra mais benéfica para a concessão da aposentadoria.

Outra hipótese, para os segurados filiados após a reforma de previdência, não inexiste a opção o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, restando somente a aposentadoria programada advinda na qual necessita de requisitos mínimos de contribuição e idade mínima para almejar a concessão.

Ao analisar a possível concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, faz-se necessário verificar se o segurado preencheu todos os requisitos para o benefício possível, antes da aplicação da lei vigente. Caso tenha completado o requisito de contribuição mínima, o mesmo terá o direito adquirido da lei vigente da aposentadoria por tempo de contribuição da época.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 trouxe grandes impactos para o sistema previdenciário, impactando diferentes regras de aposentadoria. Dentre as mudanças atingidas, foi a implementação de idade mínima cumulado com tempo de contribuição para a aposentação e as referidas regras de transição para os filiados anterior a reforma.

A nova aposentadoria é calculada de maneira diferente, fazendo com que os segurados trabalham mais para conseguir ter o cálculo sobre 100% do valor do benefício, ou seja, quanto mais laborar e contribuir, maior será o valor do benefício.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

O pressuposto da reforma previdenciária está no objetivo de buscar maior sustentabilidade financeira para o sistema previdenciário diante do princípio do sustento financeiro e com base no envelhecimento populacional do aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Destarte, para não prejudicar os segurados que já estavam filiados no antigo regime, a emenda trouxe regras de transições com o objetivo de evitar danos, suavizar os que estavam próximos de aposentar e evitar o impacto que atinge os filiados a partir de 13.11.2019.

A regra tem a finalidade de manter os segurados vinculado e contribuindo por mais tempo ao sistema previdenciário, postergando o momento da concessão do benefício e adequar tempo de contribuição com a idade.

As regras mencionadas estabelecem requisitos para a aplicação, considera-se casos específicos para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, levando em consideração os requisitos de forma cumulativa.

Para os filiados após a publicação da emenda constitucional 103/2019, inexiste a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição, por ora substituída pela aposentadoria programada trazida junto com a emenda.

No terceiro e último capítulo o tema abordado foi sobre a aposentadoria programada sendo que, nesse novo benefício de aposentadoria, o segurado necessariamente precisa atingir, de forma cumulativa, requisitos mínimos de idade e tempo de contribuição, sendo 65 anos para homens, e 62 anos para mulheres, com tempo de contribuição de 15 anos.

As mudanças trazidas têm impactos profundo aos trabalhadores de forma direta na aposentadoria, exigem uma análise completa e cuidadosa de cada segurado. Visto, é necessário realizar consultas com advogado profissional para calcular os direitos previdenciários e compreender o melhor planejamento para aposentação

Diante ao exposto, a resposta para a problematização enfrentada pelos segurados mediante as novas regras interpostas, advém de forma positiva, porém temos duas classes de possíveis aposentadoria. Primeira são as chamadas regras de transição advindas com a emenda constitucional 103/2019 nos arts 15, 16, 17, 18 e 20, aplicadas para concessão do benefício apenas para os que eram contribuintes do RGPS antes da reforma da previdência. A segunda classe, filiados após a reforma da previdência, somente terão direito ao benefício

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

de aposentadoria programada preenchendo os requisitos de 65 anos se homem, se mulher 62 anos, cumulativamente com tempo de contribuição de 20 anos se homem, e 15 anos se mulher.

Nesse viés, a ideia de regra de transição é uma possibilidade de obter o benefício resguardado a segurança jurídica dos filiados anteriores a reforma que estavam perto da aposentação. Para saber qual regra é mais benéfica é necessário realizar um estudo do caso específico, sendo faculdade do segurado desde que preencha os devidos requisitos.

Cumpre salientar que o estudo de aplicação da regra se dá de forma individual de acordo com o critério de idade e tempo, além de realizar estudos sobre o valor do benefício quando da concessão, visto a mudança na forma do cálculo dos benefícios consoante EC 103/2019.

Os resultados obtidos são relevantes e positivos que contribuíram para o avanço do conhecimento na área previdenciária, tendo hipóteses positivas para a solução dos problemas enfrentados e levantados no início da pesquisa. No decorrer da pesquisa foram apresentadas soluções, recomendações e diretrizes para serem aplicadas na prática.

O pressuposto tema permitiu o crescimento acadêmico e tem significado pessoal, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre as emendas constitucionais estabelecidas, bem como a última mudança da reforma da previdência onde extingue a possibilidade dos filiados a partir de 13 de novembro de 2019 de buscarem a aposentadoria por tempo de contribuição.

Espera-se que com o trabalho abordado contribua para a sociedade e comunidade acadêmica de forma relevante a servir como um ponto de partida para as futuras investigações, a intenção não é esgotar completamente o estudo, mas sim abrir o campo para melhor compreensão e discussão acadêmica, sendo feita novas abordagens e perspectivas futuras.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Theodoro V. **Manual de Direito Previdenciário.** São Paulo: Editora Saraiva 2020. E-book. ISBN 9786555592399. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592399/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

BOCAYUVA, Marcela C. **Direito Previdenciário.** (Coleção Método Essencial). Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559644681. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644681/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Brasília, DF. Câmara dos Deputados e Senado Federal: Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 20, de 15 de Dezembro de 1998.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados e do Senado Federal: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em: 01 dez 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de Novembro de 2019.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados e do Senado Federal; Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.410 de 30 de junho de 2020.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10410.htm>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal.** Tema 0503 RE 661256, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Relator(a) p/ Acórdão: DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, julgado em 27/10/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-221 DIVULG 27-09-2017 PUBLIC 28-09-2017).

CASTRO, Carlos Alberto Pereira D.; LAZZARI, João B. Manual de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. **E-book. ISBN 9786559642205.** Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642205/ . Acesso em: 01 dez. 2023.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira D. **Manual de Direito Previdenciário.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530992224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530992224/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

DA ROCHA, Daniel Machado. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei 8.213/1991.** São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026993. Disponível em:

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026993/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

DOS SANTOS, Marisa Ferreira. Esquematizado - **Direito Previdenciário.** Editora Saraiva 2022. E-book. ISBN 9786553623095. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623095/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

DOS SANTOS, Marisa Ferreira. **Sinopses Jurídicas v 25** - Direito previdenciário - verificado. [Digite o Local da Editora]: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9786555592429. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555592429/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

GOES, Hugo. **Manual de Direito Previdenciário.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530990800. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990800/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

HUBACK, Kerlly. **Manual de Direito Previdenciário**: 8. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. ISBN 978-85-309-4405-6. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4405-6/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LAZZARI, João B.; CASTRO, Carlos Alberto Pereira D. Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. **E-book. ISBN 9788530990756.** Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990756/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LAZZARI, João B. **Comentários à Reforma da Previdência.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530988449. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988449/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Metodologia Científica.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559770670. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

STUCHI, Victor Hugo N. **Comentários sobre a Nova Previdência.** São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788530991371. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530991371/>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Revista Científica Interdisciplinar
Ano 4, v. 04, jan./dez. 2023.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CONCEITUAÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ATÉ A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

Alessandra Schröder[1]
Rubiane Solange Gassen Assis[2]

RESUMO

O presente artigo trata-se sobre a evolução legislativa do acidente do trabalho as características dos infortúnios que compreendem o conceito de acidente do trabalho delimitando-se a legislação brasileira. Essa pesquisa teve com problema central as inúmeras leis e decretos que foram sendo promulgadas durante a história, dessa forma dificultando a conceituação do acidente de trabalho. Essa dissertação tem como objeto central traçar uma linha do tempo e demonstrar de maneira clara o conceito de acidente do trabalho. Proporciona uma compreensão mais profunda das disposições legais que regem os acidentes de trabalho, elucidando como a legislação tem evoluído para abordar diferentes aspectos. A pesquisa feita em bibliografias, artigos científicos, dissertações de mestrado especializadas no tema abordado. A dissertação traz a primeira mensão ao acidente na atividade laboral. A forma como o Brasil foi se preocupando cada vez mais em assegurar direitos aos trabalhadores mediante a evolução lesgislativo que é notória, com essa evolução as ações de indenização foram tendo cada vez mais respaldo na legislação. principais aspectos do referencial teórico, a categorização da metodologia adotada, a conclusão alcançada e as contribuições esperadas decorrentes do estudo.

Palavras-chave: Acidente de Trabalho; Evolução; Empregado.

ABSTRACT

This article is about the legislative evolution of occupational accidents and the characteristics of the misfortunes that comprise the concept of occupational accidents, delimited by Brazilian legislation. The central problem of this research was the countless laws and decrees that have been enacted throughout history, thus making it difficult to conceptualize work accidents. This dissertation's central objective is to draw a timeline and clearly demonstrate the concept of an accident at work. Provides a deeper understanding of the legal provisions governing accidents at work, elucidating how legislation has evolved to address different aspects. Research carried out in bibliographies, scientific articles, master's theses specialized in the topic covered. The dissertation brings the first mention to accidents in work activity. The way Brazil became increasingly concerned with ensuring workers' rights through legislative developments is notorious, with this evolution compensation actions were increasingly supported by legislation. main

[1] Acadêmico do Curso de Direito - 10º Semestre. Faculdades Integradas Machado de Assis.
[2] Juiza de Direito. Orientadora. Professora do Curso de Direito. Faculdades Integradas Machado de Assis.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

aspects of the theoretical framework, the categorization of the methodology adopted, the conclusion reached and the expected contributions arising from the study.

Keywords: Work Accident; Evolution; Employee.

INTRODUÇÃO

O texto destaca a importância da investigação histórica e exploração teórica para compreender os acidentes de trabalho. A análise histórica oferece uma visão contextualizada das transformações ao longo do tempo, identificando padrões que influenciaram o cenário atual. Simultaneamente, a exploração teórica abrange conceitos fundamentais, categorias de acidentes e elementos essenciais. A integração dessas abordagens visa construir uma base sólida para uma compreensão mais completa e aprofundada dos acidentes de trabalho.

Essa pesquisa teve com problema central as inúmeras leis e decretos que foram sendo promulgadas durante a história, dessa forma dificultando a conceituação do acidente de trabalho. Essa dissertação tem como objeto central traçar uma linha do tempo e demonstrar de maneira clara o conceito de acidente do trabalho.

Na elaboração do presente projeto foi adotada uma metodologia cuidadosamente selecionada para garantir a eficácia na abordagem do tema proposto. A coleta de dados para a condução foi realizada por meio de uma abordagem metodológica que se fundamenta na documentação de caráter indireto. Essa abordagem envolve uma análise minuciosa de legislações pertinentes, literatura especializada. Alguns dos autores trazidos são Hertz Jacinto Costa, Sergio H. Pardal B. Freudenthal e Delphim Salum de Üliveira.

A dissertação basicamente compreende-se em um linha do tempo elencando as Lei e Decretos que remetem ao acidente de trabalho e suas principais características. Após,

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1 REFERENCIAL TEÓRICO

O primordial capítulo deste trabalho será dedicado a uma análise abrangente do fenômeno do acidente de trabalho. Esse escopo engloba não apenas uma minuciosa investigação de sua evolução histórica, mas também uma exploração aprofundada dos conceitos intrínsecos a esse contexto complexo. Por meio dessa abordagem, pretende-se estabelecer um fundamento sólido para a compreensão da dinâmica e da multiplicidade de facetas relacionadas aos acidentes laborais.

A investigação histórica proporcionará uma visão contextualizada, permitindo a compreensão das transformações ao longo do tempo e a identificação de padrões que influenciaram a configuração atual do cenário de acidentes de trabalho. Paralelamente, a exploração teórica abrangerá conceitos fundamentais, destacando categorias de acidentes e elementos essenciais que permeiam esse fenômeno multifacetado.

Dessa forma, ao amalgamar a análise histórica com a exploração teórica, almeja-se construir uma base sólida que habilite uma compreensão mais completa e aprofundada dos acidentes de trabalho. Essa abordagem multidimensional visa oferecer uma perspectiva holística, na qual a história e a teoria convergem para fornecer conceitos substanciais sobre a complexidade inerente aos eventos laborais, pavimentando assim o caminho para análises mais detalhadas nos capítulos subsequentes.

Ao mergulhar nesse contexto, propõe-se uma análise interdisciplinar que vai além da simples tipificação legal, buscando uma compreensão aprofundada dos elementos que envolvem os infortúnios no ambiente de trabalho. Esta abordagem introdutória visa estabelecer as bases conceituais e teóricas que nortearão a análise subsequente, enriquecendo a compreensão sobre a dinâmica complexa dos acidentes de trabalho e sua relevância nos âmbitos jurídico, social e profissional.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

1.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ACIDENTE DO TRABALHO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

No contexto brasileiro, os primeiros registros normativos relacionados a acidentes de trabalho, cujas evidências remontam ao século XIX, apresentavam uma disposição inicialmente dispersa e fragmentada. A legislação da época refletia uma abordagem incipiente em relação à proteção dos trabalhadores em situações adversas no ambiente laboral. Nesse período inicial, as disposições legais eram caracterizadas por uma ausência de sistematização, sendo delineadas de maneira fragmentária e não abrangente. Como exemplificam os artigos 79 e 560 da Lei n. 556/1850 Código Comercial:

> Art. 79. Os acidentes imprevistos e inculpados, que impedirem aos prepostos o exercício de suas funções, não interromperão o vencimento do seu salário, contanto que a inabilitação não exceda a 3 (três) meses contínuos.
>
> Art. 560. Não deixará de vencer a soldada ajustada qualquer indivíduo da tripulação que adoecer durante a viagem em serviço do navio, e o curativo será por conta deste; se, porém, a doença for adquirida fora do serviço do navio, cessará o vencimento da soldada enquanto ela durar, e a despesa do curativo será por conta das soldadas vencidas; e se estas não chegarem, por seus bens ou pelas soldadas que possam vir a vencer (Brasil, Código comercial de 1850).

Ao longo do tempo, a conscientização sobre a importância da segurança no trabalho e a necessidade de salvaguardar os direitos dos trabalhadores cresceu, culminando em avanços significativos na legislação trabalhista.

É relevante destacar que a implementação de uma proteção acidentária específica só ocorreu em 1919, por intermédio do Decreto n° 3.724. Esse marco regulatório representou um passo significativo na consolidação das obrigações relacionadas aos acidentes de trabalho, introduzindo disposições normativas que delineavam os direitos e deveres das partes envolvidas, o Brasil demonstrou um compromisso mais robusto com a proteção dos trabalhadores, estabelecendo bases sólidas para o desenvolvimento futuro das

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

regulamentações trabalhistas no país, conforme demonstram os artigos do referido decreto:

> **Art. 1º** Consideram-se acidentes no trabalho, para os fins da presente lei:
>
> a) o produzido por uma causa súbita, violenta, externa e involuntária no exercício do trabalho, determinando lesões corporais ou perturbações funcionais, que constituam a causa única da morte ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho:
>
> b) a moléstia contraída exclusivamente pelo exercício do trabalho, quando este for de natureza a só por si causá-la, e desde que determine a morte do operário, ou perda total, ou parcial, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
>
> **Art. 2º** O acidente, nas condições do artigo anterior, quando ocorrido pelo facto do trabalho ou durante este, obriga o patrão a pagar uma indenização ao operário ou à sua família, exceptuados apenas os casos de força maior ou dolo da própria vítima ou de estranhos. (Brasil, 1919).

Pode-se notar que essa abordagem ampliada do conceito de acidente reflete uma visão mais abrangente e contemporânea da época sobre os desafios enfrentados pelos trabalhadores, reconhecendo que a proteção legal não deve se limitar apenas aos eventos abruptos, mas também deve se estender às condições laborais que podem contribuir para o surgimento de doenças ao longo do tempo.

O texto do jurista Delphim Salum de Üliveira traz a concepção de que:

> A lei de 15 de janeiro de 1919 adotou, como fundamento jurídico, a "Teoria do Risco Profissional", doutrina vigente na Europa sobre infortunística, iniciada na Alemanha em 1884, e consolidada por decisão da Corte de Cassação da França, em 1896. Ela se fundamenta no fato de que, como é o empregador que goza a vantagem dos lucros, é ele que deve responder por todos os riscos derivados da atividade da empresa, entre eles, os de acidentes do trabalho, não importando saber se houve culpa e nem mesmo de quem. Esta lei, dentre outras críticas, admitiu tão-somente a causa única do acidente, abandonando as causas personalíssimas preexistentes (Üliveira, 1996, p. 48).

Acerca do texto podemos dizer que essa abordagem se fundamenta na premissa de que, dado que o empregador usufrui dos lucros, é justo que ele

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

assuma integralmente os ônus associados, independentemente da presença de culpa e sem considerar as causas personalíssimas preexistentes. Embora a legislação em questão tenha sido alvo de críticas, especialmente pela sua ênfase na causa única do acidente, ela reflete a atribuição direta de responsabilidade ao empregador pelos riscos inerentes à atividade empresarial.

Ainda sobre a o Decreto n° 3.724. não há qualquer disposição acerca da concorrência entre a indenização por acidente de trabalho e a indenização prevista pelo direito comum. De acordo com ÜLIVEIRA, “no mesmo ano, em 5 de março, foi promulgado o Decreto nº. 13.493, o qual significativamente diminuiu o teto da indenização a ser concedida ao indivíduo acidentado” (Üliveira, 1996; p. 48). De acordo com o autor Hertz Jacinto Costa:

> Tivemos, a seguir, o Decreto nº 24.637, de 10.07.1934 que, embora tenha igualmente adotado a teoria do risco profissional, constituiu inequívoco avanço na legislação infortunística notadamente porque, em seu artigo 36, obrigava aos empregadores à garantia de seguro contra acidentes do trabalho em instituição particular, ou optar por um depósito nas Caixas Econômicas da União ou do Banco do Brasil, em moeda corrente, ou título da dívida pública federal (Costa, 2005, p. 34).

Entende-se que, o Decreto nº 24.637, promulgado em 10 de julho de 1934, representou um avanço substancial na legislação de acidentes de trabalho ao incorporar a teoria do risco profissional. Este dispositivo fortaleceu as medidas de proteção aos trabalhadores, estabelecendo diretrizes precisas para a mitigação dos riscos laborais.

Evidencia-se de maneira incontestável que a apreensão quanto aos acidentes laborais precede a consolidação da legislação trabalhista, indicando que tais incidentes possuem potencial para acarretar danos à coletividade. Além disso, merece destaque a abordagem específica presente no antigo Código Comercial para as situações envolvendo trabalhadores embarcados, delineando parâmetros normativos aplicáveis a essa categoria profissional:

> Artigo 560: Não deixará de vencer a soldada ajustada qualquer indivíduo da tripulação que adoecer durante a viagem em serviço do navio, e o curativo será por conta deste; se, porém, a doença for adquirida fora do serviço do navio, cessará o vencimento da soldada enquanto ela durar, e a despesa do curativo será por conta das

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> soldadas vencidas; e se estas não chegarem, por seus bens ou pelas soldadas que possam vir a vencer (Brasil, Código comercial de 1950).

Contudo, não podemos negligenciar as considerações de Hertz Jacinto Costa, conforme suas observações:

> O grande marco da legislação acidentária em nosso país foi o Decreto-Lei nº 7.036, de 10.11.1944, regulamentado pelo Decreto nº 18.809, de 05.05.1945.
> Com a revogação do Decreto-Lei 7036/44 iniciou-se a processo de estatização do seguro de acidentes do trabalho, com inequívoco retrocesso e prejuízos aos acidentados do trabalho.
> O elevado sentido protetivo duramente conquistado pela classe trabalhadora foi sendo substituído por regras que visavam, primordialmente, proteger o combalido caixa do Tesouro Nacional, no particular o do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, colocando os infortunados do trabalho no patamar praticamente idêntico ao dos segurados comuns da Previdência Social (Costa, 2005, p. 45).

Portanto, O forte caráter protetivo conquistado pela classe trabalhadora foi gradualmente substituído por regulamentações que visavam, principalmente, resguardar as finanças do Tesouro Nacional, especialmente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), colocando os acidentados do trabalho em uma posição praticamente equivalente aos segurados comuns da Previdência Social, conforme apontado por Hertz Jacinto Costa.

De acordo com Clarice Couto e Silva de Oliveira Prates chegada do Decreto-Lei nº 5.452, em 1º de maio de 1943, representou um marco significativo na história legislativa trabalhista brasileira, consolidando-se como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse emblemático documento foi promulgado durante o governo de Getúlio Vargas, como resposta às demandas do movimento operário e à necessidade de unificar e modernizar a legislação trabalhista então fragmentada.

Apesar de sua enorme relevância para os trabalhadores brasileiros, a consolidação das leis trabalhistas abordou de maneira genérica a questão da prevenção de acidentes no trabalho, condensando-a em 48 artigos, compreendidos do artigo 154 ao 201. Embora constitua um capítulo completo na legislação, essa abordagem ainda se revela insuficiente diante da necessidade de especificar medidas preventivas de forma mais detalhada.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Por força legal, a responsabilidade pela elaboração de normas específicas para cada situação de risco recaiu sobre o Ministério do Trabalho da Indústria e do Comércio. Vale ressaltar a criação da classificação das empresas com base no número mínimo de empregados e na natureza do risco de suas atividades. Como será abordado adiante, essa classificação emergiu como uma espécie de seleção natural para as seguradoras.

Em seguida tem-se o Decreto-lei n° 293/67 e de acordo com o doutrinador Sergio H. Pardal B. Freudenthal:

> O Decreto-lei n° 293/67 foi criado para impedir a finalização tantas vezes adiada do período para a monopolização estatal do seguro de acidentes do trabalho. O Decreto-lei 7.036/44 criara o seguro obrigatório, com o monopólio de sua exploração para os institutos de previdência, valendo destacar que o período de transição vinha sendo alongado, com as vinte e duas seguradoras privadas que existiam continuando a operar no seguro de acidentes do trabalho. No governo Castello Branco, este diploma de curta vida devolvia o seguro aberto para todas as seguradoras, inclusive as que ainda não eram autorizadas, mantendo a concorrência com o INPS85 (Freudenthal, 2006, p. 65).

Nesse contexto, é relevante ressaltar que o Decreto-lei 293/67 desempenhou um papel consolidador ao confirmar a gestão privada do seguro de acidentes de trabalho. Tal disposição estabeleceu um cenário em que as seguradoras privadas competiam diretamente com o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), que havia sido recentemente criado. Essa abordagem, ao permitir a concorrência entre entidades privadas e a recém-formada instituição previdenciária, delineou uma dinâmica particular para o gerenciamento do seguro de acidentes de trabalho na época. Esse modelo refletia uma visão que reconhecia a contribuição tanto do setor privado quanto do público na oferta desse serviço, destacando a interação entre diferentes atores no cenário do seguro social.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2 METODOLOGIA

Na elaboração do presente artigo foi adotada uma metodologia cuidadosamente selecionada para garantir a eficácia na abordagem do tema proposto.

Essa metodologia robusta proporcionará uma base sólida para a condução do
trabalho, permitindo a obtenção de dados valiosos e contribuindo para o avanço do conhecimento na área de pesquisa em questão.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

O artigo em questão sobre a evolução legislativa do acidente de trabalho pode ser categorizado considerando diversas dimensões metodológicas. Quanto à natureza da pesquisa, a abordagem adotada pode ser caracterizada como predominantemente teórica, uma vez que se propõe a analisar a evolução das leis que regem os acidentes de trabalho ao longo do tempo.

Em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa pode apresentar uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos, uma vez que a análise das mudanças legislativas pode envolver tanto aspectos qualitativos, como interpretação de textos legais, quanto quantitativos, como a mensuração de alterações numéricas em parâmetros legais.

Quanto aos fins ou objetivos propostos, a pesquisa pode ser classificada como explicativa, buscando compreender as razões por trás das transformações nas leis de acidentes de trabalho ao longo do tempo. Em relação à conduta em relação aos dados, a pesquisa pode envolver uma abordagem bibliográfica e documental, utilizando fontes legislativas e jurisprudenciais como base para a análise, bem como estudos de caso que exemplifiquem a aplicação prática das mudanças legais.

Essa abordagem multidimensional contribui para uma compreensão abrangente da evolução legislativa do acidente de trabalho, considerando diferentes perspectivas e metodologias.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

2.2 GERAÇÃO DE DADOS

A coleta de dados para a condução deste estudo será realizada por meio de uma abordagem metodológica que se fundamenta na documentação de caráter indireto. Essa abordagem envolverá uma análise minuciosa de legislações pertinentes, literatura especializada relacionadas ao objeto específico da pesquisa.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O plano de análise e interpretação de dados a ser adotado será o método hipotético-dedutivo. Este método tem como ponto de partida a identificação de lacunas
no conhecimento existente. A partir dessa constatação, serão formuladas hipóteses
que, por meio do processo de inferência dedutiva, serão testadas para avaliar a plausibilidade de ocorrência dos fenômenos abrangidos por essas hipóteses. Este
método proporciona uma estrutura lógica e sistemática para a pesquisa, contribuindo para uma abordagem rigorosa e científica.

O plano de análise e interpretação de dados a ser adotado será o método hipotético-dedutivo. Este método tem como ponto de partida a identificação de lacunas no conhecimento existente. A partir dessa constatação, serão formuladas hipóteses que, por meio do processo de inferência dedutiva, serão testadas para avaliar a plausibilidade de ocorrência dos fenômenos abrangidos por essas hipóteses.
Este método proporciona uma estrutura lógica e sistemática para a pesquisa, contribuindo para uma abordagem rigorosa e científica.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

3 AS CARACTERÍSTICAS DOS INFORTÚNIOS COMPREENDIDOS COMO ACIDENTES DO TRABALHO

A incidência de acidentes laborais acarreta ramificações traumáticas, frequentemente resultando em mutilações, invalidez duradoura e outros agravos, que extrapolam a esfera corpórea do trabalhador, impactando igualmente sua integridade psicológica. Tais eventos podem, em última instância, culminar na fatalidade do trabalhador, com implicações não apenas para seus familiares, mas também para a sociedade em geral, assim como para os recursos públicos.

A Lei 8.213 de 24 de julho de 1991 é a norma vigente que nos fornece o conceito de acidente típico/tipo1 no seu art.19:

> Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho (Brasil, Lei 8.213 de 1991, p. 1415).

É compreensível que, o acidente do trabalho configura-se como um evento resultante do desempenho das atividades laborais a serviço da empresa, incluindo também o trabalho dos segurados mencionados no inciso VII do artigo 11 desta legislação. Este evento, quando ocorre, resulta em lesão corporal ou perturbação funcional que pode acarretar a morte, bem como a perda ou redução, de forma temporária ou permanente, da capacidade para o trabalho. Essa definição abarca uma gama de situações que impactam diretamente a saúde e a capacidade produtiva dos trabalhadores, exigindo uma abordagem abrangente na gestão da segurança e saúde no ambiente laboral.

Segundo o doutrinador Beatriz Veiga Carvalho, acidente de trabalho pode ser definido como:

> [...] o efeito danoso para a pessoa, verificado pelo exercício do trabalho. Tudo quanto, por este exercício, venha a determinar, direta ou indiretamente, lesão corporal, perturbação funcional ou doença, é acidente do trabalho. Quer o trabalho aja, em seu papel nocivo, concentradamente, quer seus efeitos maléficos se façam sentir pouco a pouco, tanto que tenha ele agido aguda como cronicamente, de

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> qualquer maneira, enfim, por que se verifiquem as consequências danosas, tudo isso será acidente do trabalho, desde que, para tal resultado, o trabalho tenha contribuído como agente provocador direto ou indireto (Carvalho, 2014, p. 45).

Ou seja, entende-se que o autor ressalta que qualquer efeito prejudicial para a pessoa, resultante da prática laboral, configura um acidente de trabalho. Seja por meio de ações laborais que causem lesões corporais imediatas, perturbações funcionais agudas, ou através de efeitos maléficos que se manifestem gradualmente ao longo do tempo, caracterizando-se como agudos ou crônicos, a condição de acidente de trabalho é estabelecida quando o trabalho atua como agente provocador direto ou indireto das consequências danosas.

Com fundamento no dispositivo vigente no artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição Federal de 1988, os trabalhadores detêm o direito aos benefícios advindos do seguro contra acidentes de trabalho. Este dispositivo delineia a classificação do prejuízo experimentado pelo empregado como um acidente de trabalho, ressalvando, contudo, a possibilidade de ressarcimento por parte do empregador no caso de sua conduta envolver dolo ou culpa.

Segundo Ribeiro, é viável caracterizar o acidente de trabalho mediante a observância dos requisitos fundamentais para sua configuração: a presença de um dano (lesão, perturbação funcional, morte); a incapacidade laborativa (temporária ou permanente, total ou parcial); e o nexo causal (a relação de causa e efeito entre o trabalho e o infortúnio).

À luz dessa definição, emerge a distinção entre acidentes típicos e atípicos, englobando condições como doenças ocupacionais, doenças do trabalho e situações equiparadas a acidentes laborais, exemplificadas, por exemplo, pelos acidentes de trajeto, conforme estipulado no artigo 21 da Lei nº 8.213/91. A partir da ocorrência de acidentes de trabalho, uma variedade de desdobramentos pode se manifestar, incluindo afastamento laboral, concessão de benefícios acidentários ou previdenciários, bem como processos de reabilitação. Esses desdobramentos refletem a complexidade das repercussões decorrentes de eventos adversos no ambiente de trabalho.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

Os incidentes laborais são classificados em duas categorias distintas: Acidentes de Trabalho Típicos (ATTs) e Acidentes de Trabalho Atípicos (ATAs) ou por Equiparação (ATE). As situações enquadradas como ATAs compreendem as Doenças Profissionais/Ocupacionais e as Doenças do Trabalho, além dos Acidentes de Trajeto. Conforme estipulado no artigo 20 e 21 da Lei nº 8213/1991:

> Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:
> I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
> II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.
> § 1º Não são consideradas como doença do trabalho:
> a) a doença degenerativa;
> b) a inerente a grupo etário;
> c) a que não produza incapacidade laborativa;
> d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.
> § 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.
> Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:
> I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;
> II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:
> a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;
> b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;
> c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;
> d) ato de pessoa privada do uso da razão;
> e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;
> III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;
> IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

> a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;
> b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
> c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;
> d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado (Brasil, Lei 8.213 de 1991).

Todas essas categorias são consideradas espécies pertencentes ao gênero "acidente do trabalho". Essa classificação abrangente proporciona uma visão detalhada das diversas circunstâncias que podem se enquadrar como acidentes no contexto laboral.

CONCLUSÃO

Em síntese, a análise da evolução legislativa até a atualidade no que diz respeito aos acidentes de trabalho revela avanços significativos, mas também expõe desafios persistentes na busca por assegurar efetivamente os direitos dos trabalhadores. Ao longo do tempo, testemunhamos a criação e aprimoramento de leis destinadas a proteger os trabalhadores em casos de acidentes laborais, com a consolidação de normativas específicas.

No entanto, as dificuldades persistem, evidenciando-se na luta contínua dos trabalhadores para garantir o reconhecimento e a aplicação efetiva de seus direitos. Barreiras como a complexidade burocrática, processos judiciais morosos e, em alguns casos, resistência por parte de empregadores, ainda representam obstáculos para a plena efetivação dos direitos trabalhistas.

A análise ressalta a importância de uma constante revisão e aprimoramento das leis, com foco na simplificação dos procedimentos e na promoção de um sistema que seja mais acessível e eficaz para os trabalhadores. O caminho para garantir plenamente os direitos relacionados a acidentes de trabalho requer não apenas uma base legal robusta, mas também esforços contínuos para superar os desafios práticos e culturais que permeiam a busca pela justiça no ambiente de trabalho.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 556, de 25 de junho de 1850. **Código Comercial.** Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jun. 1850.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e Dá Outras Providências.** Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Decreto nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919. **Regula as Obrigações Resultantes dos Acidentes no Trabalho.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1919.

CARVALHO, Beatriz Veiga. **O Dever de Mitigar Danos na Responsabilidade Contratual:** a perspectiva do direito brasileiro. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-12122014-101356/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CEMBRANEL, Luciano Ricardo. **Responsabilidade Civil Objetiva do Empregador pelo Acidente do Trabalho.** Cadernos da Escola Judicial do TRT da 4ª Região, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 177-190, 2014.

COUTO, Clarice; PRATES, Silva de Oliveira. **Evolução Histórica da Legislação Acidentária no Brasil.** Disponível em <http://www.revistapersona.com.ar/Persona10/10Prates.htm>. Acesso em: 20. Dez. 2023

COSTA, Hertz Jacinto. **Acidentes do Trabalho**: teremos nova lei acidentária? Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 664, 1 mai. 2005. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/6662. Acesso em: 20 dez. 2023

FREUDENTHAL, Sérgio Henrique Pardal Bacellar. **A Evolução da Indenização por Acidente do Trabalho.** 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Delphim Salum de. **Acidentes do Trabalho.** Considerações gerais. In: Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, nº 3, p.46-65 jan./jun. 1996.

Unidade I • Rua Santos Dumont, 820.
Unidade II • Rua Santos Dumont, 820 (anexo ao Clube Concórdia).
Unidade III • Rua Santa Rosa, 902.
Unidade IV • Rua Santo Ângelo, 219
CEP: 98780-109
(55) 3511 9100 | www.fema.com.br